

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

LUCIANO FELIX FLORIT

A REINVENÇÃO SOCIAL DO NATURAL:

NATUREZA E AGRICULTURA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Tese submetida à Universidade Federal do Rio Grande do Sul para
obtenção do Grau de Doutor em Sociologia

Orientador
Dr. ZANDER NAVARRO

Porto Alegre, 2002

**A REINVENÇÃO SOCIAL DO NATURAL:
NATUREZA E AGRICULTURA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

LUCIANO FELIX FLORIT

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção de título de doutor em Sociologia, e aprovada na sua forma final pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Zander Navarro
Orientador

Profa. Dra. Julia Guivant

Prof. Dr. Alfio Brandenburg

Profa. Dra. Cornélia Eckert

Prof. Dr. Jalcione Almeida

*A Horacio Félix Florit,
meu pai,*

*e a S.E. Chagdud Tulku Rinpoche,
meu professor de meditação.*

*Ambos faleceram enquanto eu realizava
este trabalho.*

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas e instituições que merecem minha gratidão por terem contribuído na realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador Dr. Zander Navarro, que me acompanhou e estimulou, com respeito pouco comum, até o último ponto final.

Aos membros da banca examinadora que aceitaram gentil e generosamente participarem da defesa desta tese. Meu agradecimento sincero aos professores doutores, Julia Guivant (Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina), Alfio Brandenburg (Programa de Doutorado em Sociedade e Meio Ambiente, Universidade Federal de Paraná), Cornélia Eckert (Programa de Pós-graduação em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Jalcione Almeida (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

A CAPES e ao CNPq. A primeira, viabilizou os primeiros anos deste trabalho através de uma bolsa de estudos, o segundo, financiou a importante experiência de Doutorado Sanduíche na Universidade de Nottingham, Inglaterra.

Ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFRGS, que me acolheu, permitindo fazer avanços na minha formação, tanto através do seu corpo de professores quanto através do seu apoio para a participação em eventos, incentivo a publicações, acesso a materiais, etc. Quero destacar meu agradecimento a Denise Regina Jesien Farias e a Regiane Juchen Machado Accorsi que com paciência e diligência facilitaram a resolução das várias situações administrativas que precisaram ser resolvidas ao longo destes anos.

Aos entrevistados, pela disponibilidade e consideração a pesquisa e ao trabalho.

Aos professores e amigos Héctor Leis, Marcos Mattedi, John Ferris, Samuel A. Mc. Reynolds, Cláudia Job Schmitt e Isabel de Moura Carvalho. A todos eles minha gratidão pela sua contribuição muito eficaz e desinteressada. Especialmente, meu profundo agradecimento a David Ladipo, meu orientador e amigo em Nottingham, que, indo muito além das obrigações institucionais, fez com que meu período na Inglaterra fosse muito bem aproveitado.

Aos Professores da Universidade de Buenos Aires Norma Giarracca e Pedro Krotch. Este trabalho concretiza reflexões iniciadas com eles, e desenvolve aspirações encorajadas por eles.

Aos amigos que contribuíram para este trabalho. Especialmente Márcio Bittencourt, Glória Gil e Gustavo Guerra, cuja ajuda foi muito importante.

À minha mãe, Mireya Baglietto, e irmãos, Jimena, Juan Cruz, Bernardo e Dionísia. Eles me auxiliaram muito concretamente para que este trabalho possa ser realizado.

Aos colegas da FURB, que entenderam e apoiaram este processo além das limitações institucionais.

Um agradecimento especial ao Lama Padma Samten, cuja própria trajetória pessoal permeia e inspira aspectos fundamentais deste trabalho.

Finalmente, minha gratidão para Halina Leal pois sua companhia, paciência e compreensão foram fundamentais.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
1 INTRODUÇÃO	1
2 NATUREZA E NORMA	10
2.1 VISÕES DA NATUREZA E MORALIDADE	11
2.2 O LUGAR DA NATUREZA NA CRÍTICA CONTEMPORÂNEA DA MODERNIDADE: ECOLOGISMO E PÓS-MODERNISMO	15
2.3 REPERCUSSÕES NA SOCIOLOGIA AMBIENTAL: REALISMO E CONSTRUTIVISMO	28
2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 2	36
3 NATUREZA, HISTÓRIA E TEORIA SOCIOLÓGICA	38
3.1 NATUREZA E HISTÓRIA	39
3.1.1 A NATUREZA NA HISTÓRIA DA CIÊNCIA	40
3.1.2 NATUREZA E SECULARIZAÇÃO	41
3.1.3 A POPULARIZAÇÃO DA HISTÓRIA NATURAL	45
3.2 A TEORIA SOCIOLÓGICA E O QUE NÃO É NATURAL	47
3.3 A SOCIOLOGIA E A VISÃO HISTÓRICA DA NATUREZA	51
3.3.1 BECK: O FIM DA NATUREZA EXTERNA	51
3.3.2 GIDDENS: O MUNDO DA INCERTEZA ARTIFICIAL	54
3.3.3 LATOUR: A “NATUREZA” COMO AGENTE	63
3.4 NATUREZA E SOCIEDADE, ESTRUTURA E AGÊNCIA	66
3.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 3	68
4 NATUREZA E INDIVÍDUOS NA MODERNIDADE ‘REFLEXIVA’	70
4.1 PRESERVAR E EXPLORAR. A AMBIVALÊNCIA DA EXPERIÊNCIA DA NATUREZA NA MODERNIDADE SIMPLES	71
4.2 A BUSCA DE UM REFÚGIO	73
4.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 4	79

5	NATUREZA, AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO	81
5.1	A CRÍTICA À AGRICULTURA MODERNA	82
5.1.1	O PROBLEMA DOS AGROTÓXICOS	85
5.2	REENCONTRANDO A NATUREZA	88
5.2.1	AGRICULTURA ORGÂNICA	89
5.2.2	AGRICULTURA BIODINÂMICA	92
5.2.3	AGRICULTURA BIOLÓGICA	94
5.2.4	AGRICULTURA NATURAL	98
5.3	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 5	102
6	A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS: DOIS CASOS DE REINVENÇÃO SOCIAL DO NATURAL	106
6.1	PANORAMA ATUAL DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS	107
6.1.1	OS SETORES DE PRODUÇÃO ORGÂNICA DESDE UMA PERSPECTIVA MUNDIAL	109
6.1.2	A AGRICULTURA ORGÂNICA NA AMÉRICA LATINA	113
6.1.3	O SETOR DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS NA ARGENTINA E NO BRASIL	118
6.2	INTERESSES E DISCURSOS NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO NATURAL NO CAMPO DA AGRICULTURA ALTERNATIVA NO RIO GRANDE DO SUL E NA ARGENTINA	125
6.2.1	RIO GRANDE DO SUL	128
6.2.2	ARGENTINA	142
6.3	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 6	156
7	CONCLUSÕES	162
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Figura 1 – Imbricação entre natureza e sociedade em Anthony Giddens	67
Figura 2 - Gráfico da Distribuição da área orgânica mundial por continentes	111
Figura 3 - Principais atores no campo social da agricultura alternativa no Rio Grande do Sul	134
Figura 4 - Principais atores no campo social da agricultura alternativa na Argentina	151
Quadro 1 – Concepções de natureza na teoria sociológica	68
Quadro 2 - Idéias de natureza e concepções normativas na agricultura	103
Quadro 3 - Principais elementos dos casos analisados	157
Quadro 4 - Síntese dos elementos principais nos campos sociais da agricultura alternativa no Rio Grande do Sul e na Argentina	161
Tabela 1 - Hectares sob manejo orgânico certificado e percentagem da área agrícola total nos principais países.	110
Tabela 2 – Número de membros da IFOAM nos países do “Sul”	112
Tabela 3 - Área Orgânica Certificada e número de estabelecimentos orgânicos certificados na América Latina	114
Tabela 4 - Área media das propriedades orgânicas certificadas na Argentina e no Brasil (2001)	125
Tabela 5 – Argentina, exportação de produtos orgânicos (origem vegetal) em 1999	147
Tabela 6 – Argentina, exportação de produtos orgânicos (origem animal) em 1999	147
Tabela 7 – Proporções de produtores orgânicos certificados na Argentina, segundo a utilização de força de trabalho assalariada, e proporção da área certificada	148
Tabela 8 – Argentina. Evolução da área orgânica e da quantidade de produtores orgânicos	149

RESUMO

A REINVENÇÃO SOCIAL DO NATURAL: NATUREZA E AGRICULTURA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

LUCIANO FELIX FLORIT

Como explicar o fato de estarmos em um mundo que ao mesmo tempo em que desafia todos os limites na manipulação da natureza valoriza as coisas “naturais” na mesma proporção? Qual é a “natureza” recorrentemente invocada no fenômeno de “volta ao natural” das últimas décadas? A partir da constatação deste paradoxo, neste trabalho tenta-se fazer uma análise sociológica das especificidades da construção social da idéia de natureza no mundo contemporâneo. A tese sustentada é que a revalorização do natural acontece pela busca de um “refugio” de confiança perante as incertezas criadas pela proliferação e a exacerbação dos riscos. No obstante isto, o que se entende por natureza nessa revalorização obedece a definições sociais, contendo, paradoxalmente, as “arbitrariedades” próprias da atividade humana das quais tal revalorização da natureza tenta se livrar. O trabalho apóia-se numa análise da produção de alimentos “naturais” pelos movimentos de agriculturas alternativas críticas dos métodos convencionais da agricultura moderna e portadores de visões de natureza diferenciadas. Do ponto de vista empírico, realiza-se um estudo comparativo dos campos sociais da agricultura “ecológica” e “orgânica” no Rio Grande do Sul e na Argentina, verificando como diferentes condicionantes sociais conduzem a construções diferenciadas do que é considerado “natural”.

ABSTRACT

THE SOCIAL RE-INVENTION OF NATURE: NATURE AND AGRICULTURE IN THE CONTEMPORARY WORLD

LUCIANO FELIX FLORIT

How to explain the fact that we are in a world which, at the same time, challenges the limits of the manipulation of nature and values “natural” things in the same proportion? What is the “nature” recurrently invoked by the so-called coming "back to nature" of the last decades? Departing from the verification of this paradox, the aim of this work is to offer a sociological analysis of the characteristics of the social construction of the concept of nature in the contemporary world. The main hypothesis of this work of is that this re-valuing of the natural world can be explained as a search for a refuge of confidence in view of the uncertainties brought about by the proliferation and exacerbation of risks. Nevertheless, what is understood as nature in this re-valuing is ruled by social definitions, including, paradoxically, the arbitrariness common to human activities from which the revaluing of nature is struggling to get free. This work is based of an analysis of the production of “natural” foods by movements of alternative farming which are critical of the conventional methods of modern agriculture and have a differentiated view of nature. A comparative study was carried out in two fields of “ecological” and “organic” agriculture in Rio Grande do Sul/Brazil and in Argentina, which allowed us to verify how different social factors lead to different constructs of what can be considered to be “natural”.

1 INTRODUÇÃO

*All of nature talks to me
If I could just figure out what it was trying to tell me.
Laurie Anderson*

Em agosto de 1998, uma estranha notícia trouxe inquietação às almas no Rio Grande do Sul. Soube-se que uma grande quantidade de capivaras estava morrendo de fome nas imediações do Canal de São Gonçalo, no Sul do Estado. Foram os pescadores da região que denunciaram o que estava ocorrendo e aqueles que também tomaram as primeiras providências para aliviar a situação, organizando-se espontaneamente para alimentar e aliviar a fome dos animais. Afinal, tratava-se de uma espécie de roedores pelos quais eles aprenderam a desenvolver uma estima especial, após alguns anos de políticas de preservação da mesma.

Mas não foi apenas esta notícia a causa da aflição. O caso é que após a denúncia, cientistas conhecedores de como funciona a natureza também entraram em ação. Depois do exame do caso, realizado na Universidade Federal de Pelotas, concluíram que os mamíferos mortos eram os mais fracos da espécie e anunciaram que os mesmos teriam morrido por “causas naturais”. Com efeito, segundo os cientistas, a elevação do nível das águas do canal três metros acima do normal restringiu o território onde as capivaras se alimentam e deixou submerso o sustento natural das mesmas - vegetação aquática e terrestre. Por se tratar de uma causa natural, a ação dos voluntários para tentar salvar algumas vidas devia ser evitada, pois a morte dos mais fracos era o que a natureza impunha e o melhor para a evolução da espécie capivara.

O Ibama, que inicialmente tomara providências para fornecer ração para os animais debilitados, desistiu de fazê-lo. Afinal, se essa entidade zela pelos recursos naturais, nada deve fazer quando estes recursos se comportam conforme determina a natureza. Outras entidades ligadas à preservação, menos científicas e mais emotivas, contestaram a decisão. Os pescadores voluntários, de novo tiveram que se esforçar bastante, agora para aceitar que seu sentimento de solidariedade em relação aos animais ameaçados era menos natural que a seleção natural.

A orientação dos cientistas não só contrariou os sentimentos compassivos, levantando um evidente problema ético, mas também despertou outras questões. O que tem de natural essa seleção natural das capivaras? Acaso a elevação do nível das águas do Canal de São Gonçalo obedeceu a causas naturais? Os regimes da maioria dos cursos d'água não estariam sendo alterados por barragens, canalizações e todo tipo de dispositivos criados por humanos? Ainda mais longe: os regimes das chuvas não estariam sofrendo alterações devido às mudanças climáticas produzidas por emissões de gases na atmosfera e outras ações humanas?

O caso das capivaras é um exemplo doméstico, aparentemente paroquial, de um dilema civilizatório muito maior. É o mesmo dilema que, na Europa, está subjacente às discussões em torno do problema da “vaca louca” e é o mesmo dilema que preocupa a sociedade contemporânea sobre como se comportar perante os riscos que a industrialização do sistema alimentar e, de modo mais geral, a intervenção humana na natureza, têm gerado para todas as espécies, inclusive a humana.

Como no caso local das capivaras, nas últimas décadas vem sendo observada uma tendência a procurar na natureza, ou naquilo que seja percebido como mais natural, o critério mais seguro sobre como proceder perante questões complexas pelas suas implicações éticas, políticas e ambientais. Mas, também como no caso das capivaras, examinando-se mais de perto, é igualmente difícil distinguir clara e convincentemente qual é realmente a mensagem que a natureza está nos comunicando.

Na verdade, não deveria ser estranho o fato de não ser fácil e imediato "ouvir" o que a natureza está dizendo. Afinal, foram décadas durante as quais os caminhos considerados mais seguros eram aqueles onde os maiores poderes ficavam na mão de seres humanos, os quais, com critérios exclusivamente humanos, buscavam "controlar" as forças naturais. Naquele contexto, o ônus de mudanças e atividades como as que poderiam acabar com as capivaras era considerado um mal bem menor do que os benefícios que podiam trazer a urbanização, a modernização agrícola e a domesticação dos ambientes naturais. Do mesmo modo, os alimentos mais industrializados eram considerados bem mais seguros do que aqueles em que a manipulação era menor. Por exemplo, o leite natural, antes de tudo, podia trazer uréia, bactérias e bacilos altamente indesejáveis. Já o leite industrializado, além de purificado por meio da aplicação do legado de Pasteur, contava com o controle de entidades sanitárias onde humanos, munidos do conhecimento da ciência, zelavam para que todo o indesejável permanecesse fora da área por eles controlada.

Atualmente, as coisas mudaram. Enquanto se avalia o prejuízo daquela fé um tanto ingênua na manipulação da natureza, tenta-se restabelecer um outro conjunto de relações com o mundo natural como critério para nossas decisões. Mas onde encontrar esse critério? Existe acaso essa natureza que possa indicar o caminho mais seguro? Onde terminam as conseqüências das ações humanas e onde começa a natureza espontaneamente desenvolvida sem a interferência dessas ações?

Diante de uma expressão nova e peculiar, um problema clássico. Onde acaba a cultura e começa a natureza? Ou, em outros termos, onde se esgota a realidade não criada pelos seres humanos e onde surge a realidade por eles criada?

Quando se trata de uma questão clássica, significa que a mesma foi já largamente explorada, sem no entanto oferecer soluções definitivas. Na divisão do trabalho intelectual, parece ter sido encomendado a algumas disciplinas, e não a outras, a tarefa de se debruçar sobre o assunto. A Antropologia Cultural e a Filosofia da Ciência foram talvez as disciplinas que mais sistematicamente se dedicaram à questão, dentre as que compõem o campo atual da divisão do trabalho acadêmico. Elas têm desenvolvido seus olhares particulares, mas têm formulado um acúmulo de conhecimento e reflexões que têm elementos em comum. A saber, que aquilo que chamamos "natureza" é produto de perspectivas teóricas ou culturais específicas. Os conceitos de "natureza" correspondem a visões condicionadas pelos traços culturais e pelos diversos enquadramentos teóricos daqueles que os propuseram e utilizam.

Por outro lado, a despeito da sua significação, o tema tem sido insuficientemente trabalhado na literatura sociológica, principalmente aquela de caráter geral. E é precisamente esta a lacuna onde o presente trabalho pretende se inserir. A justificativa maior desta tentativa é aquela que enfatiza que a questão clássica da definição das idéias de natureza merece ser incorporada na pauta sociológica, exatamente pelas suas profunda implicações na compreensão do mundo contemporâneo.

Essas implicações são "sociológicas" à medida que dizem respeito à dinâmica geral da sociedade. Em outras palavras, aquilo que a Antropologia Cultural sistematizou analisando as culturas dos "outros" (sejam estes os outros "primitivos" ou apenas os outros "diferentes"), ou o que a Filosofia da Ciência concluiu, debatendo sobre as condições do conhecimento científico "realista", hoje necessita ser imperativamente incorporado no discurso sociológico geral.

A importância desta demanda analítica decorre não apenas da relevância para a análise da problemática ambiental, no sentido de suas implicações para administrar a "crise ecológica", mas, principalmente, pela sua significação para entender as condições subjetivas da reprodução social no mundo contemporâneo.

É claro que as repercussões desta problemática não são apenas relevantes para a Sociologia. Na última década, extensa literatura desenvolvida no contexto das mais diversas disciplinas parte do axioma fundante de que "a natureza é social", e discute os aspectos obscuros e libertadores deste princípio. Muitas destas reflexões são motivadas pelos efeitos inquietantes dos novos desenvolvimentos das ciências, não apenas pelas suas implicações tecnológicas, mas também pelas suas repercussões nos nossos modelos de entender o mundo e a crescente insegurança na especificação e escolhas de nossas decisões. Assim, se por um lado a "natureza", como qualquer conceito, é um produto dos discursos socialmente condicionados, por outro ela é também assunto de políticas.

Para delimitar a abordagem, partiu-se da constatação do seguinte paradoxo - *vivemos em uma época na qual, ao mesmo tempo em que se avança radicalmente na manipulação da natureza, igualmente se valoriza as coisas "naturais" na mesma proporção*. Qual é, então, a "natureza" recorrentemente invocada nesse fenômeno de "volta ao natural" observado nas últimas décadas? Se as idéias de natureza são sempre produto de uma construção social, pode-se afirmar então que hoje em dia essa revalorização constitui um fenômeno de *reinvenção* da natureza, e que o mesmo representa uma contraposição ao agudo e simultâneo processo de intervenção humana na mesma natureza.

No entanto, nota-se que essa reinvenção da natureza, se por um lado está ligada aos riscos e incertezas criadas pela intervenção tecnológica, por outro, apela à natureza como o modelo a ser imitado, buscando nela os modelos e as referências normativas que auxiliem a contornar tais riscos e incertezas. E aqui se chega ao ponto no qual o paradoxo referido retorna com toda a sua dramaticidade – discute-se que a natureza deve ser seguida como norma para evitar os riscos, mas não se tem mais tal natureza para imitar. Afinal, onde existe uma natureza realmente livre da interferência humana?

Com esse ponto de partida, o desenvolvimento da tese conduz a uma reflexão que sustenta que a revalorização da natureza observada no mundo contemporâneo obedece a uma busca de um "refúgio" de confiança perante a incerteza criada pela disseminação das conseqüências indesejadas da atividade humana e pela exacerbação dos riscos. No entanto, o

que se entende por "natureza" nessa revalorização, não é uma natureza *em si*, mas obedece a claras definições sociais.

Dito de outro modo, dado que na atualidade não existe já uma natureza que esteja completamente livre da intervenção humana, e que as atividades e o conhecimento humanos têm multiplicado os riscos (e, ainda mais inquietante, a observação de que mais conhecimento não mais diminui o risco), o que continua a ser confiável é aquilo que aos nossos olhos se encontraria supostamente livre da arbitrariedade da ação humana, isto é, aquilo que é percebido como produto da Natureza.

Mas tal confiança é construída e resulta de um processo social no qual intervêm atores com interesses diversos e muitas vezes conflitivos, e no âmbito de suas lutas se define o que pode ser chamando de arbitrariedade sociológica do natural. Assim, essa natureza invocada e revalorizada contém, paradoxalmente, as arbitrariedades próprias da atividade humana das quais tal revalorização da natureza tenta se livrar.

Para desenvolver a análise em torno desta idéia, o trabalho apresenta uma reflexão teórica que conclui com uma referência empírica. A análise teórica aborda três elementos principais: um exame do papel atribuído à natureza como referência normativa no mundo contemporâneo; o exame de algumas das principais contribuições teóricas da sociologia geral contemporânea que problematizam a questão da relação sociedade e natureza dando centralidade a esta questão e, por fim, uma consideração da dimensão histórica das idéias de natureza. A abordagem privilegiou a análise de autores contemporâneos da teoria sociológica já que, como é justificado no capítulo respectivo, este é o campo da teoria social que permite captar melhor a especificidades que esta problemática apresenta na contemporaneidade. A discussão clássica sobre a relação natureza/cultura é abordada apenas tangencialmente, por não ser esta a finalidade deste trabalho.

Deve-se esclarecer aqui que se trata de um trabalho eminentemente teórico, cujo apóio empírico é ilustrativo. Essa parte empírica visa exemplificar, numa problemática concreta, algumas das implicações da reflexão teórica realizada ao longo do trabalho.

Dada a vastidão de assuntos imbricados nestes elementos, alguns tópicos do trabalho foram desenvolvidos a partir de construtos teóricos de comentaristas com autoridade nos campos específicos. Isto possibilitou assumir a tentativa de relacionar problemáticas teóricas habitualmente tratadas como temas independentes.

O trabalho está organizado do seguinte modo. No Capítulo 2, desenvolve-se o argumento de que as defesas da natureza são sempre defesas de valores, e que utilizam a natureza para justificar um ponto de vista que, em última análise, obedece a uma moralidade ancorada em condições sociais. Isto porque as visões de natureza estão sempre associadas a valores culturais e, portanto, a critérios normativos. Assim, conflitos sobre o que é “respeitar a natureza” são na verdade conflitos entre sistemas de valores. E é fundando-se nesses sistemas de valores que a natureza é construída, tanto simbólica quanto fisicamente. Se, por um lado, os ambientes domesticados ou delimitados constituem uma construção social que induz a um tipo específico de utilização ou de experiência culturalmente condicionada, por outro a busca de certas experiências induz a específicas intervenções físicas no ambiente, a fim de satisfazê-las

O modo em que isto aparece no debate político contemporâneo também é apresentado neste segundo capítulo. Para isto, apresentam-se os corpos de idéias principais que colocam a natureza como centro de sua argumentação normativa, tentando fazer um balanço crítico dos mesmos. Assim, são apresentados os argumentos básicos da visão ecologista que apela à natureza como portadora de um valor intrínseco independente da apreciação que os humanos fazem dela, e os da posição genericamente conhecida como pós-moderna, que enfatiza o seu caráter irredutivelmente cultural e simbólico. Estas duas posições são discutidas também nos seus reflexos no campo da Sociologia Ambiental, representados pelas posições realistas e construtivistas. Estas posições são sinteticamente apresentadas com o intuito de mostrar como, mesmo no campo específico da Sociologia Ambiental, a discussão tem um caráter moral, neste caso pela suas implicações políticas, ou seja os dilemas acerca do manuseio concreto dos problemas ambientais.

No Capítulo 3 aborda-se a teoria sociológica geral contemporânea, buscando subsídios para a interpretação sociológica da problemática da revalorização do natural no mundo atual. Para isto, parte-se de uma passagem pela história das idéias sobre a natureza, com o intuito de entender como esta história repercutiu no campo sociológico. Conclui-se que a teoria sociológica sempre mostrou sérias limitações para lidar com a idéia de natureza e que isto está intimamente relacionado a sua disputa por uma afirmação disciplinar como ciência da sociedade. Só tardiamente, e levada pelos desafios contemporâneos, é que a teoria sociológica incorpora as idéias de natureza que consideram a dimensão histórica da mesma, mais ajustada à perspectiva real da Ciência Natural e mais aberta tanto à consideração da interdependência entre sociedade e natureza quanto à problematização da própria distinção ontológica sociedade/natureza, herdada dos clássicos da disciplina.

Juntamente com esta reflexão, alguns conceitos são trabalhados mais sistematicamente neste capítulo, como os de socialização da natureza, incerteza artificial, risco e híbridos, em referência a Anthony Giddens, Ulrich Beck e Bruno Latour, autores que lhes deram centralidade para análise social do mundo contemporâneo. Com essas contribuições, pretende-se mostrar como a teoria sociológica geral repensou o status atribuído à natureza, não mais a considerando como uma entidade “externa”, nem mesmo “natural”.

No Capítulo 4, são analisadas as repercussões que a proliferação dos riscos e a não existência de uma natureza natural têm na subjetividade dois indivíduos. Esta análise permite entender os significados atribuídos à natureza no contexto civilizacional de radicalização da interferência humana nela. Assim, é neste capítulo que se desenvolve especificamente a tese da natureza como “refúgio”, idéia esta que se elabora como tentativa de explicar o fenômeno atual de revalorização do natural através da conjugação das teorias da relação sociedade-natureza no mundo contemporâneo apresentadas no Capítulo 3 com o conceito de segurança ontológica. Pretende-se com isto incorporar na reflexão tanto as dimensões objetivas quanto as dimensões subjetivas dos processos estudados.

O Capítulo 5 nos redireciona à aplicação desta reflexão na área mais concreta da produção de alimentos. Para isto, analisa-se a visão de natureza implícita na agricultura moderna convencional e como essa visão encontra-se atrelada ao projeto de “dominação da natureza”. A crise ambiental da Revolução Verde indica, também, a crise deste projeto, a respeito do qual outras formas de fazer agricultura se apresentam como “alternativas”. Conseqüentemente, o capítulo analisa as visões de natureza implícitas em algumas dessas correntes de agricultura alternativa (orgânica, biodinâmica, biológica e natural) e as suas implicações normativas. Tendo como base a exposição de alguns dos princípios básicos e os traços históricos destas diferentes correntes, tenta-se mostrar como essas diferentes visões da natureza, por sua vez, configuram visões de mundo que também incluem dimensões éticas, políticas e espirituais.

Ao analisar os pressupostos das agriculturas chamadas alternativas, conclui-se que a busca de um reencontro com a natureza, com a finalidade de restaurar uma segurança ontológica “arranhada” pelos riscos ambientais, pode acontecer sob diversas visões de mundo e concepções normativas. Assim, ao mesmo tempo em que se discutem formas alternativas de se fazer agricultura, discute-se também maneiras alternativas de interpretar a realidade, dando ênfase a uma ou outra dimensão da vida social, ora privilegiando o aspecto econômico, ora o aspecto político, ora o aspecto filosófico-espiritual.

Finalmente, no Capítulo 6, o olhar é direcionado para o campo social da produção de alimentos orgânicos na busca de uma referência empírica para nossas indagações. Procura-se entender como esta forma de se fazer agricultura, junto com as suas interpretações da realidade correspondentes, são encarnadas por atores sociais que adotam posições concretas, tecendo alianças e oposições de acordo com um campo de interesses específicos, dando lugar a uma variedade de processos institucionalizados que existem sob o propósito, aparentemente homogêneo, de procurar uma agricultura mais natural. Estes processos institucionalizados acabam constituindo alianças, não apenas entre agentes sociais, mas também com a própria natureza a qual é definida como sendo “aliada” de certos interesses e suposta base objetiva de certos discursos. Por outro lado, estes processos são também condicionados por fatores estruturais que escapam à vontade dos agentes envolvidos, mas que de nenhum modo podem ser considerados fatores naturais, como a distribuição de oportunidades comerciais no contexto do mercado globalizado, a estrutura rural, a história de ocupação do solo agricultável, entre outros processos relevantes.

Na primeira parte deste capítulo apresenta-se um panorama geral do campo da produção orgânica baseado em dados quantitativos, sinalizando algumas tendências e verificando alguns impasses e conflitos. A análise é feita a partir de uma perspectiva mundial, mas dedica mais atenção à problemática da América Latina e, dentro dela, a Argentina e o Brasil. A análise da situação argentina e brasileira constrói o nexos com a segunda parte do capítulo em que as experiências do Rio Grande do Sul e da Argentina são analisadas qualitativamente. Nesses casos, tenta-se mostrar como operam as condições sociais na produção e legitimação de “natureza natural” na forma de alimentos “orgânicos” e “ecológicos”, dois termos que remetem à construção social dos campos específicos. Os casos foram selecionados por serem duas experiências que evidenciam características bastante diferentes que as fazem sociologicamente interessantes de serem confrontadas. A primeira, gaúcha, vinculada à lógica de interesses da pequena agricultura familiar e de organizações sociais, que apostaram na afirmação do setor como uma forma de contestar o modelo de desenvolvimento dominante, e que definem um envolvimento com a natureza a partir dessa situação. Já a experiência argentina, com forte orientação comercial voltada ao mercado mundial, assumindo a visão da natureza historicamente determinada pela sua tradição de país agro-exportador.

Metodologicamente, são combinadas a análise quantitativa, baseada em dados secundários, e a análise qualitativa, baseada no exame de documentos e em entrevistas a

informantes-chave. As fontes dos dados são explicitadas, respectivamente, nos pontos 5.1 e 5.2 do trabalho. Com essa abordagem, acredita-se estar evidenciando que a produção e legitimação de alimentos orgânicos podem ser considerados como processos de construção social do natural. Ou seja, embora a natureza seja a “fiadora” da confiabilidade destes alimentos, não se confia em uma Natureza, mas naquilo que grupos sociais, através de mecanismos institucionalizados específicos, chamam de “natureza”. Assim sendo, este trabalho não faz objeções nem exaltações sobre a importância ambiental, social, econômica e política de tais iniciativas. O que se demonstra é como essa importância pouco se relaciona com alguma coisa relativa à natureza em si, e muito mais tem a ver com as condições históricas que fazem com que a natureza seja colocada como um elemento fundamental da vida social.

Acredita-se que esta reflexão possa contribuir para uma compreensão, contextualizada nos desafios contemporâneos, de como a natureza é instituída como critério orientador de práticas sociais, ao mesmo tempo em que é definida através de processos sociais complexos, onde a almejada espontaneidade, além das perturbações humanas não é mais do que uma ilusão, socialmente eficaz, mas inexistente como essência intrínseca das coisas.

2 Natureza e Norma

Como adiantado na Introdução, este trabalho analisa a construção social da natureza no período recente, quando se verifica a existência de um fenômeno bastante disseminado de revalorização de tudo que possa ser considerado natural.

Entretanto, apesar da natureza ser geralmente reconhecida como uma entidade dada, anterior ao fato dos humanos criarem a vida social e, portanto, predeterminada por circunstâncias incontroláveis, o que a natureza realmente seja e o que realmente possa ser considerado natural, não é, nem nunca foi, uma coisa óbvia.

No seu sentido mais corriqueiro e fundamental, o termo “natureza” refere-se a tudo o que, *latu sensu*, é não humano e portanto distinto do produto do trabalho da humanidade. Assim, “natureza” opõe-se à cultura, à história, às convenções, enfim à tudo aquilo que for produzido artificialmente, ou seja, difere de tudo aquilo que é definido na ordem da humanidade¹.

Mas esta concepção, uma das quais com que os sujeitos sociais realmente operam em seu agir cotidiano, está atualmente sendo dramaticamente desafiada por uma circunstância com a qual se está cada vez mais familiarizado – o incontrolável aumento da capacidade humana de intervenção na natureza. Assim, esta é uma nova situação na qual, de um lado, a natureza é considerada como algo independente da atividade humana, mas do outro a atividade humana está multiplicando incessantemente o seu poder de modificação do mundo natural, não deixando praticamente nada livre da sua ingerência. Em conseqüência, um rol crescente de dúvidas e perguntas toma forma: qual é a resposta social ao fenômeno que consiste em o senso mais comum de natureza estar sendo assim desafiado? Como explicar o fato de se estar em um mundo que, ao mesmo tempo em que desafia todos os limites na manipulação da natureza, valoriza as coisas “naturais” na mesma proporção? Qual é a “natureza” recorrentemente invocada no fenômeno de “volta ao natural” das últimas décadas?

¹ No texto a seguir, serão utilizados os termos “natureza” ou “ambiente natural” como termos próximos e equivalentes. Específicas explanações que possam vir a ser necessárias serão feitas eventualmente no texto. Por enquanto, apenas é importante advertir sobre a possível conotação antropocêntrica desta equivalência, à medida que pode sugerir que “natureza” seja a mesma coisa que *nosso* “ambiente” humano.

Será que essa revalorização do natural cumpre um papel importante na reprodução social no mundo contemporâneo? Eis algumas das perguntas que se tentará responder ao longo deste trabalho.

De início, é importante problematizar a crença de que a noção de natureza enunciada acima indique uma visão neutra, desprovida de valores e condicionamentos culturais, ou uma perspectiva que o conjunto dos seres humanos admita, facilmente e sem conflitos, compartilhar. Para tanto, neste capítulo, procurar-se-á mostrar que as visões de natureza estão invariavelmente associadas a diferentes matrizes de valores culturais, e desta forma, os conflitos sobre o que são as representações e as relações com a natureza, na verdade, são conflitos entre distintos sistemas de valores.

Para isto, será apresentado, em termos genéricos, esta relação entre visões de natureza e sistemas de valores, incluindo uma reflexão sobre como a Ecologia, como uma suposta base neutra do conhecimento a respeito de como funciona a natureza, é também apropriada para justificar visões baseadas em juízos morais.

A seguir, tentar-se-á ilustrar como esta problemática aparece de maneira significativa na agenda política contemporânea, sobretudo naquela que tenta fazer uma crítica às conseqüências negativas da Modernidade, tanto em seus aspectos ambientais quanto em seus aspectos supressivos das minorias culturais. Ambas as críticas invocam a natureza como um elemento central em suas argumentações, porém, o fazem atribuindo-lhe um papel diferente.

O capítulo prossegue analisando a polêmica que impregna também as discussões no campo da Sociologia Ambiental. Argumenta-se que por trás de discussões de caráter teórico-metodológico escamoteia-se especialmente uma discussão moral, baseada em valores, e que é desde essa perspectiva moral que se discute como se deve lidar e se relacionar com os problemas ambientais.

2.1 VISÕES DA NATUREZA E MORALIDADE

É evidente que a preocupação com a natureza, hoje em dia, está associada ao fato de que ela, e os próprios humanos, estão ameaçados pelas conseqüências não desejadas da atividade humana. A “volta ao natural” surgiria assim como o caminho mais seguro e menos arriscado para evitar essas ameaças, tratando-se de um fenômeno que, explicita ou implicitamente, envolveria uma valorização de alguma forma de “ordem perdida”.

Esta proposição tem sido repetidamente argüida por aqueles que vêm nos movimentos ambientalistas apenas sentimentos nostálgicos de retorno a um passado perdido, sendo avaliados sob um sentido crítico, ou ainda pejorativo. No entanto, mesmo que aqui se evite, enfaticamente, essa conotação, ainda assim é preciso focalizar o fato de que os argumentos a respeito dos problemas ambientais ou das ameaças à natureza têm sempre implícito um juízo moral. Com efeito, os debates em torno dos problemas ambientais são discussões em torno das condutas e comportamentos sociais que geram esses problemas, e dos ideais de vida que justificam essas condutas. Em outras palavras, mesmo que nem sempre esteja suficientemente claro para os protagonistas, o que está realmente em jogo nos conflitos ambientais é a problematização do que constituiria a “vida boa”, e do que deve ou não deve ser considerado uma conduta adequada.

Este aspecto moral de boa parte do que hoje se enquadra como “conflitos ambientais”, pode ser melhor percebido a partir da análise que a antropóloga Mary Douglas faz a respeito do binômio *pureza/poluição*. Em *Purity and Danger* (1966) a autora deixa claro que o conceito de *poluição* tem um caráter universal, e que o nosso uso dele não é significativamente diferente do que dele fazem ou faziam as culturas “primitivas”. Todos identificam os contaminantes como alguma coisa que está “fora do lugar”, representando um perigo para o bem estar, tanto dos indivíduos quanto da sociedade. A idéia de desordem é, portanto, um subproduto de uma idéia de ordem que é imperativo recuperar. Assim, segundo a autora: “Onde há a sujeira, há um sistema. A sujeira é um sub-produto de uma forma sistemática de classificar e de ordenar as coisas. Assim sendo, pôr ordem envolve rejeitar os elementos não apropriados”. (Douglas, 1966: 35)².

O sistema a que se refere, aproveitando a idéia de Mary Douglas, é a natureza. O que se está sugerindo é que onde há uma “volta ao natural”, primeiramente há uma idéia de ordem natural reconhecida como *norma*³. Assim como somente havendo uma ordem sistemática das coisas é que é possível detectar alguma coisa “fora do lugar”, somente havendo uma ordem natural reconhecida como norma é que é possível afirmar uma revalorização do natural ou “uma volta a...” Se a coisa “fora do lugar” é perceptível somente a partir de uma norma do

² Todas as transcrições de textos cuja referência bibliográfica é em inglês ou espanhol são de tradução do autor da tese.

³ Especialmente em seu sentido sociológico prescritivo, isto é, como o que é considerado ser, em uma dada população, a coisa a fazer, igualmente embutindo expectativas deónticas, isto é, “a crença em que o comportamento ‘esperado’ deve ocorrer, em algum sentido mais do que meramente preditivo” (Gilbert, Margaret, in *Dicionário do pensamento social do Século XX*, 1996, 524).

que são as “coisas no seu lugar”, quando há diferentes percepções, por exemplo, de poluição e de risco, é porque há diferentes ideais normativos em confrontação. É por isso que as visões de natureza e os ideais de ambiente estão intimamente ligados a uma moralidade⁴.

Em uma sociedade homogênea, movida por um ideal de ambiente singular, este tipo de desentendimento é difícil de ocorrer, mas isto não nega o fato de que em todas as sociedades encontremos idéias de poluição sendo utilizadas como forma de *controle social*. Novamente, nas palavras de Mary Douglas: “Estas crenças respeito das coisas que poderiam representar perigos [as coisas fora do lugar] constituem ameaças que são utilizadas para coagir os outros, assim como as pessoas podem teme-las em si mesmas (...) Elas constituem uma potente linguagem de mútua exortação. Neste nível, as leis da natureza são levadas para a sanção de um código moral.” (Douglas, 1966 p.3).

Mas, se a sujeira (ou poluição) é essencialmente a percepção de desordem, não há um objeto que possa ser considerado intrinsecamente sujo. No entanto, acrescenta Mary Douglas, tanto nas culturas “primitivas” quanto na nossa própria, não é medo nem irracionalidade o que esta por trás dessa aversão. Eliminar a sujeira não é um movimento negativo, mas o esforço positivo e criativo de organizar o ambiente. (ibid, p.2).

Alem disso, essa idéia de poluição, que supõe a existência de alguma coisa que interferiu no processo natural, está também na base da nossa politização acerca da natureza e nos diversos mecanismos a partir dos quais certos elementos ou situações são “selecionados” e redefinidos como riscos no mundo contemporâneo⁵.

Neil Evernden, em seu trabalho *The Social Creation of Nature* (1992), apoiado também em Mary Douglas, desenvolve convincentemente algumas das implicações deste caráter normativo da idéia de natureza nas sociedades contemporâneas. Não é, segundo o autor, o ambiente ou a natureza o que está em risco em muitos dos confrontos atuais que tentam conformar a natureza ou o ambiente sob diferentes agendas políticas, mas a *idéia* de ambiente ou de natureza, e com eles o ideal de uma ordem adequada. Nas sociedades

⁴ Entende-se por moralidade os sistemas informais de valores compartilhados por membros de grupos ou sociedades específicos e que governam as condutas dos indivíduos desses grupos. Estes sistemas incluem regras e ideais morais que são entendidos, tácita ou explicitamente, como sendo os melhores para evitar danos e prejuízos aos outros. O fato de constituir um sistema informal significa, de um lado, que não há um procedimento decisório nem uma autoridade que possam intervir nos casos de controvérsias (tal como acontece com os sistemas legais ou religiosos), e de outro que a sua aplicação prática se faz implicitamente no desenrolar rotineiro da vida cotidiana (Bernard Gert, in *The Cambridge Dictionary of Philosophy*, 1999: 586).

⁵ Sobre o tratamento de Mary Douglas de como os condicionamentos culturais intervêm na seleção dos riscos ver Douglas (1982), especialmente o Capítulo II.

contemporâneas, diferentemente das sociedades “primitivas” pesquisadas por Douglas, são eminentemente heterogêneas, e por isso, para poder existirem têm abraçado tacitamente a noção de relatividade social. Assim sendo, não podemos articular uma concepção absoluta de conduta adequada, pois não há uma autoridade externa na qual seja possível se referenciar. Neste contexto e sob tais indefinições, surgem amplas oportunidades para assinalar a natureza como fonte de autoridade. Isto é, condutas “não naturais” podem ser discernidas pelas suas conseqüências “poluidoras” na natureza. (Evernden, 1992, p. 6-7).

É assim que, nas discussões sobre problemas ambientais, a Ecologia é sempre a “aliada” de uma das partes, e inclusive às vezes tratada como sinônimo do ambiente natural. Tratar-se-ia de um “novo oráculo” (Evernden, 1992, p. 8), que nos ajuda a descobrir os caminhos de relações mais saudáveis com o mundo, pois nos proporciona a via de acesso à almejada “harmonia natural”, o que é considerado o essencial para a nossa sobrevivência e felicidade⁶.

Este uso social da Ecologia suportaria o desenvolvimento de uma Ecologia socialmente conveniente, capaz de orientar critérios morais. Com efeito, a disciplina estritamente científica e, supostamente, valorativamente neutra, é colocada como capaz de subsidiar uma ética, na medida em que permite discernir um critério a partir do qual possa se afirmar, por exemplo, que “ (...) o tratamento moralmente aceitável do ambiente é aquele que não danifica a integridade dos ecossistemas, entendendo estes como a diversidade de formas de vida existentes numa dinâmica e complexa, porém estável, interdependência” (Simberloff *apud* Evernden, 1992. p.8).

Mas esta perspectiva, tantas vezes usada para exaltar “virtudes ecossistêmicas”, freqüentemente se apóia na negação de outros termos que também fazem parte do instrumental conceitual da Ecologia, como *competição*, *seleção*, *exclusão*, *exploração* e *sobrevivência*. Estes últimos, próprios da herança darwinista, são também sem dúvida relevantes noções contribuintes para a afirmação da Ecologia como disciplina.

Mas estes “lados obscuros da Ecologia”, continua Evernden, são evitados, muitas vezes inadvertidamente, por aqueles que aspiram a estabelecer uma base para uma ética ecológica ou um estilo de vida ambientalmente benigno.

⁶ É claro que não está se propondo aqui que essa seja uma definição adequada da Ecologia enquanto disciplina científica. Mas, no contexto em que estamos refletindo agora, é menos importante o que a Ecologia realmente é do que o entendimento vulgar (ou mesmo dos ambientalistas) considere que seja.

Cabe aclarar que não é a intenção aqui a de fazer uma análise da pertinência ou não de uma ética ecológica. Embora seja até possível que deste estudo resulte alguma linha de reflexão com implicações éticas, certamente não será do tipo de discutir e/ou alinhar-se a favor ou contra algum sistema de proposições éticas. Em todo o caso, poderá ser argumentado no sentido de reforçar a consciência da arbitrariedade e da contingência das referências externas habitualmente utilizadas para estabelecer critérios normativos, socialmente compartilhados.

Por enquanto, contudo, o que importa nesta parte é que fique ilustrado o fato das idéias sobre a natureza serem freqüentemente utilizadas para *justificar* ideais morais, e de que essas idéias de natureza, por sua vez, são definidas *a partir* de certos ideais morais. Esses últimos não cumprem apenas um papel “negativo”, no sentido de excluir os elementos indesejáveis, mas também tem um papel “positivo” de criação do ambiente conforme essas disposições valorativas.

De fato, trata-se de uma via de mão dupla onde, de um lado, o conceito de natureza permite aprovar ou condenar certas condutas, na medida em que as mesmas se encaixem ou não no ideal de ordem pressuposto. Do outro lado, o próprio conceito de natureza define-se a partir de ideais morais, na medida em que de todos os elementos do real alguns são selecionados como definidores dos traços essenciais, enquanto outros são descartados em função dos valores que se quer exaltar ou defender.

No entanto, não estamos sugerindo que os conceitos de natureza sejam independentes de qualquer referência objetiva existente independentemente das disposições valorativas dos sujeitos e das culturas. Antes, tratar-se-ia de um processo em que a dimensão cultural e simbólica e a dimensão material da natureza estariam, como resultará evidente a seguir, irremediavelmente imbricadas.

2.2 O LUGAR DA NATUREZA NA CRÍTICA CONTEMPORÂNEA DA MODERNIDADE: ECOLOGISMO E PÓS-MODERNISMO

Os dilemas práticos que envolvem as idéias de natureza constituem uma parte cada vez mais significativa da agenda política contemporânea. Esse novo conjunto de desafios aparece não somente em relação ao encaminhamento operacional, ou seja, como administrar ou gestionar os problemas ambientais, mas igualmente, em relação ao lugar que deve assumir a natureza como referência normativa. É a natureza um “modelo” a imitar? Devemos

reconciliar-nos com ela, aceitando as suas condições, se quisermos realizar as nossas capacidades humanas? Ou devemos assumir definitivamente um suposto destino humano de ir além da natureza? Em todo caso, novamente são ideais de “vida boa” os que estão em jogo.

Essas indagações sugerem a conveniência de revisar as principais posições teóricas que discutem o papel que a natureza deve ter como referência normativa no mundo contemporâneo. A exposição desta discussão nos permitirá não somente explorar os dilemas mencionados, mas também nos levará a perceber o duplo caráter simbólico e material da natureza. Embora essa discussão tenha múltiplas ramificações possíveis, acreditamos, seguindo Kate Soper (1996), que são discerníveis duas grandes vertentes, nas quais se nutrem as posições que colocam a natureza como questão central nos seus discursos. Ambas denunciam a essencialidade prometeica e humanista do projeto tecnocrático iluminista, porém o fazem reconhecendo à natureza papéis distintos: de um lado, a posição que aqui chamaremos como ecologista ou ambientalista e, do outro, a crítica genericamente conhecida como pós-moderna⁷.

A primeira linha de argumentação posiciona-se contra o caráter “antropocêntrico” da Modernidade, o qual, privilegiando nossa própria espécie, negou a dependência da base natural de sustentação da vida humana, assim justificando formas cruéis e destrutivas de domínio sobre essa base natural. A segunda perspectiva, por seu turno, denuncia o caráter “etnocêntrico” dessa Modernidade, que justificou a supressão das diferenças culturais. Ambas as posições, que esclarecem injustificadas arbitrariedades do projeto da Modernidade, diferem no que se refere ao papel que deve se reconhecer à natureza, mas ambas, por sua vez, revelam aspectos problemáticos.

A posição ecologista, basicamente, é aquela que tende a reconhecer a natureza como um domínio de valor intrínseco independente⁸, referência de verdade e autenticidade, fonte de satisfação das necessidades básicas, muitas das quais compartilhadas com outros animais.

⁷ Kate Soper constitui uma referência importante sobre essa problemática, dado o trabalho realizado no assunto e a clareza com que em diversos contextos têm apresentado esta discussão, evidenciadas através ampla produção (mais de 12 artigos nos últimos cinco anos). Aqui se utilizará principalmente o artigo citado no corpo do texto, como forma de obter maior clareza expositiva. Isto permitirá expor de maneira ordenada os argumentos mais relevantes, ao tempo que irão se inserindo outros comentários pertinentes, sejam estes exemplificadores ou críticos das afirmações da autora. O artigo citado oferece uma excelente síntese dos argumentos principais desenvolvidos no seu livro “*What is Nature?*” (Soper, 1995)

⁸ Como “valor intrínseco”, refere-se aos dois sentidos habitualmente atribuídos à expressão: o valor não instrumental, aquele que reconhecemos em alguma coisa não pela sua utilidade mas pela sua própria razão; e o valor que alguma coisa tem independentemente da existência de algum ser que avalia o seu valor ou o reconhece. Sobre as distintas acepções da expressão, vide Benson, Jonh, 2000 p. 5.

Esta posição considera a demarcação entre o cultural e natural como um equívoco inerentemente anti-ecológico. A posição pós-moderna, por sua vez, enfatiza o status meramente discursivo da natureza, vendo-a principalmente como existindo apenas no terreno dos significados. A natureza é, então, conceituada em termos dos seus efeitos quanto à “naturalização” ou à “desnaturalização”, enfatizando-se desta forma o caráter irredutivelmente cultural e simbólico do ser humano (Soper, 1996 p. 22).

Em outras palavras, enquanto a visão ecologista se refere a uma natureza pré-discursiva que está sendo contaminada, destruída e poluída, a perspectiva pós-moderna investe em mostrar como as relações com o mundo não humano sempre são historicamente mediadas, mais ainda, “construídas” a partir de específicas concepções da identidade humana e das suas diferenciações e alteridades. Nas palavras de Soper,

“Enquanto para uns o foco é o abuso sobre uma natureza externa respeito da qual não temos apreciado nossas afinidades e laços de dependência, os outros estão focalizados na funcionalidade político-cultural do apelo à ‘natureza’ e no seu uso opressivo para legitimar tanto hierarquias sociais e sexuais quanto normas de conduta humana. Enquanto os primeiros fazem um chamado ao respeito à natureza e aos limites que ela impõe à atividade da cultura, os segundos convidam a perceber a oposição natureza-cultura como sendo ela mesma politicamente instituída e uma construção em mutação”. (Soper, 1996 p. 23).

Ambas argumentações, como freqüentemente ocorre quando se trata de posições duais, têm uma boa parte de verdade, não sendo essencialmente contraditórias. Que a dependência humana da base natural provida pela biosfera é compartilhada com o resto dos seres vivos do planeta, é uma realidade inegável. A posição ecologista parte do diagnóstico correto ao assinalar o equívoco moderno (chamamos a ele de “prometeico”⁹) que pressupõe que o conhecimento humano deva ter como norte o domínio das forças da natureza e a conseqüente libertação dessas condições. Essa ambição prometeica não é somente errada quando justifica abusos de conseqüências indesejáveis, mas é também um engano que parte de um erro de apreciação motivado por um otimismo ingênuo. Este otimismo tende a considerar as conseqüências indesejadas das intervenções na natureza como meros efeitos secundários, subestimando as suas implicações.

⁹ Como se sabe, Prometeu é um titã da mitologia grega que, desobedecendo a vontade de Zeus, rouba dos deuses o fogo sagrado para entrega-lo aos homens. O fogo, em certo sentido, é o fogo do conhecimento que, desde a perspectiva dos deuses é a sabedoria associada ao conhecimento metafísico, mas que nas mãos dos seres humanos vira tão só uma saber que permite poderes mundanos, instrumentais. A atitude de Prometeu desperta a fúria de Zeus que manda construir uma criatura com aparência de bela virgem à que chama Pandora e envia a esparrizar males pelo mundo dos seres humanos.

Do outro lado, como foi sugerido acima, as visões da natureza são social e culturalmente condicionadas (assim como a visão prometeica o é) e portanto inerentemente contingentes. Do ponto de vista sociológico, a predominância de uma idéia de natureza não pode acontecer, senão como produto de uma imposição que reflita interesses e relações de poder.

Kate Soper esmiúça os pontos críticos direcionados a uma e outra perspectiva. Primeiramente, referir-se-á aos problemas relacionados ao papel humano e da cultura (através da intervenção física e da indução de formas perceptivas) sobre aquilo que se invoca como sendo ‘natural’.

O primeiro aspecto indicado pela autora refere-se à natureza quando objeto de apelos conservacionistas pelo fato de, supostamente, constituir um domínio autônomo, cujo valor decresce com o avanço das atividades intrusivas da espécie humana. Trata-se de uma retórica que obscurece o fato de que boa parte da “natureza” que é solicitada preservar têm essa forma apreciada em virtude de séculos de atividade humana e de se tratar, num sentido material, de um produto “culturalmente construído”. Boa parte das “paisagens naturais”, e inclusive das “áreas de preservação” são exemplos de esta observação.

Certamente alguém poderia argüir que o reclamo conservacionista ainda pode e deve se referir às áreas não afetadas pelas atividades humanas, como as remotas zonas árticas ou certos recantos de vida selvagem. Mas, como é reconhecido em relatório do Worldwatch Institute, a Groelândia, aquele longínquo lugar aonde a industrialização nunca chegou, já mostra sérias evidências de modificações ambientais devido ao degelo, provavelmente causado por uma mudança climática relacionada às emissões de gás produzidas pelo uso de combustíveis fósseis em outras regiões do planeta (Brown, Lester *et al.*, 2001). A própria tese da mudança climática global, ainda que continue sendo objeto de debates científicos, supõe a negação da possibilidade de que haja áreas não afetadas pela industrialização¹⁰.

Por outro lado, nos espaços definidos como parques ou áreas preservadas, mas que se encontram dentro de territórios que sofrem os efeitos ambientais da industrialização, o ato formal de constituí-los implica em aplicar delimitações e regulamentações estipuladas a partir

¹⁰ Outros exemplos sobre a influência da atividade humana sobre regiões remotas e aparentemente intocados são inúmeros. Tal vez bastasse citar aqui o caso da explosão da usina nuclear de Chernobyl, na antiga União Soviética (1986). No décimo dia após o incidente, segundo acompanhamento então realizado, a nuvem radioativa já cobria praticamente toda a inabitada parte norte da Sibéria, com repercussões ambientais incalculáveis.

de critérios condicionados pelas contingências sociais. Em outras palavras, as “leis naturais” que devem governar as áreas silvestres, só podem fazê-lo na medida em que leis humanas geram condições para que isso aconteça. Uma intervenção desse tipo significa priorizar certos aspectos a serem preservados, em detrimento de outros, o que inevitavelmente acontece a partir de critérios primeiramente humanos.

Mas, ainda segundo Soper, o ponto talvez mais grave a respeito da abstração do papel da ação humana na produção de parte considerável do espaço que é considerado “natural”, radica em que este tende a passar ao largo das relações sociais, muitas vezes conflitivas e espoliativas, a partir das quais foi definido o ambiente e que estão inscritas no território físico. Em outras palavras, muito do que o impulso preservacionista chama como paisagem natural ou tenta conservar como ressaibo de uma ordem mais harmoniosa ou como um estilo de vida mais natural, é de fato o produto de relações de classe, gênero ou raciais, que geralmente são desconsideradas na constituição formal de tais regiões, ou ao exaltar as virtudes da paisagem (Soper, 1996, 24).

A história inglesa oferece o exemplo clássico consagrado na literatura. As áreas preservadas nesse país muitas vezes são aquelas que inicialmente foram definidas como reserva exclusivas destinadas à caça para o desfrute e lazer da nobreza medieval, o que mostra a proximidade histórica entre o impulso de preservar a herança natural e a reprodução de específicas relações sociais. Aplicando a mesma linha de raciocínio ao nosso contexto, outros exemplos demonstrariam a estreita relação entre um padrão existente de relações sociais e a construção do que é a natureza e a sua preservação. Diegues (1994), por exemplo, relata como as áreas de preservação no Brasil foram definidas a partir de uma intervenção política que excluiu habitantes humanos (os povos indígenas) dessas áreas. Na Argentina, as primeiras associações preservacionistas estiveram ligadas a costumes e interesses ‘aristocráticos’ (Florit, 1995). Em outras palavras, também entre nós a preservação da natureza pode estar aliada à preservação de relações sociais.

Também, mais próximo dos casos específicos que serão tratados em outra parte desta tese, as riquezas naturais e os estilos de vida “ecologicamente corretos”, muitas vezes são de fato gerados em condições de relações sociais poucas vezes reconhecidas e/ou percebidas pelos atores atuais. A riqueza natural dos Pampas argentinos, como se verá, em grande medida é consequência de uma específica ocupação do solo gerada a partir da colonização espanhola, e a subsequente introdução de gado europeu que, juntamente com a sua disseminação “natural” num ambiente favorável, transformou o ecossistema, moldando-o de

uma maneira que resultou benéfica para a exploração da produção agropecuária (Brailovsky, 1991).

No Sul do Brasil, o estilo de vida ecologicamente coerente atribuído à agricultura familiar desenvolveu-se como um produto da colonização induzida de população europeia, o que em muitos casos significou a ocupação e/ou desbravação de terras anteriormente ocupadas por povos indígenas, remanescentes de quilombos, e outras populações esparsas (Paulilo, 1996; Mattedi, 1999).

É claro que de forma alguma se está tentando sugerir uma atitude de negação cínica perante o impulso preservacionista, nem o tratando apenas como o veículo de um sentimento retrógrado ou conservador, no sentido político do termo. Antes, tenta-se explicitar a existência de alguns “véus” nem sempre visíveis ou percebidos na apreciação da natureza como entidade autônoma independente da ação humana. Para evitar esses véus, como primeira medida precisa-se enfatizar que aquilo que se tenta preservar, ou que é objeto de um sentimento de nostalgia em relação a uma ordem perdida, foi também definido, tanto em seu aspecto material quanto simbólico, a partir de relações humanas. Sociologicamente, é no contexto de específicas relações humanas, no âmago de motivações definidas intersubjetivamente e de interesses muitas vezes conflitivos, que se estabelecem os impulsos humanos sobre a natureza e as ações que transformam o ambiente.

Na mesma medida, esses impulsos a respeito da natureza mudam em resposta às transformações do ambiente. Com efeito, é um fato que a “natureza intocada” começa a ser considerada como um poder positivo e de salvação somente no momento em que o domínio humano sobre a natureza é suficientemente extenso e incontrolavelmente ativo, provocando a sua própria experiência como uma fonte de perigo e alienação. Mas esta percepção somente é possível a partir de conceitos culturalmente determinados, que começam a registrar as conseqüências negativas das conquistas do industrialismo e que provocam a inclinação a retornar para uma vida mais “selvagem”.

Assim, como a própria Kate Soper ressalta, contrariamente ao que o senso comum sugere, o surgimento de uma percepção estética da natureza (e com isto não nos referimos somente à percepção da beleza visual ou paisagística, mas também a qualquer tipo de emoção ou sentimento de empatia, atração ou satisfação vinculado a ela) é também a manifestação dos poderes humanos crescentemente informados sobre seu inerente efeito destrutivo (Soper, 1996 p.25).

Esta argumentação sendo correta, a principal implicação é que as transformações reais e potenciais da natureza, as quais cada vez mais fazem parte da vida cotidiana dos sujeitos, geram condições específicas para novas concepções e valorizações do mundo natural. Mas estas concepções não podem ser entendidas como referências a uma ordem não social, de coisas livres das arbitrariedades e contingências que são produto das ambições humanas. Pelo contrário, elas devem ser entendidas preliminarmente como construções sociais, e como tais suscetíveis de serem interpretadas à luz de conceitos sociológicos.

As dimensões simbólica e material dessas construções estão mutuamente determinadas. Esta mútua determinação se manifesta na relação que existe entre a apreciação estética e as interferências físicas na natureza. Alex Wilson (1992, *apud* Soper, 1996 p. 26) utiliza o exemplo das estradas existentes nos grandes parques nacionais americanos para esclarecer a relação entre essas duas dimensões. Tais estradas foram construídas para agradar a percepção estética dos motoristas (essencialmente visual, descartando o sentido do gosto, olfato e tato), a partir do qual as paisagens tornam-se parte de um “espaço automotivo”. Neste processo, os *designers* destas rotas cênicas literalmente *instruem* seus usuários nas “belezas” da natureza, promovendo certas paisagens à expensas de outras, e removendo todo elemento ou atividade incompatível com a estética proposta.

De um modo similar, como afirma Alan Irwin, nosso senso atual de “volta ao natural” e toda a nossa experiência sensível ao “ambiente natural” é inevitavelmente mediatizada por produtos sociais, muitas vezes sendo estes de caráter físico. Ou seja,

“(…) Os exploradores são dependentes de sofisticados sistemas de transporte para chegar a seus ‘destinos imaculados’; *cameramen* avançam em florestas não descobertas de modo de que nós possamos nos surpreender com o mundo natural sem ter que perder o jantar; nenhuma viagem dentro da ‘vida selvagem’ é completa sem modernas roupas e artefatos para cozinhar *hi-tech*”. (Irwin, 1997, p. 219).

Como resultado, a percepção estética da vida natural e a intervenção física na natureza estão intimamente relacionadas. Por um lado os ambientes delimitados, expostos e domesticados, constituem uma construção material que induz a um certo tipo de experiência sensível. Do outro, a busca culturalmente condicionada de certas experiências sensíveis induz a específicas intervenções físicas no ambiente, a fim de satisfazê-las.

Em síntese, muito do que a visão ecologista mais ingênua exalta acriticamente como “natureza” é primeiramente um produto da cultura, tanto no sentido físico quanto no sentido de que as percepções das belezas e valores são enquadradas culturalmente.

Conseqüentemente, se reconhecemos que há uma história na qual o ambiente foi construído, e que também há uma composição da natureza de modo que seja adequada às necessidades e percepções modernas, então devemos inevitavelmente reconhecer a dificuldade conceitual de contrapor natureza e cultura de um modo segmentado e estanque, como se fossem domínios exclusivos e claramente distinguíveis.

Passemos agora às objeções de caráter político e ético à conceituação da natureza como um *domínio autônomo de valor intrínseco*, que deve ser protegido das negligências originadas em visões antropocêntricas, que negam valor às formas de vida não-humanas.

O primeiro aspecto problemático relaciona-se com certas críticas ao antropocentrismo baseadas no argumento de que a realização humana estaria muito melhor atendida através de uma identificação biocêntrica que permita a identificação com todas as formas de vida. Eis a tese central da chamada “Ecologia Profunda” (vide, por exemplo, Arne Naess, 1989) e de diversos apelos em prol de um biocentrismo como o caminho para superar o viés antropocêntrico da relação com a natureza na Modernidade. Um corolário desta posição costuma ser a idéia de que todas as formas de vida possuem direitos iguais, considerando esta uma conclusão coerente com a aspiração de uma realização humana completa.

Neste ponto, a crítica de Soper destaca a dificuldade de defender iguais valores e direitos para todas as formas de vida como caminho para a realização humana, pois muitas vezes a vida humana somente pode ser preservada na medida em que se nega o direito à vida de outros seres vivos. O que fazer com as pragas, os mosquitos da dengue, ou o próprio vírus da AIDS? Evidentemente, diz a autora, algumas partes da natureza são mais valoradas, portanto são mais energicamente preservadas. Parece impossível, conclui a autora, enfatizar a importância da auto-realização humana obedecendo uma idealização valorativa da natureza que, por exemplo, problematize ou recuse o uso de antibióticos na prevenção de doenças infantis (Soper, 1996 p.27).

Mas este aspecto merece uma maior contemplação. A crítica de Soper, sintetizada acima, por estar focalizada contra posições pouco razoáveis, quase extremas, faz perder de vista nuances importantes, especialmente no contexto da reflexão que objetiva este trabalho.

Para matizar melhor estas posições, serão utilizadas algumas idéias centrais do filósofo australiano Peter Singer. Em diversos trabalhos, Singer formula a idéia de que os animais têm interesses, e que nós humanos devemos dar a esses interesses a mesma consideração que damos aos nossos próprios. Ele intitulou esta proposição de *princípio de igual consideração*

de interesses. Tradicionalmente, este princípio somente é considerado até o limite da nossa própria espécie. No entanto, Singer argumenta que não há justificativas éticas para essa limitação. Não haveria motivos para negar a consideração dos seus interesses a um ser pelo fato dele não ser membro da nossa espécie (Singer, 1994; 2001). O fato da sobrevivência de alguns seres, no contexto da biosfera, se realizar inevitavelmente às expensas da vida de outros, não invalida a legitimidade da aspiração de minimizar isto tanto quanto possível. Em outras palavras, não porque seja inevitável tirar a vida de outros seres para poder sobreviver é que devemos deixar de preocupar-nos com isso. Por outro lado, considerar os interesses dos outros seres significa não somente tentar respeitar, na medida do possível, o seu interesse em preservar à vida, mas também tentar evitar causa-lhes sofrimento.

Embora isto não nega a sugestão de Soper de que alguns seres tenderão a ter os seus interesses mais energicamente respeitados a despeito de outros, isto não significa que tal coisa seja necessária tendo em vista a realização humana. Em outras palavras, é plausível supor que concepções de realização humana ainda possam justificar convincentemente o direito à vida de todos os seres.

Uma tal concepção da realização humana não precisa estar apoiada em dogmas religiosos fechados à análise racional. Este fundamento partiria do reconhecimento de que mesmo que inevitável nas nossas condições humanas, é uma aspiração legítima que a morte e o sofrimento de outros seres seja evitada ou minimizada sempre que possível. A justificativa disto é uma perspectiva de igualdade com os seres não humanos, na medida em que podemos reconhecer neles, assim como em nós, o desejo de não sofrer.

Este aspecto, é um ponto importante no corpo de idéias do movimento de alimentação orgânica, que tem como uma das suas tendências a de uma criação em bem estar de acordo com as disposições naturais dos animais.

Um segundo aspecto problemático apontado é que a polêmica contra o antropocentrismo às vezes se presta para um “especismo” anti-humano excessivamente simplista e essencialista. À medida que uma perspectiva trata a todos os humanos como iguais inimigos da natureza, abstrai-se das relações sociais responsáveis pelos abusos.

Com efeito, uma perspectiva assim formulada tende a favorecer políticas que, embora contrárias a esses abusos, acabam afetando mais fortemente àqueles que têm menos culpa real na degradação ecológica, ou responsabilizando os setores mais desprotegidos.

A crítica de Joan Martinez Alier às tendências dominantes, a partir da Eco-92 para subsidiar as políticas de sustentabilidade, é um exemplo desta preocupação indicada por Soper (Martinez Alier, 1995). O autor espanhol adverte que, contrariamente ao que supõe o senso comum mais divulgado, sobretudo a partir do aparente consenso gerado na Eco-92, a pobreza não é a causa principal da degradação ambiental. Contrariando a idéia de que pelo fato de estar obrigada a gerar maior pressão sobre os recursos naturais e pelas suas dificuldades estruturais para uma gestão ambiental eficiente, segundo Martinez Alier os pobres são os menos responsáveis pela degradação do planeta exatamente porque as suas condições objetivas de escassez os levam a uma eficiência ecológica maior. Haveria, para ele, um “ecologismo dos pobres” em oposição ao consumo abusivo e ecologicamente ineficiente por parte dos ricos. A consideração de que os pobres são causa de degradação ambiental estaria apoiada no engano induzido pela visão da econômica neoclássica (“crematística”, nos termos de Martinez Alier) aplicada aos assuntos ambientais. Esta visão negligenciaria a contabilidade das externalidades ambientais dos setores mais industrializados e de maior consumo, punindo assim a quem de fato produz menos conseqüências negativas.

Realmente, como adverte Soper, os discursos que generalizadamente acusam a “espécie humana” como inimiga da natureza, ofuscam as distinções no interior da categoria “espécie humana” necessárias a uma análise mais rigorosa das condições em que acontece a destruição da natureza.

Uma terceira dimensão desta retórica, que deve ser cuidadosamente analisada pelas suas implicações políticas, é a tendência à defesa de uma forma de naturalismo que enfatiza quão similares são os humanos e os animais a respeito das necessidades tidas como essenciais e à dependência ecológica. É muito lúcido o argumento de Soper aqui. Há casos, adverte a autora, em que se tenta criar políticas ecológicas a partir desta perspectiva, o que resulta altamente contraproducente. Isto porque tal retórica, inadvertidamente, nega a capacidade humana de mudar seus modos de satisfazer necessidades, pois se tal capacidade existe é exatamente pelo fato das necessidades serem configuradas culturalmente.

Trata-se assim de uma visão estática e fixa do que são as nossas necessidades, e que esquece que, apesar de nós termos importantes semelhanças com outros animais em diversos sentidos (como por exemplo certas necessidades básicas de sobrevivência), somos muito diferentes deles na nossa capacidade de monitorar conscientemente nosso impacto ambiental e de repensar nossas formas de consumo à luz dos constrangimentos ecológicos. Em outras

palavras, a maleabilidade e indeterminação humanas a respeito dos modos de obter satisfações podem ser também enfatizadas como uma capacidade potencial para um ajuste ecológico.

Para nós, defende Soper, diferentemente das outras criaturas, viver em harmonia com a natureza envolve o repensar de nossas condições, visando a nossa realização. Com efeito, lidar com a escassez ecológica pode requerer restringir algumas fontes de gratificação, à luz dos nossos recursos atuais e futuros. Fazer isto é diferente de simplesmente negar certas necessidades, por serem necessidades “falsas” ou “não-naturais”. Antes, requer de nós um esforço imaginativo e não dogmático a respeito das nossas atitudes sobre o que podemos desfrutar e diferentes formas de entender o que é a prosperidade humana. Uma aproximação naturalista da nossa posição nos ecossistemas que implique que os seres humanos possuem, por natureza, um leque de necessidades cuja satisfação é uma condição para seu desenvolvimento, não necessariamente encoraja aquele tipo de repensar sobre as nossas formas de obter satisfações. Por outro lado, relativamente aos outros animais, os humanos somos biologicamente indeterminados (em grande parte devido à nossa específica evolução biológica) a respeito de que formas e por que vias nós podemos responder a certas condições. E exatamente por isso que muitas formas de reducionismo sócio-biológico carecem de sustentação (Soper, 1996 p.28).

Outro problema com a tendência a equalizar reino humano e reino animal é a da clássica generização da natureza como feminina. Esta, diz Soper, deve ser evitada, pois simplesmente unifica a desvalorização de ambas (mulheres e natureza) reproduzindo a associação mulher/natureza que se utilizou para legitimar a ‘domesticação’ feminina e o seu confinamento no rol reprodutivo, através de excluir às mulheres do que era considerado da ordem da ‘humanidade’ e da ‘cultura’ (Ibid.p. 29.) . A pesquisa histórica de Keith Thomas confirma e explica esta preocupação de Soper. Apoiado numa vasta documentação histórica, Thomas mostra como a atribuição à mulher de uma condição mais próxima aos animais está associada à fragilidade da demarcação da fronteira entre seres humanos e animais que muito preocupava a filósofos, teólogos e moralistas no início do período moderno. À medida que atividades propriamente humanas eram consideradas as associadas à religião, ao refinamento das condutas ou à cultura (entendida esta como as artes e as ciências, enfim, como aquilo que estaria além da mera subsistência material), o envolvimento das mulheres com afazeres biológicos, como a reprodução e o amamentamento, eram considerados indícios suficientes para serem consideradas seres inferiores (Thomas, 1996 p. 49-50).

Sinteticamente, estas são as razões pelas quais Soper sustenta que as mais ingênuas formas de valorização da natureza encontradas nos discursos ecologistas precisam ser revisadas criticamente, a partir de um certo ceticismo em relação à “natureza”. Este ceticismo (“*nature-sceptical impulse*”) deve ser considerado como uma forma de resistência àquelas formas de naturalização¹¹.

Assim como certas formas de retórica ecologista são suscetíveis de críticas por abstrair os efeitos políticos de suas representações culturais, do mesmo modo a posição construtivista pode ser acusada de esquecer a natureza como uma *pré-condição* da cultura.

Na perspectiva realista¹², a natureza é entendida como aquelas estruturas e processos independentes da atividade humana (no sentido de que não são produtos criados humanamente) e aquelas forças e poderes causais que são condições e limites para qualquer prática humana ou atividade tecnológica. Trata-se da “natureza”, a cujas leis nós sempre estamos sujeitos, mesmo que as utilizemos para propósitos humanos, e às quais nunca poderemos escapar nem destruir (Soper, 1996 p. 31). Esta concepção de natureza como a base ou terreno permanente (“*permanent ground*”) para o desencadeamento de toda a ação ambiental, certamente é indispensável para a coerência dos discursos ecológicos sobre as transformações do ambiente natural. No entanto, adverte Soper, ela também é essencial para os discursos que enfatizam o caráter socialmente construído não apenas da natureza, mas também do corpo humano e suas relações e significados.

Com efeito, a ênfase na relatividade e o condicionamento cultural das qualidades consideradas “naturais”, como as do ambiente ou da sexualidade, requerem, como a sua contraparte, o reconhecimento de características mais constantes e universais para que essa ênfase tenha completo sentido. Nesse sentido,

“Devemos reconhecer o corpo natural nesse sentido se queremos falar sobre alguma intervenção nele ou algum ‘trabalho’ culturalmente condicionado nele. (...) Se aqueles que nos dizem que ‘não há natureza’ negam esta realidade e estas determinações específicas, então estariam concordando com uma forma de idealismo que é claramente incompatível com o argumento ecológico e incoerente em si mesmo”. (Soper, 1996, p. 31).

Poder-se-ia supor que o desenvolvimento tecnológico sempre trará soluções para superar as limitações que a natureza impõe, como Marx aduziu com freqüência, ao se referir

¹¹ É bom fazer notar aqui, que o título do texto de referência de Soper, *Nature/nature*, exatamente sintetiza a dualidade das duas perspectivas: a que considera a natureza como um domínio de valor intrínseco (Nature) e a que se planta no impulso cético (‘nature’) que considera as outras como formas de naturalização.

¹² Ver nota rodapé nº 14.

aos argumentos malthusianos. Mas isto não implica em escapar das determinações biológicas. Afinal, a tentativa de contornar o limite implica, pelo contrário, no seu prévio reconhecimento como condição inevitável.

Do mesmo modo, os apelos atuais de que a natureza é de fato construída pelas ações e significações humanas, têm um reconhecimento implícito de que há “alguma coisa” que é de fato construída. Essa “coisa” deve, logicamente, ter existência extradiscursiva, independente dos julgamentos e apreciações humanas.

Neste sentido, as apostas no caráter irredutivelmente simbólico da natureza têm pontos de contato com o projeto científico “prometeico”, refletindo uma ambição do conhecimento das leis naturais. Este desiderato, desde seus primórdios, teve uma conotação similar. Por um lado se apostou na descoberta de leis objetivas que explicassem a natureza “como ela é”, e por outro sempre se considerou que através desse conhecimento o mundo natural poderia ser objeto de uma certa maleabilidade e até, com se verá no capítulo seguinte, de um certo “aperfeiçoamento”.

Para finalizar, far-se-á referência a um aspecto ausente nas reflexões de Soper que também tem reconhecimento tanto entre aqueles que vêem a natureza como uma construção simbólica quanto entre os que outorgam a ela uma realidade intrínseca independente dos valores e sentimentos humanos. Trata-se da evocação de sentimentos relativos ao sagrado provocados pela natureza no mundo moderno.

Paradoxalmente, a sacralização da natureza é um aspecto do fenômeno de ‘volta ao natural’ que pode encontrar adeptos nas duas posições esboçadas acima, e que talvez por isso não tenha provocado reflexões profundas no contexto desta polêmica. São inúmeros os caminhos, conscientes e inconscientes, pelos quais chega-se a um sentimento a respeito da natureza, que dificilmente outros objetos do real possam evocar com tanta facilidade. Mas em todo caso, parece que há uma inquestionável experiência de interdependência com outros seres humanos e com seres não humanos, que é a que leva a algum modo de sentimento espiritual¹³.

Com efeito, o exame da existência de uma base biofísica comum para todos os seres vivos do Planeta, leva, inevitavelmente, ao reconhecimento da interdependência das diversas

¹³ Com “espiritual” não estou apenas me referindo as experiências religiosas, no sentido de pertença a uma específica instituição religiosa, mas a um sentimento que de modo mais geral promove a consideração de valores éticos e altruístas propiciando uma resignificação dos acontecimentos da vida como um todo.

formas de vida e, com isso, a constatação de pertença a uma ordem de coisas supostamente “maior” que a ordem de significados propriamente humanos. Isto pode ser interpretado sob diversas formas e através de diversas filosofias e teologias, mas em todo caso, predispõe a uma reconsideração do fenômeno da vida e de nosso lugar e nossas responsabilidades nele, constituindo um caminho que desperta sentimentos de sacralidade.

Mircea Eliade tem afirmado o caráter universal deste sentimento de sacralidade que a natureza desperta. Para ele, o mundo moderno constitui a única exceção na história humana em que há tendências que tendem a perceber a natureza apenas com olhos “profanos”. Sendo assim, para Eliade, não surpreenderia que intimamente os modernos almejem esse contato com o sagrado, para o qual a natureza seria um caminho mais ou menos direto (Eliade, 1992).

2.3 REPERCUSSÕES NA SOCIOLOGIA AMBIENTAL: REALISMO E CONSTRUTIVISMO

Após observar como a discussão sobre a existência ou não de uma natureza intrínseca repercute em diversos dilemas práticos na contemporaneidade, seguir-se-á, com a apresentação e discussão das formas específicas em que este debate, componente de um “clima de época”, tem repercutido, recentemente, nas análises sociológicas que definem a relação da natureza como o seu objeto de estudo.

Esta aproximação constitui um dos principais eixos através do qual veio se desenvolvendo, nos últimos anos, a reflexão teórica no campo da Sociologia Ambiental ou Sociologia do Meio Ambiente. Em termos de “escolas”, esta discussão organizou-se ao redor do que se chamou realismo ambiental e social construtivismo. As mesmas refletem de uma maneira bastante evidente muitos dos termos apresentados acima, desenvolvendo opções metodológicas que, na verdade, refletem posições morais a respeito do papel que deve se atribuir à natureza como referência normativa¹⁴.

¹⁴ Do ponto de vista epistemológico o realismo científico se refere à perspectiva segundo a qual a matéria que é objeto de pesquisas e de teorias científicas existe independentemente do nosso conhecimento dela, sendo a sua explicação e descrição o objetivo da ciência. A posição do social construtivismo polemiza com a visão realista da ciência, afirmando que o conhecimento é produzido como resultado de práticas e instituições sociais, ou através de negociações entre os grupos sociais, o que faz que o conhecimento esteja permeado de interesses e de outros fatores extracientíficos. Diversas versões existem dentro do social construtivismo, algumas mais “suaves” e outras mais “duras”. O social construtivismo “suave” é aquele que afirma que os fatores sociais formam as interpretações do mundo real. As posições mais “duras” são aquelas que afirmam que o mundo, ou uma parcela significativa dele é propriamente constituído pelas teorias, práticas e instituições. É oportuno aclarar aqui que esta referência ao social construtivismo é diferente, embora tenham elementos em comum, da perspectiva relacionada aos trabalhos de Piaget e de Vygotsky à que às vezes atribui-se o mesmo nome, os quais

Historicamente falando, a emergência da Sociologia do Meio Ambiente (SMA) como campo disciplinar diferenciado é, principalmente no caso da experiência americana, uma resposta à ampliação da atenção social que os problemas ambientais começaram a receber no início dos anos setenta (Dunlap, 1997).

Este campo surgiu a partir da crítica à exclusão da natureza nas Ciências Sociais e a conseqüente subestimação do mundo biofísico como dimensão condicionante da vida social humana. Os trabalhos emblemáticos que configuraram esta posição foram os dos sociólogos americanos Riley E. Dunlap e William R. Catton, Jr., elaborados a partir da convicção da utilidade para a análise sociológica de certos conceitos referentes às limitações de caráter biofísico a que estão sujeitos os processos sociais, como *capacidade de carga* de um ecossistema ou ao fato dos recursos naturais serem *finitos*. Como Catton escrevera num artigo publicado em 1972, "(...) a pressão proveniente dos limites físicos e biológicos (ecológicos) está fazendo tornar obsoleto o suposto sociológico de que a realidade é fundamentalmente socialmente construída" (Catton, 1972 p. 437, *apud*. Freudenburg, 1989 p. 442).

Para superar o suposto considerado reducionista da perspectiva dominante na Sociologia, Catton argumentou que a mesma precisaria desenvolver um "novo paradigma" a partir do qual seria possível perceber os seres humanos "não somente como uma criatura da cultura, mas também como um mamífero em desenvolvimento que faz parte de um ecossistema em transformação" (Catton, 1972 p. 438). O desenvolvimento deste novo paradigma amadureceria, depois, a partir de seu esforço conjunto de cooperação acadêmica com Riley Dunlap.

Um dos resultados desta crítica mais influente no campo emergente da Sociologia Ambiental tem sido a distinção NEP/HEP. Nesta distinção, a perspectiva NEP (*New Environmental Paradigm*) é a que enfatiza a dependência das sociedades humanas aos ecossistemas, considerando a dimensão biofísica como variável independente nas suas explicações. Segundo os formuladores desta perspectiva (Catton e Dunlap, 1978), o HEP (*Human Exeptionalist Paradigm*) manteria a premissa clássica da Sociologia de que a análise das sociedades humanas, diferentemente daquelas que abrangem o restante dos seres vivos, pode ser feita sem especial consideração aos fatores biofísicos, pelo fato de não ser esta a dimensão determinante de suas ações.

Sobre esta premissa, propõem uma SMA do tipo realista, baseada no axioma de que a natureza, conceituada através de variáveis biofísicas objetivas, é um limite que determina a existência social. Assim, partindo da distinção NEP/HEP, o modelo procurou, propositadamente, se afirmar fora do *mainstream* do pensamento sociológico, oferecendo uma definição do campo da SMA como o estudo das interações sócio-ambientais, enfatizando não somente que os seres humanos têm impacto no ambiente físico, mas, principalmente, que as condições ambientais também afetam as sociedades humanas. Assim, a caracterização como "HEP" do pensamento sociológico dominante tentava mostrar a exagerada ênfase dada aos aspectos "excepcionais" do *Homo Sapiens*, como a cultura, a ciência e a tecnologia. Por outro lado, também argumentaram que nos novos trabalhos que procuram uma análise sociológica dos problemas ambientais está implícito um novo paradigma, ou "NEP", por enfatizar que em última instância as sociedades humanas, independente das peculiaridades que as distingam das do resto dos seres vivos, são dependentes de ecossistemas (Freudenburg, W. e Gramling, R, 1989)¹⁵.

Mas havia um outro propósito implícito nesta forma de delimitar o campo da SMA: outorgar ao campo um status de disciplina aplicada, capaz de subsidiar intervenções concretas, e enfatizar a necessidade de atitudes proativas por parte dos analistas sociais da crise ambiental.

Assim, marcou-se a diferença entre este novo enfoque e os estudos vinculados à problemática ambiental que se apoiavam na perspectiva sociológica tradicional, como os estudos sobre o "movimento ambiental". Esta distinção entre o suposto núcleo central da Sociologia Ambiental, preocupado com as interações entre ambiente e sociedade, e as pesquisas que aplicavam as teorias sociológicas tradicionais, permitiria, ao incorporar o reconhecimento da finitude da base de recursos que dá sustentação material à sociedade, assumir um forte compromisso em procurar respostas práticas à crise da relação entre ambiente e sociedade.

Observando-se o "núcleo central" da SMA, depreende-se claramente a existência subjacente de uma idéia de natureza que, por ser prévia e independente do mundo humano, deve ser considerada como um critério de ordem a ser restabelecida. Esta idéia de natureza se

¹⁵ O significado e terminologia destas expressões tem sofrido recentes modificações. O NEP passou a ser considerado como "New Ecological Paradigm", reconhecendo a crescente utilização de perspectivas ecológicas, e o HEP, passou a ser considerado como "Human Exemptionalism Paradigm", como modo de não

traduz metodologicamente em variáveis biofísicas o que faz pensar que, ao serem estas monitoradas por sociólogos, estaria sendo superada a segmentação “artificial” da sociedade de sua base “natural”.

A partir dos anos noventa, sob a influência da discussão exposta no item anterior, percebe-se o surgimento de uma série de desenvolvimentos sociológicos que, sem poder ser considerados como parte da SMA realista, mencionada acima, ainda assim incorporam os problemas da relação Sociedade/Natureza, como sendo cruciais para uma atualizada caracterização sociológica do mundo contemporâneo.

Tais desenvolvimentos, realizados a partir dos mais diversos marcos teórico-metodológicos, foram em boa medida subsidiados e encorajados pelos trabalhos de autores como Giddens, Beck e Latour (Dunlap, 1997; Irwin, 1997; Buttel, 1996; Hanningan, 1995) aos quais dar-se-á mais atenção no capítulo seguinte. De modo geral, muitos destes trabalhos não enfatizam a incorporação das variáveis biofísicas nos modelos de análise, mas, pelo contrário, centram-se em questões como a análise das ações sociais com implicações ambientais, a construção de conhecimento ambiental ou a caracterização do mundo atual, relevando a devida conta ao papel dos riscos ambientais nesta caracterização.

Por outro lado, essas novas abordagens, diferentemente daquelas surgidas nos anos setenta, não partem do distanciamento das discussões clássicas do campo da Sociologia, mas, pelo contrário, surgem associadas à reflexão crítica da tradição sociológica e suas discussões teóricas principais, nelas incorporando esta nova dimensão ou problemática teórica.

Isto quer dizer que boa parte da Sociologia que na década passada começava a considerar a natureza, não o faz a partir da negação da sua tradição sociológica, mas pelo contrário, atualiza sua tradição analítica a partir de sua revisão crítica. Essencialmente, essas perspectivas deixam de considerar a natureza e os condicionamentos que ela impõe, como algo "externo" à vida social, para entendê-la como uma entidade socializada, à medida que não existe já no mundo contemporâneo, argumentam, alguma coisa que possa ser considerada como livre das influências da sociedade humana.

Com um importante desdobramento, esta consideração força a reavaliação do caráter do conhecimento científico e as suas implicações como subsídio para o controle dos problemas ambientais. Quando os riscos ainda podiam ser tidos como produtos de fatores

negar que os seres humanos são "excepcionais" dentro das espécies, mas que o fato de possuir cultura e

externos, quer dizer, não produzidos por ações humanas, a ciência ainda podia continuar oferecendo uma sensação de segurança. Mas a situação atual tem conotações muito diferentes, pelo fato de a ciência, a tecnologia e a indústria estarem nas próprias origens dos riscos. Vive-se em uma época onde os “efeitos secundários” das inovações técnicas já não são propriamente secundários (Giddens, 1996 p. 216-220), e onde não podemos mais negar que os supostos objetos naturais são, na verdade, “híbridos” de natureza e cultura (Latour, 1994).

Assim, reconhecendo e interagindo com essas teorias da dinâmica social dos problemas ambientais, as abordagens construtivistas têm considerado estes problemas como o produto de uma construção social, envolvendo os processos sociais de sua definição, negociação e legitimação (Guivant, 1997). Há duas vertentes chaves para a análise da construção social dos problemas ambientais: por um lado, a conceituação do processo de “fabricação” de demandas ambientais (*environmental claims-making*), que aproveita os aportes na construção social da realidade da Sociologia do Conhecimento (inspirados por exemplo, em Berger e Luckmann) e do interacionismo simbólico (Blumer, entre outros). Por outro lado, o processo pelo qual certas demandas conseguem legitimidade, enquanto outras são rejeitadas segundo as relações de poder, o que incorpora a tradição de pensamento weberiano (cf. Hanningan, 1995 p. 4).

Contrariamente à literatura realista sobre questões ambientais, o social-construtivismo não aceita acriticamente a existência de tais problemas, senão que focaliza o processo social, político e cultural em que as condições ambientais são definidas como sendo inaceitáveis, e devendo ser modificadas (*Ibid.* p. 30). Desta maneira, por exemplo, reconhece-se que a poluição não era considerada um “problema” até que ativistas ambientalistas conseguissem que outros percebessem sob este ângulo aquilo que, de fato, realmente existia há bastante tempo (*Ibid.* p. 39).

Por outro lado, diferentemente da pesquisa que focaliza exclusivamente o discurso público na agenda ambiental e nas políticas, esta abordagem procura reconhecer os problemas e soluções ambientais como resultados da dinâmica social de definição, negociação e legitimação, tanto no espaço público quanto no espaço privado (*Ibid.* p. 31). Isto porque os debates ambientais não só demonstram a falta de certezas sobre certas questões, mas produz igualmente inúmeras certezas contraditórias, isto é, pontos de vista irreconciliáveis sobre as características e conseqüências de certos problemas. Isto não supõe a negação dos problemas

existentes numa realidade objetiva, mas enfatiza o fato de que os agentes entram em processos de negociação, segundo condições que são socialmente definidas, na hora em que destacam e formulam o que deve ou não ser considerado um “risco” (Guivant, 1997).

Esta perspectiva requer à adoção deliberada de uma atitude, por assim dizer, agnóstica, visando otimizar o acesso de como o conhecimento ambiental e os riscos são socialmente articulados (Hanningan, 1995 p. 31). Ainda de acordo com Hanningan, há certas questões-chaves a serem consideradas na análise das reivindicações ambientais. Entre elas, o que está sendo dito sobre o problema? Como o problema está sendo tipificado? Qual a retórica utilizada para persuadir os outros? O discurso retórico, que utiliza propositadamente a linguagem para a persuasão, geralmente se fundamenta através de definições, exemplos e estimativas numéricas, e tenta justificar alguma ação que deve ser tomada. Também entre os elementos para a construção bem sucedida de um problema ambiental é possível identificar os seguintes requerimentos: a) a autoridade científica para a validação dos argumentos; b) os incentivos econômicos para adotar uma ação específica; c) a atenção da mídia para que o problema seja enquadrado como importante e d) a emergência de uma instituição que assegure a legitimidade do problema e garanta a continuidade das ações encaminhadas (*Ibid.* p. 35 e 55). Todas estas são variáveis contingentes que, evidentemente, dependem de condições sociais.

Irwin (1997) argumenta que, de modo geral, as colocações a respeito da “crise ambiental” enfatizam a necessidade da sociedade responder urgentemente perante aos problemas ambientais, como o aquecimento global, perda de espécies, poluição da água, etc. Esses problemas são apresentados como conseqüências indesejadas do crescimento industrial e dos modernos estilos de vida. Em outras palavras, são apresentadas como o “impacto social sobre o natural”. Sobre esta base, como decorrência lógica, requer-se uma mudança social para poder atingir relações com o ambiente natural que sejam mais “sustentáveis”. O suposto que subjaz a esta perspectiva, alerta ainda Irwin, é que o natural é diverso do social, e que nosso conhecimento do ambiente natural seria *objetivo e neutro*, e que, portanto, as ações sociais devem seguir a “ciência natural” para obter uma análise objetiva dos riscos e desafios. Mas, ao mesmo tempo, dado que o tratamento bem sucedido das questões ambientais mostra a necessidade de definições de risco e de ameaças que sejam claras e autorizadas, os grupos científicos freqüentemente lutam para conseguir legitimação pública, como mostram amplamente os casos recentes de segurança dos alimentos e poluição ambiental.

Certamente, o suposto de que o conhecimento da ciência natural possa ser neutro e objetivo negaria muito do conhecimento sociológico e antropológico acumulados, que demonstram que a visão social do natural reflete a cultura e sua visão de mundo, ou seja: “(...) a visão do universo e o tipo particular de sociedade que a sustenta são intimamente interdependentes. Constituem um sistema comum. Nenhum pode existir sem o outro” (Mary Douglas 1980 p. 289, *apud* Irwin, 1997 p. 218).

Assim, prossegue Irwin, mais do que supor uma dicotomia em que “a sociedade está aqui e a natureza está lá”, isto sugere uma relação superposta entre o social e o natural, sugerindo também que é impossível ser objetivo em relação a qualquer das duas categorias, sendo impossível discriminar onde termina uma e onde começa a outra.

As críticas mais incisivas que tem recebido a abordagem construtivista de análise dos problemas ambientais referem-se ao fato das mesmas outorgarem um espaço excessivamente proeminente à flexibilidade interpretativa decorrente de levar em conta a dimensão subjetiva das ações e do conhecimento, ou seja, seu excessivo relativismo. Esta flexibilidade interpretativa teria um efeito corrosivo na utilidade e na potencialidade crítica das considerações sociológicas sobre os problemas e os fenômenos ambientais. Em última análise, a abordagem construtivista carregaria uma subestimação da existência dos problemas ambientais, não contribuindo para a solução desses problemas.

Perceba-se que não se trata de uma crítica que negue o caráter socialmente construído do conhecimento, já que boa parte destes autores reconhecem que "todo conhecimento é, em certa forma, socialmente construído" (Dickens, 1996, *apud* Burningham e Cooper, 1999). O que está em questão é que esta Sociologia Ambiental falharia em não reconhecer o poder causal independente da natureza, ou seja, por ser "supersocializada" ou "sociológica demais" (Benton, 1994 e Martell, 1994 respectivamente, *apud* Burningham e Cooper, 1999 p. 300) e por isso perderia sua eficácia prática.

De modo geral, a crítica realista do construtivismo denota a convicção de que a Sociologia tem um papel significativo em entender e responder aos problemas ambientais realmente existentes. Mas, como ressaltaram recentemente Burningham e Cooper (1999), no fundo, o argumento apresenta um caráter moral. A crítica não só assinala que o social construtivismo seria equivocado por subestimar a força independente do mundo natural, mas, principalmente, porque essa posição é perigosa e moralmente equivocada.

Como já foi assinalado, a agenda realista da Sociologia Ambiental nasceu carregada da missão imperativa de contribuir com eficácia à administração dos problemas ambientais. Assim como os próprios Dunlap e Catton têm argumentado, o social construtivismo é incapaz de contribuir a este objetivo porque "se todas as demandas têm validade, então não há base para apoiar alguma em lugar de outra, e portanto não há base para se tornar proativo" (Dunlap e Catton, *apud* Burningham e Cooper, 1999 p. 300).

Burningham e Cooper (*Ibid.*) contra-argumentam apresentando várias inconsistências que essas críticas conteriam. Por exemplo, o fato de elas centrarem-se contra um certo construtivismo extremo que não é aquele que tem subsidiado a maior parte dos estudos empíricos, os quais são ignorados pela crítica realista. Estes trabalhos, geralmente desenvolvem uma forma "suave" de construtivismo que dirige atenção especial aos processos sociais inerentes ao desenvolvimento de instituições científicas, epistemologias e conhecimentos e têm sido úteis e relativamente pouco controvertidos em mostrar como a realidade ambiental é socialmente construída.

Um dos equívocos implícitos nas críticas é que se confunde o sentido atribuído à posição agnóstica perante o conhecimento ambiental que faz parte do ponto de partida metodológico do construtivismo. A questão aqui é que a posição construtivista não nega a existência de uma "realidade" externa, mas argumenta que aquilo que essa realidade "é", ou seja, o que ela significa, é socialmente construído e não pode ser considerado como dado. Como tem exemplificado Ernesto Laclau, "Uma pedra existe independentemente de qualquer sistema de relações sociais, mas ela é, por exemplo, tanto um projétil quanto um objeto de contemplação estética somente dentro de uma configuração discursiva específica" (Laclau, 1990 p. 101 *apud* Burningham e Cooper, 1999 p. 308).

É por partir de conceitos estritamente sociológicos (como o de agência, representação social, legitimação, industrialismo, entre outros), e incorporar métodos de análise em desenvolvimento na época (como a desconstrução do conhecimento científico sobre a natureza) que estas novas abordagens sociológicas da problemática ambiental são vistas, por oposição ao ponto de vista da SMA realista como "construtivistas", e, portanto, suscetíveis à crítica de não incorporar a natureza *em si* em seus modelos de análise.

Por outro lado, estas novas abordagens não necessariamente produzem conhecimentos de eficácia prática que os autores realistas esperam de uma Sociologia aplicada capaz de dar solução a problemas concretos e imediatos. Pelo contrário, ao mesmo tempo que assumem os limites dos paradigmas dominantes da Modernidade (limites, entre os quais a crise ambiental

é um dos seus principais indicadores), muitas vezes eles partem de uma visão crítica das concepções instrumentalistas acerca de como o conhecimento produzido pela Sociologia ajuda a ativação e o controle dos processos sociais.

2.4 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 2

Algumas reflexões finais podem ser extraídas a partir da discussão sumariamente apresentada acima. Em primeiro lugar, pode-se afirmar que o NEP (Novo Paradigma Ecológico), não é de fato um “novo paradigma”, à medida que considera a natureza sob os mesmos parâmetros, socialmente determinados, de toda a ciência moderna, constituindo na verdade uma nova manifestação do processo de socialização da natureza. Assim, surge a necessidade de distinguir a discussão sobre a inclusão ou não das variáveis biofísicas nos modelos de análise, da questão de reconhecer ou não a essas variáveis o atributo de "natural". Com efeito, a partir dessa reflexão, pode-se reconhecer que ambas as perspectivas (construtivista e realista) não tratam, na verdade, da natureza em si, mas de construções sociais, sejam estas materiais ou cognitivas.

Neste sentido, seria mais apropriado, então, assumir ambas as posições como estratégias teórico-metodológicas diferenciadas (distinguíveis apenas pela sua ênfase objetivista/realista ou subjetivista/hermenêutica) para a abordagem da construção social da natureza. Conseqüentemente *a atribuição do caráter de "natural" a quaisquer dos objetos analisados por quaisquer destas perspectivas é mais uma construção social.*

Isto recoloca a questão acerca da "utilidade" do conhecimento sociológico, que existiria apenas para satisfazer a expectativa de fornecer subsídios para uma intervenção eficaz na sociedade. Na verdade, as principais contribuições da Sociologia podem se originar, mais do que de revelar novas verdades, da introdução de olhares que mostrem como são geradas as condições para que algumas coisas sejam percebidas como verdadeiras.

Neste contexto, assumir tal limite significa reconhecer que a expectativa de produzir conhecimentos de suposta eficácia instrumental não é uma expectativa à qual a Sociologia Ambiental deva necessariamente se render. E não por isso trata-se de um conhecimento inócuo. Pelo contrário, como se viu nos argumentos sustentados contra a visão de natureza como valor intrínseco, o compromisso com a desnaturalização de posições naturalizadas leva a reconhecer que os agentes sociais falam sempre desde uma posição, e que discursos "objetivos" são discursos objetivados por condições culturais ou de poder diferenciadas.

Além do mais, a tarefa da Sociologia não necessariamente é a de induzir transformações, mas sim tentar explicar por que as coisas são como são, por que aparecem como aparecem, ou como os fenômenos sociais são produzidos e reproduzidos. Esta atitude, tem sérias implicações políticas, que de forma alguma incentivam o "quietismo político", como sugerem os autores realistas da Sociologia Ambiental. O que ocorre, e isso sim é verdade, é que esse conhecimento não necessariamente abona as posições pré-definidas como necessárias a partir dos pontos de vista já institucionalizados.

Por outro lado, a observação do caráter reflexivo da sociedade contemporânea, como será discutido a seguir, implica em reconhecer a dificuldade de que possa haver certos conhecimentos que corretamente administrados possam garantir que alguma ação evite ter conseqüências não premeditadas.

Não obstante tal fato, como foi analisado no início do capítulo, as defesas da natureza são sempre defesas de valores, que se utilizam dela, natureza, para justificar um ponto de vista normativo. Por isso, como afirma Williams (1972), “Ao falar do homem ‘intervindo’ em processos naturais está-se supondo que ele pode encontrar possível faze-lo, mas pode decidir não faze-lo. A natureza está sendo pensada como separada do homem, antes mesmo de que qualquer pergunta sobre intervir nela possa ser feita, e antes mesmo de que a ética possa surgir” (Williams, 1972 p. 154). Em outras palavras, somente uma vez que uma específica idéia de natureza é definida, torna-se possível julgar com argumentos morais o conjunto das atividades humanas que nela intervêm.

3 Natureza, história e teoria sociológica

No capítulo inicial desta pesquisa, discutiu-se acerca da associação entre atitudes a respeito da natureza e concepções normativas socialmente condicionadas. Foram também analisados os modelos normativos que informam o debate contemporâneo em torno do papel e das atribuições da natureza, e como esse complexo debate se reflete no campo da Sociologia Ambiental.

Neste capítulo, serão examinadas as idéias de natureza sob um prisma histórico, relatando, sinteticamente, alguns elementos da história das idéias de natureza. Este trânsito histórico tem aqui dois motivos principais. Primeiramente, pretende-se demonstrar que o “natural”, aquilo que está fora do controle humano ou que ainda não foi influenciado por ele, nem sempre foi percebido com as propriedades que hoje a ele se atribui. Essa atribuição de propriedades tem sofrido transformações, conforme a sociedade humana e suas instituições (como a ciência e a religião) também têm se transformado.

A segunda razão é evidenciar que a evolução da teoria social tem estado vinculada às mutantes idéias sobre a natureza, ora influenciando-as, ora sendo influenciadas por elas. Assim, em outra seção deste capítulo será feita referência à forma sob a qual a teoria sociológica geral tem abordado a problemática da relação com o mundo natural. Nesta parte, dar-se-á especial ênfase à evolução da teoria sociológica contemporânea, considerando que, se a teoria sociológica é usualmente a expressão de certos dilemas e desafios historicamente contextualizados, a teoria sociológica contemporânea é exatamente onde estão expressos e tematizados os desafios atuais que são analisados neste trabalho.

No Capítulo 2, foi visto que as variadas defesas discursivas sobre a natureza se fazem a partir de pressupostos normativos. Nesta parte, através da discussão introduzida pela teoria sociológica contemporânea, será ressaltado que não existe, na verdade, uma natureza “externa” na qual seja possível se referenciar, como uma entidade inteiramente avessa e estranha às possíveis realidades humanas.

3.1 NATUREZA E HISTÓRIA

Historicamente, a idéia de natureza tem sido evocada com significados diversos e, por vezes, opostos. Entre outras acepções, o termo “natureza” tem sido utilizado para nomear as características essenciais de alguma coisa; ou então para se referir às forças subjacentes que explicam os eventos da vida e do mundo físico; ou para englobar o conjunto completo de objetos animados e inanimados; muitas vezes para supor a condição humana original, prévia à sociedade e à cultura humanas; freqüentemente, para se referir ao mundo físico, em oposição ao ambiente criado pelos seres humanos e, também, para se referir mais especificamente às áreas rurais, em oposição às áreas urbanizadas. Em outras palavras, a idéia e os significados de natureza têm sido definidos sob formas e conteúdos muito diversos, através de operações de abstração de distintos elementos e eventos do real. O resultado tem sido, como esperado, uma construção extremamente polissêmica que resulta em diversas “naturezas”, por vezes personificadas, até antropomorficamente, e associadas às diferentes experiências de vida humana. Os problemas semânticos que acarreta o termo “natureza” são às vezes tão complexos que alguns dicionários filosóficos chegam a desaconselhar, sempre que possível, o uso do termo (ver, como exemplo, Lalande, 1953: 862).

John Stuart Mill foi um dos filósofos que mais vigorosamente propôs um critério de distinção dos diferentes sentidos do termo, como forma de oferecer alguma orientação nesse labirinto polissêmico. Para ele, a palavra “natureza” tem dois sentidos principais. O primeiro é o de denotar o *sistema total* das coisas, com todas as suas propriedades. O segundo refere-se às *qualidades* das coisas, tal como seriam fora de toda intervenção humana (Mill, 1874). Este critério deveria ser complementado com a demarcação entre o mundo *humano* e mundo *não humano*, distinção evidentemente muito presente nos usos sociais da expressão (Soper, 1995: 37).

Seguindo esses critérios, pode-se associar os diversos modos em que a natureza foi definida ao longo da história com o modo em que as pessoas pensam em si e em seu lugar no mundo, definindo suas capacidades e atribuições em relação à trama de experiências de vida consideradas dadas, ou seja, resultantes de fatores independentes da vontade e ações humanas.

Por isso, da *physis* dos gregos à idéia recente de “recurso natural”, sempre as noções de natureza foram construções estreitamente conectadas com processos e experiências sociais. Muito embora este seja um consenso entre os autores que tratam desta questão, é interessante notar a escassez de trabalhos realmente abarcadores que desenvolvam uma história das idéias

sobre a natureza, que enfatizasse os seus condicionantes sociais. Para Williams (1972), a razão disto talvez seja a dificuldade de vincular a continuidade nominal do termo ‘natureza’ com a variedade de problemáticas que têm se valido dele.

Dadas as características da noção de natureza que é explorada aqui, é evidente que a apresentação sumária a seguir não estará isenta de limitações que a farão, provavelmente, esquemática em excesso e bastante superficial. Este relato tentará expor as passagens entre diferentes formas de conceber a natureza na história da ciência, para depois analisar a conexões entre estas formulações e o processo de secularização que abriu o campo para a proliferação da intervenção humana na natureza.

3.1.1 A natureza na história da ciência

Com o objetivo de obter maior clareza, primeiramente será exposto o esquema clássico que explica a evolução do conceito de natureza na ciência, para depois incursionar nas conexões entre este esquema e os processos sociais.

O relato da história do conceito de natureza na ciência se fundamenta na idéia de que esta última emerge (se não cronológica, pelo menos logicamente) sobre uma concepção de natureza. No esquema conceitual clássico, parte-se de uma leitura da ciência natural grega para depois estabelecer as continuidades e rupturas até alcançar as concepções de natureza presentes na cosmologia ocidental. Assim, delimitam-se etapas que sem serem concebidas como um encadeamento linear, são reconhecidas na literatura como os grandes traços de uma periodização, relativamente consensual.

Sinteticamente, tais etapas começam com a concepção grega pré-socrática, incluindo a sistematização da noção de *physis* feita posteriormente por Aristóteles. Nesta etapa do relato, o mundo da natureza é concebido como um mundo de movimento perpétuo e, portanto, vivo, que por ser regular e ordenado deve ser também inteligente e dotado de “alma” (Collingwood, 1986, p.10).

O segundo período corresponde ao processo desencadeado nos séculos XVI e XVII, caracterizado como a “cosmologia” da Renascença. Aqui, enfatiza-se a mudança para uma visão mecanicista/criacionista da natureza, desprovida de uma inteligência própria, mas dependente de uma inteligência transcendente, divina. Tal como o axioma fundamental do pensamento grego sobre o espírito é a sua imanência, o axioma da perspectiva dos séculos XVI e XVII (ilustrada exemplarmente através da ortodoxia cartesiana) é a sua transcendência.

A natureza deixou de ser um organismo para passar a ser uma máquina, e seus movimentos e mudanças deixaram de ter qualquer orientação teleológica ou causas finais, para se reduzirem a meras causas eficientes, pela ação de outros corpos, também mecânicos (Ibid., p 13 e 115). É assim que, enquanto a ciência natural grega se baseava na analogia entre a natureza como um macrocosmo e o homem como um microcosmo, a ciência natural da Renascença foi baseada na analogia entre a natureza como obra de Deus, e as máquinas como obra do homem.

Por isso, a visão moderna da natureza, correspondente ao terceiro período, é baseada na analogia entre os processos do mundo natural e as vicissitudes dos problemas humanos (Ibid., p. 16-17). Com efeito, a analogia mecânica já era familiar aos pensadores da Renascença graças ao incipiente processo de fabricação de máquinas. Do mesmo modo, a ampla difusão dos estudos históricos que destacaram a concepção de processo, mudança e evolução no centro de sua análise, surgidos pela primeira vez em meados do Século XVIII, forneceram elementos de analogia aos cientistas da natureza no surgimento da cosmologia moderna.

A doutrina da evolução – especialmente ligada ao nome de Charles Darwin, embora não tenha sido ele quem a expôs pela primeira vez – afirma, em seu sentido mais estrito, que as espécies vivas não são uma cadeia de tipos permanentes, mas que mudam, existem e deixam de existir, condicionadas pelo tempo. A “essência” da natureza deixa então de se apoiar sobre uma visão sincrônica, numa vivisseção, mas numa história natural. Esta visão, surgida no Século XVIII, segundo as análises clássicas na matéria, tem se consolidado cada vez mais até nossos dias.

3.1.2 Natureza e secularização

Esta leitura da noção de natureza através da história da ciência e da filosofia, complementa-se com uma outra perspectiva que, ainda que fundada na análise histórica comum, enfatiza o viés secular da civilização moderna. Nesta trajetória, destaca o processo de “desencantamento”, historicamente datado nos séculos XVI e XVII, com seu duplo movimento, o metafísico e o científico, processo que constituiu-se em uma das pedras fundamentais da Modernidade.

Esta perspectiva é a que salienta a definição da natureza como uma entidade separada da esfera humana, resultando numa visão de mundo dicotômica, na qual sociedade e natureza

operam sob impulsos e determinações diferenciadas. Nesse contexto, o âmago do impulso humano é entendido como uma vocação por conhecer e dominar os objetos não humanos, supondo uma concepção civilizatória onde o progresso deve ser medido e avaliado em termos da dominação humana da natureza. Esta visão pressupõe uma doutrina da excepcionalidade humana, segundo a qual os seres humanos seriam fundamentalmente diferentes e superiores a todas as outras espécies, podendo determinar os seus próprios destinos, num mundo vasto e de oportunidades ilimitadas a serem exploradas pela sociedade humana, cuja história seria a do progresso infinito. Tal excepcionalidade teria um fundamento metafísico, considerando o ser humano como o único capaz de se sintonizar com uma realidade divina.

O relato da passagem para uma visão dessacralizada da natureza centra-se na transição entre a pré-modernidade e a Modernidade. Como já foi antes ressaltado, no âmbito do relato histórico ocidental foram os filósofos pré-socráticos quem formularam a primeira abstração configurada como uma idéia singular de natureza. Trata-se da primeira idéia que informa que uma grande variedade dos fenômenos que nos rodeiam poderiam ser todos eles nomeados como um único objeto.

Para Lewis, a formulação grega constituiu a pre-condição para ulteriores definições da natureza realizadas durante a Idade Média, que se basearam em personificações sacralizadas. Com efeito, na Europa medieval a natureza foi concebida como uma entidade personificada, dispendo como tal do seu próprio espaço particular no grande projeto das coisas. Segundo aquele autor,

“Ela tinha seu próprio lugar embaixo da Lua. Ela tinha suas obrigações indicadas como vice-regente de Deus naquela área. Os sujeitos sob suas leis podiam desobedecer, estimulados por anjos rebeldes, e assim tornar-se ‘anti-naturais’. Tinha coisas acima dela, e coisas embaixo dela. São precisamente estas limitações e subordinações da Natureza que a deixam livre para sua triunfante carreira poética. Rendendo-se ao confuso chamado para ser todas as coisas, ela se torna alguém” (Lewis, 1964, *apud* Macnaghten e Urry, 1998, p.9).

Dentro desse grande diagrama geral, os seres humanos tinham o seu próprio lugar, embora próximo e conectado com o da natureza. Nesse mundo, a natureza é comumente retratada como uma criação de Deus, além de refletir uma ordem perfeita na qual tudo teria o seu lugar adequado e ordenado.

Para Williams (1976), essa visão da natureza provoca uma considerável tensão em relação aos limites apropriados das intervenções e das interrogações sobre o mundo físico, e com isso sobre toda ação humana. As pesquisas mais profundas podiam ser consideradas como transcendendo o limite adequado ou, então, como uma tentativa de intervenção

‘contrária à natureza’. Apesar de que durante a Idade Média houve uma considerável intervenção na natureza física – desde o desmatamento para desenvolver agricultura, até o traslado de milhões de pedras para a edificação de catedrais e outras construções – essas interferências foram concebidas em termos de tentativas para descobrir a providência divina, e também em termos de construir artefatos dedicados a expressar a perfeição da ordem de Deus.

No entanto, para o mesmo autor, ainda na época medieval existiu uma ambigüidade significativa na relação entre seres humanos e natureza, perceptível nas suas duas grandes personificações: a natureza como o Monarca Absoluto que define o destino e as determinações das quais não podemos escapar, e a natureza como Terra Mãe, que provê satisfações às necessidades humanas. O autor argumenta que ambas personificações se explicam como uma forma de dar sentido às incertezas do dia à dia da época. Quando os tempos eram bons, a natureza era personificada como a Mãe, a provedora, a deidade nutridora; mas nos tempos de fome e pragas, a natureza torna-se personificada como um monarca imprevisível e arbitrário.

Como em toda a cosmologia pré-moderna, estas duas personificações também dependiam da idéia de uma ordem primária na qual a humanidade, a natureza e Deus estavam inextricavelmente conectados na grande cadeia dos seres. Assim, os julgamentos morais eram em grande medida entendidos em termos da compreensão da obediência (ou não) dessas atividades humanas à ordem ‘natural’ provinda de Deus.

Foi durante os séculos XVI e XVII que aconteceram as transformações que resultaram na negação dessa inclusiva ordem cosmológica baseada numa concepção sagrada da natureza - a emergência da concepção mecanicista envolvendo a passagem da idéia de natureza como força vital para a idéia de natureza como matéria morta, a passagem do espírito para a máquina. O processo que conduziu à conformação da visão mecanicista da natureza surgiu das novas ciências da Física e da Astronomia, apoiadas pela Matemática, onde o estudo da natureza torna-se o estudo de como a natureza é materialmente constituída. A natureza começava assim a ser considerada como um conjunto de leis e causas, susceptíveis de serem descobertas através de estudos que pudessem ser desenvolvidos sem recorrer à consideração dos propósitos divinos.

Marcas fundamentais desta transformação foram a ontologia física desenvolvida por Galileu (1564-1642), a filosofia dualista formulada por Descartes (1596-1650) e a ‘imagem científica do mundo’ oferecida por Newton (1642-1727). Como se sabe, com eles se configura um novo paradigma no qual o método científico não mais requer uma explicação teológica.

Pelo contrário, as forças básicas que controlam a criação podem ser descritas em termos matemáticos ou geométricos. Deus não é mais concebido *dentro* da natureza. Agora ele é separado da natureza e localizado nos céus, supervisionando a ‘Sua’ criação mecânica, e intervindo ocasionalmente através de milagres. Esta separação aparece refletida na célebre analogia de Kepler (1571-1630) com a imagem do relógio:

“Meu propósito é mostrar que a máquina celestial não é com uma divindade, mas como a máquina de um relógio (sendo que aquele que acredite que o relógio tem alma estará atribuindo à criatura a glória que pertence ao criador) onde quase todos os múltiplos movimentos são causados por uma simples força, magnética e material, assim como todos os movimentos do relógio são causados por um simples peso. Também irei mostrar como essas causas físicas podem ter expressão numérica e geométrica”. (Kepler, 1605 *apud* Koestler, 1964, p. 340).

Assim, é fundada uma visão dessacralizada da natureza que alça o ser humano como o seu amo e senhor, e legitima o desenvolvimento técnico irrestrito como o meio mais legítimo e idôneo para o cumprimento da missão de conquistá-la. A idéia de progresso aparece como o novo *leit motiv* secular da civilização moderna. E é sob este novo imperativo que a natureza passa a ser considerada como um “recurso”, cuja função e sentido é o de satisfazer as necessidades crescentes das populações, também crescentes, do incipiente mundo moderno. Em tais condições, o industrialismo, configurado pela aliança entre ciência e tecnologia, converte-se no eixo principal da interação dos seres humanos com a natureza, transformando-a de forma inimaginável para gerações passadas.

Vistas em seu conjunto, tais operações teóricas concretizaram uma nova posição do ser humano perante a natureza, promovendo novas ações sobre a natureza física através de práticas instrumentais, cujas fundações consistem em tomar a natureza como um conjunto de *objetos* passivos, suscetíveis de serem usados, transformados e controlados pelos seres humanos.

Todos os argumentos utilizados para justificar a enorme interferência na natureza ocorrida desde o Século XVIII repousa nesta construção da natureza separada, cujas leis são as mesmas da Física, e também, supõe-se, as leis de Deus, seu criador. Assim, na medida em que tais leis eram consideradas leis divinas, a interferência física pôde começar a ser considerada como uma extensão da presença epifenomênica de Deus. Isto propiciou o aparecimento de sistemas de pensamento que começaram a considerar como fundamental aos efeitos da realização dos propósitos humanos, e junto com eles aos de toda a Criação, a interferência em grande escala na natureza. Assim foi possível sustentar posições que proclamavam a ‘naturalidade’ de tal interferência, invocando, inclusive, a missão de

‘melhorar’ a natureza através da intervenção humana (Macnaghten e Urry, 1998, p.13). Estas posições são identificadas na literatura como a perspectiva dos “*improvers*” (aperfeiçoadores).

3.1.3 A popularização da História Natural

A formulação das leis naturais no Século XVIII e sua aplicação em posições como as dos *improvers* provocou reações que manifestaram um renovado interesse no natural como o estado de inocência original, o qual foi justificado teoricamente através da História Natural. Este interesse surgiu em grande medida entre os intelectuais conservadores e representantes das Ciências da Vida, para quem as doutrinas mecanicistas não chegaram a suplantam a velha idéia da Terra como um ambiente onde a intencionalidade divina era evidenciada pela harmonia e perfeição das manifestações naturais. Com efeito, muitos dos naturalistas da época valorizavam qualidades sensoriais definidoras da beleza natural (como formas, cheiros e cores) que foram ignoradas ou consideradas de importância secundária pelos mecanicistas. Assim, para esses interessados na variedade e complexidade da vida, o novo método científico era insatisfatório, por ser excessivamente limitado e abstrato (Macnaghten e Urry, 1998, p.12).

Esse interesse na História Natural prefigurou o desenvolvimento de uma nova e importante idéia de natureza no fim do Século XVIII e inícios do Século XIX. Assim como os *improvers* da natureza defendiam a inevitabilidade das transformações, muitas pessoas começam a manifestar sua desconformidade com as conseqüências dessa intervenção. Com efeito, a excessiva fumaça das novas fábricas, a transformação das passagens rurais tradicionais e o aparecimento de novas doenças rapidamente começaram a ser criticadas por serem inumanas, injustas e, o que é mais importante aqui, ‘não naturais’ (Macnaghten e Urry, 1998, p.12).

Este processo foi identificado por alguns autores como a formação das raízes do movimento ambientalista e da revalorização da vida natural. Essas razões sociais encontraram um desenvolvimento marcante na Grã Bretanha vitoriana, conjugando elementos do romantismo e darwinismo, que alteraram as percepções humanas muito além de seus respectivos lugares de origem (McCormick, 1992). Foi um período onde o que mudou mais significativamente foi o conceito *popular* de natureza. Esta mudança materializou-se através percepção dos impactos da industrialização, associados ao embasamento que as descobertas científicas permitiram no período.

Com efeito, o crescimento do interesse pela História Natural revelou muito sobre as conseqüências da relação de exploração entre os humanos e a natureza. Isto levou num

primeiro momento à estruturação de um movimento pela proteção da vida selvagem e, depois, às reivindicações que levaram a valorizar os espaços rurais como áreas de lazer e como um antídoto para a vida das aglomerações industriais.

Segundo McCormick, a compreensão do ambiente natural possibilitada pelas pesquisas dos séculos XVIII e XIX redimensionou a visão do lugar que correspondia aos seres humanos na natureza. Se por um lado é verdade que o desenvolvimento da época se apoiava incontestavelmente na conquista da natureza pela ciência e pela tecnologia, por outro uma ‘consciência biocêntrica’ gradualmente foi encorajando a responsabilidade moral, no sentido de proteger a natureza contra os abusos.

O imperativo dos *improvers* de “melhorar” o ambiente que a separação sociedade-natureza vinha legitimando desde a revolução cartesiana começou assim a ser questionado. Atos como a demolição de construções antigas, as drenagens de pântanos, enfim as transformações das paisagens tradicionais, já no final do século XIX foram comumente interpretadas como algumas das conseqüências indesejáveis de sistemas de pensamento cujos dogmas começavam ser revistos.

O interesse na História Natural foi desde o início motivado por uma visão arcadiana da natureza, que propunha resgatar a simplicidade e a humildade como modo de pacificar as relações dos seres humanos com a natureza. (McCormick, 1992, p.22). Assim, o mesmo encontrou adeptos tanto entre interessados pelo desafio científico e intelectual quanto entre românticos e primitivistas, cujas sensibilidades estéticas eram violentadas pela transformação da natureza pelos seres humanos. A História Natural tornou-se, segundo McCormick, num passatempo popular vitoriano, alimentado pelo sentimento de que permitiria aos seres humanos estarem mais perto de Deus. O estudo da natureza era em si mesmo considerado como um ato de devoção – “(...) Através da Natureza até o Deus da Natureza” (Lowe, 1983, p. 333, *apud* McCormick, 1992, p. 22).

Na Inglaterra de 1880, as sociedades de História Natural se contavam em várias centenas e os seus membros em cerca de cem mil (McCormick, 1992, p. 23). Embora tal popularidade tenha produzido os seus efeitos paradoxais em termos de depredação da vida selvagem através da ação de colecionadores, de um modo geral, à medida que os naturalistas aprendiam mais sobre a natureza, a sociedade passou a reconhecer melhor o seu valor e a medir com mais precisão as ameaças colocadas pela atividade humana. Deste modo, o imperativo de conhecer a natureza para controlá-la e, no limite, para melhorá-la, transformou-se para certos grupos bastante influentes em um imperativo de conhecê-la para preservá-la.

Foi nesse mesmo contexto que surgiu a preocupação com a proteção dos animais, que com o tempo foi evoluindo até focalizar a sua atenção contra os tratamentos cruéis dispensados a eles. As campanhas que no início (1824) se preocupavam com o maltrato contra animais domésticos, em pouco tempo voltaram também sua atenção para os animais selvagens, chegando em 1870 a se concentrar também em certas formas de caça e nas vivissecões realizadas nos laboratórios científicos e nas aulas de anatomia. (McCormick, 1992, p. 23). A preocupação com a crueldade infligida aos animais durante as vivissecões implicava também numa contestação profunda da visão de natureza dos mecanicistas. Como explica Thomas (1996), foi essa concepção que, concebendo os seres não humanos como máquinas, deixou o caminho da vivissecão livre de remorsos e objeções éticas. Assim, a preocupação com o sofrimento dos animais, de modo geral, especialmente naquele observado durante as experiências científicas, indicava que a visão de natureza já no Século XIX era um campo de contestação.

3.2 A TEORIA SOCIOLOGICA E O QUE NÃO É NATURAL

Sendo a natureza um campo de contestações, qual a idéia de natureza que a Sociologia sedimentou como referência? Em outras palavras, qual foi o papel atribuído à natureza na dinâmica social no desenvolvimento da Sociologia como disciplina científica?

Na verdade, nunca foi uma situação tranqüila para a Sociologia incorporar às suas reflexões as implicações dos fatores naturais na dinâmica social. Esta dificuldade encontra-se atrelada à conturbada e ambivalente relação que historicamente tem se estabelecido entre as Ciências Sociais e outras disciplinas que dizem respeito ao ambiente natural. Se por um lado a Sociologia clássica nasceu com a marca das ‘ciências’ cujos métodos e grandes modelos eram os das ciências naturais, por outro, sua afirmação como disciplina que pretendia explicar a vida social humana deu-se através da reação contra todo tipo de explicação que privilegiasse a explicação dos eventos humanos como resultado de fatores não humanos, notadamente os teológicos e os biológicos (Buttel, 1992).

Com efeito, no intento de se distanciar das explicações pré-científicas ‘próprias de estágios teológicos ou metafísicos da sociedade humana’ no dizer de Comte, a procura de posturas epistemológicas que pudessem cunhar legitimidade científica ao conhecimento sociológico teve nas ciências da natureza o seu modelo paradigmático. Também a concepção de totalidades sociais em forma de organismo, e as imagens de evolução dessas totalidades,

foram conceituações apropriadas das ciências da natureza. Neste último sentido, a influência de Darwin, ainda que indireta, em pensadores como Marx ou Durkheim, é incontestável. Mais explícita ainda é a admiração de Comte pela Biologia, para quem a Sociologia devia ser a sua continuação natural em termos de complexidade.

Mas também é verdade que a teoria propriamente sociológica e, conseqüentemente, a afirmação de seu próprio campo disciplinar, construiu-se em grande medida através de reações contra os reducionismos biológicos e o determinismo ambiental. A idéia de que os “fatos sociais” podem explicar-se por determinações biológicas é enfaticamente rejeitada por Durkheim. A posição de Weber, por sua vez, é conhecida tanto por ser favorável a métodos diferenciados para a Sociologia, como por ser contrária a qualquer tipo de reducionismo, contrariando as posturas deterministas para explicar os processos sociais.

Assim, transferir o ideal científico então existente ao âmbito do propriamente humano implicou, de modo geral, a taxativa afirmação de que os processos que envolvem seres humanos são históricos e não-naturais. ‘Os fenômenos sociais não são naturais’, foi o axioma fundador do *mainstream* do pensamento sociológico sistemático. Desta forma, a afirmação disciplinar da Sociologia foi sendo elaborada ao mesmo tempo em que se extirpavam os ‘fatores naturais’ das suas explicações.

Os traços principais (e as suas contradições) da idéia de natureza presente na fundação da Sociologia podem ser entendidos em relação ao clima predominante no Século XIX, no qual foram formuladas, em grande medida como produto do amadurecimento de concepções anteriores a ele. Veja-se quais são esses traços e essas heranças.

Em primeiro lugar, a Sociologia é evidentemente herdeira do moderno conceito de história que prefigurou que a sociedade possa experimentar transformações decorrentes de ‘avanços’ no conhecimento humano. Em outras palavras, a Sociologia só pôde ser concebida como um campo possível de conhecimento à medida que a visão de mundo das sociedades modernas deu lugar à noção de que a história humana não é apenas fruto de um desígnio externo a elas, e que suas instituições não são fruto de um mandato divino, mas expressão de relações humanas.

Foi alicerçado neste conceito de história que o pensamento humano concebeu a idéia de que as forças da sociedade são suficientemente potentes para superar, por si mesmas, os limites que a natureza impõe às necessidades de sua reprodução. Esta idéia, de modo geral dominante na vocação industrialista, é também expressa em clássicos da Sociologia como

Marx e Durkheim, para não falar em Comte. Todos eles abrigaram e estimularam expectativas a respeito do destino humano através do domínio da natureza.

Tal concepção da história e das sociedades humanas como uma esfera autônoma da natureza obedece a uma noção de sociedade e de natureza como entidades separadas que procede do paradigma mecanicista/criacionista. Isto fez com que, talvez inadvertidamente, a Sociologia viesse a nascer acolhendo um conceito de natureza que, de fato, já era contestado na época, conforme adiantado na parte anterior deste capítulo.

Assim, o resultado não foi a assimilação de uma idéia histórica de natureza, como na época dos clássicos da Sociologia havia sido proposta pelos defensores da História Natural. Pelo contrário, a Sociologia somente conseguiu legitimar seu status de ciência do mundo humano à medida que, paradoxalmente, assumiu como pressuposto epistemológico uma noção de natureza externa, separada, irremediavelmente segmentada e, portanto, sem história, própria da visão mecanicista/criacionista¹⁶.

Se por um lado isto resulta em uma aparente contradição (por exemplo, se valoriza a contribuição darwiniana sem incorporar o seu conceito de história natural), por outro este ponto de partida epistemológico permitiu que variáveis sociais fossem consideradas como fatores causais independentes de condicionantes biofísicos.

Desse modo, foi do esforço por se distanciar dos fatores naturais que vieram, sem dúvida, muitas das principais contribuições das Ciências Sociais. O mesmo criou a possibilidade intelectual de que uma certa ‘perplexidade sociológica’ passasse a ter lugar nas reflexões sistemáticas sobre a vida social. Foi um esforço que, como diria Bachelard (1996), permitiu a superação do “obstáculo epistemológico” de aceitar respostas típicas do senso comum, mas que em nada contribuem à maturidade do conhecimento. Essa ruptura epistemológica permitiu, por exemplo, que uma idéia de forças produtivas pudesse ser concebida por Marx como produto de relações sociais e não como decorrente da disponibilidade de terras agricultáveis, ou que fatos sociais pudessem ser considerados por Durkheim como suscetíveis de serem analisados como ‘coisas’, apesar da sua inatingibilidade física.

¹⁶ Esta afirmação poderia ser relativizada, segundo alguns autores, em relação a Marx, pois discutem a existência em Marx de um tratamento mais profundo da idéia de natureza do que geralmente lhe é reconhecido na história da Sociologia (por exemplo, Foster, 2000). Estes trabalhos buscam evidenciar nos escritos de Marx a existência de um conceito “dialético” de natureza, onde o trabalho humano e a natureza transformada caminham juntos rumo à realização completa das suas potencialidades (o que implicaria numa visão histórica da natureza), ou de elementos de preocupação ambiental (o que implicaria uma semente ecologista). No entanto, trata-se de um debate de exegese que não nega o otimismo industrialista que a filosofia da história marxista encarnou.

Mas essa ruptura com o senso comum, que permitiu o surgimento do conhecimento sociológico, acabou gerando um outro senso comum, desta vez um “senso comum sociológico” (Mattedi, 2001) que obstaculizou a análise dos novos rumos que a relação com a natureza foi tomando no percurso da Modernidade. Tal fato acarretou uma dificuldade séria para o campo da Sociologia como disciplina, pois significou que em nome de explicar a historicidade das relações sociais, a mesma afastou-se da possibilidade de compreender a historicidade das relações sociedade/natureza, sendo que esta também é uma relação socialmente construída e “não-natural”.

Com efeito, os problemas ambientais de graves conseqüências que fazem parte da agenda contemporânea (aquecimento global, buraco na camada de ozônio, desertização e poluição em grande escala, entre outros) são produto de atividades humanas e têm origem social. Eles foram gerados, precisamente, pela intrusão consciente na nossa própria história e nossas intervenções na natureza, que a ciência social contribuiu para legitimar. Por isso, a Sociologia foi paulatinamente obrigada a reconsiderar a noção de natureza embutida nas suas teorias.

Esse intento de reconsiderar o vínculo com a natureza, foi o que levou a emergência do campo da Sociologia Ambiental ao qual se fez referência no Capítulo 2. Como fora comentado, o mesmo esteve em grande medida influenciado pelo imperativo normativo de que a Sociologia não poderia se omitir na busca de respostas práticas perante a crise ambiental, gerando-se para tanto duas posições básicas: a realista, que afirma que a Sociologia devia superar a exclusão da natureza de seus modelos explicativos a partir de um novo paradigma sociológico, e a construtivista que enfatiza um aprofundamento crítico da herança teórica da disciplina.

A seguir será analisado o que se considera como os principais desenvolvimentos teóricos acontecidos no marco da Sociologia Geral¹⁷, e que permitiram uma nova caracterização sociológica da Modernidade e esta última, como se argumentará, têm como um dos seus traços principais a incorporação de uma visão histórica da natureza. E é exatamente pelo fato de mover-se de uma visão mecanicista/criacionista para uma visão histórica da natureza que tais proposições constituíram boa parte do pano de fundo das análises construtivistas.

¹⁷ Ao se falar de “Sociologia Geral” faz-se em oposição às chamadas “Sociologias Especiais” dentre as quais poderia se incluir a Sociologia Ambiental. Como Sociologia Geral, refere-se às análises sociológicas que têm se preocupado em analisar e explicar processos de repercussões gerais, como por exemplo as estruturas sociais, as características da Modernidade, a atribuição de qualidades à vida social, entre tantas outras possibilidades.

3.3 A SOCIOLOGIA E A VISÃO HISTÓRICA DA NATUREZA

Foi tardiamente que a Sociologia investiu em revisar a concepção de natureza que tinha herdado da sua configuração clássica. Como foi citado anteriormente, o projeto teórico para ressaltar a relevância dos condicionantes sociais tirou o foco da consideração do papel que poderia se atribuir à natureza. No entanto, a este primeiro motivo para o distanciamento entre o pensamento social e a natureza segue-se um segundo fator, cuja influência perdurou até as décadas de setenta e oitenta, isto é, o compromisso tácito da Sociologia com a modernização das sociedades.

Com efeito, foi somente a partir das conseqüências não esperadas desse projeto (notadamente, as conseqüências ambientais) e a perda do otimismo modernizador que a Sociologia iria “abrir os olhos” e a divisão cartesiana que situava a sociedade humana/sujeito de um lado e a natureza/objeto de outro começaria a ser considerada um empecilho real.

Na seção seguinte, serão discutidas as teses e argumentos de três autores cujas tentativas de superação deste dualismo têm gerado repercussões importantes no conjunto da disciplina, repondo centralidade à discussão da distinção Sociedade/Natureza na teoria social. Ulrich Beck, Anthony Giddens e Bruno Latour são esses autores¹⁸.

3.3.1 Beck: O fim da natureza externa

Ulrich Beck, com se sabe, redefiniu sua conceituação da Modernidade a partir de uma caracterização da sociedade atual onde os riscos de grandes conseqüências, e com eles o limite entre o social e o natural, passaram a ter um lugar determinante.

Os argumentos centrais do autor, apresentados na sua obra de maior impacto, *Risk Society* (Beck, 1992) partem de um questionamento a respeito da dimensão mais relevante para explicar a conflitividade social no mundo contemporâneo. A resposta de Beck se construiu a partir da afirmação de que a realidade social não se explicaria mais através de uma clara divisão de classes, cujas relações e conflitos ainda manifestavam-se, tendo em vista o

¹⁸ Esta afirmação não supõe que os autores aqui tratados sejam os únicos a ter contribuído para superar uma visão mecanicista da vida social. Evidentemente, outros autores têm tido importantes contribuições neste sentido. No entanto, o interesse aqui é o de ressaltar com especificidade o impacto que uma superação dessa visão mecanicista possa ter no tratamento da relação sociedade/natureza e para isto acredita-se que estes autores são alguns dos melhores exemplos.

problema da distribuição da riqueza. Para ele, existiria agora um elemento novo, muitas vezes imperceptível, que é o risco. O mesmo, inerente à própria lógica dos avanços tecnológicos, passou a ser o fator mais relevante para a continuidade da vida social e, inclusive, explicativo de muitas condutas sociais. Em outras palavras, enquanto as concepções sociológicas anteriores se norteavam pela preocupação fundamental de lidar com a escassez, para Beck esta preocupação deve se deslocar para a preocupação sobre como lidar com o risco.

Trata-se para o autor de uma nova fase da Modernidade, onde as preocupações centrais da fase anterior (a modernidade simples) se tornam mais complexas. Agora, na modernidade avançada, o debate em torno da produção da riqueza a sua distribuição, e a conseqüente produção de desigualdades sociais, deve incluir também a análise da distribuição do risco, ou seja, a preocupação sobre como prevenir, minimizar e canalizar o risco, o que passa a ser um aspecto fundamental da agenda política. Assim, o risco configura um novo quadro de distribuição de condições sociais e de oportunidades, por vezes coerente com as posições de classe, e por vezes não. A radioatividade, por exemplo, pode atingir a todos, mas há muitos outros riscos em que a posição social conta como um fator determinante.

No entanto, isto não significa que a variável econômica tenha perdido sua relevância. Pelo contrário, é exatamente porque a lógica da produção da riqueza se sobrepõe à necessidade de se evitar os riscos que o processamento, distribuição e legitimação dos mesmos passa a ter uma importância vital. Com isto, existe agora um novo fator de poder que influencia dramaticamente a dinâmica social: a produção da aceitabilidade do risco. O mesmo se opera a partir da definição e legitimação (geralmente por parte de governos e cientistas) do que deve ser considerado ‘taxas de poluição aceitáveis’ (ou ‘riscos médios’), que devem ser considerados normais sem maiores questionamentos. Num contexto onde a aplicação de novas tecnologias opera num marco inevitável de incerteza, o risco é invariavelmente matematizado e ponderado, de tal forma que possa se construir algum tipo sensação de segurança.

Qual a idéia de natureza subjacente a esta perspectiva?¹⁹ Beck é bastante explícito neste ponto: a natureza é um tema político que nos força a discutir os fundamentos do nosso conhecimento e de nossas posições morais. Com efeito, devido à manipulação realizada com a ajuda da ciência, a natureza para Beck não pode mais ser considerada com um elemento dado,

¹⁹ Para uma análise mais completa e contextualizada da abordagem de Beck em relação aos riscos ver Guivant (1998).

definido pelo seu valor intrínseco independente de qualquer ação humana, nem como algo externo, separado da sociedade. Como ele mesmo explicita,

“Em suma, a discussão anterior significa o seguinte: *o fim da antítese entre natureza e sociedade*. Isto significa que a natureza não mais pode ser considerada fora da sociedade, nem a sociedade fora da natureza. As teorias sociais do século dezenove (incluindo suas versões adaptadas no século vinte) entendiam a natureza como algo dado, adjudicado, para ser submetido, e portanto como algo sempre oposto a nós, alheio a nós, como *não-sociedade*. Estas características têm sido negadas pelo processo de industrialização em si mesmo, *historicamente falseadas* poder-se-ia dizer. No final do século vinte, a natureza não é nem dada, nem adjudicada, mas tem se tornado um produto histórico, o abastecedor *interno* do mundo da civilização, destruído e ameaçado nas condições naturais de sua reprodução. Mas isto significa que essa destruição da natureza, integrada dentro da circulação universal da produção industrial, deixa de ser “mera” destruição da natureza e torna-se um componente integral da dinâmica social, política e econômica”. (Beck, 1992 p. 80, grifos do autor).

As análises da “sociedade de risco” supõem a revisão dos conceitos de natureza e cultura e o papel da ciência na sociedade de modernidade tardia. A tese de Beck é que enquanto na sociedade industrial (modernidade simples) a questão principal é a distribuição de riqueza, na sociedade pós-industrial a questão principal se desloca para a distribuição dos riscos. É o sucesso na industrialização da sociedade o que erode o conceito da modernidade simples, erodindo por sua vez as fronteiras entre natureza e sociedade. A sociedade moderna em seus estágios de industrialização tardios não tem, para Beck, confrontação com a natureza em si mesma, mas com as consequências ambientais e de saúde produto da sua manipulação. Para tanto, o autor advoga um conceito histórico de natureza, onde a mesma deixa de ser uma entidade definida pela sua existência externa à sociedade, mas como componente interno da dinâmica social. Há em Beck um certo tipo de noção de metabolismo social, no qual a natureza é irremediavelmente partícipe nas condições de modernidade avançada.

Contudo, cabe assinalar que Beck assume a necessidade deste reconhecimento por causa da constatação histórica do impacto físico da industrialização do final do Século XX, e não por uma crítica epistemológica da construção do conhecimento em relação ao mundo natural. Esta distinção parece ser significativa, pois inclui um viés que permanece no trabalho de Giddens (como se verá, influenciado por Beck neste aspecto), mas que se diferencia das considerações que foram feitas até aqui a respeito do caráter normativo das noções de natureza, considerações que, de alguma forma, serão retomadas por Latour.

No entanto, isto não nega a tentativa de superar a visão mecanicista/criacionista da natureza através de uma visão histórica, mais coerente com a própria visão da ciência natural.

3.3.2 Giddens: O mundo da incerteza artificial

Para tentar explorar o tratamento que Giddens faz dos temas, marcantes deste debate, convém começar por fazer uma distinção analítica dos dois grandes aspectos presentes na sua obra teórica - a produção de teoria sociológica de tipo abstrato e de aplicação muito geral, e a análise do mundo contemporâneo visando reformular as caracterizações clássicas da modernidade. O primeiro aspecto foi tratado em diversos trabalhos desde a década de setenta, apresentando uma síntese bastante sistemática na formulação de sua “Teoria da Estruturação” (Giddens, 1989). O segundo aspecto, cuja correspondência teórica com o primeiro espera-se tornar evidente, foi desenvolvido em diversas obras específicas, nas quais foram cunhadas as expressões Alta Modernidade, Modernidade Reflexiva e Sociedade Pós-TradicionaI que enfatizam diferentes aspectos considerados essenciais para entender a contemporaneidade (Giddens, 1991, 1993, 1995a, 1995b, 1996).

No que diz respeito à reflexão sobre as questões apontadas até aqui, estas aparecem mais explicitamente neste segundo conjunto bibliográfico, onde os termos anteriores trazem diretamente à tona questões que dizem respeito à relação sociedade/natureza, tais como a extensão dos processos de socialização da natureza pelo industrialismo, e a disseminação de contextos de “incerteza artificial”. No entanto, tentar-se-á mostrar, também, que a própria Teoria da Estruturação tem significado uma superação de vestígios de uma concepção mecanicista/criacionista que permeou a Sociologia desde o seu nascimento.

3.3.2.1 *A agência humana e suas conseqüências não premeditadas*

A Teoria da Estruturação apresenta-se como uma superação das controvérsias teóricas que afloraram nos anos sessenta, como resultado da crítica à influência do funcionalismo parsoniano na produção sociológica mundial. De modo geral, essa crítica recolocou em pauta a ênfase nas capacidades ativas dos sujeitos, que tinham ficado obscurecidas pelos tratamentos estruturalistas dominantes, que tendiam a perceber os sujeitos como “vítimas” de forças incontrolláveis e sobre-humanas.

Nesse contexto, a cena teórica da Sociologia tendia a organizar-se em torno da grande polaridade de perspectivas objetivistas e subjetivistas, ou em outras palavras, em torno do dilema que opunha a estrutura à ação. Giddens é um dos autores que mais agudamente vem elaborando sínteses teóricas para superar esse dualismo. Ele procura uma síntese entre o objetivismo e o subjetivismo, reconhecendo a existência de fatores condicionantes para ação

humana, e a reprodução desses fatores, sem negar que o mundo da cognoscitividade humana, onde se definem as intenções dos agentes, não pode ser considerado um âmbito de determinações ou coerções absolutas.

Alguns analistas denominaram esta perspectiva como “escola estruturacionista”, ou seja, aquela que intenta mostrar o modo como a sociedade constitui o indivíduo ao mesmo tempo que o indivíduo constitui a sociedade, destacando Giddens e Bourdieu, entre outros, como seguidores dessa tendência. Os elementos em comum que constituiriam os princípios fundamentais de tais enfoques são:

- a. o intento de substituir tanto o determinismo estrutural como o voluntarismo individualista, numa síntese dialética que considere as estruturas sociais como produzidas pelos atores sociais e também como o meio através do qual essa produção tem lugar. Isso implica considerar os atores sociais não só procurando reconstituir a estrutura, mas também transformando-a;
- b. a construção de uma série de conceitos que mediam as relações entre a estrutura e a ação;
- c. uma análise da consciência prática dos atores, isto é, do conhecimento tácito que o ator pode utilizar, mas que não é capaz de formular no discurso;
- d. a consideração do tempo e do espaço como elementos centrais de toda a interação social (Urry, 1982 *apud* Guivant, 1986).

No caso de Giddens, como se verá, esta síntese é procurada através de uma específica conceituação da ação (a *agência*) que permite pensar numa idéia de estrutura que apresenta um caráter dual (a *dualidade da estrutura*), pois é tanto o meio quanto o resultado da ação.

O exemplo típico desta dinâmica é a linguagem. Esta se apresenta como uma condição objetiva, à medida que pré-existe aos sujeitos, e estes precisam se adequar a ela para poder se comunicar. Nesta fase do processo, a linguagem mostra seu caráter estruturador dos sujeitos, já que estes são coagidos a adotá-la e, ao fazê-lo, adotam também estruturas perceptivas e pautas de pensamento. No entanto, é por meio da linguagem que os sujeitos conseguem se comunicar com competência, de forma tal que este não é só um fator condicionante, mas também um facilitador da ação. Ainda mais, a linguagem em uso não permanece inalterada. Pelo contrário, ela é recriada pelo desenvolvimento da ação que ela mesma facilita, isto é, a fala. Assim, a relação entre a linguagem e a fala, entre estrutura e ação, é uma relação sem determinismos, mas de mútua relação e influência.

É assim que a Teoria da Estruturação expressa uma preocupação ontológica do social, interessada em reformular as concepções do ser humano, do fazer humano, da reprodução social e da transformação social (Giddens, 1989, p. XVI). Embora estas sejam, de alguma forma, as questões básicas da Sociologia, em geral as teorias da tradição sociológica tentaram responder ou a uma ou a outra, deixando o restante das questões na obscuridão, ou respondendo-as por simples consequência. Estas respostas podem se organizar, como já foi apontado, segundo as posições adotadas ou implícitas perante o dualismo objetivismo/subjetivismo.

Tanto o funcionalismo quanto os diversos estruturalismos centraram-se nos fenômenos estruturais, percebendo-os como coercitivos dos sujeitos, cuja subjetividade tende a ser atendida apenas como um fenômeno residual. Por sua vez, as perspectivas hermenêuticas ou interpretativas partiram do suposto de que é a ação que permite explicar a conduta humana, assumindo como indefectível a opacidade do mundo exterior aos sujeitos, que só pode ser conhecido desde fora, externamente.

Assim, a perspectiva objetivista seria a defendida pelo primeiro grupo, à medida que afirma a preeminência dos fatores objetivos do todo social, sobre as partes individuais. Nesta perspectiva observou-se, sobretudo no caso do funcionalismo, uma concepção naturalista da Ciência Social, assumindo como próprios os métodos de objetivação das ciências naturais e tentando enfatizar, através de procedimentos metodológicos, a separação entre o sujeito que conhece (o sociólogo) e o objeto que é conhecido (o fenômeno social).

Já na perspectiva subjetivista, as Ciências Sociais são, por definição, diferentes em objeto e métodos das ciências da natureza, à medida que se ocupam prioritariamente da experiência subjetiva dos sujeitos sociais. Assim, as questões inerentes à ação, à reprodução e à mudança social, tendem a ser respondidas por consequência lógica da posição assumida, mas com a parcialidade também herdada dessa posição. Dessa maneira, a perspectiva subjetivista tem pouco a dizer a respeito das condições que coagem os sujeitos, bem como acerca da reprodução dessas condições, supondo nesses sujeitos graus de liberdade que, de modo geral, eles realmente não possuem. Da mesma forma, a perspectiva objetivista tem pouco a dizer sobre como os sujeitos organizam suas respostas em face dessas condições, tratando-os como muito menos cognoscitivos do que realmente são.

Para Giddens, a questão principal deve ser apresentada de maneira diferente. Para ele, o problema é como os conceitos de ação e subjetividade devem ser especificados, e como poderiam ser relacionados com as noções de estrutura e coerção. Assim, o domínio das Ciências Sociais não

são nem a experiência do ator individual e nem a totalidade social, mas as práticas sociais; assumindo que elas não são criadas pelos atores, mas sim recriadas; ordenadas no espaço/tempo, isto é, em condições concretas de tempo e lugar (Giddens, 1989, p.2).

É central, então, a forma como o autor concebe a ação, entendendo-a como um fluxo contínuo de intervenções no mundo e de condutas, sustentado por uma monitoração reflexiva e pela expectativa que os outros também tenham essa monitoração. A monitoração reflexiva da ação é inerentemente envolvida na competência dos agentes para o desenvolvimento eficaz das suas práticas. Esta supõe uma consciência prática suscetível de ser racionalizada e transformada em consciência discursiva à medida que, quando indagados, os agentes são capazes de verbalizar as intenções de sua ação e expor as suas justificativas. A consciência prática, noção fundamental para a teoria da estruturação, refere-se ao conjunto de conhecimentos essencialmente práticos, indispensáveis para o desenrolar cotidiano das rotinas da vida social. A linha entre consciência prática e consciência discursiva é flutuante e permeável, o que não acontece em relação ao inconsciente, âmbito onde aninham muitas das motivações das ações, as quais os agentes freqüentemente não conseguem racionalizar nem explicar discursivamente (Ibid, p. 5-6).

Mas o modelo só se completa com a consideração de fatores externos ao sujeito, mas recursivamente vinculados, quais sejam, as condições não reconhecidas da ação e as suas conseqüências não premeditadas. O autor argumenta que, se por um lado é verdade que a vida cotidiana dos agentes sociais transcorre para os próprios agentes como um fluxo de ação intencional, como afirmam os enfoques subjetivistas, por outro, é essencial à constituição da vida social o fato de que as conseqüências das ações não se limitam ao esperado em suas intenções.

Estas conseqüências não premeditadas podem ser entendidas de diferentes formas, segundo o caso. Há a acumulação de eventos imprevista, que se desenrola como conseqüência de uma ação intencional. Um caso exemplar é, como ilustração, o do assassinato do arquiduque Francisco Fernando, em Sarajevo. A ação do disparo não podia incluir na sua intencionalidade todo o conjunto de conseqüências (o início da Primeira Guerra Mundial), que na verdade dependeu de como o contexto social processou essa ação intencional.

Uma outra forma de conseqüências não premeditadas se apresenta como os efeitos perversos das ações. Freqüentemente ações que são racionais, na perspectiva de um agente, resultam irracionais, se forem muitos os agentes que realizam o mesmo ato racional. Os problemas que caracterizam a questão ambiental no mundo contemporâneo, em grande parte, pertencem a este tipo de efeitos perversos de ações intencionais. Por exemplo, os agentes

circulam em carros sem nenhuma intenção de contribuir para o efeito estufa, mas, mesmo assim, cotidiana e rotineiramente contribuem para esse problema ambiental.

Mas o argumento mais amplo para a consideração destes fatores é o de que a formação de condições sociais reproduzíveis, de modo geral, pode ser enquadrada como uma categoria de conseqüências não premeditadas das ações dos sujeitos. Isto aparece claro na freqüente reprodução das diversas formas de violência física que acontecem mediante ações que são realizadas com o intuito de pôr fim a uma específica situação violenta. Nestes casos, o agente muitas vezes contribui inadvertidamente à reafirmação da violência como prática rotineira institucionalizada, mesmo que sua intenção consciente tenha sido a pacificação. Mas isto também se pode observar em relação à maior parte das condições sociais, não necessariamente negativas, que são reproduzidas pelos agentes através da execução das suas rotinas, sem que nisto haja uma intenção consciente. O professor contribui à reprodução da estrutura do ensino, o consumidor contribui à reprodução de um certo padrão de produção alimentar, e assim por diante.

Deste modo, a análise das conseqüências não premeditadas permite compreender porque, embora o resultado final da ação muitas vezes não seja o pretendido ou o desejado por ninguém, são eventos que não teriam acontecido, sob a forma que ocorreram, se os agentes houvessem se comportado de modo diferente. Mas estes resultados não se esgotam num percurso linear de acontecimentos, senão que se reincorporam recursivamente como condições não reconhecidas de novos atos intencionais.

Deste modo, a ação é vinculada à reprodução, sem negar nos indivíduos a capacidade de “criar uma diferença” em relação ao estado de coisas anterior. Para isto, na mesma operação teórica assume-se um conceito foucaultiano de poder, a partir do qual as estruturas de dominação inseridas nas instituições sociais não se concebem como se produzissem “corpos dóceis” como os autômatos da Ciência Social objetivista. Pelo contrário, enfatiza-se que mesmo em condições de dominação ou sob coerção, os dominados podem influenciar as atividades dos seus superiores (dialética do controle) (Ibid., p. 11-12).

Esta forma de conceber a ação desemboca numa forma *ad-hoc* de conceber a estrutura. Esta é descrita como uma “ordem virtual” que só existe nas práticas sociais reproduzidas. Esta não é externa ao indivíduo, como na perspectiva durkhemiana, senão que é como um *traço mnêmico* que orienta a conduta dos agentes. Por isso, diz Giddens, ao se referir a sistemas sociais o apropriado não seria referir-se a estruturas, mas a “propriedades estruturais” (Ibid., p. 13-14).

No entanto, há um elemento “sistêmico” na vida social que surge da interação. A sociedade apresenta traços de um sistema homeostático que se reproduz através de laços causais, e no qual uma gama de conseqüências não premeditadas da ação se realimenta para constituir as circunstâncias “originadoras”. Assim, a constituição de agentes e a constituição de estruturas não são dois conjuntos de fenômenos que acontecem independentemente (um dualismo), mas que se desenvolvem no mesmo processo em que as propriedades estruturais são, ao mesmo tempo, meio e conseqüência das práticas. Isto ocorre porque, como se viu no caso da linguagem, a estrutura não pode ser equiparada só à restrição. Pelo contrário, ela é simultaneamente restritiva e facilitadora, o que leva a outro conceito fundamental da Teoria da Estruturação que é o de *dualidade da estrutura*.

Se por um lado é quase inútil procurar as origens das atividades dos agentes em fenômenos que eles ignoram, já que todos os agentes competentes são “hábeis sociólogos” com um conhecimento de como funciona a sociedade na qual operam, por outro lado também é importante evitar o equívoco oposto, o que considera a sociedade como uma criação “plástica” dos sujeitos. Para Giddens, ambas as reduções derivam de uma não-conceituação adequada da dualidade da estrutura.

Os agentes humanos sempre “sabem” o que estão fazendo, sob alguma forma plausível de descrição (consciência discursiva). Entretanto, talvez eles conheçam muito pouco sobre as conseqüências ramificadas de suas atividades, nem das condições que operam sobre ela. Em outras palavras, toda ação humana implica numa cognoscitividade, mas esta cognoscitividade é sempre limitada. A história humana é criada por atividades intencionais, mas não é um projeto deliberado, dado que ela se esquivava de poder ser colocada sob direção consciente. É neste sentido que o autor manifesta que a Teoria da Estruturação poderia ser considerada como um desenvolvimento da afirmação de Marx de que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha...” (Ibid., p. XVII).

3.3.2.2 *A socialização da natureza e a incerteza artificial no mundo contemporâneo*

Como já foi apontado, o tratamento mais explícito que o autor faz do problema da relação sociedade/natureza encontra-se em seu esforço por traçar as especificidades do mundo contemporâneo, trabalho no qual aplica as concepções teóricas abstratas da Teoria da Estruturação à realidade concreta. Tomando como eixo o tema que interessa aqui, esta caracterização será sintetizada nos três argumentos seguintes:

- a. estamos diante da radicalização de fenômenos característicos da modernidade, entre eles a transformação da natureza pelo industrialismo. Alguns efeitos desses fenômenos são desejados, mas muitos são indesejados, destacando entre estes, os riscos ambientais de grandes conseqüências;
- b. esta radicalização deve entender-se como uma fase qualitativamente diferente da modernidade “simples”, tal como foi compreendida pela Sociologia clássica, já que o conhecimento crescente da sociedade e da natureza já não supõe, necessariamente, mais controle dos processos sociais e naturais;
- c. a capacidade de reflexão, generalizada no mundo contemporâneo, envolve informação sobre as próprias condições da ação, disseminando um conhecimento de natureza sociológica nos mais diversos âmbitos sociais. Isto faz com que as práticas tradicionais percam legitimidade ou requeiram uma re-legitimação, mas não ao modo tradicional, se não à luz dos novos conhecimentos. Esta ruptura radical com a tradição coincide com a ruptura com a natureza, na medida em que ambas constituíam contextos “externos”, predeterminados e confiáveis da vida social (Giddens 1991, 1993, 1995b, 1996).

Esta caracterização implica ressaltar o “caráter bifronte” da modernidade, reconhecendo-a como uma faca de dois gumes, em que as maiores oportunidades vieram acompanhadas de um lado sombrio. Neste sentido, o autor chama a atenção para a percepção enviesada dos sociólogos clássicos, que não perceberam cabalmente que o espantoso desenvolvimento das forças produtivas incluía a potencial destruição do próprio ambiente (Giddens, 1993, p.21).

Contestando a maior parte dos enfoques sociológicos que buscam nas sociedades modernas um único e dominante nexos institucional para sua explicação, Giddens traça um quadro multidimensional da modernidade, no qual o industrialismo é a dimensão que corresponde à transformação da natureza e ao desenvolvimento de um ambiente criado para todo tipo de atividades humanas. Na sua análise, a aplicação do conhecimento científico para dominar e transformar a natureza é a marca distintiva do ideal industrialista, assim definido pelo autor:

“Nas condições da modernidade, o industrialismo converte-se no eixo principal de interação dos seres humanos com a natureza. Nas culturas pré-modernas, inclusive nas grandes civilizações, os seres humanos percebem-se a si próprios essencialmente como um *continuum* da natureza; as vidas humanas estão unidas às maneiras e azares da natureza; à disponibilidade de fontes naturais de subsistência; à abundância ou escassez de colheitas e animais domésticos; e ao

impacto dos desastres naturais. A indústria moderna, configurada pela aliança entre ciência e tecnologia, transforma o mundo da natureza de forma inimaginável para as gerações passadas. Nos setores industrializados do planeta, e crescentemente em todo lugar, os seres humanos vivem em *ambientes criados*, um ambiente de ação que é logicamente físico, mas que tem deixado de ser natural. Não só o ambiente construído das áreas urbanas, também outras paisagens estão sujeitas à coordenação e ao controle humanos” (Ibid., p. 64, grifo do autor).

Este processo é potencializado pelo *desencaixe* característico das sociedades modernas. Nas sociedades pré-modernas, o “quando” estava universalmente conectado ao “onde” e, portanto, identificado com os regulares acontecimentos naturais. Na Modernidade, as relações sociais se descolam de seus contextos locais e começam a se reestruturar em indefinidas situações espaço-temporais. As relações sociais já não precisam ser “face a face”, da mesma forma que a organização do trabalho produtivo já não precisa se ajustar aos ciclos temporais da natureza. A fábrica converte-se no paradigma de situação em que as condições espaço-temporais do trabalho vão ajustando-se mais e mais a uma racionalização independente das condições naturais.

A diversificação das relações sociais em múltiplos contextos de espaço-tempo ocorre pela mediação de *sistemas peritos*, cada vez mais onipresentes. Estes constituem mecanismos de desencaixe porque estabelecem relações nas quais o que conta não é o conhecimento real dos elementos envolvidos, mas a *confiança* nas capacidades abstratas desses sistemas.

Com efeito, quando o ser humano se relaciona com sistemas peritos (seja ao viajar num avião, utilizar um medicamento, ou ligar um artefato a uma fonte de energia) está implícita a sua confiança no conhecimento específico que o gerou e que, via de regra, não pode verificar por si mesmo. Deste modo, a rotina cotidiana em condições de modernidade está intrinsecamente vinculada a riscos que, pela sua institucionalização dentro de um marco de confiança, são considerados “riscos aceitáveis” (Ibid., p. 20-58).

No entanto, esta aceitação dificilmente se faz com base em um consenso entre os especialistas sobre a natureza e a dimensão real dos riscos. Os riscos de grandes conseqüências geralmente fogem ao controle do conhecimento específico. Isto por dois motivos: por um lado, pela falta de consenso científico em grande parte das questões que envolvem estes riscos, mas, sobretudo, porque estes riscos são, na sua essência, a possibilidade de conseqüências não premeditadas de ações reflexivas. Estas ações são, por definição, indeterminadas, e envolvem apropriações parciais dos conhecimentos produzidos a respeito desses riscos, e o fazem de forma tal que o “perfil de risco” muitas vezes acaba sendo exacerbado, em lugar de ser neutralizado. Isto porque a reflexividade no mundo

contemporâneo caracteriza-se sob tal magnitude e abrangência que as práticas sociais são examinadas e reformadas constantemente à luz da nova informação sobre tais práticas. Assim, todas as práticas sociais estão em parte constituídas pelo conhecimento que se possui sobre si próprias. Mas os novos conhecimentos influem em mudanças de valores, e os valores influem em como se apropriam os conhecimentos. Se por princípio não existe um mundo social estável, o conhecimento produzido sobre esse mundo o torna mais instável ainda. Como adverte o autor,

“Hoje vivemos em um mundo de incerteza artificial em que o risco é muito diferente dos períodos anteriores no desenvolvimento das instituições modernas. Em parte, trata-se de uma questão de dimensão. Alguns riscos atuais têm ‘grandes conseqüências’; os perigos potenciais que representam afetam a todos, ou a grande número de pessoas, em toda a superfície terrestre. Mas igualmente importante é o contraste entre suas diversas origens. A incerteza artificial faz referência aos riscos criados precisamente pelos acontecimentos inspirados pela Ilustração, a intrusão consciente em nossa própria história e nossas intervenções na natureza” (Giddens, 1996, p.85).

A criação desse mundo de incerteza artificial é o resultado do desenvolvimento da ordem industrial, no longo prazo. Porém, durante o tempo em que ainda predominava a modernização “simples”, este processo ocultou suas características. Durante a modernização simples, a evolução capitalista e industrial pareceram um processo previsível. Mas, na modernização reflexiva, já não se sustenta que as incertezas diminuirão com a incorporação de novos conhecimentos, de forma tal que os problemas que colocam tais riscos não são técnicos, mas irredutivelmente políticos e morais (Ibid., p. 86). Quando os riscos ainda podiam ser tidos como “externos”, a ciência ainda podia continuar oferecendo uma sensação de segurança. Mas a incerteza artificial tem conotações muito diferentes, pelo fato de a ciência, a tecnologia e a indústria estarem nas suas próprias origens. Vivemos numa época onde os “efeitos secundários” das inovações técnicas já não são efeitos secundários (Ibid., p.216-220).

Desta maneira, somos obrigados a repensar problemas de caráter moral, assim como perguntar-nos: como queremos viver? Enquanto em outros contextos civilizacionais muitas destas questões já se apresentavam resolvidas pela naturalização da tradição e pelo caráter natural da natureza, no contexto de modernização reflexiva as perguntas e as incertezas retornam com toda a sua força. Com efeito, no mundo contemporâneo não é possível a aceitação não re-legitimada da tradição, ao mesmo tempo que a universalização da socialização da natureza impede confiar numa natureza “natural”. Há, segundo o autor, uma “dissolução da natureza”, entendendo esta como qualquer objeto ou processo obtido sem intervenção humana (Ibid., p.214).

De fato, argumenta Giddens, quase todos os modos de vida com que temos que nos deparar são sistemas ecossociais. Na maioria dos ambientes, não poderíamos desenredar o natural do social e, ademais, este intento geralmente não teria importância para os esforços de elaboração de políticas. Por isto, todos os debates atuais sobre ecologia tratam da natureza gerenciada. Mas isto não significa que a natureza tenha passado a estar totalmente sob domínio humano – como os problemas ambientais têm mostrado, o intento de estender esse domínio até o infinito é um intento fracassado.

3.3.3 Latour: A “natureza” como agente

Bruno Latour é o terceiro autor que será tratado aqui. Sua escolha obedece ao impacto que sua perspectiva tem gerado (e está gerando) na reflexão em torno dos componentes naturais e sociais na vida social contemporânea.

A perspectiva básica de Latour, explicitada na sua obra *Jamais Fomos Modernos* (Latour, 1994), assim como a dos autores tratados acima, parte de uma análise crítica da caracterização clássica da Modernidade. No entanto, esta crítica não é estritamente sociológica, como aconteceu no caso de Giddens e Beck, mas provém de uma revisão da “Constituição” cognitiva da Modernidade, que definiu a “natureza” e a “sociedade” como pólos ontologicamente distintos - o dos não-humanos e o dos humanos.

Com efeito, Latour revisa o modo em que os dois pólos foram definidos como parte de uma divisão do trabalho intelectual e político, no qual sob uma mesma série de operações são atribuídas as características consideradas essenciais nos *sujeitos* da sociedade e nos *objetos* da ciência. Esta atribuição de características essenciais, que inadvertidamente realizam e reproduzem os modernos, obscurece a compreensão das entidades híbridas, misturas de natureza e cultura, que proliferam na sociedade moderna.

Conseqüentemente, descobertos os procedimentos que atribuem características consideradas intrínsecas aos sujeitos e aos objetos, os mesmos não podem mais ser considerados desse modo, mas apenas quase-sujeitos e quase-objetos. O que são os embriões congelados, o vírus da AIDS, as vacas em confinamento e os alimentos orgânicos? Eles são, essencialmente, produtos da natureza ou da cultura? E se não conseguimos uma resposta convincente, como poderemos entendê-los? Como poderemos entender o mundo atual, invadido cada vez mais pela proliferação desses entes “híbridos”? Até agora, diz Latour, vínhamos oferecendo uma resposta simples: as coisas naturais eram investigadas e

gestionadas pelos cientistas da natureza e as problemáticas da sociedade eram investigadas e gestionadas por cientistas sociais e por políticos. Mas esta divisão de tarefas tradicional tem se tornado cada vez mais incapaz de dar conta da proliferação dos híbridos.

Trata-se de dois ramos do governo onde cada um somente tem autoridade à medida que ambos estão claramente separados: “cabe à ciência a representação dos não-humanos, mas lhe é proibida qualquer possibilidade de apelo à política; cabe à política a representação dos cidadãos, mas lhe é proibida qualquer relação com os não-humanos produzidos e mobilizados pela ciência e pela tecnologia” (Latour, 1994, p. 33-34).

Na verdade, diz Latour, a Modernidade é caracterizada por dois tipos de práticas que sempre têm sido mantidas separadas: o processo de tradução e o processo de purificação. O processo de purificação estabelece as duas zonas ontológicas separadas do mundo humano e o mundo não-humano. A natureza como um objeto exterior ocupa uma zona, e os sujeitos humanos ocupam outra zona. A tradução, constitui o processo no qual humanos e não humanos são mobilizados, produzindo misturas entre gêneros ou híbridos de natureza e cultura.

Assim como o soberano traduz a quem ele diz representar e, por isso, ele tem também o poder de traí-los, os cientistas traduzem os fatos produzidos pelos objetos da natureza que se expressam através dos dispositivos por eles mesmos criados. Mas, indaga Latour, quem fala quando os cientistas falam, a natureza ou os homens? Trata-se de uma questão insolúvel presente na filosofia da ciência durante séculos, pois

“Em si, os fatos são mudos, as forças naturais são mecanismos brutos. Os cientistas porém, afirmam não falar nada: os fatos falam por si mesmos. Estes mudos são portanto capazes de falar, de escrever, de significar dentro da redoma artificial do laboratório [...]. Pequenos grupos de cavalheiros fazem com que as forças naturais testemunhem, e testemunham uns pelos outros que eles não traem, mas antes traduzem o comportamento silencioso dos objetos” (Latour, 1994, p. 34).

O programa de pesquisa defendido por Latour, continuação de uma série de trabalhos no campo da Sociologia e Antropologia da Ciência (Callon, 1986; Latour, 1988; Latour, 1999) parte ao assumir o que ele chama, seguindo a Callon, o “princípio de simetria generalizada” (Latour, 1994, p.95; Callon, 1986). Segundo este princípio, o observador deve se colocar no ponto médio, ou seja, numa perspectiva agnóstica onde possa acompanhar ao mesmo tempo a atribuição de propriedades aos entes humanos e aos entes não humanos. A antropologia já consegue fazer isto a respeito dos humanos, e inclusive dos não humanos de culturas não modernas. Agora, descobertas as operações de purificação que ao estabelecer a divisão de tarefas inventaram universos ontológicos díspares, seria preciso que essa atribuição

de propriedades fosse captada também no processo de tradução dos entes não humanos dentro da nossa própria cultura. Tal posição simétrica pressupõe uma suspeita sobre as qualidades essenciais, intrínsecas, reconhecidas tanto nos sujeitos humanos da sociedade quanto nos objetos não humanos da natureza.

Na verdade, para Latour “Natureza e sociedade não oferecem nenhuma base sólida sobre a qual possamos assentar as nossas interpretações (...) mas sim algo que deveríamos explicar. A aparente explicação que dela provêm só aparece posteriormente, quando os quase-objetos estabilizados transformam-se, após a clivagem, em objetos da realidade exterior, por um lado, e sujeitos da sociedade, de outro” (Latour, 1994, p.95).

O princípio de simetria é assim uma estratégia para afirmar a objetividade no contexto de pesquisas etnográficas sobre o desenrolar concreto das pesquisas científicas. Não se pode deixar de considerar nem a influência que é exercida sobre os sujeitos, nem a influencia que é exercida sobre os objetos. Com efeito, se muitas precauções precisam ser tomadas para interrogar os sujeitos humanos, isto não ocorre porque os humanos não devam ser tratados apenas como coisas carentes de intencionalidades, consciência ou reflexividade, com dizem as escolas interpretativistas. Também não é porque eles possam influenciar nos resultados, como afirmam as escolas que preconizam as análises quantitativas. Para Latour, tais precauções são necessárias porque os sujeitos humanos, ao contrário dos objetos da natureza, logo esquecem sua recalcitrante postura e tendem a cumprir o que os cientistas esperam deles. Os humanos, diz Latour, são muito facilmente sujeitos à influência de cumprir perfeitamente o papel de um “objeto idiota”, assim que os cientistas solicitam que sacrifiquem a sua recalcitrância em nome de elevados objetivos científicos (Latour, 2000).

No caso dos objetos da natureza, eles sim, são insistentemente recalcitrantes. Contrariamente ao que a idealização das ciências da natureza supõe, os cientistas não têm absolutamente total domínio dos seus objetos. Pelo contrário, os seus objetos parecem resistir, pois eles não têm nenhum interesse especial em colaborar com os projetos humanos. Eles bloqueiam experimentos, fogem da visão do cientista, evitam ser mensurados. Ou seja,

“Se os micróbios, elétrons, minérios, não precisam ser controlados contra a possibilidade de enviesar os experimentos, isto não é porque eles sejam fortemente dominados pelos cientistas, mas porque eles estão completamente desinteressados no que os cientistas humanos têm a dizer respeito deles. Isto não significa que eles sejam “meros objetos”, mas que, pelo contrário, que eles não terão escrúpulos em colocar objeções às afirmações dos cientistas se comportando dos modos mais indisciplinados, bloqueando experimentos, desaparecendo da sua visão, morrendo, negando-se a se reproduzir, ou explodindo o laboratório em pedaços”. (Latour, 2000, p.116 grifos do autor).

Não se entrará aqui em todas as implicações que traz à tona a proposição de Latour. Esta, às vezes algo reducionista, à medida que parece tomar como objeto de crítica da ciência um positivismo muito ingênuo, e como exemplo de Ciência Social a superar um essencialismo já bastante criticado, tem mesmo assim aspectos sugestivos e provocadores. Pragmaticamente, a opção aqui será a de aceitar a sugestão, contrária ao senso comum definido dentro da constituição moderna, de considerar que os quase-objetos também podem ter uma capacidade de agência que, no contexto de redes científicas e técnicas, são mobilizados para auxiliar e apoiar posições e interesses dos humanos.

Acaso os Pampas não constituem um agente fundamental da história argentina, tanto para os interesses agroexportadores quanto para os pioneiros da agricultura orgânica das últimas décadas? Acaso a Natureza presente nas pequenas propriedades do Rio Grande do Sul não é mobilizada para unir esforços com os agentes humanos que a consideram sua aliada ‘natural’?

Com efeito, do mesmo modo que os objetos no laboratório resistem (ou pelo menos não colaboram) nas traduções que os cientistas fazem deles, a natureza dos campos agrícolas tem resistido e boicotado o projeto que a modernização agrícola e a Revolução Verde tinham para ela. A agricultura orgânica, como se verá, pode ser entendida como a busca de um novo compromisso com a natureza para produzir melhores alimentos. E se há compromisso é porque há aliança de interesses. Qual o caminho em que certos atores e a natureza podem transitar juntos para ambos maximizar os seus benefícios? Segundo esses atores, esse caminho é a agricultura orgânica.

3.4 NATUREZA E SOCIEDADE, ESTRUTURA E AGÊNCIA

Como entender afinal a imbricação entre natureza e sociedade em termos de teoria sociológica? Propõe-se considerar, seguindo a Giddens, esta imbricação no modo em que este autor pensou a imbricação entre as condições estruturais e as ações humanas intencionais.

No contexto da Teoria da Estruturação, Giddens apresenta a agência humana como indissociável das suas conseqüências não premeditadas, e estas últimas como traduzindo-se em condições não reconhecidas da ação e formadoras de contextos de ação reproduzíveis. De maneira similar, a universalização da socialização da natureza, produto da agência humana, é indissociável do surgimento de um contexto de incerteza fabricada que, por sua vez, influi como condição não reconhecida de novas intervenções na natureza.

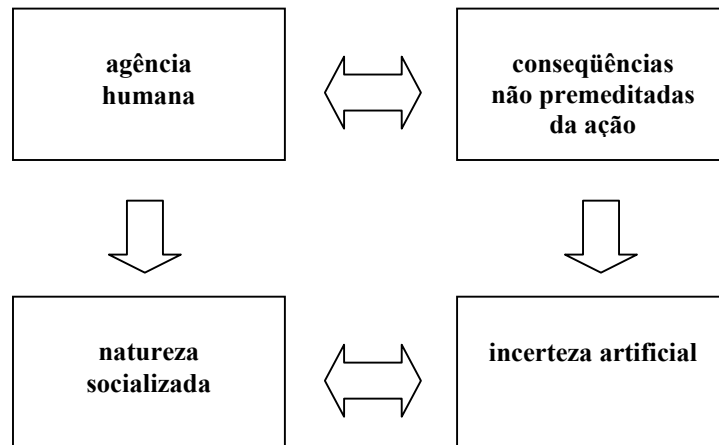


Figura 1 – Imbricação entre natureza e sociedade em Anthony Giddens

Assim, o conceito do autor de estrutura (e de estruturação) é suscetível de ser aplicado à natureza, levando em consideração a relação entre agência humana e a natureza como uma relação sem determinismos, mas de mútua imbricação. Com efeito, parece plausível que o papel atribuído à estrutura nos fenômenos sociais seja aplicável ao papel que desempenha a natureza. Para fazer esta análise, propõe-se aqui o exercício de transpor à natureza o exemplo da linguagem, já enunciado.

Esta (a natureza) se apresenta como uma condição objetiva, à medida que pré-existe aos sujeitos, e estes precisam se adequar a ela para a realização de suas atividades vitais. Nesta fase do processo, a natureza mostra seu caráter estruturador dos sujeitos, já que estes precisam adaptar-se a ela e, ao fazê-lo, se adequam também ao conjunto de condições que impõe um ambiente natural. No entanto, é por meio desta adequação que os sujeitos conseguem transformar suas condições de vida, e o fazem na mesma medida em que transformam a natureza, de forma tal que esta não é só um fator condicionante, mas também um facilitador da ação. Assim, a natureza é recriada pelas ações que ela mesma facilita. Portanto, a relação entre o agente social e a natureza é, como no caso da linguagem e dos fatores estruturais de modo geral, uma relação sem determinismos, mas de mútua interrelação.

Mas esta analogia entre estrutura e natureza não é apenas uma invenção sociológica. É um pressuposto comum que toda a humanidade, junto com todas as espécies, estão de algum modo estruturados pela Biologia e os determinantes naturais externos. Todos nascem, vivem e morrem como resultado da herança genética e de condições biofísicas externas como água, ar, energia. Mas, como sugere Steve Hinchliffe (Hinchliffe e Woodward, 2000), isto não quer dizer que sejam máquinas biológicas vivendo uma vida pré-programada ou pré-condicionada, sobre as quais não se têm nenhum controle ou influência. Se pensarmos assim estaríamos

subestimando o papel que os agentes de todas as espécies exercem no modo em que operam sobre aquilo que chamamos natureza. Mais ainda, estaríamos negligenciando o modo em que os seres humanos (assim como todas as espécies) exercem um papel na formação dos seus ambientes. Como afirmou o biólogo Steven Rose, “Os organismos estão longe de ser passivos. Não apenas nós humanos, mas também todas as outras formas de vida, são ativos partícipes em seus próprios futuros” (Rose, 1997, p.141 *apud*. Hinchliffe e Woodward, 2000, p.156).

3.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 3

Os autores discutidos neste capítulo têm feito algumas das principais contribuições no sentido de contestar a visão mecanicista/criacionista da natureza que permeia boa parte da concepção sociológica clássica e dos seus continuadores, quando assumiram a separação sociedade/natureza com um pressuposto “dado”, resultando disto uma visão da natureza como objeto externo aos processos sociais.

Dentre os trabalhos que se considera mais relevantes em relação à problemática apontada (Beck, Giddens e Latour), enfatizou-se mais o segundo pelo fato de ser Giddens que teorizou mais adequadamente os desenvolvimentos mais completos que conciliam de forma coerente a incorporação de uma concepção histórica de natureza e uma visão de sociedade contemporânea com uma teoria sociológica abstrata ambiciosa, o que inclui o exame dos conceitos mais fundamentais da análise da vida social como são os conceitos de estrutura e ação.

Também foi visto no início deste capítulo que as primeiras reações sociais em relação aos abusos contra o mundo “natural” cometidos em nome do industrialismo foram encorajadas pelas sensibilidades despertadas pela História Natural, que contestou a visão mecanicista, mas defendendo uma visão arcadiana, de raízes pré-modernas, onde a natureza intocada constituía uma via de contato com uma ordem primordial de harmonia perfeita entre os seres vivos.

Quadro 1 – Concepções de natureza na teoria sociológica

Sistema de pensamento	Idéia de Natureza	Fundamento teórico
Sociologia Clássica	Natureza Externa	Mecanicismo / Criacionismo
Sociologia Contemporânea	Natureza Histórica	Evolucionismo (Co-evolução)
Volta ao Natural	Natureza como Organismo	Pré-modernidade (Aristóteles)

Mas também deve ser destacado que é muito pouco linear, por dizer o mínimo, o encadeamento de concepções de natureza que vem existindo nestes sistemas de pensamento conforme o (Quadro 1). A Sociologia clássica surgiu com uma visão mecanicista/criacionista procurando se assemelhar metodologicamente às ciências da natureza, mas assumindo uma idéia de natureza que por elas estava já sendo superada.

A incorporação de uma visão histórica de natureza por parte da sociologia só começou a acontecer na Sociologia contemporânea, forçada a repensar o estatuto da natureza por conta da universalização dos riscos criados pela intervenção humana e a vinda à tona da interpenetração da natureza e cultura geradas pela proliferação dos híbridos. Assim, a teoria sociológica contemporânea dedicou-se fortemente a mostrar que já não existe uma natureza “externa” (Beck), “natural” (Giddens) ou “pura” (Latour). Mais ainda, eles afirmam, coerentemente com conclusões básicas da antropologia, que esse tipo de natureza, na verdade, nunca existiu.

Por outro lado, enquanto a teoria sociológica tenta se pôr em dia em sua concepção de natureza, as reações sociais aos riscos e aos híbridos procuram, desesperadamente, afirmar-se em noções que remetam a algum tipo de “sabedoria primordial”. Com efeito, a universalização dos riscos e a proliferação dos híbridos pressionam os indivíduos a uma inquietante situação. Se, como foi dito no Capítulo 1, a natureza é uma referência a uma ordem segura, mas essa natureza não existe em nenhum lugar, em que podem os indivíduos confiar face à incerteza que provêm da radicalização das transformações da natureza? Este é o tema geral que será tratado no Capítulo 4.

4 Natureza e indivíduos na modernidade ‘reflexiva’

No capítulo anterior, foi demonstrado que a teoria sociológica contemporânea dedicou-se fortemente a analisar a impossibilidade de sustentar a existência de uma natureza independente das ações e construções cognitivas humanas. Nos trabalhos citados essa argumentação surgiu a partir da análise da interpretação da própria constituição da civilização moderna, enfatizando que no seu estágio contemporâneo a radicalização de processos já lhe era inerente, assim focalizando o novo desafio que constitui a necessidade de administrar os impactos não desejados na natureza que a atividade humana vem gerando nas últimas décadas. Assim, os autores revisados concluem que já não existe uma natureza “externa” (Beck), “natural” (Giddens) ou “pura” (Latour).

Estas conclusões são também consistentes com o conhecimento acumulado pela Antropologia Cultural e pelo debate atual na Sociologia Ambiental, aos quais fizemos referência no Capítulo 1. Em outras palavras, pareceria que tais afirmações podem ser consideradas, no momento, como um tema assentado no contexto do debate da Ciência Social contemporânea.

Entretanto, qual o impacto desta realidade na subjetividade dos indivíduos? Esta é a questão que se procurará responder neste capítulo. A mesma permitirá entender os significados específicos atribuídos, hoje em dia, à natureza, objeto de interferência humana no contexto civilizacional de radicalização da ação dos indivíduos, característico dos tempos recentes.

Para isso, primeiramente serão analisadas algumas características da experiência da natureza no contexto da modernidade clássica ou simples, para depois serem analisadas as peculiaridades desta experiência no contexto da contemporaneidade.

4.1 PRESERVAR E EXPLORAR. A AMBIVALÊNCIA DA EXPERIÊNCIA DA NATUREZA NA MODERNIDADE SIMPLES

A sintética história da idéia de natureza e das experiências sociais nas quais estas idéias se apoiaram, antes apresentadas, ajuda a entender a origem de alguns traços peculiares da relação com a natureza na Modernidade simples. Dentre estes, uma das características principais consiste no fato da natureza representar, ambivalentemente, tanto uma representação de tudo o que “é bom, desejável e digno de ser preservado”, quanto um recurso cujo valor provêm do fato de ser útil à vida humana e precisa ser explorado.

Keith Thomas chamou este fenômeno como “o dilema humano” (Thomas, 1996, p. 288), o qual expressa a tensão entre as exigências físicas da civilização e certos valores que esta mesma civilização foi criando ao longo do tempo. Se, por um lado, a civilização moderna se assenta inegavelmente no domínio e na exploração da natureza, muitas das sensibilidades morais e estéticas que surgem no interior dessa civilização são contraditórias com essa realidade. Para melhor explicitar esta antinomia, Thomas esclarece que

“[Em fins do século XVIII] O crescimento das cidades conduziu a um novo anseio pelo campo. O progresso da lavoura fomentou um gosto por ervas daninhas, montanha e natureza não dominada. A recém descoberta segurança diante dos animais selvagens produziu um empenho cada vez maior em proteger aves e conservar as criaturas selvagens no seu estado natural. A independência econômica face à energia animal e o isolamento urbano em relação aos bichos de criação nutriram atitudes difíceis, se não impossíveis de se conciliar com a exploração dos animais que dava o sustento a maior parte das pessoas. Doravante, uma visão cada vez mais sentimental dos animais enquanto bichos de estimação e objetos de contemplação iria acomodar-se mal com a sombria realidade de um mundo no qual a eliminação das ‘pestes’ e a criação de animais para abate ia se tornando cada dia mais eficiente” (Thomas, 1996, p. 356).

Klaus Eder, por sua vez, em seu livro *The Social Construction of Nature*, igualmente destacou esta ambigüidade, que ao mesmo tempo advoga pela preservação e pela exploração chamada de “dupla estrutura da experiência moderna da natureza” (Eder, 1996, p. 143). Para apresentar esta idéia, Eder se remete à narração de Boccaccio no clássico *Decameron*, onde os cidadãos da Florença medieval fogem da cidade para escapar das pragas, associando a cidade a tudo o que se relacione a doenças, degradação e morte. A área rural, em contrapartida, acolhe os que fogem da degradação criada pelos humanos e oferece as condições para a afirmação da vida em oposição ao horror urbano. Assim, no *Decameron* encontra-se o reverso da referência espacial da época, onde a cidade era o *locus* da ‘civilização’ por ser a saída para

a miséria e o atraso da vida rural. No entanto, Boccaccio iria além de, simplesmente, inverter aquela associação, chegando a fazer uma exaltação da natureza pelo fato de estar livre da corrupção da vida social. Deste modo, afirma Eder, a natureza deixa de ser a referência das pragas, para ser uma fonte de pureza e autenticidade. No momento em que os habitantes de Florença abandonam a cidade para se instalar no campo, com a convicção de estar criando uma esfera livre da influência contaminadora da sociedade, eles de fato estavam assentando os fundamentos da “moralização da natureza” onde esta aparecia como um antídoto contra tudo o que era importante evitar.

De acordo com Eder, esta concepção de natureza estabelecida na Idade Média reaparece na Modernidade. Os seus mais influentes proponentes podem ser encontrados no movimento romântico, apesar deste não se afirmar em oposição a episódios como as pragas, mas, principalmente, contra a perspectiva instrumental que considera a natureza como um objeto para ser usado, como um “objeto utilitário”. Assim, segundo Eder, a visão moderna da natureza tende a reduzir a interação com ela a dois campos principais de experiência: como a fonte última do bem, e como um recurso para a exploração humana. De um lado, a interação com a natureza é instrumentalizada, do outro, esta interação é imbuída de moralidade e equipada com sentimentos amigáveis. Assim, na Modernidade a ambivalência frente à natureza manifesta-se sob diferentes formas. Por exemplo, a natureza torna-se um objeto de conhecimento científico, na qual suas leis fundamentais são investigadas. Mas, ao mesmo tempo, a natureza torna-se um objeto de “devoção turística”, um meio de recreação e de lazer.

Eder ainda afirma que esta “dupla estrutura” permeia todos os domínios da Modernidade, determinando as práticas cotidianas dos sujeitos e fazendo com que todos nós atuemos ora de acordo com a representação dominante (a natureza como um objeto para ser utilizado de acordo com as aspirações humanas), ora de acordo com outra representação (a natureza como uma zona à parte, imbuída de autoridade moral). O citado autor, neste sentido, afirmaria que,

“A dupla estrutura da experiência e percepção da natureza tem sua origem nas práticas cotidianas que determinam a interação com a natureza. O fundamento do duplo significado da natureza deve ser procurado antes de qualquer representação intelectual. A base concreta desta dupla significância se expressa na dicotomia cidade-campo. A dupla simbolização da natureza aparece impressa no antagonismo entre terra cultivada e vida selvagem. Tal oposição produz o antagonismo entre dominação e proteção da natureza, e também a peculiar relação com os animais que alterna entre o uso como mera ‘carne’ e o tratamento piedoso e compassivo. Isto tudo, pode ser percebido nos modos em que as pessoas moram, nas suas práticas de lazer, e, encima de tudo, na sua alimentação”. (Eder, 1996, p.147).

Esta relação ambivalente, ressaltada por Eder, está inscrita na própria história das idéias de natureza na Modernidade. Como discutido antes, no final do Século XVIII e início do Século XIX começa a se observar uma superposição de duas visões de natureza diferentes, legitimando, por sua vez, atitudes diferentes. De um lado, a visão mecanicista, subsidiando a superioridade humana e o direito de explorar e transformar a natureza e, de outro, a visão da História Natural, estimulando novas sensibilidades, exaltando a diversidade e propiciando em certa medida uma perspectiva menos antropocêntrica e mais biocêntrica.

4.2 A BUSCA DE UM REFÚGIO

Contudo, focalizamos na visão moderna a partir de uma perspectiva mais panorâmica, pode-se perceber que a mesma inclui a suposição de que os indivíduos vivem e morrem como conseqüência de forças naturais, sobre as quais se tem, cada vez mais, um controle maior. Este controle obedeceria ao acúmulo de conhecimento que a ciência produz a respeito dessas forças naturais. Trata-se do arraigado dogma secular do progresso, implícito tanto na visão mecanicista quanto na histórica, pois ambas supõem uma correlação direta entre conhecimento técnico-científico e controle da natureza.

Mas, como afirmam Douglas e Wildavsky, a ciência, ao mesmo tempo em que aumenta o conhecimento, também “aumenta o universo” a respeito do qual não se pode mais falar com certeza. Por um lado, as explicações que acalmam as angústias através de argumentos irracionais tendem a ser desqualificadas, demandando esclarecimentos que possam ser aceitáveis em moldes modernos. Mas, por outro lado, os resultados científicos poucas vezes são realmente indiscutíveis, seja porque os dados não são conclusivos, seja porque o significado dos dados muda de acordo com o estado das teorias. Como advertem os autores,

“Os especialistas costumam entrar em desacordos, mas não costumam tentar entender por que eles divergem. Assim, na busca de mais evidências levam suas análises a níveis cada vez mais profundos. Se nenhuma contaminação perigosa pode ser encontrada numa cem milésima parte, seria possível encontra-la indo para a milionésima, ou quem sabe a bilionésima? Mas, expandir as medições apenas aumenta a área de ignorância. A frustração dos cientistas nas disputas sobre tecnologia é um fato característico de nosso tempo” (Douglas e Wildavsky, 1982, p.49).

Esta é uma das razões pela qual a equação que adiciona a modernidade reflexiva ao conhecimento científico não necessariamente implica em maior controle dos processos naturais. Outra razão é que a aplicação do conhecimento disponível em intervenções na

natureza, modifica as condições pré-existentes, multiplicando os fatores de imprevisibilidade. Com efeito, a própria ação humana que resulta da aplicação dos conhecimentos a respeito do mundo nele interfere, acelerando a transitoriedade desses conhecimentos. O resultado é que a ciência dificilmente oferece as garantias de confiança que os indivíduos precisam para tomar as suas decisões. De fato, nesse contexto, os indivíduos são cada vez mais levados a tomar decisões sobre coisas em que o seu conhecimento é cada vez menor. Como afirma Beck, os peritos descarregam suas contradições aos pés dos indivíduos, que são obrigados a ter que administrar riscos a partir da sua próprias e limitadas experiências (Beck, 1992, p.137).

É assim que no contexto da modernidade reflexiva, o perfil de risco experimentado pelos indivíduos força a reconstrução da idéia de natureza idealizada. Agora não é apenas como uma referência de um mundo idealizado (apenas uma “Nova Arcádia”, como alguns autores têm sugerido), mas, principalmente, como um “refúgio” para evitar os riscos inerentes à civilização. A construção da natureza como refúgio é uma resposta à ameaça a *segurança ontológica* dos indivíduos, que gera o clima de risco próprio do mundo atual. Esta construção se desenvolve através de mecanismos e processos específicos, nos quais são criadas definições sociais do que possa ser considerado legitimamente como correspondentes a processos naturais, contando por isso com um *plus* de confiança. Por segurança ontológica entende-se, seguindo Giddens (1989 e 1991), um estado onde prevalece o senso de continuidade e ordem dos eventos que os indivíduos precisam para o desenrolar da suas rotinas de vida em condições de “normalidade”, gerando a confiança em que os mundos natural e social são como parecem ser.

Trata-se, portanto, de um sentimento de confiança dado pela noção de que os acontecimentos da vida serão mais ou menos dentro das expectativas e este sentimento vincula-se diretamente à capacidade de formar um senso de segurança ontológica. Neste sentido, a confiança fornece à individualidade um resguardo nas interações e conexões com a realidade cotidiana, permitindo ao indivíduo se conduzir “normalmente”, não obstante a instabilidade na qual se assenta a sua existência. Assim, a família, os afetos, os costumes que fazem parte da rotina de vida, todas eles de permanente confirmação intersubjetiva, são percebidos pelos indivíduos como a garantia de que a experiência da realidade permanece nos trilhos conhecidos, sem alterações substantivas, confirmando que o seu sistema perceptivo continua válido para conduzir a vida. No diagnóstico de Giddens,

“Para viver nossas vidas, usualmente consideramos como si fossem obvias certas questões que, após séculos de reflexão filosófica, foram colocadas fora da escrutínio crítico. Essas questões incluem aquelas chamadas, apropriadamente, “existenciais” quando colocadas no nível da análise

filosófica ou, num nível mais prático, quando os indivíduos se questionam sobre elas nos períodos de crise psicológica. Trata-se de questões de tempo, espaço, continuidade e identidade. Na sua atitude natural, os atores dão por óbvios os parâmetros existenciais nos quais mantêm suas atividades, mas que não estão ‘enraizados’ pelas convenções que eles respeitam nas suas interações. Existencialmente, isto significa a aceitação tácita de categorias de duração e extensão, junto com a identidade dos objetos, das outras pessoas e do próprio *self*.” (Giddens, 1991, p. 37).

O mundo das ‘aparências normais’ é mais do que o acordo tácito que mantém mutuamente os sujeitos nas suas interações. As rotinas que os indivíduos seguem constituem essas vidas como sendo ‘normais’ e ‘previsíveis’. A normalidade é construída detalhadamente dentro da trama da vida social, tanto na articulação das interações do indivíduo com os outros quanto na preservação da integridade do próprio corpo. Com efeito, o corpo é a base na qual se assenta a percepção que o indivíduo tem de si mesmo, levando à internalização de estratégias defensivas que buscam filtrar os perigos do mundo externo, contribuindo para manter a experiência de confiança básica na realidade normal.

Como analisado no capítulo anterior, a sociedade contemporânea pode ser definida como uma cultura de risco. Isto não quer dizer, evidentemente, que a vida social atual seja inerentemente mais arriscada do que era antigamente. Diferentemente, o que se tem é que uma noção implícita acerca dos riscos da presente civilização, e da necessidade de administrá-los, permeia a vida das pessoas, incorporando-se, também, no mais arraigado senso comum. É importante ressaltar que se trata de uma noção implícita de um risco que *deve ser administrado*. Isto é assim porque os riscos dos quais se está falando são produto das ações de seres humanos e, portanto, não são intrinsecamente inevitáveis. Em teoria, por serem criados, podem ser evitados. Isto não quer dizer que os indivíduos saibam como administrá-los, nem que tenham realmente condições de fazê-lo. Antes, lidam com o desconfortável imperativo de ter que tomar decisões vitais perante circunstâncias que, apesar de não provir de entidades metafísicas, permanecem altamente obscuras para eles, tendo delas entendimentos apenas parciais, rudimentares e extremamente transitórios.

Como indicado no capítulo anterior, a natureza como algo externo à vida social, hoje em dia, tem chegado, em certo sentido, ao seu “fim”, como conseqüência das atividades humanas sobre ela. Assim sendo, o risco de uma catástrofe ecológica constitui uma parte inevitável do horizonte da nossa vida cotidiana. Junto com ele, outros riscos de grandes conseqüências, como o colapso dos mecanismos econômicos globais ou o surgimento de superestados totalitários e de situações de violência desenfreada, são também partes inevitáveis da nossa experiência contemporânea. Assim, a vivência da natureza socializada é

bastante diferente daquela prevalecente no antigo ambiente natural que supostamente existia separado dos empreendimentos humanos, e conformava um pano de fundo relativamente imutável. Para Mc Kibben, (1989, p.96 *apud* Giddens, 1991), a natureza no sentido antigo nem sempre era previsível – tormentas podiam surgir sem aviso, estiagens podiam destruir as culturas, enchentes devastadoras ocorreriam como resultado de chuvas inesperadas, etc. Atualmente, a tecnologia e os conhecimentos modernos têm tornado possível uma melhor monitoração do clima, e novas técnicas de manejo do ambiente natural têm permitido que muitos perigos naturais sejam superados, ou minimizados no seu impacto. Todavia, a natureza socializada é, em alguns aspectos fundamentais, menos confiável do que a ‘antiga natureza’, pois nós não podemos ter certeza de como a nova ordem natural irá se comportar.

Considerando a hipótese do aquecimento global, um fenômeno que, se realmente estiver ocorrendo poderá produzir dramáticas transformações, Mc Kibben conclui que as evidências de modo geral levam a sustentar que, se por um lado o efeito estufa é real, por outro estamos muito longe de ser capazes de fazer avaliações precisas sobre suas implicações. Esta conclusão, doze anos depois, ainda parece ser a mais sensata, apesar de que cada vez haja menos analistas que neguem a existência do fenômeno e de que grandes esforços estejam sendo feitos com o intuito de criar ‘cenários’ plausíveis sobre seu impacto com vistas a gerar previsões e minimizar os efeitos negativos. Contudo, se o aquecimento global é ou não causado pelas ações humanas é uma questão que, apesar da afirmativa ser a mais consistente, será de difícil solução, dada a interferência de interesses políticos e econômicos no desenvolvimento das pesquisas. O típico em debate é que não há entre os expertos um prognóstico que diga que não há riscos inerentes ao aquecimento global. Ou seja, os perigos acarretados pelo processo de aumento global da temperatura do planeta são os riscos de grandes conseqüências que se enfrenta coletivamente, mas a respeito dos quais uma avaliação precisa é virtualmente impossível.

Análises similares podem ser feitas em relação às conseqüências do uso dos agrotóxicos na produção agrícola, da presença dos aditivos químicos nos alimentos industrializados e da manipulação genética das espécies, com o agravante de que não há, nestes casos, qualquer conjectura que negue a responsabilidade humana dos fenômenos. Em outras palavras, o fim da natureza “natural” coloca os indivíduos face a riscos de grandes conseqüências que ameaçam a sua segurança ontológica.

Mas os riscos de grandes conseqüências são apenas uma parte do clima de risco característico da Alta Modernidade. Os indivíduos, no seu dia à dia, lidam também com as

mudanças nos conhecimentos que embasam os sistemas peritos, e a conseqüente impossibilidade de ter uma verificação própria desses conhecimentos. O resultado é a “naturalização do medo”, ou seja, o medo de ser apanhado ingenuamente como mais uma vítima da incerteza oculta por trás das verdades daqueles sistemas. Como Rabinowitch observou,

“Um dia ouvimos sobre o perigo do mercúrio e corremos para tirar as latas de atum de nossas prateleiras; no dia seguinte o alimento a ser evitado pode ser a manteiga, aquela que nossos avôs consideravam o supra-sumo da alimentação; então temos que eliminar as tintas tóxicas das paredes. Hoje, o perigo se esconde nos fosfatos em nosso detergente favorito, amanhã o dedo apontará para os inseticidas, aqueles que alguns anos atrás foram louvados como salvadores da fome e da doença para milhões de pessoas. A ameaça da morte, da insalubridade e, ainda mais aterrorizante, do câncer, esta oculta em tudo o que comemos ou que tocamos” (Rabinowitch, E., 1972, *apud* Giddens, 1991, p. 123).

Neste contexto, os indivíduos são inevitavelmente forçados a *fazer escolhas* que implicam em optar por estilos de vida com profundas implicações na sua subjetividade, porque deles depende o arranjo vital que permitirá, ou não, a preservação do sentimento de segurança ontológica. Trata-se de opções, na medida em que cada vez menos os estilos de vida, os padrões de consumo e as referências de autoridade são definidos pela tradição ou pelo mero legado dos ancestrais.

Duas esclarecimentos são necessárias aqui. Em primeiro lugar, referir-se ao “fazer escolhas” que levam à definição de estilos de vida, não implica em negar a existência de influências homogeneizantes, sobretudo as mais evidentes que acontecem sob a marca da mercantilização. Não se está sugerindo que o mundo contemporâneo seja o reino onde os indivíduos conseguem realizar todos os seus desejos. Muito pelo contrário, o mundo atual caracteriza-se especialmente pela necessidade de fazer escolhas sob condições não escolhidas que se impõe aos indivíduos de maneira coercitiva. Os sujeitos sociais nunca são inteiramente livres, mesmo num mundo onde o leque de opções se multiplica até o paroxismo.

No entanto, isto não quer dizer que se deva considerar estas escolhas como meros episódios de um fenômeno de alienação generalizado. A busca de segurança ontológica é uma aspiração legítima e da qual o indivíduo, por dizer de algum modo, “não abre mão”. Em outras palavras, nessas escolhas encontra-se embutida uma resistência capilar, porém incessante, pela qual os indivíduos lutam por adaptar o mundo a um modo em que valha a pena ser vivido de acordo a sua própria expectativa.

Em segundo lugar, afirmar que os estilos de vida não são definidos pela tradição, não quer dizer que aquilo que vêm de outrora esteja sendo cada vez mais descartado. Evidentemente, não é isso o que acontece, senão exatamente o contrário. Costumes antigos, técnicas ancestrais, visões pré-modernas são também re-valorizadas na hora de planejar rotinas que aproximem os indivíduos à realização das suas aspirações. No entanto, como afirma Giddens, esta valorização da tradição já não é feita sob um modo tradicional.

Com efeito, práticas tradicionais são trazidas à tona pelo exame (que muitas vezes inclui a validação científica) que conclui que tais práticas têm vantagens, comparadas às incertas e arriscadas práticas modernas. O caso das correntes alternativas na produção de alimentos e da valorização de uma dieta natural, como se verá no próximo capítulo, é um bom exemplo disto. Certas técnicas e modos pré-industriais que foram quase suprimidos sob a influência da modernização são restabelecidos a partir de argumentos científicos.

A sugestão de Giddens para entender estas características da sociedade contemporânea é a de que a mesma constitui uma ordem pós-tradicional, mas não no sentido de que as certezas que oferece a tradição tenham sido substituídas pelas certezas criadas pelo conhecimento racional. Pelo contrário, a dúvida, a inquietante faceta da razão crítica da modernidade, não fica confinada na reflexão filosófica, mas perpassa até a vida cotidiana, impregnando toda a dimensão existencial do mundo social contemporâneo. Todo conhecimento ou ponto de vista mantém, por princípio, um status de hipótese aberta à revisão e, portanto, sujeito a ser abandonado.

Renascem muitas perguntas. Talvez a principal seja: o que acontece quando o senso de confiança necessário para um sentimento de segurança ontológica é ameaçado pela imprevisibilidade que, contrariando a certeza na qual se fundou a Modernidade, tem sido evidenciada pelos efeitos da civilização? Mais ainda, como recuperar tal senso de confiança, permitindo lidar com os sistemas habilitados que inevitavelmente fazem parte da nossa vida cotidiana, apesar de serem para nós verdadeiras caixas pretas sobre as quais não temos como conferir os atributos que os fazem confiáveis?

A não existência de elementos confiáveis aos quais se referenciar gera um crescente e inédito sentimento de ansiedade nos indivíduos. O mesmo é canalizado ou conduzido ao forte investimento social em re-encontrar/re-construir/re-inventar o “natural”, entre outras possibilidades de reduzir a insegurança ontológica referida. Em relação a certos riscos, particularmente aos que têm a ver com a saúde e ao ambiente, a natureza socialmente reinventada cumpre um papel fundamental. Ela fornece uma proteção contra conseqüências

inesperadas, um recanto supostamente imperturbável onde a experiência do mundo oferece uma certa garantia de continuidade. Trata-se de uma continuidade confiável, exatamente porque, supõe-se, ela não é um produto humano. Não sendo um produto humano, a natureza estaria livre das arbitrariedades e deformações que geram as ações humanas comuns, fatalmente marcadas por interesses ou perspectivas parciais.

Cabe advertir que a referência da natureza como um “refúgio” é uma metáfora espacial para um fenômeno que na verdade tem mais a ver com um critério para ponderar as ações humanas. Refúgio aqui não é entendido como um *lugar* de proteção, mas como uma referência para evitar ações com conseqüências negativas. Em outras palavras, é por orientar ações seguras que a referência à natureza oferece proteção.

Pareceria que os apelos atuais ao natural implicam numa nova fase do processo de moralização da natureza. Assim como foi retratado por Boccaccio no Decameron, ou como os românticos e os naturalistas nos Séculos XVIII e XIX têm manifestado ao desconfiar da urbanização e da sociedade industrial, hoje em dia a moralização da natureza acontece em oposição ao que é percebido como indesejável a respeito da civilização.

Contudo, na modernidade reflexiva alguns traços novos aparecem. Primeiramente, se a idéia de natureza sempre é uma construção social, essa construção atualmente requer não somente que ela aconteça no nível simbólico, tendo como base material a natureza externa, “que está aí”, como fizeram os cidadãos da Florença de Boccaccio. Hoje em dia, essa natureza realmente existente não fornece fundamentos e ancoragem suficientes, porque não é possível negar a onipresente interferência humana. E, tendo sido alterada e manipulada, não oferece garantias de confiança. O recurso sobranete é então a criação humana de contextos e normas que possam servir de referência do que possa ser considerado natural. As reservas, recantos, certas áreas de agricultura, etc., são esses contextos que, apesar de serem definidos por humanos, dispõem perante eles dos almejados atributos “naturais”.

4.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 4

A natureza, que na modernização simples aparecia como algo que requeria ser controlado ou domesticado através da manipulação técnica, passou a ser valorizada, também como fonte de segurança, como elemento onde pode se depositar a confiança que a manipulação técnica, responsável pela exacerbação de riscos e incertezas, não pode mais oferecer. Ou seja, aquilo que aparece como próprio da natureza, ou com qualidades naturais,

dispõe, frente aos olhos do senso comum, de uma reserva de confiança. Se a capacidade de manipulação humana é cada vez maior, e a arbitrariedade dos critérios que orientam essa manipulação é cada vez mais evidente, aquilo que se percebe como “natureza” tenderá a ser considerado o elemento mais consistente sobre o qual assentar princípios normativos para orientar as práticas de intervenção no mundo físico. Isto se reflete na preocupação de diversos agentes sociais, por encontrar respostas confiáveis a respeito do que é a “natureza”, e do que possa ser considerado “natural”.

Mas, como já foi apontado, essa idéia de natureza na qual se pretende colar critérios confiáveis, está sujeita a contestações que desmancham toda a sua pretensa consistência. Assim, a solidez da idéia de natureza utilizada nada mais é do que uma construção simbólica criada e legitimada através de um processo social. Não se confia, portanto, em uma Natureza, mas naquilo que grupos sociais chamam “natureza”.

As construções do natural têm assim “motivos” diferentes, segundo a constelação de interesses, posições objetivas no campo social, e formas de ver o mundo dos agentes que agem dando forma a essa construção. No entanto, a arbitrariedade sociológica do natural, não impede que, já instalada como uma noção do senso comum, essa construção cumpra a sua função de garantir uma base para critérios de ação confiáveis.

Como todo processo de estruturação, a gênese de referências que auxiliem na formação da necessária segurança ontológica é um processo que acontece, simultaneamente, tanto na subjetividade dos sujeitos quanto na dimensão objetiva da vida social, através de ações coletivas, movimentos sociais, instituições, etc. A construção social da natureza pelos movimentos de agriculturas alternativas são exemplos destes processos institucionalizados que objetivam esta necessidade de reforçar as referências de confiança, como se discutirá adiante.

5 Natureza, Agricultura e Alimentação

A alimentação é uma das áreas da vida cotidiana na qual se pode perceber com clareza a dinâmica em que os riscos inerentes à civilização fragilizam os mecanismos de segurança ontológica. Trata-se, também, de uma área onde se pode perceber como esta fragilização provoca ações sociais que visam restituir o senso de confiança perdido, quando se invoca uma revalorização da harmonia natural.

Esses movimentos de busca por uma alimentação que novamente possa se tornar confiável têm um ponto de partida, qual seja, a contestação do modo como é produzida a alimentação na chamada agricultura moderna. Com efeito, é a partir da crítica à agricultura moderna que outras práticas na produção de alimentos têm emergido como alternativas, propondo oferecer uma alimentação que, através de uma operacionalidade contrária à tentativa de domínio humano sobre a natureza, garanta as expectativas de segurança dos indivíduos.

A busca de novas compreensões e práticas sobre a agricultura, em harmonia com a natureza, têm levado à constituição de movimentos que objetivam esta necessidade. Esses movimentos estão baseados em diferentes concepções sobre a natureza e também apóiam-se em visões normativas específicas.

Neste capítulo tentar-se-á mostrar como os movimentos por uma “agricultura mais natural” se apóiam em visões de natureza inteiramente distintas e, além disto, será mostrado que estas idéias de natureza são correspondentes às críticas morais, filosóficas e políticas que vêm marcando os percursos dominantes na Modernidade.

Para isto, será apresentada a discussão em torno do conjunto de críticas dirigidas à agricultura moderna, para depois se apresentar as propostas “alternativas”, tentando evidenciar quais as inter-relações entre seus aspectos agronômicos, concepções de natureza e enquadramentos normativos (morais, filosóficos e políticos).

5.1 A CRÍTICA À AGRICULTURA MODERNA

No geral, a crítica à agricultura moderna tem focado especialmente as conseqüências indesejadas da produção de alimentos conformada pela modernização agrícola, focalizando em três níveis de riscos intimamente inter-relacionados entre si. São eles, os riscos ambientais (poluição, perda de biodiversidade, erosão dos solos, entre outros), os riscos sociais (por exemplo, a marginalização das populações que não se “modernizam”, êxodo rural, conseqüências à saúde dos trabalhadores rurais) e os riscos alimentares (presença de agrotóxicos nos alimentos comercializados, diminuição geral da qualidade biológica dos mesmos e, mais recentemente, as incertezas geradas pelo uso de variedades geneticamente modificadas).

Não representa nenhuma novidade dizer que a agricultura moderna assumiu como um dos seus mais enfáticos imperativos o aprimoramento de técnicas que permitissem o domínio, o mais completo e amplo possível, dos fatores naturais envolvidos no processo produtivo agrícola. A Sociologia Rural tem analisado largamente como as características peculiares da atividade agrícola, dependente de processos naturais, tais como os ciclos de crescimento das plantas, a fertilidade do solo, as condições de umidade, etc., representam um entrave para o desenvolvimento do capitalismo no meio rural²⁰.

Um dos fatores chave e desafios da chamada “questão agrícola” é o de como fazer que o processo de produção industrial, e sua irresistível propensão de autonomizar-se cada vez mais das limitações que a natureza impõe, também subordine a produção agrícola. Como explica Graziano da Silva,

“O longo processo de transformação da base técnica – chamado de modernização – culmina, pois, na própria industrialização da agricultura. Esse processo representa na verdade a subordinação da Natureza [maiuscula do autor] ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. Assim, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrerem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos e biológicos; e se houver ameaças de inundações, estarão previstas formas de drenagem”.(Graziano da Silva, 1996 p. 3).

²⁰ Na literatura internacional, malgrado referências anteriores diversas, reconhece-se que o artigo de Manne Dickinson (1978?) é o divisor analítico que separou dois momentos da produção teórica sobre as características da modernização agrária sob o capitalismo. Este artigo inaugurou uma renovada fase da produção sociológica que se viu forçada a crescentemente integrar em seus modos de explicação as chamadas “dimensões ambientais”.

Assim, o fato da produção de alimentos e fibras ser o ramo da atividade econômica moderna mais dependente de condições naturais fez com que o “controle” dessas condições se tornasse um dos objetivos principais da modernização da agricultura, objeto de extraordinários investimentos em pesquisa agrícola e a experimentação de novas técnicas.

Inegavelmente, a agricultura moderna tem sido relativamente bem sucedida em atingir esse objetivo e a contínua elevação da produtividade geral das atividades agrícolas permitiu também satisfazer a crescente demanda de alimentos durante a segunda metade do Século XX. Com a contínua elevação do rendimento físico obtido na produção dos grãos básicos (como trigo e arroz), tanto a disponibilidade de alimentos quanto o preço dos mesmos geraram condições de oferta favoráveis para uma satisfação das necessidades básicas de alimentação de crescentes parcelas da população mundial. Este resultado deveu-se a avanços científicos e inovações tecnológicas, entre os quais se encontram o desenvolvimento de novas variedades de plantas, o uso de fertilizantes e agrotóxicos, o desenvolvimento de eficiente infra-estrutura de irrigação e a mecanização de boa parte das tarefas exigidas nas culturas.

Em conjunto, trata-se de uma série de dispositivos que, através da aplicação de conhecimentos científicos, permitiu um, relativamente, bem sucedido “controle” de condições que, se dependendo das suas variações naturais, constituiriam entraves para um aumento crescente da produção. Assemelhou-se tanto quanto possível a produção agrícola à produção industrial, tentando desenraizá-la de certos condicionantes naturais (como a chuva, a fertilidade natural do solo e o ciclo natural de crescimento das plantas) e colocando estes fatores sob controle humano.

Não obstante, como afirma Stephen Gliessman, o sucesso geral da agricultura moderna foi atingido pela deterioração da própria fundação sobre a qual esse sistema foi construído. As inovadoras técnicas e práticas que permitiram o aumento de produtividade tiveram também o efeito não desejado de minar a base que possibilitou esse aumento, pois degradaram excessivamente os recursos naturais dos quais a agricultura depende (o solo, as reservas de água e a diversidade genética natural), assim como criaram dependência dos combustíveis fósseis não renováveis. Por outro lado, tais práticas constituíram um sistema que cada vez mais divorciou a responsabilidade de produtores e assalariados agrícolas, que são quem estariam em melhores condições de unir seus próprios interesses com o de zelar pela preservação das bases ecológicas dos agroecossistemas. Para um grande número de analistas, o resultado previsível é que a longo prazo a agricultura moderna não conseguirá mais produzir alimentos suficientes para a população global, tornado-se insustentável (Gliessman, 2000: 33).

Existe uma ampla discussão sobre a (in) sustentabilidade da agricultura moderna, na qual muitos defendem a mesma, sob a perspectiva de que os novos aprimoramentos continuam a torná-la cada vez mais eficiente, diminuindo o que seriam efeitos colaterais, em grande medida provocados pelo mau uso das tecnologias disponibilizadas²¹. No entanto, se é justo ou não colocar a agricultura moderna no banco dos réus, há ainda assim um inegável consenso em torno do fato de que adensaram-se graves tendências deletérias nos sistemas agrícolas, o que compromete sua viabilidade produtiva a médio e longo prazo, as quais foram exacerbadas com a utilização dos dispositivos da modernização agrícola.

Assim, por um lado é manifesto e evidente o sucesso da agricultura moderna em controlar certos fatores que pareciam ser seus “limites naturais” sob grande escala de produção. Mas por outro lado, hoje é evidente que o mesmo foi um controle transitório, uma vez que as conseqüências não desejadas da intensa modernização logo viriam à tona em diferentes regiões agrícolas.

A visão de natureza que sustentou a posição da agricultura moderna é herdeira do mecanicismo que foi sintetizado explicado no Capítulo 3. Sob tal perspectiva, parte-se da separação ontológica do ser humano e da natureza, o que justifica a manipulação da mesma através de práticas instrumentais que a consideram como um conjunto de *objetos* passivos, suscetíveis de serem usados e transformados pelos seres humanos. Tal visão também negligenciou a visão histórica/evolutiva da natureza, na medida em que subestimou as conseqüências da interferência em ecossistemas complexos em permanente mudança, fruto da dinâmica adaptativa dos seres vivos que os compõem. Pelo contrário, concebeu-se a natureza como um conjunto estático de elementos que, na medida em que fossem simplificados, mais eficazmente seriam preenchidos os objetivos de utilidade pré-definidos.

O ideal da monocultura, por exemplo, reflete esta meta significadora na qual se almeja a construção de um sistema em que proliferem somente certas espécies consideradas úteis, considerando a natureza como uma máquina que pode ser eficazmente controlada para se obter resultados pré-determinados.

Esse padrão pode ser percebido se for analisada a prática do uso intensivo do solo tal com é realizado na agricultura moderna. Com o fim de maximizar a produção, é atribuído ao solo a função de servir de suporte e apoio às raízes, uma vez que os nutrientes que as plantas

²¹ É a posição de, por exemplo, Bernardo van Raij (Raij, 2002). Para um útil e desapaixonado balanço desta discussão ver Eduardo Ehlers, (1996)

requerem não se espera que venham da atividade biológica do próprio solo, mas de componentes específicos incorporados através do manejo químico do mesmo. Assim, o solo passa a ser considerado como um fator de produção cuja função é essencialmente mecânica, uma vez que a mesma tende a ser reduzida a de suporte para o desenvolvimento da exploração de plantas, as quais, por sua vez, são tratadas como “(...) fábricas em miniatura [cuja] produção é maximizada pelo aporte dos insumos apropriados, sua eficiência produtiva é aumentada pela manipulação de seus genes, e o solo simplesmente é o meio no qual suas raízes ficam ancoradas” (Gliessman, 2000 p. 34).

O manejo químico referido é o realizado através da incorporação de fertilizantes sintéticos. Os mesmos, produzidos em grandes quantidades a partir de combustíveis fósseis e da extração de depósitos minerais, são aplicados nas lavouras, fornecendo os nutrientes essenciais das plantas. Esta aplicação dispensa, na percepção mecanicista, qualquer preocupação pelos processos biológicos pelos quais é mantida e regenerada a fertilidade natural dos solos, que via de regra depende da interação complexa de uma grande diversidade de espécies vegetais e animais, muitas delas microscópicas, e que constituem a microbiologia do solo.

Mas o funcionamento dessa “fábrica”, somente produz os resultados esperados à medida que eficazes controles químicos evitam a proliferação de espécies que ameaçam ou concorrem com os cultivos desejados. Eis a função estabelecida para os defensivos agrícolas ou agrotóxicos, tanto inseticidas quanto herbicidas. Assim, a natureza é de um lado disciplinada, no estímulo às espécies desejadas, e do outro lado é reprimida, na aniquilação das espécies indesejadas.

5.1.1 O problema dos agrotóxicos

Dentre todos os aspectos mais típicos da agricultura moderna, é provavelmente o dos agrotóxicos cujas críticas apontadas tenham causado maior impacto no público leigo, enquanto consumidor. Isto se deve ao fato de que algumas das conseqüências dos agrotóxicos chegaram a ser percebidas como um impacto direto na qualidade dos produtos, afetando a sensibilidade dos consumidores urbanos. Esta tematização pública de um problema que aparentemente provém de uma realidade distante do consumidor urbano, foi certamente estimulada e alicerçada por uma série de produções intelectuais que contribuíram fortemente para modificar noções sobre como os agrotóxicos são percebidos pelo público leigo.

O livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa* (1968), constitui um dos ícones deste aspecto da crítica da agricultura moderna em face dos riscos potenciais para a população dos Estados Unidos. Já no Brasil, Francisco Graziano Neto (1986), Jose Lutzemberger (1980), Adilson Paschoal (1979), L. C. Pinheiro Machado (1981), entre outros contribuíram para a formulação desta crítica. Tratava-se de um debate que, por um lado, abalou a confiança ingênua na agricultura industrial por parte do público consumidor, e, por outro, abriu novas perspectivas que recolocaram a natureza como uma referência de ordem e de condições às quais a atividade humana deveria se ater.

O próprio cunho do termo “agrotóxico” e sua utilização, tanto na linguagem popular quanto na científica, substituindo os antigos termos “defensivo agrícola” ou “agroquímico” denota esta mudança de perspectiva. Trata-se de um objeto que deixou de ser percebido como um mero componente técnico que garantia a modernização e o progresso para ser percebido como um objeto disseminador de fatores de toxicidade e no qual não se pode confiar.

O *Manifesto ecológico brasileiro*, de José Lutzemberger (1980), embora ainda sem ter assumido aquela expressão, é um exemplo das produções que contribuíram a esta mudança de significados sobre os agrotóxicos, ao mesmo tempo em que se recolocava a natureza como referência de ordem e de condições a serem respeitadas, si se quer uma alimentação confiável:

“A continuação exponencial dos métodos agroquímicos levará, certamente, à extinção da Vida. Estes métodos não são o caminho do futuro. Quanto mais cedo isto for compreendido, melhor. Eles também não são realmente tão produtivos. Os controles naturais e culturais da agricultura biológica permitem elevada produção sem poluição e sem destruição definitiva da nossa fauna. O alimento é mais diversificado e mais sã, pois provém de animais e plantas metabolicamente mais equilibrados. O agrônomo e o pecuarista moderno preocupam-se com ‘aquele quilo a mais’ e desconhecem o conceito de qualidade biológica. A batata mais grossa e vistosa, mais uniforme, produzida com as doses maciças de fertilizantes sintéticos e enxurradas de venenos, em solo mineralizado, desprovido de vida, além de contaminada é um alimento desequilibrado. Ela não contém a proporção certa de glicídios, proteínas, enzimas, minerais, vitaminas, alcalóides. Mas somente alimentos equilibrados produzem organismos sãos, com defesas e sistema imunológico eficientes. Medicina e agropecuária fariam bem em dar-se as mãos e trabalhar conjuntamente por uma população realmente sã. A Medicina tem hoje um enfoque que muitas vezes se parece com o do mecânico de automóveis, que espera a pane, para então poder repará-la, de preferência pela troca de peças. O agrônomo e o zootecnista, por sua vez, ao enxergarem somente a quantidade do alimento que produzem, desconhecem sua responsabilidade pela saúde pública. Uma política agropecuária e sanitária que visasse a saúde global da Vida, partiria do princípio ecológico fundamental de que *saúde do solo, da planta, do animal e do homem são uma só coisa indivisível*”. (Lutzemberguer, 1980 p. 66, grifos e termos em maiúsculas do autor).

Mais recentemente, uma vasta literatura em torno da agroecologia e das agriculturas alternativas retoma as mesmas questões, já apoiadas num acúmulo de experiência nestas três

décadas, evidenciando a existência de alternativas realistas ao modelo da agricultura moderna (Altieri, 1998; Gliessman, 2000; Ehlers, 1996; dentre outros).

Do ponto de vista agrônomo, no que se refere à utilização de agrotóxicos, atualmente tem se apontado que a degradação geral dos agroecossistemas tem constituído um círculo vicioso que leva a uma cada vez maior utilização desses produtos. Assim, as deficiências nutricionais das plantas, aliadas ao aparecimento de pragas resistentes aos agroquímicos, à diminuição dos inimigos naturais e a baixa diversidade dos agroecossistemas (o que implica em menos estabilidade) têm exigido um uso crescente de agrotóxicos que, por sua vez, fazem proliferar as pragas, provocando novas infestações (Ehlers, 1996 p. 101).

Alguns autores têm chamado este processo de “rotina dos agrotóxicos”. A promessa dos agrotóxicos era que iriam proteger as lavouras para sempre dos organismos que continuamente ameaçavam os cultivos, mas hoje, é amplamente reconhecido que tal expectativa resultou ser falsa. Embora os agrotóxicos possam baixar drasticamente a população de pragas a curto prazo (aspecto evidentemente muito atrativo para os agricultores), eliminam também os seus predadores naturais, e desta forma essas populações com frequência se recuperam, até alcançar números ainda maiores do que antes. Isto acarreta a necessidade de os agricultores precisarem usar cada vez mais agentes químicos, num ciclo cumulativo de dependência.

Ao problema da dependência soma-se o fenômeno do aumento da resistência que adquirem as populações de insetos e ervas expostas continuamente a esses produtos. Em tais condições, as mesmas são submetidas a um processo de seleção natural que aumenta a sua resistência aos agrotóxicos, igualmente forçando os agricultores a aplicarem quantidades maiores de produtos e a mudarem os princípios ativos, gerando um círculo vicioso que cria continuamente condições para a produção de maior resistência (Gliessman, 2000: 37).

O discutido tema dos agrotóxicos é um bom exemplo da dinâmica que reflete o fracasso da Revolução Verde na sua tentativa de “dominar a natureza”. Trata-se de um problema assumido e reconhecido como real, que não se acalma com justificativas técnicas que acusam apenas o “mau uso” desses produtos. É por isso que, como antes afirmado, a controvérsia em torno ao seu uso contribuiu para corroer a confiança tácita no sistema alimentar baseado na agricultura moderna, o que abriu o caminho para rotas alternativas, que ganharam espaço apresentando-se como capazes de restaurar a segurança ontológica.

Como exemplo, basta observar como o mesmo se reflete no apelo explícito e direto aos consumidores que, em 2002, destaca um grupo de produtores de alimentos orgânicos de Santa Catarina:

“Vivemos uma época em que precisamos ser mais cuidadosos com o que colocamos nos pratos de nossas famílias. Basta ver os riscos de contaminação com resíduos de agrotóxicos, com organismos transgênicos e com ‘porcarias’ de todo tipo, sem falar das doenças provocadas pelo efeito cumulativo desses produtos no nosso organismo”.²²

5.2 REENCONTRANDO A NATUREZA

De um modo geral, toda concepção tecnológica traz implícita uma visão da natureza. Uma tecnologia é um conjunto de dispositivos arranjados com o fim de interferir, de um modo específico, sobre certos fenômenos dados. Assim sendo, a tecnologia supõe uma demarcação de tais fenômenos, incluindo a definição das forças que determinam os traços essenciais dos mesmos.

No caso das concepções tecnológicas voltadas para a agricultura, as mesmas supõem uma visão da natureza e dos agroecossistemas nos quais se visa intervir. Por exemplo, à medida que fatores físico-químicos são delineados como os componentes essenciais do solo agricultável, interferências químicas e mecânicas são visualizadas como as mais eficazes para o controle de tais agroecossistemas, como ocorre na estratégia básica da agricultura moderna.

Por outro lado, à medida que a visão dos agroecossistemas realça a presença de microorganismos, insetos, aves e outros seres vivos, inter-relacionados de maneira complexa com as condições físicas e químicas do solo, como condição para existência das plantas a serem cultivadas, interferências mais holísticas e mais preservacionistas são as indicadas para a promoção das condições em que plantas saudáveis podem ser cultivadas ao longo do tempo.

Assim sendo, a crítica à agricultura moderna antes esboçada, é também uma crítica à idéia de natureza que subjaz na sua concepção tecnológica, de tal modo que outras concepções tecnológicas que se propuseram como “alternativas” partem de um conceito de natureza (diferente daquele defendido pela agricultura moderna) no qual alicerçam sua visão.

²² Folheto de divulgação da AGRECO, Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Santa Catarina), 2002.

As correntes alternativas à agricultura moderna são bastante diversas²³. No obstante, elas geralmente são analisadas na literatura a partir de quatro categorias principais: agricultura orgânica, agricultura biológica, agricultura biodinâmica e agricultura natural. Neste último grupo, por sua vez, pode-se incluir diversas linhas diferentes entre as quais pode-se citar a agricultura natural de Masanobu Fukuoka e agricultura natural de Moiki Okada, dentre outras. Estas quatro categorias certamente não esgotam a diversidade de alternativas existente. No entanto, sob o escopo analítico deste estudo, essa divisão parece adequada, por permitir traçar um quadro das principais concepções de natureza que informam as agriculturas alternativas e algumas das implicações destas concepções.

Continuando a linha argumentativa dos capítulos precedentes, considera-se que as concepções de natureza supõem concepções normativas e visões de mundo abrangentes que contêm respostas e orientações gerais do que “deve ser” na vida social. Do mesmo modo, as concepções de natureza contidas nas agriculturas alternativas incluem também idéias e orientações gerais para a vida social, que situam-se muito além da própria preocupação agrônômica. Assim, quando as agriculturas alternativas propõem outros modos de semear, de cuidar e de colher, estão propondo muito mais do que meros procedimentos técnicos para produzir alimentos. Elas propõem, também, um modo específico dos seres humanos se engajarem no meio social e natural em que se encontram.

A seguir, será exposto alguns dos princípios básicos e traços históricos destas diferentes correntes, tentando mostrar como todas elas incluem uma visão da natureza diferenciada da agricultura moderna ou convencional. Também, tentar-se-á mostrar como essas diferentes visões da natureza, por sua vez, configuram visões de mundo normativas que incluem dimensões éticas, políticas e espirituais.

5.2.1 Agricultura orgânica

A origem da agricultura orgânica é geralmente atribuída à obra do pesquisador inglês Sir Albert Howard, cujo trabalho na Índia, iniciado em 1905, dera origem a uma concepção

²³ De modo geral, como afirma Almeida, o termo “agricultura alternativa” supõe uma conotação contracultural. Ele se define em oposição à agricultura “moderna” ou “convencional” tendo como referência principal a que se pratica nos países de desenvolvimento industrial avançado e que tem as seguintes características: forte concentração e automatização dos sistemas de produção, alta incorporação de tecnologia e alto grau de especialização, grande utilização de insumos químicos de origem sintética, divisão do trabalho significativa, forte consumo de energia e de matéria primas não renováveis, necessidade de um controle

tecnológica crítica da visão predominante na época (Ehlers, 1996; Bonilla, 1992). Nesse período, Howard observara que os camponeses indianos conseguiam manter a fertilidade do solo mesmo sem a utilização de fertilizantes químicos. Mais ainda, as plantas cultivadas se apresentavam vigorosas, produtivas e livres de pragas. Por outro lado, ele verificou que os animais utilizados para tração não adoeciam de aftosa, peste bovina, septicemia, etc. Em contrapartida, na estação experimental de Pusa onde ele trabalhava, as plantas e animais apresentavam as mais diversas anomalias, mesmo contando com os métodos de defesa da tecnologia moderna (Ehlers, 1996).

Esta constatação levou a Howard montar uma experiência na qual se aplicariam os métodos de agricultura tradicionais dos agricultores indianos. Alguns anos de experimentação permitiram que Howard se sentisse capaz de praticar a agricultura sem qualquer utilização de insumos químicos (Ibid.). O resultado foi um sistema que assumia que o fator essencial para a saúde das plantas e dos animais era a fertilidade do solo. Para tal fim, sistematizou o que chamou de método “Indore”, o qual consiste num método de compostagem que aproveita os resíduos da fazenda e os transforma em húmus que, segundo orientações específicas, garantiria a fertilidade do solo através de um processo biológico (Ibid.). A proposta de Howard realçou a importância de certos processos biológicos do solo que, na visão da agricultura moderna, eram menosprezados ao serem substituídos por aditivos químicos de síntese artificial. Segundo Bonilla, a idéia central era assegurar que o solo fosse suficientemente enriquecido com altos níveis de matéria orgânica de modo a assegurar um ambiente propício para uma vida intensa e rica da flora microbiana. Assegurada essa condição, a nutrição e sanidade das plantas seriam plenamente atendidas, garantindo, por sua vez, alimentos de alto valor nutritivo e impregnados de vitalidade (Bonilla, 1992 p.16).

Assim, contrariamente à perspectiva da química analítica, a proposta de Howard parte da visão de que o solo não deve ser entendido apenas como um conjunto de substâncias, mas como o ambiente onde ocorrem uma série de processos vivos e dinâmicos essenciais à saúde das plantas (Ehlers, 1996 p.56).

Para aquele autor, portanto, o resultado da produção agrícola está diretamente ligado à dinâmica da atividade biológica do solo, que “naturalmente” gera as condições necessárias para o desenvolvimento saudável das plantas cultivadas. O solo já não é apenas um mero fator

mecânico que dá suporte e apoio às raízes, mas o elemento vital básico do qual depende o desenvolvimento da produção agrícola. Para isto, o próprio solo precisa ser criado, cultivado, manejado, de forma tal que seja mantida e aumentada sua atividade viva.

Embora, inicialmente, o trabalho de Howard fosse bastante rejeitado no meio agrônômico inglês, declaradamente adepto da agricultura química, nos anos seguintes se tornou muito influente na conformação de um campo com uma visão alternativa da agricultura. Sua influência se deu tanto nos Estados Unidos através de Jerome Irvin Rondale, fundador da revista *Organic Gardening and Farm*, quanto na Inglaterra através de Lady Eve Balfour, fundadora da *Soil Association*.

Se, como dizemos anteriormente, a agricultura moderna parte de uma visão mecanicista da natureza, podemos afirmar agora que a agricultura orgânica é consistente com a visão da natureza própria da História Natural. Com efeito, como sustenta Margareth Merrill, uma das raízes dos movimentos de “eco-agricultura” se encontra em trabalhos científicos do século passado, dentre os quais se destacam os de Charles Darwin. Deste autor, principalmente a obra *The formation of vegetable mould through the action of worms, with observations on their habits*²⁴ tem constituído uma referência científica importante (Merril, 1983, *apud*. Ehlers, 1992 p. 50).

No entanto, esta incorporação pela agricultura orgânica da História Natural ocorre com as mesmas ambigüidades que têm caracterizado tal apropriação em outros âmbitos (conforme analisado no Capítulo 3). Ou seja, a visão da natureza da História Natural serviu, também no contexto dos defensores da agricultura orgânica, para justificar diversos ideais de sociedade. Assim, o solo que precisa ser cuidado e manejado de forma tal que seja mantida e aumentada sua atividade vivente passa a ser não apenas um elemento da natureza a ser revalorizado, mas um verdadeiro emblema de luta. Como explica Matthew Reed em sua análise da história da *Soil Association*²⁵, o solo é constituído como um emblema de luta que é simultaneamente agrônômico e moral. Assim, como todo emblema, é suscetível de ser utilizado por diferentes visões normativas. No caso da *Soil Association*, isto aconteceu ora para reivindicar um retorno à ordem feudal, ora para exaltar a visão da economia e da sociedade contrária ao colonialismo inglês ou, como atualmente, sustentando uma ação contra os alimentos geneticamente modificados para

²⁴ *A formação do húmus pela ação das minhocas, com observações sobre os seus hábitos.*

²⁵ Fundada em 1946, a *Soil Association* é a primeira organização a defender a agricultura orgânica na Grã-Bretanha e uma das mais antigas e influentes do mundo. Atualmente, apesar de manter o seu caráter não

além da própria Inglaterra e propiciando no seu país um fortalecimento das iniciativas locais contrárias às grandes cadeias de distribuição de alimentos (Reed, 2001). Em outras palavras, a agricultura orgânica na visão da *Soil Association* sempre conciliou, embora sob interesses que mudaram ao longo do tempo, um questionamento agrônomico e um questionamento moral, sempre tendo a revalorização do solo perante a agricultura moderna como argumento principal.

O caso da *Soil Association* interessa neste estudo, pois constitui um dos exemplos institucionalizados já pesquisados mais notórios de como uma visão de natureza, em princípio ligada a critérios estritamente técnicos aparentemente neutros em termos valorativos, conforma-se como um emblema de luta que é simultaneamente agrônomico e moral. Nos casos das outras correntes (biológica, biodinâmica e natural), é mais fácil de perceber, como se verá, que a visão da natureza é associada a uma específica visão normativa do mundo. Isto fica mais evidente nesses casos, principalmente, pelo fato de se tratar de correntes que associam explicitamente a técnica agrônômica ora à dimensão política, ora à dimensão espiritual.

5.2.2 Agricultura biodinâmica

Mais ou menos na mesma época em que Howard desenvolvia as pesquisas que o levaram a criar as bases da agricultura orgânica, surgiu na Europa outra corrente de agricultura que, partindo de princípios bem diferentes daqueles de Howard, constituía uma contestação ainda mais radical da visão da natureza da agricultura moderna. Inspirada no filósofo austríaco Rudolf Steiner, criador do movimento conhecido como Antroposofia (definido pelos seus participantes como “ciência espiritual”) surgiu uma corrente denominada agricultura biodinâmica.

Solicitado por um grupo de agricultores preocupados pelo aumento de doenças e degenerescências das variedades vegetais e animais de suas fazendas, Steiner proferiu, em 1924, uma série de conferências sobre as inter-relações dos fenômenos de ordem biológica, anímica e espiritual, e sobre como estas inter-relações deviam ser respeitadas e aproveitadas na produção agrícola. A finalidade era inspirar a criação de um método de produção que permitisse recuperar a saúde e o vigor das plantas e dos animais domésticos, e com isso a qualidade dos alimentos para os seres humanos (Koepf, H. H. et al., 1982; Pfeiffer, E. 1992; Richter, M. 1992).

governamental, funciona como a principal instituição certificadora de alimentos orgânicos na Inglaterra, estabelecendo os critérios que são utilizados pelo Estado.

O método biodinâmico surgido desta inspiração compartilha com a agricultura orgânica e com outras correntes de vários aspectos em relação a importância atribuída à preparação do solo, à diversificação de espécies cultivadas e à recusa na utilização de qualquer tipo de agrotóxicos. No entanto, ela apresenta duas diferenças substanciais que lhe dão sua característica peculiar: Primeiramente, parte de uma “visão espiritual” da agricultura, atribuindo uma importância muito grande à influência dos astros e considerando a produção agrícola como parte de uma atividade na qual o ser humano, como ser espiritual, pode contribuir para a evolução da natureza. Secundariamente, utiliza os chamados “preparados biodinâmicos” contendo substâncias vegetais e minerais elaborados através de métodos que incluem procedimentos de caráter simbólico, com o fim de vitalizar as plantas e estimular o seu crescimento, considerando a propriedade agrícola com um organismo.

Segundo Bonilla, a visão de Steiner era que as forças dos corpos celestes mais próximos (a Lua, Vênus e Mercúrio) agem no calcário da Terra e dirigem a reprodução. Simultaneamente, os outros planetas (Marte, Júpiter e Saturno) transmitem suas forças por intermédio da sílica e agem sobre o crescimento e a nutrição (Bonilla, 1992 p.18). Portanto, a visão das forças e fatores considerados pela agricultura biodinâmica como essenciais aos processos agrícolas é bem diferente da reconhecida pela ciência oficial.

É por isso que se pode afirmar que a agricultura biodinâmica parte de um distanciamento da visão mecanicista ainda mais radical do que o da agricultura orgânica. Por um lado, se reconhece a importância da vitalidade do solo para uma produção agrícola saudável, mas tal vitalidade não depende apenas da microbiologia e dos fatores minerais que a História Natural ajudou a valorizar. Para os produtores biodinâmicos, tal vitalidade depende da conjunção de fatores não reconhecidos pela ciência, os quais, por não serem usualmente reconhecidos são caracterizados como “metafísicos” ou “espirituais”.

De fato, as fontes de onde Steiner se inspira para a formulação de sua doutrina são as antigas tradições orientais (especialmente a hinduísta), o gnosticismo cristão, os mitos pagãos, além de suas próprias intuições e observações. Por isso, num sentido mais amplo, o propósito da antroposofia é o de dar alguma validade científica, através de sua verificação experimental, a um corpo de saberes que, de outra forma, ficaria definitivamente “oculto” com o advento do racionalismo moderno. A humanidade, em sua própria evolução, estaria já pronta para assimilar estes saberes, os quais viriam a melhorar substantivamente a vida das pessoas, auxiliando-as tanto nos seus afazeres práticos (mundanos), quanto no seu desenvolvimento interior (espiritual).

É esta proposição de integrar aspectos espirituais em áreas habitualmente de saber secular que explica o interesse da antroposofia de Steiner em temas como a educação, a saúde e a agricultura. Assim, sendo sua intenção de introduzir saberes metafísicos em áreas habitualmente restringidas ao saber secular, percebe-se a contestação profunda que supõe a agricultura biodinâmica do modelo mecanicista, alicerçado no racionalismo dualista. Em outras palavras, a visão da natureza sustentada pela agricultura biodinâmica não podia ser mais diferente da que está na base da agricultura moderna. Isto não significa, no entanto, que a agricultura biodinâmica negue os conhecimentos científicos sobre a natureza, já que o evolucionismo e a história natural são, também, inteiramente incorporados em sua perspectiva.

5.2.3 Agricultura biológica

Esta expressão foi cunhada pelo francês Claude Aubert ao intitular o livro no qual expôs os princípios de uma forma de agricultura em que plantas e animais são cultivados e criados em condições tais que lhes é possível desenvolver-se com “boa saúde” a partir da adequação “natural” às suas necessidades vitais (Aubert, 1974, *apud* Bonilla, 1992). Como explica Bonilla, o termo “agricultura biológica”, em certo sentido, foi concebido em oposição ao de “agricultura industrial”, onde na primeira plantas e animais seriam tratados como seres vivos, enquanto na segunda seriam tratados apenas como máquinas de produzir alimentos (Bonilla, 1992 p.19).

Aubert foi o responsável pela difusão desta corrente na França onde, pelo fato de reconhecer como seus pioneiros e inspiradores a Steiner e seu discípulo Pfeiffer como a Howard, muitas vezes o termo agricultura biológica é associado à agricultura alternativa em geral.

Seja como for, apesar dos princípios gerais da agricultura biológica em termos agronômicos serem, de fato uma nova sistematização dos que já foram formulados pelos criadores da agricultura orgânica e da biodinâmica, existe na corrente biológica um novo estilo discursivo, voltado não apenas para estabelecer um modo de produzir alimentos, mas contendo igualmente uma crítica aberta e explícita ao sistema dominante de produção de alimentos. Este caráter crítico do *status quo* agronômico configura a agricultura biológica como uma corrente na qual o aspecto técnico e o aspecto político recebem uma importância equivalente e estão fortemente mesclados.

De fato, como ressalta Ehlers, as idéias da corrente da agricultura biológica parecem atender aos anseios do emergente movimento ecológico, com sua preocupação tanto na qualidade dos alimentos quanto na proteção ambiental e na procura de fontes energéticas renováveis (Ehlers, 1992 p. 59).

Do ponto de vista da idéia de natureza que subjaz a esta perspectiva, o mesmo que foi antes exposto em relação à agricultura orgânica pode se dizer da agricultura biológica. No entanto, não acontece o mesmo em relação à agricultura biodinâmica, pois não se encontra na agricultura biológica nenhuma consideração especial da influência dos aspectos metafísicos na dinâmica natural. Assim, da secularizada visão da natureza que oferece a ciência biológica são extraídas as implicações agronômicas, estas últimas sendo então transformadas em uma arma política eficaz para combater os métodos convencionais da agricultura moderna.

Um bom exemplo desta transposição é a assimilação da “teoria da trofobiose”, criada por Francis Chaboussou (Chaboussou, 1987). Esta teoria argumenta que a aplicação de agrotóxicos provoca nas plantas um estado de desordem metabólica que desregula processos internos que afetam a disposição das proteínas nos tecidos vegetais. Em consequência disto, um excesso de nutrientes passa a circular na seiva das plantas, o que estimula insetos, ácaros, fungos e bactérias que, tendo adquirido resistência aos agrotóxicos, passam a sugar uma seiva enriquecida. O ciclo assim é ampliado rapidamente se manifestando como uma epidemia de novas pragas e doenças. Esta teoria defende que grande parte dos casos não explicados de proliferação de parasitas pode estar relacionada a desequilíbrios tróficos ou nutricionais das plantas, provocados pela utilização de agrotóxicos e, também, pelo excesso nas adubações de nitrogênio, cálcio, magnésio e potássio (Ehlers, 1992 p. 63).

O impacto da teoria proposta por Chaboussou não somente ofereceu mais um poderoso argumento científico para combater a agricultura química, mas também sugeriu que a concepção que sustenta a agricultura dominante origina-se na ignorância de como a natureza funciona realmente. Se a ciência já demonstrara como funciona a natureza do solo e da nutrição das plantas e os efeitos contraproducentes dos métodos químicos, então a manutenção de práticas contrárias à saúde de plantas, animais e humanos somente poderia obedecer a interesses particulares. Portanto, o campo de discussão já não se restringiria mais ao debate exclusivamente técnico, mas deveria passar a ser, simultaneamente, político.

Quando Howard divulgou os métodos alternativos àqueles preconizados pela agricultura moderna, lançando as bases da agricultura orgânica, o fez apoiado na experiência de agricultores tradicionais da Índia utilizadores de técnicas e concepções pré-modernas. Do

mesmo modo, a visão alternativa de Steiner apoiou-se em concepções que, malgrado procurarem sua legitimação científica através da verificação empírica, surgiram inegavelmente de filosofias de base metafísica, isto é, de teorias que não faziam parte do leque de conhecimentos de que dispunha a ciência da época. Para usar a expressão cunhada por Khun (1989) essas propostas, embora apoiadas em experiências que permitiam a sua verificação empírica, não correspondiam ao paradigma da “ciência normal” vigente no campo agrônomo, encontrando barreiras quase intransponíveis para a sua aceitação nas instituições que então definiam as posições principais desse campo.

Já na época do surgimento da agricultura biológica, as proposições de Chaboussou encontraram menores resistências em nome da cientificidade dominante. Posteriormente, já nos anos mais recentes, os trabalhos na área da agroecologia surgiram exatamente tendo entre os seus objetivos oferecer legitimidade científica às técnicas e as taxonomias de base tradicional, importante fonte inspiradora na busca de uma agricultura ecologicamente correta²⁶.

Assim, a discussão recente em torno da legitimidade das formas alternativas de operar a agricultura, vem assumindo um rumo diferente. Com crescente frequência surgem os argumentos em prol de um ou outro “modelo de desenvolvimento”. Por parte dos defensores da agricultura convencional, as posições dominantes são atualmente as que visam a modernização agrícola para poder produzir muitos alimentos para um mundo hi-pe-populoso (especialmente nas suas regiões mais pobres), mas há também aqueles que enfatizam que os problemas gerados pela agricultura moderna não obedecem ao paradigma que a originou, mas decorrem da inadequada aplicação das técnicas. Para os críticos da agricultura moderna, embora muitas vezes se reconheça que a inadequada aplicação das técnicas contribua expressivamente para promover os impactos negativos da agricultura convencional, o centro do problema radica exatamente no paradigma que a originou, que propicia um modelo de desenvolvimento em si mesmo problemático.

Observa-se, assim, que passamos a uma nova etapa de disputas na qual a existência de conseqüências indesejáveis da aplicação das técnicas da agricultura moderna passa a ser mais amplamente aceita, e a legitimidade científica da agricultura alternativa deixa de ser questionada, restando especialmente uma discussão no plano político-normativo, ou seja, no plano em que se discute acerca do que é apropriado fazer em certas circunstâncias. A

²⁶ Ver, dentre outros, Almeida (1996), Toledo (1993), Altieri (1998).

Agronomia, curiosamente, passa assim a ser parte da crescente polarização sócio-política acerca do significado da “boa vida” nas sociedades contemporâneas, que tem a natureza como um de seus assuntos principais.

Esta passagem da ciência para a política como a arena de discussão agrônômica significa que a idéia de natureza que se defende cada vez menos resulta dos paradigmas de conhecimento subjacentes, mas apresenta-se, cada vez mais e com maior nitidez, relacionada aos interesses do projeto político que contribui para formular. É certo que os paradigmas de conhecimento (sejam científicos ou não, como no caso dos agricultores pré-modernos) estão invariavelmente atrelados a condições sociais específicas, e por isso nunca podem se desvincular completamente da dimensão dos interesses sociais que constituem a base material desses conhecimentos. Mas o problema adquire atualmente uma característica diferente - conhecidas as suas contra-indicações, por que se opta pela utilização de certos procedimentos? No fundo, a discussão cada vez escapa mais do campo técnico, adentrando na política, pois a aplicação de certos procedimentos obedece a projetos determinados, com implicações sociais e ambientais razoavelmente conhecidas.

À medida que isto vai ficando mais evidente aos movimentos por uma agricultura alternativa, inevitavelmente, estes entram num processo de politização. Tal processo, por sua vez, é favorecido pelo momento histórico em que a agricultura biológica se difunde, e pelo tipo de argumento de que dispõe, sendo todos fatores contribuintes para esta gradual politização do debate.

Uma breve consideração histórica torna-se relevante. É de se notar que as correntes orgânica e biodinâmica tiveram origem na Europa nas décadas de 1920 e 1930, período no qual a confiança nas instituições em que se alicerçava a segurança ontológica parecia se desmanchar, afetada por profundos eventos sociais da época. É o período intermediário entre as duas guerras mundiais e da crise capitalista mundial que começa em 1929. É também a época de fortes revisões das crenças, com tentativas de trazer para o Ocidente as visões de mundo orientais e de criação de novas religiões, quando o mundo não explicado pela ciência parece tentar entrar novamente no campo perceptivo das pessoas. Ou seja, décadas de revisão das expectativas civilizacionais nas quais se abrem brechas na ideologia do progresso e na crença cega na tecnologia para o domínio humano da natureza. Já no caso da agricultura biológica, o “clima de época” propicia disposições diferentes. É o período histórico no qual há uma otimista aposta no futuro. O período do pós-guerra, estendendo-se pelo menos até a primeira metade da década de 1970, parece indicar a existência de um sentimento social

generalizado no qual seria possível tomar o “controle da história”, transformando o mundo para garantir o bem estar da humanidade, com um otimismo que é tanto político quanto civilizacional.

5.2.4 Agricultura natural

Surgidas no Japão, em um contexto cultural distinto das correntes anteriores, há duas linhagens de agricultura alternativa que se autodenominam de “agricultura natural”²⁷. A primeira destas correntes a que se refere é a idealizada por Mokiti Okada (1882-1955). Relatam os seguidores da Igreja Messiânica Mundial, da qual também é inspirador, que Okada voltou-se a analisar os métodos agrícolas convencionais por causa das nefastas conseqüências que percebia no emprego excessivo de agro-químicos no solo. Como alternativa buscou um método que preservasse o meio ambiente e promovesse a saúde, oferecendo alimentos “puros e saborosos”.

O método de agricultura natural criado por Okada privilegia a “força intrínseca” do solo, cuja qualidade é considerada fator primordial para a obtenção de boas colheitas. Segundo sua perspectiva, a fertilização do solo consiste no fortalecimento de sua “energia natural”. Para isso, basta torná-lo “puro e limpo”. Quanto mais puro é o solo, maior é a sua força para o desenvolvimento das plantas.

Diferentemente da agricultura orgânica e biodinâmica, este método evita não somente os produtos químicos, mas também o esterco animal. Utiliza-se, em compensação, de compostos vegetais que permitem a reciclagem dos nutrientes para o desenvolvimento das plantas conservando a pureza do solo que seria comprometida com o uso de esterco (Johrei Center, 2002).

Para esta corrente, contudo, as conseqüências negativas da agricultura moderna não se restringiriam apenas à questão agronômica, mas estariam vinculadas a um conjunto de “problemáticas espirituais” dos seres humanos no mundo atual. Segundo a filosofia de Okada, inúmeros problemas dos seres humanos são causados pelo acúmulo de toxinas no sangue, que se refletem diretamente no espírito em forma de máculas (nuvens espirituais), afetando o

²⁷ Alguns autores também integram uma outra corrente, a Permacultura, como parte da mesma denominação. Oriunda da Austrália, esta corrente é considerada como uma variação da agricultura natural, por perceber entre estas alguns princípios similares.

sistema nervoso e o caráter dos indivíduos. Por sua vez, o sangue sujo produz um organismo debilitado, sujeito a entrar, a qualquer momento, em um processo de doenças físicas.

Essas tendências, que a agricultura convencional contribuiria para disseminar, seriam uma das principais causas da destruição do meio ambiente, da proliferação da pobreza e da propagação dos diversos problemas sociais.

Do ponto de vista agrônomo, a agricultura natural de Okada recomenda a rotação das culturas, o uso de adubos verdes, o emprego de compostos e o uso de restos vegetais na forma de cobertura sobre o solo. Em relação ao combate às pragas e doenças, esta corrente propõe a manutenção das características naturais do ambiente e a melhoria das condições do solo, o que fortaleceria o estado nutricional dos vegetais. Também é estimulado o emprego dos inimigos naturais das pragas e, excepcionalmente, a utilização de produtos naturais não poluentes (Ehlers, 1992 p. 67).

Tem-se observado uma forte disseminação desta corrente após a morte do seu criador. Primeiro no Japão e depois no Ocidente, estando presente em mais de 40, países seja com a denominação comercial de MOA (*Mokiti Okada Association*) ou sob os auspícios da WSAA (*World Sustainable Agriculture Association*) (Ehlers, 1992 p. 66).

Também surgida no Japão, simultaneamente à de Okada, a proposta de agricultura natural de Manasobu Fukuoka trilha por caminhos diferentes. Após uma experiência como pesquisador-chefe na seção de Controle de Doenças e Insetos da Estação Experimental de Koshi, Fukuoka renunciou aos conceitos e propostas da agricultura convencional para passar a desenvolver uma perspectiva agrônoma e filosófica completamente estranha àquela. Com efeito, o método de Fukuoka supõe não somente uma perspectiva sobre a agricultura e a alimentação, mas também uma visão sobre o modelo civilizatório e, sobretudo, sobre os limites do conhecimento humano convencional.

Fukuoka define seu método como o método do “não fazer”, no entanto, isto não quer dizer que sua agricultura não implique um trabalho e atenção constantes. Basicamente, segundo o que propõe a agricultura natural consiste num modo de cultivar o mais simples possível dentro do (e em cooperação com) ambiente natural. Na sua perspectiva, o aconselhável é tomar distância do enfoque moderno que sempre busca, de um ou outro modo, aplicar técnicas crescentemente complexas para “refazer” a natureza em benefício humano. Como acentua,

“Com o seu manuseio, o ser humano cria erros sem reparar nos prejuízos e, quando os resultados adversos se acumulam, trabalha duramente para corrigi-

los. Quando as ações corretivas parecem ter êxito, considera estas medidas avanços espetaculares. As pessoas fazem isto uma e outra vez. É como si um tolo pulasse sobre as telhas de sua casa, quebrando-as. Depois de começar a chuva e o telhado apodrecer, o tolo subisse novamente para consertar o dano, alegrando-se porque obteve uma solução miraculosa” (Fukuoka, 1975 p. 13).

Os quatro princípios do “método do não fazer” de Fukuoka são: não cultivo (ou seja, não arar nem remover a terra); não utilização de nenhum fertilizante químico nem composto preparado; não capinar nem desmatar, nem mecânica nem quimicamente; e não usar agro-químicos de nenhuma espécie. Em contrapartida, para controlar as ervas daninhas e fertilizar o solo, Fukuoka propõe a utilização de cobertura de leguminosas e a recolocação da palha dos cereais, acrescentando um pouco de esterco de galinha.

Embora todos esses procedimentos surjam de uma justificativa agrônômica rigorosa, é evidente que a proposta de Fukuoka envolve igualmente uma filosofia de vida, cujos valores e metas são contrários às disposições predominantes na agricultura convencional.

No entanto, diferentemente de outras correntes de agricultura alternativa, não é fácil definir uma visão de natureza específica e distintiva na proposta de Masanobu Fukuoka. Isto não quer dizer que sua alternativa não seja extremamente original, mas indica que não é propriamente numa definição de natureza, tal como vimos entendendo até aqui, em que a mesma se alicerça. Pelo contrário, mais do que dizer como a natureza é, quais são os seus componentes e traços essenciais, e quais devem ser valorizados para uma eficiente produção de alimentos, Fukuoka centra sua abordagem no reconhecimento da impossibilidade de obter-se uma visão clara e objetiva daquilo que chamamos “natureza”. Em outras palavras, a agricultura natural de Fukuoka centra-se não numa percepção da natureza, mas no reconhecimento dos obstáculos mentais para a percepção da natureza.

Sua insatisfação procede, então, não apenas das conseqüências indesejáveis da agricultura convencional, mas da crítica cognitiva à abordagem moderna que pressupõe a possibilidade de um conhecimento científico cumulativo que viabilizaria um controle cada vez mais apurado da natureza. Novamente, em suas palavras,

“Os cientistas pensam que podem compreender a natureza. Essa é sua posição. E como acreditam que podem fazê-lo, estão comprometidos em investiga-la para utilizar suas descobertas. Mas eu penso que uma compreensão da natureza encontra-se muito além do escopo da inteligência humana. (...) Por que é impossível conhecer a natureza? O que se concebe como natureza é apenas a *idéia* de natureza que surge na mente de cada pessoa. (...) Ainda que se conheça o nome das plantas, uma tangerineira da família dos citrus, um pinho da família das coníferas, não se está vendo a natureza na sua verdadeira forma. Um objeto visto isoladamente da totalidade não é uma coisa real”. (Fukuoka, 1975 p. 15 grifos no original).

Essencialmente, como seria tal vez esperado, Fukuoka compartilha uma posição filosófica presente nas escolas filosóficas ancestrais do Oriente, como o taoísmo e o budismo, e a partir de categorias herdadas daquelas formas de pensamento delimita o campo das correntes agronômicas e define a sua posição coerentemente. Segundo ressalta,

“(…) entre os métodos de agricultura natural [podem] distinguir-se dois tipos - uma agricultura natural ampla e transcendental, e a estreita agricultura natural do mundo relativo. Si me pedissem a expressá-lo em termos budistas, os dois poderiam ser chamados, respectivamente, agricultura natural Mahayana e Hinayana²⁸. A ampla agricultura natural Mahayana, surge por si só quando existe uma unidade entre o homem e a natureza. Considera-se a natureza tal qual ela é. Parte-se da convicção de que si o indivíduo abandona temporariamente a vontade humana e, conseqüentemente, permite ser orientado pela natureza, a natureza responde provendo-o tudo.(…) Por outro lado, a agricultura natural estreita tenta imitar a natureza, tenta, auto-conscientemente, por meios ‘orgânicos’ ou outros, copiar a natureza. A agricultura é utilizada para alcançar um certo objetivo. Embora amando sinceramente a natureza e propondo-se ardentemente a ela, a relação segue sendo apenas um ensaio. (...) O ponto de vista estreito da agricultura natural diz que é bom que o camponês aplique material orgânico no solo e que é bom que crie animais, já que este é o melhor e mais eficiente modo de utilizar a natureza. Falando em termos de prática pessoal, isto é correto, mas com esta atitude apenas não pode manter-se vivo o espírito da verdadeira agricultura natural. (...) Quando se compreende que na tentativa de possuir a gente perde a alegria e a felicidade, realiza-se a essência da agricultura natural. A meta fundamental da agricultura não é cultivar colheitas, mas o cultivo da perfeição do ser humano” (Fukuoka, 1975 p. 46).

Apesar de suas referências ao budismo e ao taoísmo, a agricultura de Fukuoka não parte de pressupostos metafísicos, como no caso da agricultura biodinâmica, nem se inscreve em instituições religiosas, como no caso da agricultura natural de Okada. Antes, para Fukuoka, o método agrícola é percebido como sendo um caminho que facilita o conhecimento e a manifestação dos aspectos essenciais da vida. Neste sentido, a agricultura passa a ser considerada não apenas como uma forma de produzir alimentos saudáveis, mas como um “método de sabedoria”.

Para ambas as correntes de agricultura natural tratadas, pela influência que o pensamento extremo-oriental exerce sobre elas, a expressão “natural” não se refere apenas às leis da biologia ou ao comportamento das plantas e animais de acordo a seus condicionantes

²⁸ Hinayana e Mahayana são denominações para os dois grandes grupos de escolas budistas. Hinayana, literalmente em sânscrito o veículo “Inferior” ou “Menor”, é assim chamado em referência à motivação do praticante que é a liberação individual. Em contrapartida, o Mahayana ou “Grande Veículo” enfatiza na motivação altruísta e tem como objetivo a liberação de todos os seres. É característico dos caminhos Mahayana a ênfase na doutrina geralmente traduzida como da vacuidade, que se refere num sentido básico, a que nossa percepção habitual dos fenômenos não capta a sua natureza inerente, que é vazia, no sentido de que não dispõe em si mesma das atribuições que lhe conferimos a partir da nossa mente condicionada. No caso da utilização da expressão por Fukuoka, muito provavelmente a sua referência seja a do Budismo Zen, uma das escolas Mahayana, e a mais desenvolvida no Japão.

naturais. Para essas correntes, a agricultura “natural” quer dizer, por um lado, uma agricultura que se a faz partir de certos preceitos e procedimentos que, com as suas peculiaridades, baseiam-se na idéia de evitar substâncias e procedimentos “artificiais”, ou seja, evitando elementos de síntese química e uma mecanização excessiva.

Mas, por outro lado, há um outro fator que distingue estas correntes e que envolve uma outra conotação na sua referência ao “natural”. Este é o fato de ambas correntes terem sido concebidas a partir de experiências resultantes de certos estados mentais, ou *insights*, característicos de praticantes de tradições orientais, a partir dos quais acontece uma percepção direta daquilo que, às vezes, é denominado “a verdadeira natureza da realidade”. Trata-se de uma experiência da qual se presume ter se conquistado um estado mental além dos condicionamentos da realidade ordinária, convencional ou relativa e, portanto, ter uma percepção da realidade na sua “verdadeira natureza”.

Esta acepção do “natural” na agricultura faz com que as propostas de agricultura natural estejam intimamente ligadas a uma filosofia, sendo este o contexto no qual as mesmas adquirem sua mais completa significação. Tomando como referência o critério de Stuart Mill para separar os dois grandes grupos de acepções em que são utilizados os termos “natural” ou “natureza” (ver Capítulo 3), percebe-se que em ambos os casos a acepção não se refere a sua adequação ao *sistema total das coisas*, como no caso da agricultura orgânica e a biodinâmica, mas com uma *qualidade* que pretende identificar as coisas tal como elas seriam fora de toda interferência humana, cognitiva ou material.

5.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 5

As diferentes correntes de agriculturas alternativas que, genericamente falando, propiciam uma agricultura mais natural do que a agricultura moderna, têm diferentes idéias de natureza e propiciam diferentes concepções normativas, que se estendem além da dimensão estritamente agrícola. Com efeito, como vimos acima, as diferentes teorias de agriculturas que contestam a agricultura convencional não necessariamente contêm uma única e mesma idéia de natureza. Elas diferem na sua definição do que a natureza é e de quais são os traços principais que devem ser respeitados para uma produção mais harmoniosa e diferem, também, nas concepções normativas que dão suporte e que se justificam junto a essas idéias de natureza.

No Quadro 2 apresentam-se, de forma sintética, as diferentes formas de “fazer agricultura” discutidas, de acordo com seus diferentes fundamentos filosóficos e suas idéias de natureza e concepções normativas (morais, filosóficas e políticas) correspondentes.

Quadro 2 - Idéias de natureza e concepções normativas na agricultura

Tipo de agricultura	Fundamento teórico	Idéia de Natureza	Concepção normativa
Agricultura moderna	Mecanicismo	Natureza mecânica. Composta por elementos físicos e químicos.	Controlar a natureza.
Agricultura orgânica	Experiência da agricultura tradicional; História natural (evolucionismo).	Natureza biológica. Composta por organismos vivos.	Produzir alimentos saudáveis e outras concepções ocasionais.
Agricultura biológica	Ciência biológica (trofobiose).	Natureza biológica. Composta por organismos vivos.	Ambientalismo político.
Agricultura biodinâmica	História natural (evolucionismo); Doutrinas metafísicas diversas; Verificação empírica por parte dos seus adeptos.	Natureza metafísica. Composta por organismos vivos e pela influência de forças não reconhecidas pela ciência moderna (astros).	Produzir alimentos saudáveis e evoluir material e espiritualmente.
Agricultura natural	Taoísmo; Budismo; <i>Insights</i> da “natureza” da mente; Experiências da agricultura tradicional.	A Natureza é a ordem espontânea de todas as coisas.	Não contaminar, Não interferir, Não fazer.

Mas todas elas têm elementos comuns. Todas afirmam, por exemplo, em oposição à visão mecanicista que subsidia uma atitude de controle da natureza, que a mesma deve ser considerada como uma entidade que requer ser respeitada, acompanhada ou mesmo imitada. As razões últimas para este reclamo podem mudar discursivamente, mas a atitude geral é de que o mais benéfico para os seres humanos seria “seguir a natureza” em vez de ir contra ela, princípio que está presente em todas as propostas alternativas.

Para isto, a despeito das diferenças, as agriculturas alternativas compartilham uma concepção mais holística da natureza do que a agricultura convencional. Na agricultura convencional tende-se a valorizar somente certos elementos da natureza em detrimento de outros, favorecendo a especialização e o monocultivo e, portanto, negligenciando a complexidade dos sistemas regenerativos naturais. Assim, a agricultura convencional passa a depender de agrotóxicos e de insumos externos à unidade produtiva. Em contrapartida, as

agriculturas alternativas tendem a valorizar os agroecossistemas de uma forma mais abrangente, apontando a capacidade de realimentação regenerativa do sistema e valorizando a diversidade em seus elementos componentes.

Neste sentido, o solo é percebido de maneira completamente diferente. Considerado como um fator mecânico de produção no caso da agricultura convencional, para todas as agriculturas alternativas o mesmo passa a ser compreendido como um organismo vivo e dinâmico, que deve ser nutrido como condição para a produção de plantas saudáveis.

Por outro lado, o modelo fabril predominante na agricultura convencional é suscetível de uma sobre-determinação baseada numa perspectiva mercantil de curto prazo. Com efeito, nesse modelo a percepção da natureza tende a valorizar os elementos a partir da lógica do mercado, tendendo a negligenciar aqueles que o mercado não valoriza de imediato. Em contrapartida, as agriculturas alternativas, todas elas, passam a considerar os elementos não apenas na sua potencialidade de valores de troca (produtos para a venda no mercado), mas também na sua condição de valores de uso, principalmente na autoprodução de insumos, incorporando a longo prazo como um axioma básico de toda estratégia produtiva²⁹.

Assim, não obstante a riqueza de elementos normativos que as constituem, quando as correntes alternativas são assumidas por agentes sociais com o fim de instrumentá-las em contextos sociais concretos, elas tendem a conformar, sem maiores conflitos, um campo em comum, com pressupostos básicos compartilhados e unidos em oposição ao que é considerado o campo dominante da agricultura moderna convencional.

É por isso que não se esgotam na dimensão agrônômica os conteúdos normativos em jogo sob os ideais de uma agricultura mais próxima da natureza. As agriculturas alternativas, em seu conjunto, acabam constituindo um leque de representações e proposições que dão suporte a diversas motivações pelas quais é possível para os sujeitos sociais se engajarem no caminho de luta por uma outra agricultura. Estas motivações podem ser baseadas em interesses econômicos, em posições políticas de perspectiva bastante geral, em caminhos filosóficos, éticos e espirituais, ou mesmo na busca de uma melhoria da qualidade de vida e do padrão de consumo. Em muitos casos, as motivações envolverão um conjunto destes

²⁹ Isto não quer dizer, é claro, que não haja ênfase na autoprodução de insumos em certas produções muito especializadas e completamente voltadas ao mercado, como a suinocultura, por exemplo, cuja viabilidade às vezes depende de que o produtor seja capaz de produzir o milho para alimentar sua produção animal. Por outro lado, também não quer dizer que a visão do mercado não seja muitas vezes o componente que induza os produtores à transição para os métodos alternativos, na expectativa de melhores preços por produtos diferenciados.

componentes, com ênfase diferenciada, conforme as características e posicionamentos sociais dos agentes envolvidos.

Assim, ao mesmo tempo em que se apresentam as formas alternativas de se “fazer agricultura”, são discutidas, também, suas respectivas normatividades alternativas, isto é, as maneiras alternativas de interpretar a realidade, com ênfase a uma ou outra dimensão da vida social, tecendo alianças e oposições de acordo com um campo de interesses específicos. Dessas diversas normatividades (que incluem motivações, interesses, modos de ver o mundo) é que resultam as diferentes vias de institucionalização no campo da agricultura orgânica ou ecológica, o que será explorado no próximo capítulo. Em outras palavras, são estas diferentes perspectivas que ajudam a explicar a variedade de posições que existem sob o propósito, aparentemente homogêneo, de procurar uma agricultura mais natural.

6 A produção de alimentos orgânicos: dois casos de reinvenção social do natural

Analisando alguns dos pressupostos das chamadas agriculturas alternativas, no capítulo anterior, demonstrou-se que a busca por um reencontro com a natureza pode acontecer sob diversas visões de mundo e concepções normativas. Assim, ao mesmo tempo em que se discutem formas alternativas de se fazer agricultura, discutem-se igualmente idéias de natureza conformadas por visões de mundo, as quais dão ênfase a diferentes dimensões da vida social, ora privilegiando a eficácia produtiva, ora centrando-se nas implicações políticas, ou ainda em aspectos filosóficos-espirituais.

Neste capítulo buscar-se-á entender como essas visões alternativas são encarnadas por atores sociais, que adotam posições concretas tecendo alianças e oposições, de acordo com campos de interesses específicos, desencadeando uma variedade de processos institucionalizados, que existem com o propósito, aparentemente homogêneo, de concretizar uma agricultura mais natural. Esses processos institucionalizados implicam na constituição de alianças não apenas entre agentes sociais, mas também com a própria natureza, definida como aliada de certos interesses e a suposta base objetiva de certos discursos. É por isso que os debates atuais em torno da produção e legitimação de alimentos orgânicos podem ser considerados como um processo de construção social do natural. Embora a natureza seja a “fiadora” da confiabilidade de certos alimentos, não se confia, de fato, em uma natureza abstratamente definida, mas naquilo que grupos sociais chamam de “natureza”.

Tentar-se-á analisar como operam essas condições sociais na produção e legitimação de “natureza natural”, na forma de alimentos “orgânicos” e “ecológicos” (dois termos que remetem à construção social dos campos específicos), nos casos do Rio Grande do Sul e no caso argentino. Trata-se de duas experiências que evidenciam características bastante diferentes, o que as tornam sociologicamente interessantes para serem comparadas como formas peculiares de alternativas à agricultura moderna convencional.

Contudo, a escolha e comparabilidade de ambos os casos requerem uma justificativa adicional, por se tratar de uma experiência nacional de um lado, e de uma experiência estadual do outro. A experiência no caso do Rio Grande do Sul, apesar de ter tido inegável influência

de todo o Brasil, é claramente diferenciada daquelas observadas em outros estados brasileiros, além de não ser necessariamente explicativa nem representativa do que acontece hoje no país em seu conjunto. Tentar reconstruir a experiência de todo o Brasil para o tipo de análise que é proposto seria virtualmente impossível, pois implicaria em uma generalização que faria perder de vista as peculiaridades sociológicas que são relevantes aqui.

Já no caso argentino, embora ele mesmo contenha também uma certa heterogeneidade inerente, é possível percebê-lo como uma unidade, principalmente por ser produto de uma experiência fortemente alicerçada em circunstâncias que são também circunstâncias estruturantes da sociedade argentina. Em outras palavras, pode-se afirmar de modo geral que há uma “experiência argentina”, enquanto o mesmo é mais difícil de ser dito a respeito do Brasil como um todo.

Assim, na primeira parte do capítulo será apresentado um panorama geral do campo de produção de alimentos orgânicos na atualidade, fundando-se (criticamente) nas fontes de dados quantitativos disponíveis. Esta seção permitirá uma contextualização para a posterior análise dos casos, sinalizando algumas tendências gerais do setor.

Na segunda parte, o trabalho voltar-se-á à análise dos casos selecionados. Será feito um breve relato sócio-histórico da constituição dos setores de produção de alimentos orgânicos, vistos como “campos sociais”, visando entender as causas de algumas de suas características diferenciais. A análise completar-se-á com um exame das diferentes construções sociais da natureza implícita em ambas as experiências.

Com isso, pretende-se oferecer uma base empírica ao argumento desenvolvido ao longo deste estudo, qual seja, o argumento geral que informa que aquilo que é definido como *natural* no mundo contemporâneo é o produto precípua de uma construção social influenciada tanto pelo contexto civilizacional de incerteza provocada pela intervenção humana na natureza quanto pelos interesses e pelas visões normativas dos agentes especificamente envolvidos em cada campo social em particular. Esses interesses e as visões normativas, por sua vez, estão imbricados com condições sociais estruturais, resultando visões de natureza que refletem as condições sociais em que são construídas.

6.1 PANORAMA ATUAL DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS

Representa uma tarefa complexa traçar um quadro claro e objetivo da situação atual no mundo e na América Latina em relação à produção orgânica de alimentos. Uma das razões

dessa dificuldade é a de que se trata de um setor muito mutável no qual estão ocorrendo atualmente muitas e rápidas transformações. A outra razão é a dificuldade de se contar com dados confiáveis nos quais se possa basear uma caracterização rigorosa e precisa. Os dados existentes, sobretudo em relação aos países em desenvolvimento, são parciais e pouco consistentes, e muitas vezes simplesmente não existem, fazendo que se trabalhe com estimativas feitas na maioria das vezes por agentes induzidos por seu próprio viés de apreciação.

Não obstante esta dificuldade, nos últimos anos tem ocorrido esforços em reunir e sistematizar informações a respeito da produção orgânica de alimentos, resultando-se em alguns relatórios que contribuem para construir uma imagem mais consistente sobre esse setor. Para alcançar os propósitos deste trabalho, utilizar-se-á quatro relatórios atuais como fontes de dados estatísticos, a saber:

- (a) o *Organic Agriculture Worldwide 2002, Statistics and Future Prospects*, publicado pela organização alemã SÖL (*Stiftung Ökologie & Landbau*) e pela IFOAM (*International Federation of Organic Agriculture Movements*) (Yussefi e Willer, 2002);
- (b) o relatório elaborado por pesquisadores da Universidade de Cardiff (Reino Unido) e publicado pelo Greenpeace, sobre produção orgânica e agroecológica nos países do “Sul” (Parrot e Marsden, 2002);
- (c) o relatório elaborado pelo BNDES sobre a produção orgânica no Brasil (Pacheco Ormond *et al.*, 2002); e
- (d) o Relatório Anual do SENASA (*Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria*), que é o órgão público competente do assunto na Argentina (Pupi e Ramírez, 2002)³⁰.

Visto de um modo geral, considerando o conjunto bibliográfico compulsado, aparece com nitidez o fato de o setor de produção de alimentos orgânicos estar crescendo em um ritmo acelerado nos últimos anos. Tal crescimento se observa tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, embora em um e outro caso as características desse crescimento sejam bastante diferentes.

Na Europa, por exemplo, numerosos produtores têm adotado a produção orgânica desde a década de 1960, mas foi somente a partir da década de 1990 que esse crescimento

³⁰ Outras fontes complementares de dados encontram-se nos anais da “12ª Conferência Científica Internacional da IFOAM” (Foguelman, D. e Lockeretz, W., 1998), além de diversos artigos publicados em diferentes periódicos como as revistas *Ecology and Farming*, da IFOAM; *Agroanalysis*, da Fundação Getúlio Vargas; *Agroecologia & Agricultura Familiar*, da Rede Ecovida de Agroecologia; *Organic* (Londres); e também na revista *Living Earth*, publicada pela Soil Association (Reino Unido).

acelerou-se, sustentado por incentivos governamentais, através de subsídios e outras políticas públicas (Yussefi e Willer, 2002).

Já em muitos países em desenvolvimento a agricultura orgânica desenvolve-se muito mais pela crescente demanda de produtos orgânicos destinado à exportação para países da Europa, Estados Unidos e para o Japão, do que propriamente pelo desenvolvimento endógeno do seu mercado interno específico.

6.1.1 Os setores de produção orgânica desde uma perspectiva mundial

Segundo o relatório mundial difundido em 2002 pela IFOAM, existem no mundo mais de 17 milhões de hectares sob manejo orgânico certificado. A maior parte dessa área encontra-se na Austrália (7,7 milhões de hectares), Argentina (2,8 milhões)³¹ e Itália (pouco mais de 1 milhão).

Porém, do ponto de vista da percentagem relativa à área total de cultivo em cada país, as percentagens maiores são as referidas aos países europeus. Considerando os quinze países da União Européia, a área orgânica total atinge 3,8 milhões de hectares, o que representaria quase 2,9% da atual área agrícola total em utilização naqueles países. Além disso, já em um pequeno número de países europeus tal proporção atualmente ultrapassa 5%, conforme os dados da Tabela 1 o demonstram, o que de acordo a evidências anteriores representa um contínuo crescimento (Yussefi e Willer, 2002).

Na América do Norte, a área dedicada à agricultura orgânica é também bastante expressiva, com aproximados 1,3 milhão de hectares. No caso dos países asiáticos, a área dedicada a esse tipo de manejo continua a ser bastante baixa (estima-se que seja de aproximadamente 100.000 hectares), e há vários países sobre os quais não há sequer dados disponíveis. Sobre o continente africano, existem poucos dados disponíveis. No entanto, sabe-se, através de informações divulgadas por participantes africanos da IFOAM, que também nesse continente está ocorrendo um crescimento expressivo da área dedicada à produção orgânica.

Na América Latina, a área dedicada ao manejo orgânico situa-se em parâmetro próximo a 0,5% da área agrícola total, mas apresenta, sobretudo em alguns países, um

³¹ Na Argentina, considerando-se a área orgânica e a área em conversão, o país chega a quase 3,2 milhões de hectares (Pupí e Ramírez, 2002).

crescimento extraordinário. Segundo o citado relatório da IFOAM, na Argentina a área dedicada à produção orgânica aumentou 550 vezes, nos últimos dez anos (Yussefi e Willer, 2002).

Tabela 1 - Hectares sob manejo orgânico certificado e percentagem da área agrícola total nos principais países.

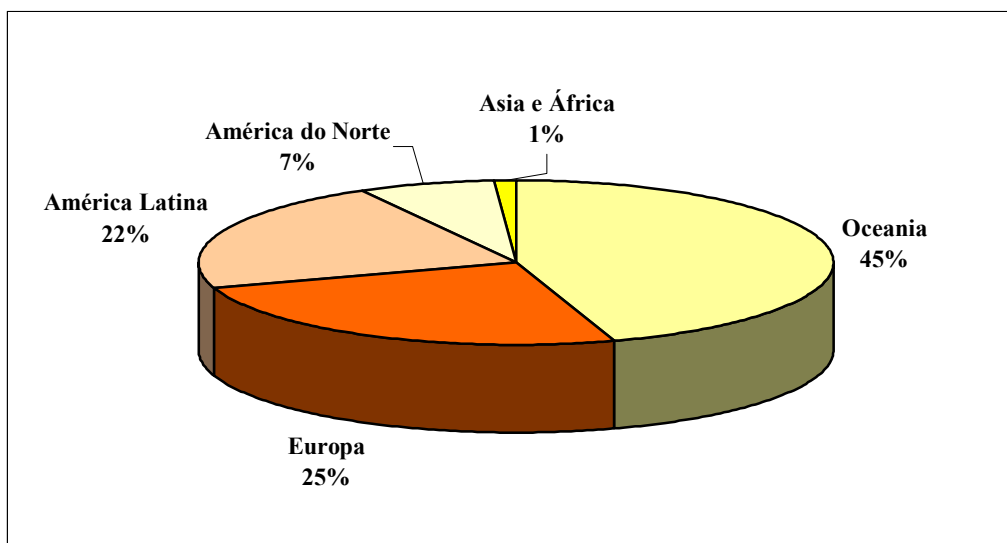
País	Hectares orgânicos	País	% da área agrícola total
Austrália	7,654,924	Liechtenstein	17.97
Argentina	2,800,000	Suíça	9.00
Itália	1,040,377	Áustria	8.64
USA	900,000	Itália	6.76
Brasil	803,180	Finlândia	6.73
Alemanha	546,023	Dinamarca	6.20
Reino Unido	527,323	Suécia	5.20
Espanha	380,838	República Checa	3.86
França	371,000	Islândia	3.40
Canadá	340,200	Reino Unido	3.33
Áustria	271,950	Alemanha	3.20
Suécia	171,682	Eslováquia	2.45
República Tcheca	165,699	Noruega	2.01
Dinamarca	165,258	Argentina	1.65
Finlândia	147,423	Austrália	1.62
Suíça	95,000	Bélgica	1.46
México	85,676	Holanda	1.42
Eslováquia	60,000	Portugal	1.31
Portugal	50,002	França	1.31
Hungria	47,221	Espanha	1.30

Fonte: Yussefi e Willer (2002)

Vistos globalmente, esses dados levam a estimar que a distribuição mundial da área dedicada à agricultura orgânica certificada seja a apresentada pela Figura 2.

Ressalte-se, porém, que os dados apresentados até aqui se referem apenas à produção orgânica certificada. Parrot e Marsden (2002) também tentaram reunir informações que pudessem ajudar a construir uma imagem factível da produção orgânica, e que incluísse não apenas a produção certificada, mas também a produção operada segundo princípios agroecológicos, aquela comercializada na base da confiança não formalmente certificada, e também os chamados sistemas tradicionais orgânicos *de facto*. Para isso, os autores cunharam a expressão OAA (*Organic and Agroecological Agriculture*) que abarca as três situações. No entanto, o trabalho de Parrot e Marsden se dedica apenas aos países em desenvolvimento ou do “Sul”, com são por eles chamados.

Figura 2 - Gráfico da Distribuição da área orgânica mundial por continentes



Fonte: Elaborado com base nos dados de Yussefi e Willer (2002)

Os autores alegam que nos países do “Sul” a rápida expansão da produção orgânica e os meios limitados de coleta de dados podem significar que números como os do Gráfico 1 quase certamente seriam subestimações em relação à totalidade da área dedicada à OAA. Também mencionam que existem outros fatores pelos quais se comprova que as informações sobre produção orgânica certificada podem não ser uma fonte segura para se estabelecer uma base de análise. O custo da certificação e outras barreiras que esta impõe fazem presumir que esses dados possam ser considerados sem dúvida apenas para as regiões agrícolas onde a produção é destinada principalmente à exportação ou, adicionalmente naqueles poucos países que tenham estabelecido seu próprio sistema de certificação (desde que seja acreditado junto à IFOAM) e cujos custos com essa certificação estejam mais ou menos alinhados com os prêmios de preço que os produtores podem esperar dos mercados locais³².

Perante tais evidências, Parrot e Marsden (2002) sugerem outras estratégias para complementar o quadro geral da situação da produção orgânica no mundo. Eles indicam uma abordagem alternativa, balizando a provável extensão da OAA através de análise da relação

³² Cabe salientar aqui que, entre os países do “Sul” no momento, apenas três deles atingiram este status: Argentina, Brasil e Bolívia. No caso da Argentina, conforme a estruturação do seu campo de produção orgânica, pode-se presumir que os dados de área certificada não oferecem uma imagem muito distorcida dos de área orgânica total. No caso do Brasil, contudo, segundo a nossa análise, de acordo com as diferentes experiências regionais, a informação sobre área certificada não deveria ser tomada como uma base certa da área de produção orgânica total.

de membros da IFOAM. Essa análise serviria como método para estimar os graus de expansão da OAA, cobrindo tanto a produção certificada quanto a não certificada (ver Tabela 2).

Com efeito, apesar do número de membros da IFOAM de cada país, em alguns casos, corresponder proporcionalmente à quantidade de área certificada, há casos em que esta correspondência não se verifica. Os autores citam o exemplo de países como Quênia, Senegal, Venezuela, Filipinas e África do Sul, nos quais, embora se registre um número relativamente alto de membros na IFOAM, não se conhecem dados sobre área orgânica certificada. Como boa parte das organizações membros da IFOAM é constituída de organizações camponesas ou organizações comunitárias de difícil engajamento nos esquemas de exportação, poder-se-ia inferir que a análise através do número de membros da IFOAM pode ser uma avaliação mais realista da existência de produção orgânica que não é dirigida à exportação. Assim, seguindo-se esse raciocínio, as inconsistências entre os dados já apresentados e os referidos ao número de membros da IFOAM por país constituiriam uma orientação geral a respeito dos países onde a agricultura orgânica não certificada pode estar sendo praticada numa escala significativa³³.

Tabela 2 – Número de membros da IFOAM nos países do “Sul”

No. de membros da IFOAM	América Latina	África	Ásia
39			Índia
18	Argentina		
16		Quênia	China
10		Senegal	
9	Venezuela		Filipinas
8	Chile, México		
7	Brasil	Burquina Faso, Egito	Turquia
5	Bolívia	África do Sul	Sri Lanka
4	Equador, Peru		Malásia, Paquistão
3	Costa Rica, Guatemala, Nicarágua, Paraguai	Benin, Camarões, Congo, Gana, Malawi, Togo, Uganda, Zimbábue	Indonésia, Nepal, Tailândia
2	Colômbia, Uruguai		Bangladesh, Israel, Vietnam
1	Cuba, Trindade e Tobago	Argélia, Etiópia, Costa de Marfim, Madagascar, Mali, Nigéria, Somália, Tanzânia	Irã, Iraque, Coréia, Líbano, Palestina, Taiwan

Fonte: Parrot e Marsden (2002).

³³ Esta metodologia parte da presunção de que a IFOAM acolhe as principais organizações dedicadas a esta atividade no mundo. No entanto, como mostrará o estudo específico do caso do Rio Grande do Sul, há também experiências muito significativas que não são consideradas ao aplicar esse critério por não terem entidades aderidas à IFOAM.

Por outro lado, para construir uma imagem do consumo geral de alimentos orgânicos certificados no mundo, os analistas dos dados estatísticos sugerem a avaliação a partir dos dados de comercialização de produtos. Dessa forma, percebe-se que, embora a percentagem representada pelos produtos orgânicos no total de alimentos comercializados ainda seja pequena (entre 1% e 3%), o mercado global vem apresentado um crescimento importante, o que, segundo os analistas especializados, indica um potencial de mercado imenso. Em 2000, o crescimento anual global do comércio de alimentos orgânicos chegou a 20%. Segundo as estimativas mais conservadoras, o volume de vendas no varejo para o ano de 2001 estaria próximo dos 21 bilhões de dólares (Yussefi e Willer, 2002).

Segundo diversos analistas, as expectativas de crescimento seriam realmente muito positivas. Um dos principais fatores que justificariam essas previsões seriam os níveis de informação cada vez mais disseminado dos consumidores em relação às questões relativas à saúde e aos problemas ambientais. Relacionado indiretamente a essa tendência, estaria a crescente resistência contra os produtos geneticamente modificados.

Por outro lado, um fator que também sinaliza o esperado crescimento futuro do setor seria o caso de vários dos principais agentes de comercialização de produtos alimentares terem começado a participar do comércio de produtos orgânicos, e também que boa parte dos maiores processadores de alimentos começam a desenvolver suas próprias linhas de produtos orgânicos (Yussefi e Willer, 2002).

6.1.2 A agricultura orgânica na América Latina

Quase todos os países da América Latina apresentam atualmente um setor produtivo dedicado aos produtos orgânicos, mas existe uma importante diversidade de situações em que o desenvolvimento do setor varia de forma acentuada. Argentina, Brasil e Colômbia são os países com maior área orgânica certificada, segundo os dados da IFOAM³⁴. No entanto, em termos de percentagem de área orgânica, em relação à área agrícola total, a Costa Rica ocupa o segundo lugar, após a Argentina, seguida de El Salvador, ocupando o Brasil o quarto lugar. A Argentina é o país que mostrou o maior crescimento deste setor nos últimos anos, conforme antes salientado. Neste país a maior parte da área orgânica deste país é dedicada ao pastoreio extensivo (Tabela 3).

³⁴ O capítulo sobre a América Latina do Relatório da IFOAM (Yussefi e Willer, 2002) está assinado por Pipo Lerno.

O documento da IFOAM também dispõe de dados sobre o número de estabelecimentos orgânicos certificados nos países latino-americanos. No entanto, acredita-se que esses dados devam ser recebidos com cautela, sobretudo em relação ao caso brasileiro, dada a inconsistência dos dados com os apresentados por outras fontes³⁵. Ainda que sob tal precaução, acredita-se que tais dados podem ser considerados para balizar o panorama da produção orgânica na América Latina, principalmente no que diz respeito à importância relativa de cada país, e para inferir algumas das características diferenciais dos diferentes setores nacionais.

Assim sendo, em termos do número de estabelecimentos orgânicos certificados, o Brasil é o país que ocupa o primeiro lugar, seguido por Peru, Bolívia e Costa Rica, ocupando a Argentina somente o quinto lugar (Tabela 3).

Tabela 3 - Área Orgânica Certificada e número de estabelecimentos orgânicos certificados na América Latina

País	Ano	Estabelecimentos Orgânicos	Superfície Orgânica Certificada (ha.)	Relação com a área total (%)
Argentina	2000	1.632	2.800.000	1,65
Belize	2000	200	68	Nd
Bolívia	2000	5.240	13.918	0,02
Brasil	2001	12.590	803.180	0,23
Chile	2000	213	3.301	0,02
Colombia	1999	185	22.811	0,0504
Costa Rica	2000	3.676	9.607	0,34
Cuba	2000	Nd	1.200	Nd
República Dominicana	1997	1.000	Nd	Nd
Ecuador	2000	335	2.066	Nd
El Salvador	1996	Nd	4.900	0,31
Guatemala		Nd	7.000	0,16
Honduras	2001	Nd	1.300	Nd
Nicarágua		Nd	1.400	0,02
Paraguai	1998	Nd	19.218	0,08
Peru	2000	9.000	27.000	0,09
Trinidad & Tobago	1999	80	Nd	Nd
Suriname	1998	Nd	250	0,28
Uruguai	1999	150	1.300	0,01
Total		34.301	3.718.519	----

Fonte: Yussefi e Willer (2002). Nd = Não disponível

Apesar de a demanda interna estar em crescimento também nos países latino-americanos, é a exportação o destino da maior parte da produção desses produtos. O Relatório da IFOAM menciona café e banana da América Central, açúcar do Paraguai e carne e cereais

³⁵ A seguir serão apresentados os dados da IFOAM. No decorrer do texto serão feitos outros comentários para marcar alguns aspectos problemáticos desses dados, se comparados com os de outras

da Argentina como os principais produtos orgânicos de exportação. No entanto, a diversidade de produtos exportados é grande, incluindo também frutas, óleos, vinhos, mel, soja, entre outros.

Pipo Lernoud (*apud*. Yussefi e Willer, 2002), autor do capítulo sobre a América Latina do Relatório da IFOAM, talvez ironicamente, enfatiza a diversidade de produtos orgânicos latino-americanos, aos que os consumidores dos países importadores podem, sem dificuldade, apreciar. Salienta que,

“(...) a variedade de produtos é grande. A gente poderia montar refeições completas com aquilo que o continente exporta, incluindo café, açúcar, mel, frutas e cereais para o café da manhã, todo tipo de vegetais, óleos, grãos, vinho e sucos de frutas para o almoço e o jantar. Ainda, quem sabe, algum chá de ervas e doces como sobremesa” (Lernoud, *apud* Yussefi e Willer, 2002 p. 117).

Isso não quer dizer, no entanto, que os produtores orgânicos do continente possam alcançar facilmente ao *standard* de qualidade que atende às exigências normativas dos países importadores. A dificuldade dos produtores orgânicos de se adequarem aos mercados internacionais, e a falta de informação e de apoio tanto dos governos quanto das agências de comercialização são apontadas como fatores muito importantes nesse contexto de dificuldade.

O caso da Costa Rica constituiria uma exceção a essa regra, uma vez que perto de 30% do seu território é área natural protegida, e o Estado tem iniciado muitos projetos orgânicos nessas áreas. Um outro fenômeno relacionado com a orientação à exportação da produção orgânica latino-americana é a tendência em diversos países, como Honduras e Argentina, de companhias multinacionais adquirem terras para nelas cultivarem a produção orgânica, visando o mercado internacional. Nos últimos anos, por exemplo, a conhecida empresa italiana Benetton adquiriu aproximadamente 600.000 hectares de terra na Patagônia para a produção de lã e carne de ovelha orgânica.

Não obstante essa tendência à exportação, alguns países da América Latina têm tido experiências relevantes visando desenvolver seus mercados internos. As experiências destacadas pelo Relatório da IFOAM são consideradas exemplares pela organização de produtores facilitando a venda dos seus produtos nas cidades, diretamente pelos produtores, ou em supermercados com o nome do produtor ou o rótulo da organização. Entre as organizações destacadas encontra-se o CAE (Centro de Agricultura Ecológica), com sede em

Ipê, Rio Grande do Sul³⁶. No Equador, experiências menores deste tipo vêm sendo realizadas pela organização MCCH (*Maquita Cushunchic Comercializando como Hermanos*). Na Argentina, existem experiências de grupos de produtores que se reúnem para abastecer alguns supermercados com uma variada gama de produtos (Yussefi e Willer, 2002).

6.1.2.1 Os dilemas da certificação

As formas que adquirem os setores de produção orgânica nos diversos países estão diretamente relacionadas à problemática da certificação desses produtos. Os mecanismos de certificação acabam se constituindo em verdadeiras condições estruturais para a produção orgânica, ora impondo restrições e excluindo alguns agentes, ora abrindo oportunidades diferenciadas para outros. Em termos gerais, as normas de certificação são os mecanismos institucionalizados através dos quais é dada legitimidade a um produto, que segundo se alega foi produzido sob condições diferentes das condições dos produtos convencionais.

Para o consumidor confiar no que dizem sobre tal produto, uma entidade fiscalizadora controla os procedimentos e os insumos utilizados, aprovando ou não a utilização de um selo de certificação. Mas, quem controla ou supervisiona essa entidade? Como devem ser os procedimentos de fiscalização? Em que medida os procedimentos considerados adequados devem garantir as expectativas dos consumidores (a maior parte deles é dos países industrializados) e em que medida esses procedimentos devem ser associados à realidade social dos produtores?

Para Parrot e Marsden (2002), a questão da certificação deve ser entendida como um processo necessário para justificar o prêmio que os consumidores estão dispostos a pagar por produtos diferenciados, pelo qual os produtores podem obter um benefício. Mas o problema é que, para os produtores dos países não europeus que almejam vender os seus produtos na União Européia, a legislação é extremamente complexa, e os mecanismos, muito custosos.

Existem de fato três vias que possibilitam a esses produtores o acesso ao mercado europeu. A primeira e a principal delas é a de pertencer a um país especificamente creditado (*Listed Country*). Para atingir esse status, os países devem ter uma legislação específica totalmente equiparada ao *standard* europeu, e ter estabelecido um sistema de certificação reconhecido. Em tese, atingir esse status significaria que esses sistemas de certificação seriam automaticamente reconhecidos nos países importadores. Sendo assim, os produtores desses

³⁶ Atualmente denominado “Centro Ecológico”.

países teriam um acesso relativamente rápido e barato aos mercados da Europa. Porém, para isso acontecer, é necessário que os países se comprometam com esse processo e se envolvam ativamente no estabelecimento de um marco legal específico, o qual é no geral difícil de ocorrer. Via de regra, os governos dos países em desenvolvimento não vêem a produção orgânica como uma prioridade, mas como uma atividade marginal, na qual não compensaria o investimento (financeiro e/ou político) necessário para materializar o funcionamento das estruturas requeridas. Por outro lado, nos países ainda fortemente comprometidos com o processo de “modernização agrícola”, o discurso e a visão da agricultura orgânica não recebe ainda uma atenção significativa (Parrot e Marsden, 2002). Dessa forma, esse caminho pode ser extremamente lento e complexo de ser percorrido. De fato, dez anos após esse critério ter sido aprovado na União Européia, apenas um país, a Argentina, tinha atingido esse status (Suma, 2000 *apud* Parrot e Marsden, 2002).

A segunda via que permite aos produtores de países em desenvolvimento a exportação de produtos orgânicos para a Europa é a de “licenças especiais”, a fim de que entidades de inspeção individuais operem nesses países sob solicitação da União Européia. Em tese, esse sistema implicaria em benefícios similares ao mecanismo anterior, mas na prática ele foi utilizado apenas uma vez, pela Turquia.

A terceira via é a conhecida *porta dos fundos* e, de fato, é a utilizada em 80% das exportações para a União Européia. Nesse sistema, importadores dos países da União Européia podem comercializar produtos orgânicos se conseguirem demonstrar que o produto foi inspecionado de acordo com as regras similares às da União Européia. Por esse mecanismo, empresas certificadoras dos países industrializados intermedeiam a exportação junto aos importadores, inspecionando diretamente os sistemas produtivos ou criando suas agências nos países exportadores.

No entanto, nesse sistema há algumas regras específicas, que, segundo Parrot e Marsden (2002), costumam ser fonte de novas complicações para os produtores. Segundo os autores, um dos principais pontos críticos em relação à certificação consiste na concentração do poder certificador localizado nos países industrializados. Dos dezesseis sistemas de certificação reconhecidos pela IFOAM, somente três se encontram nos países em desenvolvimento, um na Argentina, um na Bolívia e um no Brasil. Essa circunstância faz com que na maior parte das vezes o custo de certificação torne-se proibitivo para muitos dos pequenos produtores do Terceiro Mundo. Em virtude dessa situação, há uma discussão intensa sobre formas que contornem esta dificuldade de aceder à certificação, deixando de se

constituir em uma barreira que exclua dos grandes mercados a maior parte dos potenciais produtores de alimentos orgânicos. Nesse contexto, duas estratégias estão sendo desenvolvidas para minimizar o problema.

Uma estratégia é a tendência para que as empresas certificadoras dos países industrializados criem suas agências regionais nos próprios países em desenvolvimento e constituam um *staff* local. Para Parrot e Marsden (2002), isso poderia trazer algumas vantagens, como o maior conhecimento por parte dos certificadores das práticas agrícolas e suas implicações no meio social e ecológico, os salários dos profissionais envolvidos seriam mais ajustados ao valor agregado que se obtém localmente na produção orgânica e, também, o fato de haver agências locais possibilita às empresas certificadoras a obtenção de uma maior quantidade de clientes, diminuindo-se assim os seus custos operativos.

A outra estratégia para reduzir os custos de certificação poderia ocorrer através da formação de cooperativas de produtores. Essa prática vem se multiplicando nas regiões mais pobres, particularmente onde há um grande número de produtores na mesma região produzindo o mesmo produto para a exportação. A dificuldade deste sistema é a implementação das inspeções nessas cooperativas no “sistema orgânico”, uma vez que as diferentes agências têm critérios variados para definir a proporção de propriedades que deveriam ser inspecionadas. Se por um lado existe uma exigência de que as inspeções sejam mais rígidas antes que a certificação seja concedida, por outro lado o custo de se fazer isso pode se tornar muito alto, visto que em alguns casos as cooperativas podem incluir milhares de pequenas propriedades, distribuídas em muitas vilas em áreas demasiadamente extensas (Heidi, 1999 *apud* Parrot e Marsden, 2002).

6.1.3 O setor de produção de alimentos orgânicos na Argentina e no Brasil

6.1.3.1 Argentina

É bem provável que a Argentina seja o país em desenvolvimento que, de acordo com os indicadores consagrados pelo *establishment* comercial para medir o setor, observa a experiência mais bem sucedida de expansão. A Argentina é o segundo país do mundo em termos de área orgânica certificada e tem conseguido estabelecer parâmetros legais que a tornam um agente competitivo no mercado mundial. Como já foi dito, é o único país em desenvolvimento a ter reconhecido o status de *Listed Country* junto à União Européia, o que

facilita significativamente os seus processos de exportação. Para isso, o papel e as ações do Estado têm sido cruciais. Para Foguelman e Montenegro (1999), as circunstâncias que explicam a expansão desse setor no país são as seguintes:

- surgimento de nichos de mercado nos países centrais interessados em produtos de qualidade diferenciada;
- tradição agroexportadora argentina aproveitada por organismos públicos (como a *Secretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca e a Cancillería*), através de programas específicos;
- vantagens ecológicas comparativas, tanto em relação às variações dos ecossistemas nacionais, o que favoreceu uma diversificação dos tipos de produtos, quanto em se contar com grandes áreas não contaminadas com pesticidas químicos, facilmente incorporadas ao manejo orgânico;
- condições apropriadas para a implementação de manejos de gado extensivos e semi-extensivos;
- sistema de alianças estratégicas entre os atores do setor junto à IFOAM, que contribuíram para a formulação da ferramenta básica do sistema que é a estrutura normativa na qual se realiza a certificação (Foguelman e Montenegro, 1999).

Estima-se que 85% a 90% da produção orgânica do país seja dedicada à exportação (Hager e Balbi, 2000), sendo que o principal destino dos produtos orgânicos argentinos é a União Européia e, em segundo lugar em importância, os Estados Unidos.

A maior parte da área dedicada à produção orgânica é dedicada à pecuária bovina e ovina, numa proporção que se acentuou nos últimos dois anos. Em 2001, registrou-se que de um total de 3.200.000 ha “sob seguimento”³⁷, apenas 225.000 ha correspondiam à agricultura, ou seja, pouco mais do que 7% da superfície total (Pupi e Ramírez, 2002).

Por outro lado, o enorme crescimento da área orgânica nos últimos anos não tem observado o mesmo ritmo em relação ao número de estabelecimentos, o que significa a existência de um processo de aumento da área média dedicada à atividade orgânica na Argentina. Em 2001, a área orgânica certificada ou em processo de certificação chegou a 3,2 milhões de hectares, enquanto o número propriedades que detinha essa área era de 1.664

estabelecimentos. Assim, nos últimos quatro anos, enquanto o número de produtores orgânicos cresceu 174%, a área sob manejo orgânico expandiu-se em 1.114%³⁸.

São vários os produtos orgânicos argentinos exportados e muitos deles constituem a versão orgânica de produtos dos quais a Argentina tradicionalmente era um país exportador, como cereais, oleaginosas e carne. A exportação de carne orgânica, no entanto, encontrou nos últimos anos os entraves das barreiras sanitárias, do mesmo modo que a carne convencional. Devido às restrições do mercado europeu às importações de carne bovina da Argentina, quebrou-se recentemente a tendência de incremento da exportação de carne orgânica.

Outros produtos orgânicos cuja exportação é significativa se encontram nos grupos das frutas e das hortaliças. Também se observa no país um incremento de produtos industrializados, como vinho, azeite de oliva, sucos, etc., os quais igualmente passaram a fazer parte da gama de produtos exportados.

Embora a estrutura do setor de produção de alimentos orgânicos certificados na Argentina esteja voltada à exportação, o desenvolvimento do mercado interno e a instrumentação de outras propostas de utilização da produção orgânica têm alcançado lugar no país. Neste último terreno, sem o compromisso com as normas de certificação, interessantes projetos têm sido desenvolvidos voltados a promover a qualidade de vida de faixas da população marginalizadas, principalmente de regiões não incluídas nos processos de modernização.

Um exemplo, talvez o mais significativo, tem sido o “Projeto *Pro-Huerta*” desenvolvido inicialmente por técnicos precursores do INTA (*Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria*) e levado adiante por outros organismos públicos até a sua finalização. Esse projeto, centrado na criação de hortas orgânicas familiares e comunitárias, foi desenhado para melhorar a condição alimentar da população urbana e rural que vive em situação de pobreza. Estima-se que entre 1996 e 2000 o projeto tenha beneficiado em torno de 2 milhões de pessoas (Scialabba, 2000).

³⁷ A “área sob seguimento” inclui a área efetivamente certificada e a área que se encontra em processo de transição para obter a certificação.

³⁸ Percentagens calculadas com base nos dados de Foguelan e Montenegro (1999) e Pupi e Ramírez (2002).

6.1.3.2 Brasil

No Brasil, o setor de produção orgânica apresenta um quadro inteiramente diferente do observado na Argentina. Boa parte dessas diferenças está relacionada aos traços específicos, tanto do país em geral quanto do seu setor agropecuário em particular.

Apesar de ter uma área de terra certificada razoavelmente extensa, as normas nacionais que regulamentam o setor são bastante recentes. Isso não ocorre por acaso, pois as dimensões do território brasileiro contêm uma imensa variedade de agroecossistemas e imensas variações climáticas e agronômicas que, associadas às grandes variações inter e intra-regionais, contribuem para que o setor apresente uma grande heterogeneidade de situações.

Embora o Brasil tenha um setor de produção orgânica de alimentos voltado à exportação, a presença no país de um imenso número de pequenos produtores, sem possibilidades de se vincularem às redes de exportação e de obterem a certificação nos moldes exigidos pelos países importadores, faz com que a procura de modos alternativos de acesso ao mercado interno seja particularmente importante e gerem singulares ações coletivas. Essas ações coletivas têm implicado em questionamentos sobre a tendência do mercado internacional de unificar os critérios de certificação e de mantê-los sob controle de empresas privadas.

Sendo assim, no Brasil, tanto um setor orientado à produção exportável de cunho estritamente comercial quanto um setor voltado à produção em pequena escala interessado em discutir as alternativas de desenvolvimento para a produção agrícola (principalmente a ligada à pequena produção familiar) constituem promissoras experiências sobre as quais se têm significativas expectativas de crescimento.

Não existem dados sobre a proporção de produção orgânica brasileira que é exportada e sobre a que é orientada ao mercado interno. Sabe-se, sim, que os principais produtos voltados à exportação são soja, café, açúcar, castanha de caju, suco concentrado de laranja e óleo de palma, e que a exportação de carne e cachaça estaria igualmente surgindo na pauta de exportação (Pacheco Ormond *et al.*, 2002). No entanto, não é possível estimar a proporção de área e o número de produtores envolvidos no setor orientado à exportação, nem a proporção dedicada à agricultura e à pecuária³⁹.

³⁹ O estudo de Pacheco Ormond *et al.* (2002), em pesquisa realizada para o BNDES, apresenta alguns dados sobre o número de produtores e a área, em relação aos produtos principais. No entanto, suas tabelas

Contudo, pode-se afirmar com razoável convicção que uma das características do setor de produção de alimentos orgânicos no Brasil consiste na experiência das chamadas *feiras ecológicas*, em que pequenos produtores comercializam diretamente seus produtos, estabelecendo um vínculo direto entre produtor/consumidor. Essas feiras têm proliferado nos últimos anos, viabilizando o escoamento dos produtos de produtores familiares, que buscam na agricultura orgânica alternativas ao modelo da modernização convencional, que lhes permitam tanto um melhor rendimento com menores insumos quanto uma preservação e regeneração de seus agroecossistemas.

Essa forma de comercialização alternativa está diretamente vinculada às formas alternativas de certificação que são propostas pelas organizações nas quais esses produtores se filiam. Como vimos acima, os custos de certificação nos moldes exigidos no mercado internacional muitas vezes são inacessíveis aos pequenos produtores, motivando-os à busca de outras modalidades de certificação.

Talvez por causa de algumas das características mencionadas, existe no Brasil sérias dificuldades para se fazer uma descrição detalhada do setor, devido à inexistência de dados estatísticos. Estimar quantos produtores orgânicos são certificados e a área que ocupam é uma tarefa à qual já alguns pesquisadores têm se dedicado, porém sem chegar a produzir dados que sejam claramente consistentes. Com efeito, ainda que sejam consideradas apenas estimativas, com no máximo três anos, e consideradas “sérias” por agentes do setor ou pela sua filiação institucional, as divergências são significativas. Consideremos, por exemplo, três dessas fontes.

Moacir Darolt (2000), em pesquisa divulgada e indicada como referência pelo site *Planeta Orgânico*⁴⁰, estimou em 4.500 o total de produtores certificados no país e em 750 os produtores em processo de certificação, o que alcançaria um total de 5.250 produtores, ocupando uma área estimada de 100.000 ha durante a safra 1999/2000. A pesquisa de Darolt baseou-se em informações fornecidas pela Emater e pelas principais certificadoras do país.

Pacheco Ormond *et al.* (2002), em pesquisa realizada para o BNDES, realizou em 2001 um levantamento dados junto às principais certificadoras e empresas do setor que atuam no Brasil. Os números resultantes apresentaram uma quantidade de 7.063 produtores certificados trabalhando em uma área de 269.718 ha.

incluem no item “*Outros + Pasto*” 70% e 60% do total, respectivamente, o que desautoriza a realização de uma análise com base nos dados assim apresentados.

Finalmente, Yussefi e Willer (2002) aplicaram *survey* em 2001 junto às organizações membros da IFOAM. De acordo com essa pesquisa, os dados por eles divulgados para o Brasil são ainda mais expressivos com 12.590 produtores orgânicos certificados ocupando uma área de 803.180 ha.

Tal disparidade nos dados merece algumas considerações, como a de testemunhar que todas as fontes citadas expressam as suas próprias reservas quanto aos dados publicados, pela inexistência de estatísticas “consolidadas”.

Outra consideração é necessária para balizar a ponderação (não a desqualificação) dos dados estatísticos do setor. As fontes desses dados, via de regra, são os atores do setor com seus próprios interesses. Isso implica que, propositadamente ou não, os dados certamente contêm os “pontos de vista” próprios de quem ocupa uma específica posição no campo, incluindo desde algum viés de apreciação até propositadas distorções feitas com o intuito de favorecer algum interesse específico. Existem razões, por exemplo, para se presumir que os dados declarados sobre área, sobretudo entre aqueles que ocupam grandes extensões, sejam inferiores ao real. Isso leva a pensar que dados provenientes de produtores dedicados à pecuária orgânica, ou até mesmo à soja orgânica, poderiam estar subestimados.

Por outro lado, também existem razões para se presumir que os dados fornecidos por organizações que trabalham junto a pequenos produtores, principalmente os relativos à quantidade de produtores, também poderiam apresentar distorções. A primeira razão é que essas organizações muitas vezes não são apenas certificadoras, com um perfil exclusivamente técnico. Muitas vezes elas acabam se constituindo em verdadeiras representações de interesses, cientes do caráter político de boa parte das disputas do setor. Assim sendo, quando consultadas sobre o número de produtores, essas organizações certamente podem estar inclinadas a superestimá-los, com o intuito de incrementar o peso político das suas demandas.

A segunda razão da possível distorção dos dados sobre a quantidade de produtores orgânicos refere-se ao que cada organização possa vir a considerar como produtor orgânico certificado. Mesmo que por enquanto consideremos como sinônimos os diferentes termos utilizados (orgânico, ecológico, biológico), os critérios de certificação são parte (e uma parte muito significativa) das disputas existentes no campo, onde as organizações que defendem os interesses dos pequenos produtores postulam critérios mais inclusivos, enquanto que outras

entidades afinadas com as exigências do mercado internacional defendem critérios mais excludentes.

6.1.3.3 *Uma comparação preliminar*

Seja como for, as informações até aqui apresentadas permitem uma comparação, mesmo que tentativa e preliminar, de algumas características gerais dos setores de produção orgânica na Argentina e no Brasil. Tal comparação ajudará a situar melhor as posteriores análises qualitativas sobre a Argentina e o Estado do Rio Grande do Sul.

Em primeiro lugar, destacaríamos as características diferentes que têm os dois setores em relação ao modo com que resolveram o problema da certificação. Na Argentina, as condições dos países importadores têm sido assimiladas na legislação interna, criando um modelo homogêneo de certificação. Já no Brasil, o problema da certificação ainda hoje é um aspecto em discussão, pois boa parte dos atores do setor disputa os diferentes modelos possíveis. Esses modelos não necessariamente devem se alinhar às exigências dos países importadores, na medida em que se vê na agricultura orgânica uma via para um modelo de desenvolvimento alternativo em relação à modernização agrícola convencional. Como resultado disso, configura-se no Brasil um cenário heterogêneo, com diferentes modelos de certificação, os quais se referem às diferentes concepções do papel que se atribui à agricultura orgânica na definição de modelos de desenvolvimento.

Em segundo lugar, e estreitamente ligado ao ponto anterior, os dois países apresentam perfis diferentes em relação às estratégias de comercialização dos produtos orgânicos. Como já foi salientado, o destino principal da produção orgânica argentina é a exportação. Embora haja no país um mercado interno em expansão, esse mercado ainda constitui uma parcela pequena (aproximadamente 10% ou 15%) do montante total dos produtos comercializados. A parcela destinada ao mercado interno é comercializada na Argentina por diferentes vias, mas a principal delas é a que está em maior expansão e a comercialização convencional em supermercados. Já o Brasil apresenta um quadro substancialmente diferente. Embora haja no país uma parcela importante da produção que é direcionada à exportação (não há dados disponíveis para quantificá-la), boa parte da dinâmica interna do setor e dos produtores está condicionada pelos impulsos endógenos e pela procura do mercado interno. Assim, embora a comercialização convencional em supermercados tenha um papel importante (que será, provavelmente, cada vez maior), a comercialização direta em feiras ecológicas constitui um elemento fundamental e distintivo para alavancar o setor de produção orgânica no Brasil.

Em terceiro lugar, é de fundamental importância qualificar as diferenças estruturais que estão por trás de boa parte das características descritas anteriormente. Na Argentina, embora em franca expansão, o setor de produção orgânica não apresenta um grande aumento do número de produtores. Se a concentração da terra orgânica certificada já era um traço característico do setor no país, os últimos anos têm servido para acentuar ainda mais esse perfil. No Brasil, por sua vez, o quadro apresenta uma dinâmica bem mais heterogênea em virtude de como é percebida a associação de interesses entre a pequena produção familiar e o setor de produção orgânica. Esse assunto receberá um melhor tratamento à frente, quando o Estado do Rio Grande do Sul for analisado especificamente, mas se pode ressaltar que a presença de um significativo contingente de pequenos produtores familiares voltados à produção orgânica constitui uma característica marcante do setor no Brasil.

Essas características de concentração da terra orgânica certificada na Argentina e a maior heterogeneidade de situações no Brasil podem ser bem percebidas na comparação da área média das propriedades certificadas nos dois países, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - Área média das propriedades orgânicas certificadas na Argentina e no Brasil (2001)⁴¹

	Brasil	Argentina
Área orgânica certificada e em certificação (ha.)	803.180	3.200.000
Número de produtores orgânicos certificados	12.590	1.664
Área média das propriedades orgânicas certificadas (ha.)	64	1.923

Fonte: Elaborado em base a dados de Yussefi e Willer (2002) para o Brasil, e Pupi e Ramírez (2002) sobre Argentina.

6.2 INTERESSES E DISCURSOS NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO NATURAL NO CAMPO DA AGRICULTURA ALTERNATIVA NO RIO GRANDE DO SUL E NA ARGENTINA

A seguir serão analisados alguns dos os processos que levaram à configuração dos campos sociais da agricultura alternativa na Argentina e no Rio Grande do Sul. A abordagem, neste caso, será eminentemente qualitativa, tentando expor como tanto os fatores estruturais quanto os discursos dos atores envolvidos conduziram a diferentes estruturações destes

⁴¹ Devido ao problema dos dados confiáveis sobre o Brasil, optou-se por realizar esta comparação de área média através dos dados que menos favorecem o argumento proposto. Em outras palavras, caso se utilizassem as outras fontes disponíveis, o argumento ficaria ainda mais reforçado. Se considerados os dados de Darolt (2000) a área média no Brasil seria de 19 ha enquanto que se considerados os dados de Pacheco Ormond *et al.* (2002) a área média no Brasil chegaria a 38 ha.

campos, com suas peculiares concepções normativas em relação à natureza e do papel atribuído a ela⁴².

Pretende-se aqui compreender os condicionantes sociais na construção do natural em campos concretos de agricultura alternativa e tentar-se-á mostrar como as motivações, os interesses e os discursos dos atores envolvidos resultam em diferentes configurações institucionais que concebem o que poderia ser um alimento considerado como natural de maneira diferente. Embora em ambos os casos a natureza é apresentada como o “fiador” que afastará os riscos inerentes à agricultura convencional, o modo com o qual a natureza “contribui” com esse propósito é completamente diferente. Mais ainda, os interesses que a natureza “ajuda” a consolidar são, em certo sentido, opostos, e também são diferentes os atributos esperados dos alimentos produzidos.

O caso do Rio Grande do Sul distingue-se pela visão sócio-política que os principais atores que participaram na estruturação do campo buscaram lhe imprimir. Neste sentido, o caso gaúcho, como se verá, constitui uma experiência diferenciada das correntes predominantes no setor da agricultura alternativa, tanto em termos nacionais quanto em mundiais. Dessa forma, pode-se afirmar que a experiência gaúcha é uma experiência paradigmática, porque concretizou, com razoável sucesso, uma ampla rede de produção de alimentos “ecológicos”, que tem como motivação principal a criação de um modelo de desenvolvimento alternativo em relação à modernização agrícola, reconhecendo um papel preponderante à agricultura familiar e tentando produzir alimentos baseados na coerência ecológica e na equidade social.

O caso argentino também constitui uma experiência notavelmente peculiar, mas por fortemente diversos. A Argentina é o país em desenvolvimento que, nos critérios comerciais de expansão do setor de produtos orgânicos, tem obtido os indicadores de maior sucesso, com uma ampliação espantosa da área agrícola dedicada à produção orgânica e um crescente comércio exterior desses produtos. No entanto, esse “sucesso” do setor orgânico argentino ocorreu pela estruturação do campo sob uma forma tal que a contestação dos modelos de desenvolvimento e a revisão das relações sociais dominantes ficaram em segundo plano.

⁴² Com “campos sociais” entende-se um sistema de relações mais ou menos permanente, no sentido em que essas relações estão objetivadas em posições institucionalizadas. Este sistema de relações observa uma lógica interna própria, fruto da história da formação do campo, o que o faz sociologicamente inteligível. Por outro lado, o campo em si ocupa uma posição específica dentro de um campo social geral ou “campo do poder” no qual estão definidas as relações de poder que afetam a uma sociedade em seu conjunto (cf Bourdieu, 1989 e 1993).

A partir de tais distintos contextos, espera-se mostrar como, em ambientes de relações sociais diferentes, as construções sociais do que é uma produção mais natural ocorrem igualmente com significados diversos.

As informações contidas nesta última seção do trabalho provêm de diferentes fontes, de acordo com as características de cada caso e as informações disponíveis em cada um deles. No caso gaúcho, a fonte principal dos dados resulta de um conjunto de entrevistas semi-estruturadas concedidas por responsáveis pelas organizações envolvidas, lideranças ou por atores que estiveram no passado diretamente envolvidos nos processos de construção de uma agricultura ecológica no Estado. Esses entrevistados foram escolhidos por serem considerados informantes-chave, cujos depoimentos ofereceram informações não disponíveis ainda na literatura. Também foi feita uma análise documental de materiais e arquivos de algumas das organizações, assim como de arquivos de jornais da época. Além disso, foram utilizadas fitas de vídeo produzidas com agricultores do Estado, das quais foram extraídos alguns depoimentos.

No caso argentino, também se recorreu a entrevistas semi-estruturadas concedidas por atores “históricos” e responsáveis pelas organizações envolvidas e com análise documental. Neste caso, foram incorporadas também algumas fontes de dados quantitativos disponíveis, que contribuíram para oferecer uma melhor caracterização da situação. No total, foram realizadas nove entrevistas formais e visitadas seis organizações com papel fundamental nos casos estudados, além de ocorrerem muitos contatos ocasionais com atores envolvidos, que foram também fonte de informações significativas, além de servirem de base para o controle dos dados considerados relevantes⁴³. Dessa forma, por ser esta seção centrada numa análise qualitativa, a validade das informações apresentadas deriva não de um critério estatístico de representatividade, mas de um critério de inteligibilidade e “saturação” das informações, isto é, buscou-se recolher as informações-chave para construir um relato sobre os fatos que fossem coerentes e que por sua vez não deixassem de lado elementos relevantes de acordo com a problemática apontada.

⁴³ As organizações visitadas e ou consultadas através de membros informantes foram, no caso argentino, SENASA (Servicio Nacional de Sanidad e Calidad Agrolimentaria), MAPO (Movimiento Argentino de Productores Orgánicos) e CAPOC (Cámara Argentina de Productores Orgánicos Certificados). No caso brasileiro, foram consultadas Coolméia e Centro Ecológico. Cabe ressaltar que em ambos os casos, membros atuais destas organizações foram membros de várias das outras organizações nomeadas neste trabalho, algumas delas atualmente dissolvidas.

O material recolhido é apresentado em quatro tópicos que correspondem às dimensões consideradas as principais para a compreensão do estudo aqui proposto: análise do perfil e das motivações das organizações e dos produtores envolvidos; estrutura do campo, considerando-se aqui as posições de poder principais que estruturam o campo da agricultura alternativa em cada caso; certificação e comercialização, em que se analisam os critérios e as modalidades utilizados em cada caso para definir e legitimar a qualidade dos produtos e para sua comercialização; e, finalmente, análise dos conceitos de alimento “ecológico” ou “orgânico” e a concepção de natureza à qual esses conceitos estão relacionados.

6.2.1 Rio Grande do Sul

6.2.1.1 *Perfil e motivações dos produtores e das organizações no Rio Grande do Sul*

No Rio Grande do Sul, a emergência do processo de contestação da agricultura moderna no Rio Grande do Sul teve seu início na década de 1970. Tal processo acabou configurando redes⁴⁴ de produção e o consumo de alimentos “naturais” na 1980 quando, ainda sob o governo militar, ações coletivas de militantes ambientalistas levantaram como bandeira de luta, ambiental e política, a erradicação dos agrotóxicos que vinham causando graves impactos negativos, desde a sua difusão maciça na década anterior (Almeida, 1999).

Com efeito, ações iniciadas por cientistas e grupos de técnicos que realizaram uma autocrítica por terem sido veículos de uma produção de alimentos “com veneno” começaram a conscientizar o público geral e organizações da sociedade civil acerca dos impactos derivados do uso indiscriminado de produtos altamente tóxicos na produção de alimentos no Estado, incluindo produtos proscritos dos seus países de origem.

Essas ações, entre as quais freqüentes denúncias pela imprensa, o fortalecimento de ONGs ambientalistas, a divulgação de pesquisas, entre outras ações, tiveram o papel de evidenciar uma realidade que até então era negada, minimizada ou relativizada – que os custos e desvantagens derivados dos pacotes da Revolução Verde eram muito maiores do que se queria crer, produzindo grandes quantidades de resíduos tóxicos nos alimentos, agricultores intoxicados, crianças que nasciam com deficiências múltiplas, poluição dos rios, mutação dos peixes, entre diversos outros problemas.

⁴⁴ O termo *rede* é utilizado para se referir ao conjunto de atores articulados que produzem, legitimam, comercializam e consomem alimentos ecológicos.

Um evento muito significativo em relação a esse processo foi a aprovação em 1982 da chamada “Lei de agrotóxicos”, elaborada com a ativa participação de organizações do movimento ecológico gaúcho. Essa lei, que proibiu a comercialização de agrotóxicos organoclorados, além de ser a primeira aprovada no Brasil sobre esse tema, constituiu-se em uma referência internacional da luta por uma agricultura limpa (Tornquist, 1992). A instalação e legitimação do termo *agrotóxico* (proposto como contrapartida à expressão *defensivos agrícolas*, a qual passou a ser considerada um eufemismo ou uma equívoca expressão) constituíram um fato também bastante significativo, pois contribuíram para semear a desconfiança no que era a perspectiva dominante da disseminação acrítica de tecnologia na agricultura.

Tratou-se de um processo que não pode ser entendido sem que sejam considerados o contexto político de sua emergência e as motivações políticas de muitos dos que o iniciaram. Com efeito, na década de 1980, a luta contra os agrotóxicos representou, também, uma ação política contra a ditadura militar. De fato, os interesses das empresas produtoras de insumos químicos estavam completamente enquistados nas estruturas políticas criadas durante o regime militar. Essas empresas se organizavam na ANDEF (Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas), que constituía um *lobby* estruturado de empresas multinacionais de insumos químicos e que contava com um “trânsito” extremamente fácil entre os diversos escalões da política agrícola do governo. Sendo assim, opor-se ao “veneno” que era imposto pela política agrícola se constituía, na realidade, como uma forma de lutar contra todas as formas de imposição política então existentes e de fortalecer as organizações da sociedade civil que se articulavam para contestar políticas autoritárias e fazer valer suas perspectivas. Desse modo, a oposição ao uso de agrotóxicos acabou-se constituindo em uma luta que agregou diversos interesses. A Sociedade de Agronomia de Rio Grande do Sul foi uma das entidades mais comprometidas, mas também entidades como a ADFG (Ação Democrática Feminina Gaúcha), que outrora tinha oferecido seu apoio ao governo militar, tornaram-se aliados políticos importantes. A essas somava-se também, a participação de personalidades de amplo reconhecimento na comunidade científica.

Tais movimentos e ações voltados a “fazer ver” o impacto dos agrotóxicos conjugaram-se com a ação de outros agentes que atuaram na conformação de uma rede de produção e consumo de alimentos limpos. Um desses principais agentes foi a Cooperativa Ecológica Coolméia (criada em 1978), que promoveu experiências sistemáticas e organizadas de produções alternativas, ao mesmo tempo em que integrou produtores e consumidores, fato

que acabou resultando, em 1989, na formação da primeira feira ecológica do país, sediada em Porto Alegre, o que conferiu um grande impulso à rede (Costa, 1992). Outras ONGs importantes que contribuíram para a disseminação e fortalecimento dessas ações foram o CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares), sediado em Passo Fundo, o CAE (Centro de Agricultura Ecológica) estabelecido em Ipê, que hoje se denomina Centro Ecológico, o CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), ligado à Igreja Luterana e de atuação espalhada no interior do Estado e, também, a Fundação Gaia, sediada em Porto Alegre. Importante ressaltar, igualmente, a influente ação de mediadores religiosos vinculados às pastorais rurais e à Comissão Pastoral da Terra, da Igreja Católica.

Segundo a visão de alguns agentes que participaram diretamente no processo, o desenvolvimento local de alternativas produtivas ocorreu por causa da necessidade de se oferecer opções concretas, que incluíssem um trabalho prático no campo, pois não existiam experiências locais amadurecidas sobre formas de se produzir alimentos que dispensassem o uso de agrotóxicos.

Não existem dados consolidados sobre o número de agricultores alternativos no Estado. Em um levantamento feito em 2000 por organizações gaúchas, estimou-se em aproximadamente 50 o número de feiras ecológicas no Estado, distribuídas em mais ou menos 40 municípios. Entre essas, há feiras que envolvem mais de 100 produtores, como as de Pelotas, Caxias do Sul e Passo Fundo, mas há também o caso da feira de Porto Alegre, que envolve mais de 200 produtores.

Contudo, o número de famílias envolvidas nesse processo é maior que o dos produtores diretos, pois engloba também pessoas dedicadas a outras atividades, como a comercialização, o transporte, os serviços para a preparação das feiras, o trabalho temporário nas agroindústrias familiares, etc⁴⁵.

Um dos traços mais característicos dessa rede no Rio Grande do Sul é o fato de incluir quase que exclusivamente agricultores familiares, isto é, produtores rurais que se utilizam fundamentalmente do trabalho próprio e de suas famílias nas suas atividades. A razão desse traço distintivo decorre da opção pela agricultura familiar que, por motivos fundamentalmente políticos, tem realizado as organizações envolvidas⁴⁶. É essa opção que explica muitas das

⁴⁵ Informações não publicadas, fornecidas por um dos informantes em entrevista.

⁴⁶ É relevante salientar que a expressão “agricultura familiar” torna-se de uso corrente (sendo inclusive institucionalizada) apenas a partir de meados da década de 1990. Antes deste marco, eram utilizadas outras

outras características da rede, como, por exemplo, a opção tecnológica, a estratégia de comercialização ou o discurso relativo à agricultura orgânica comercial. Como afirma um dos dirigentes dessas organizações,

“Os atores que começaram a desenvolver o trabalho no Rio Grande do Sul têm uma opção muito clara pela agricultura familiar. A questão ambiental, ecológica, na verdade chega para a gente muito mais como uma maneira de viabilizar a agricultura familiar, que como um fim em si mesmo. Só que, é claro, hoje já se misturaram muito essas coisas. Quer dizer, a consciência ambiental hoje é muito maior do que era há dez anos atrás. Há dez anos atrás era uma coisa muito mais de classe mesmo, de viabilizar a agricultura familiar. De acreditar e ver que a agricultura familiar não podia mais ter seus recursos drenados todos para as multinacionais, e, portanto, a tecnologia ecológica tinha um componente sócio-político muito forte na leitura do Rio Grande do Sul. Até o termo *agricultura orgânica* no Rio Grande do Sul é muito mal visto, porque todo o mundo fala em agroecologia ou agricultura ecológica tentando demarcar essa posição que é sócio-política” (Fonte: trabalho de campo).

Para analisar as motivações que levaram esses agricultores a se engajarem na rede, é pertinente fazer uma distinção entre agricultores familiares “viabilizados economicamente” e agricultores familiares “não viabilizados”, alguns dos quais se encontram em situação de pobreza. Haveria entre esses agricultores motivos diferentes para procurarem métodos de produção mais ecologicamente corretos. No caso dos agricultores que não necessitavam encontrar uma nova alternativa produtiva para sua viabilidade econômica, a motivação apontada como sendo a mais freqüente era a questão da saúde. Nesses casos, a opção por uma agricultura limpa obedece a uma tentativa de evitar a exposição por parte de toda a família aos agrotóxicos responsáveis por graves e freqüentes ocorrências, que incluem doenças crônicas, cegueira, distúrbios psicológicos, problemas na gravidez, etc.

Já no caso dos agricultores que não estavam viabilizados, muitos encontram na oportunidade de participar desse tipo de trabalho uma alternativa econômica, não apenas pelo prêmio, que em certas circunstâncias o mercado estava disposto a pagar pelo produto diferenciado, mas, principalmente, porque a produção ecológica permitia a esses produtores se incorporarem numa rede que lhes oferecia novas vias para comercializar seus produtos, além da assistência técnica e ajuda organizacional que obtinham das ONGs envolvidas no trabalho.

Contudo, vistos sob uma perspectiva histórica, os agentes da rede apontam para uma mudança nas motivações que hoje em dia levam os agricultores a optar por esse tipo de produção, que são diferentes daquelas de dez ou quinze anos atrás. Naquela época as

designações, especialmente “pequenos produtores”. Não obstante as diferenças de conteúdo teórico, neste

motivações ideológicas eram as predominantes, juntamente com as questões vinculadas aos riscos à saúde. Atualmente, o lugar que antes ocupavam as convicções ideológicas está sendo preenchido crescentemente por expectativas econômicas, dado o relativo sucesso econômico daqueles que já se dedicam a esse tipo de produção há algum tempo.

Há, no entanto, alguns fatores de política econômica que certamente têm influenciado essa mudança nas motivações principais. É referida aqui o crescente custo dos agrotóxicos, os quais eram bastante acessíveis na década de 1970, com créditos baratos e abundantes, visando facilitar a incorporação maciça das tecnologias da Revolução Verde. Mais do que isso, chegou a existir uma verdadeira coação econômica para a utilização de agrotóxicos, em que a apresentação das notas fiscais de compra era colocada como condição para a liberação dos créditos ou mesmo para a liberação das indenizações dos seguros agrícolas. Já nos anos mais recentes, pelo contrário, o acesso aos insumos químicos envolve um ônus financeiro que constitui um fator de desestímulo para sua utilização por parte de pequenos produtores.

6.2.1.2 A estrutura e as posições do campo

As diversas organizações que compõem o campo social da agricultura alternativa no Rio Grande do Sul conformam uma rede em que, mesmo sem terem uma estrutura organizacional formalizada, atuam com uma certa complementaridade e articulação com a subsequente divisão de tarefas. De fato, algumas organizações voltam-se mais para o trabalho de assistência técnica aos agricultores, enquanto outras têm se dedicado mais ao trabalho de comercialização e organização das feiras. Isso não quer dizer que aquelas que se caracterizam pela sua contribuição na fase da comercialização (como as cooperativas de consumidores, por exemplo) não ofereçam serviços de assistência aos produtores que optaram pela agricultura ecológica, nem também quer dizer que as organizações que se caracterizam por possuírem um setor de apoio técnico bem desenvolvido não se envolvam também na organização das feiras, como um modo de buscar o escoamento dos produtos. No entanto, parece possível afirmar que, mesmo que não haja uma delimitação formal das tarefas entre as diferentes organizações, há entre elas capacidades e saberes diferenciados, e com isso são desenvolvidos papéis distintos que acabam constituindo uma estrutura articulada, com lideranças e competências razoavelmente estabelecidas.

Uma entidade como a Cooperativa Coolméia, por exemplo, foi a responsável pela implantação da primeira e maior feira de produtos ecológicos, mas atualmente ela coloca a serviço de toda a rede a credibilidade que em vinte anos construiu perante o consumidor urbano, dando legitimidade aos produtos ecológicos e a toda a proposta social associada a eles.

Por outro lado, ONGs mais “técnicas”, como o Centro Ecológico de Ipê, por exemplo, além da sua assistência aos produtores, também teve um papel fundamental na criação de associações de produtores ecologistas, em diversas localidades, resultando disso novas feiras, que por sua vez aumentam a importância econômica e política da rede. Contudo, é um traço característico a interdependência com que atuam esses atores do campo que, de fato, preservam para si, e em conjunto, todo o leque de tarefas, que vão desde a produção até a comercialização, passando pela certificação, ou seja, pelo controle e pela legitimação dos produtos.

Para fins descritivos, parece possível distinguir três tipos principais de atores: as entidades de assistência técnica, os agricultores familiares ecologistas e as cooperativas de consumo (Ver Figura 3). Embora a cada tipo de ator corresponda evidentemente um tipo de atividade específica, no caso do campo da agricultura alternativa no Rio Grande do Sul, percebe-se uma interconexão de todos os atores em todas as fases da rede: a produção, a comercialização e a certificação (controle e legitimação).

Esses atores têm mantido posições relativamente coerentes em relação às organizações externas que têm um papel relevante no campo da agricultura orgânica, tanto com outras organizações do Brasil quanto com a IFOAM. Com efeito, os atores do Rio Grande do Sul têm defendido posições regionais diferenciadas, enfatizando perspectivas próprias no campo da agricultura alternativa.

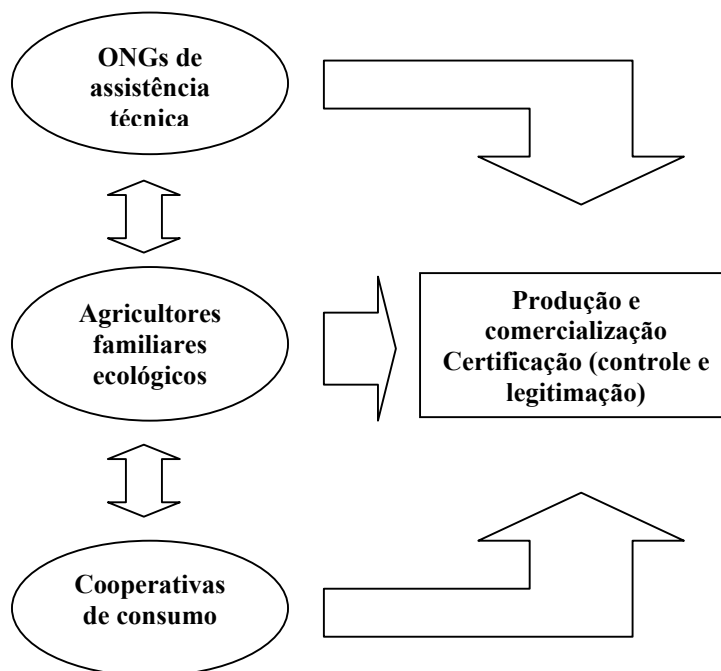


Figura 3 - Principais atores no campo social da agricultura alternativa no Rio Grande do Sul

Em relação às outras entidades do Brasil, a ênfase desses atores têm sido a de defender a agricultura alternativa como uma ferramenta para um “outro modelo de desenvolvimento”, em contraste com o que é percebido como a mercantilização da agricultura orgânica. Assim o expressa um dos atores envolvidos:

“As características [no Rio Grande do Sul] são bem distintas. No Rio Grande do Sul esta rede de pequenos agricultores tem uma percepção muito de modelo de desenvolvimento, ou seja, a agricultura ecológica como um mecanismo de se buscar um novo modelo de desenvolvimento. No Paraná você vai ter uma coisa que funciona muito também na base de pequenos produtores, mas já com uma certificação muito presente, já com uma visão (...) de que a principal motivação para agricultura ecológica é o mercado diferenciado, que aqui a gente tenta não deixar que isso brote, apesar de também ter. Mas lá já é muita gente fazendo agricultura ecológica em função de que alguém lhe diz que fazendo soja orgânica alguém vai lhe pagar um 20% a mais. E em São Paulo, ainda que também com muitos pequenos agricultores, têm uma perspectiva de produção para o mercado. A motivação para a produção orgânica é o mercado, fundamentalmente. É uma diferença de quem toca o trabalho em São Paulo, é uma coisa que está institucionalizada, eu não sei bem como dizer, metodologicamente não guarda relação com esses princípios de independência do agricultor, de autonomia do agricultor, muito a questão da certificação. Tanto o Centro Biodinâmico [Centro Biodinâmico de Botucatu/SP] quanto a AAO [Associação de Agricultura Orgânica/SP]. As feiras em São Paulo são da AAO, e você, para participar da feira, tem que pagar a AAO, tem que ser certificado pela AAO e ela te deixa participar. Aqui as feiras são dos agricultores. Eles têm comissões para gerir sua feira. Essa é uma diferença. O trabalho é interessante também, mas há uma diferença com o

componente político-ideológico [que] é mais forte aqui”. (Fonte: trabalho de campo).

Decorrente dessa visão, as posições políticas são percebidas claramente diferenciadas das tendências dominantes, que procuram uma estruturação do setor nos moldes que lhes garantam uma melhor articulação com o mercado. Assim, a respeito dessas tendências, a posição dos agentes de Rio Grande do Sul é assim expressada:

“Nós somos considerados os chatos nos encontros nacionais. A gente reclama. Por exemplo, você é chamado a uma reunião em São Paulo onde vinte pessoas querem fundar a Associação Nacional de Agricultura Orgânica. E a gente fala que não, que temos que voltar para Rio Grande do Sul, consultar a todo o mundo, conversar, ver... [risos]. A gente dá risada já, mas existem brigas, diferenças. Mas nós falamos: nós vamos a dar a opinião que vocês já sabem qual é, não concordamos, não é assim que se faz, e tal”. (Fonte: trabalho de campo).

Conseqüentemente, as relações com a IFOAM igualmente trilham caminhos de um diálogo errático e poucas vezes convergente. As resistências são contra toda tendência que se perceba como homogeneizante, que desvalorize tanto as peculiaridades locais quanto as formas organizacionais autárquicas, consideradas as verdadeiramente coerentes com as propostas da agricultura ecológica. Segundo um informante entrevistado,

“Nós nunca tivemos relações com IFOAM. Nós nunca aceitamos trabalhar sob os domínios da IFOAM, apesar de achar que o IFOAM cumpre um papel muito interessante a nível mundial. A IFOAM tem um problema como todo esse tipo de organizações que é não reconhecer como legítimos aqueles processos que passam por fora dos seus regramentos. A IFOAM tem muito esse problema como se toda a agricultura orgânica tivesse que estar dentro da IFOAM para ser ‘legítima’.[...] Nós sempre tentamos construir aqui alguma coisa mais autárquica, mais local (...) A IFOAM tem uma turma de comerciantes em torno dela, que eles realmente não têm privilegiado espaços locais de comercialização. É um pouco essa coisa da agricultura orgânica de origem européia e a agricultura orgânica por si. Nós aqui queremos [...] muito mais a agricultura orgânica inserida no contexto de um novo modelo de desenvolvimento. [...] Também as relações de mercado e a organização têm que se dar em outra base. Então nós nunca usamos normativas da IFOAM, nunca nos filiamos, nenhum de nós, nem o Centro Ecológico, nem o CETAP, nem os movimentos, no Rio Grande do Sul não tem ninguém filiado à IFOAM. E a IFOAM não gosta disso, ela já verbalizou isso para a gente. Eu já ouvi palestras onde pessoas da IFOAM dizem ‘No Brasil tem um Estado onde tem muitas críticas à IFOAM’, quer dizer, é uma coisa pública. Nosso problema não é que não gostamos, não é uma briga, é que ela tem dificuldades em legitimar outros trabalhos, e essa vinculação muito estreita que eles fazem entre agricultura orgânica e mercado”. (Fonte: trabalho de campo).

6.2.1.3 Certificação e comercialização

O principal modo de comercialização dos produtos ecológicos no Rio Grande do Sul ocorre através das chamadas *feiras ecológicas*. Isso não quer dizer que não existam outras

vias de comercialização, como venda em postos de produtos especializados ou mesmo em supermercados, mas, certamente, são as feiras o modelo mais dinâmico e o que mais concretiza a visão peculiar da agricultura alternativa que tem sido estruturado no Estado.

A experiência de estabelecer uma relação direta entre produtores e consumidores de alimentos ecológicos tem uma conexão direta com a estrutura social rural do Rio Grande do Sul, com a forte presença de agricultores familiares. Nesse Estado, a agricultura ecológica sempre foi mostrada pelas organizações que participam na conformação da rede como uma saída para muitos pequenos agricultores familiares com dificuldades de implementar a agricultura convencional, pelo fato de reduzir seus custos de insumos, melhorar a qualidade de vida da família e ainda permitir uma renda extra, por comercializar diretamente, sem os intermediários (Costa, 1992). Como afirma um agricultor ecológico de Antônio Prado,

“Nós juntos reunimos nossos produtos e temos condições de levá-los ao mercado consumidor, que são as feiras, que são as cooperativas e outros mercados naturais, que faz que haja uma garantia de colocação, que haja um rendimento maior, e com isso haja uma melhoria no nível de vida dos agricultores que estão trabalhando com agricultura ecológica e que fazem parte desta associação”. (Fonte: RTA, 1995)

O incentivo à industrialização artesanal dos produtos em pequenas agroindústrias familiares é outra particularidade da rede. Esse incentivo tem o objetivo de diminuir sempre que possível os elos que separam o produtor do consumidor, dando maior transparência às negociações e evitando a ação de outros grupos de interesse, ideologicamente não afinados com a proposta da rede no Rio Grande do Sul. Assim o percebe outro agricultor ecológico de Antônio Prado quando ressalta que,

“Nós industrializando o produto agregamos valor a ele, e a renda em vez de ir para o grande cantineiro ou para o atravessador ele fica na propriedade. E como a venda ela é feita toda numa forma direta, numa forma alternativa, a renda fica para o agricultor ou para a associação que o membro faz parte”. (Fonte: RTA, 1995).

Nesse esquema de comercialização, o papel social do agricultor é evidentemente revitalizado e valorizado, outorgando um protagonismo que não existia no modelo da modernização agrícola implementado segundo a ótica da Revolução Verde. Quanto a isso um produtor assim se expressa,

“Eu sempre achava, eu tinha vergonha de oferecer o produto para um consumidor. Quando nós começamos este trabalho de agricultura ecológica, vender produto de qualidade, nós nos sentimos mais gente, nós sentimos que produzimos um produto de qualidade, que faz bem. Então, no momento em que tu vai à feira, que nós temos a feira em Porto Alegre, tu vai oferecer um produto ao consumidor, tu tem um retorno muito grande, principalmente na questão do prazer. Tu sente um prazer da pessoa vir comprar este produto, pois ela está sentindo que é um produto de qualidade e que tu faz um bem a esta

peessoa. E assim também estão se abrindo novos mercados. E até os nossos mercados estão cada vez se abrindo mais em virtude desta qualidade deste produto”. (Fonte: RTA, 1995).

Desse modo, esse modelo de comercialização expressa muitas das características que os agentes imprimiram na rede de produção e consumo de alimentos ecológicos no Rio Grande do Sul – na sua fase produtiva ligada principalmente a pequenos agricultores familiares, dos quais se busca resgatar o seu protagonismo, ideologicamente crítica dos modelos de desenvolvimento e comercialização característicos da modernização e da Revolução Verde e, conseqüentemente, imbuída de um discurso contrário ao modelo de certificação mais ajustado aos requerimentos do mercado mundial. Sobre este último aspecto, um dirigente de uma das organizações que compõe a rede assim manifesta a sua posição:

“A gente acha que a metodologia de certificação, preconizada pela IFOAM e adotada quase no mundo inteiro, não guarda relação com os princípios originais da agricultura orgânica. Esse para nós é nosso problema. Quer dizer, o cara produz de uma maneira autárquica, de uma maneira independente, tenta não usar químicos, usar o esterco, tudo para ser independente, tenta estabelecer novas relações com o mercado e agora, para fazer tudo isso, ele precisa de alguém que venha de determinado lugar, credenciado não se sabe por quem. Tá entendendo? Nesse momento parece que ele joga por terra os princípios de independência dos agricultores. E outra coisa é que a agente acha que isso se tornou um mercado, um comércio, nessa coisa da certificação que não se justifica. Com isso a gente acabou nunca adotando esses critérios e temos buscado mecanismos alternativos de certificação, que hoje a gente chama de rede de geração de credibilidade ou rede de certificação solidária aonde você tenta num determinado espaço articular distintos atores (assistência técnica, produtor, consumidor), e nesse espaço esses atores articulados é que determinam que é ou que não é, se pode ou não pode ir ao mercado. No litoral norte por exemplo, existe um núcleo, formado pelo Centro Ecológico, formado pelas associações de agricultores ecologistas, formado pelas cooperativas de consumidores de produtos ecológicos. É esse núcleo é quem delibera sobre o assunto”. (Fonte: Trabalho de campo)

Assim, a agricultura ecológica é percebida como relacionada a certos princípios (referidos no depoimento anterior como os da “autarquia”, da “autonomia”, das “novas reações com o mercado”) e, portanto, os arranjos institucionais que viabilizam essa forma de se produzir devem ser coerentes com tais princípios. E é sob esse prisma que, no Rio Grande do Sul são propostos os mecanismos de comercialização e legitimação dos produtos. Conseqüentemente, rejeita-se o modelo de certificação mais difundido (descrito na seção “Os dilemas da certificação” deste capítulo) e propõe-se uma modalidade alternativa à certificação denominada como “Rede de Geração de Credibilidade”.

A Rede de Geração de Credibilidade consiste numa proposta que permita os produtos ganharem legitimidade perante os consumidores, através da credibilidade que as organizações que participam do processo de produção, comercialização e consumo detêm. Nessa rede

participam tanto as entidades de assistência técnica quanto os produtores e as organizações de consumidores. Com a participação direta de todos eles são constituídos núcleos que definem os critérios de aceitação de uma produção como “produção ecológica” e zelam para que os produtos oferecidos garantam esses critérios de qualidade.

Os produtos podem ser identificados por um selo, como o selo “Ecovida” existente nos Estados da Região Sul do Brasil. À medida que os critérios para considerar um alimento como sendo ecológico são publicamente conhecidos e o selo popularizado, os atores da rede acreditam estarem criando uma alternativa à certificação comercial que, embora encontre inúmeros obstáculos para ser efetivamente consolidada, são considerados problemas menos importantes dos que os da certificação comercial.

Um dos entraves centrais na certificação é a questão da fiscalização das produções. No modelo predominante e rejeitado no Rio Grande do Sul, uma empresa privada acompanha o processo produtivo desde a sua concepção até a sua implementação, fiscalizando a sua adequação às normas que regulam o mercado de produtos orgânicos ou ecológicos. O modelo baseia sua eficácia no fato de a empresa certificadora ser tecnicamente competente e ter seu interesse centrado na defesa da confiabilidade do seu controle e fiscalização. Sendo assim, o modelo seria confiável, pois a empresa certificadora não teria interesse nenhum em concordar com ações por parte do produtor que não se ajustem estritamente aos critérios através dos quais um produto orgânico ou ecológico deve se ajustar para merecer tal denominação perante o público consumidor.

No entanto, embora possa ser verdade que os interesses das empresas certificadoras levem-nas a não tolerar desvios ou irregularidades nas produções orgânicas ou ecológicas, isso, de fato, não garante a eficácia da sua fiscalização. Esse modelo dominante, na opinião de lideranças da rede no Rio Grande do Sul, está baseado no “mito do fiscal”. Esse mito do fiscal seria a suposição de que a idoneidade técnica e o interesse econômico do fiscalizador garantem a eficácia da fiscalização. Ou seja,

“Por que não uma fiscalização ordinária [no Rio Grande do Sul]? Porque a gente não acredita no ‘mito do fiscal’. Como se o fiscal fosse mais honesto, como se ele fosse de fato confiável. Essa é nossa grande crítica à certificação como ela tem sido feita na Argentina, por exemplo, é que ela não é confiável, tanto quanto como essa aqui não é [risos]. A certificação é um problema. Você tem que criar alguns mecanismos que dêem alguma orientação, agora, não vamos nós, também, que queremos construir uma sociedade diferente, pensar que a Argencert [uma empresa certificadora argentina], vai garantir alguma coisa, só porque ela tem aquele selo dela.[...] Eles têm problemas enormes. O IBD [Instituto biodinâmico de Botucatu] tem problemas enormes. Eles certificam produtos que não são certificáveis. Não é que são desonestos, mas porque esse processo é complicado. [...] Eu sei porque eu não sou fiscal e vou

na casa deles [os produtores], converso com eles, e eles acham graça que conseguiram enganar o fiscal. A mim eles não querem enganar porque eu não estou fiscalizando-os”. (Fonte: Trabalho de campo)

Assim, o modelo de certificação alternativo preconizado no Rio Grande do Sul exprime o conjunto de características peculiares da rede no Estado, desde a sua característica de ser baseada na agricultura familiar até a de ter nas feiras ecológicas o modelo principal de comercialização. A venda em feiras tem um significado que vai muito além do mero “escoamento” da produção. Elas revalorizam o relacionamento concreto, pessoa a pessoa, de interconhecimento, como método de controle social privilegiado da rede de produção e consumo de alimentos ecológicos no Rio Grande do Sul. Como ressaltou um dos entrevistados,

“Eles [os consumidores] não vão [às feiras ecológicas] apenas para comprar comida. Eles vão encontrar gente, vão conversar com produtores. A gente nota uma fidelidade bastante grande de consumidores em relação aos produtores. Ele tem o produtor dele de maçã, o produtor dele de alface. Existe essa coisa do contato próximo que de alguma forma é bastante valorizado na nossa situação no Rio Grande do Sul, talvez por essa história de agricultura mais familiar.[...] Já aconteceu de grupos de consumidores se organizarem e passar um dia junto ao produtor. Passar um domingo junto. Visitar a propriedade, o agricultor faz um almoço com produtos ecológicos. É uma vontade de se aproximar a esse tipo de vida que era muito comum há vinte anos atrás”. (Fonte: Trabalho de campo)

Como visto, o modelo de certificação da Rede de Geração de Credibilidade mobiliza elementos diferentes do sistema de certificação predominante. Em vez de se fundamentar no interesse privado legitimado pelo Estado, o sustento público do sistema se apóia em organizações da sociedade civil (nem o Estado, nem o mercado), em contato direto com o público consumidor. Dessa forma, esse modelo de certificação alternativo busca a legitimidade dada pelos próprios atores da rede, a qual é reafirmada de forma direta com o público geral, no relacionamento face a face que ocorre nas feiras.

É por isso que as feiras são muito mais do que uma via de comercialização. Elas constituem o momento de afiançar a confiança entre produtores e consumidores que, por se tratar de um relacionamento pessoa a pessoa que envolve afetividade, fidelidade, ideais compartilhados, etc., busca dispensar o controle externo do Estado e de seu agente de vigilância, as certificadoras, sem perder legitimidade pública.

6.2.1.4 Alimento ecológico e visão de natureza

Das condições sociais e dos arranjos institucionais descritos anteriormente deriva a específica visão da natureza que está presente na idéia de alimento “ecológico”. Com efeito,

para os atores da rede de produção e consumo de alimentos ecológicos, a caracterização desses alimentos, diferenciada da que comumente se atribui aos alimentos orgânicos, tem uma importância crucial. Para eles, a ideia de alimento orgânico é limitada à noção de ser este um alimento limpo, produzido sem agrotóxicos e adubos químicos solúveis e sem organismos modificados geneticamente, produzido prioritariamente em resposta às exigências do mercado diferenciado. Como diz uma das lideranças deste campo no Rio Grande do Sul, em um texto de circulação restrita,

“A diferença entre um produtor de produtos orgânicos e um agricultor ecologista é a de que o primeiro está preocupado em produzir um alimento limpo para ter acesso a um mercado diferenciado. O segundo almeja mudanças nas suas relações com a Natureza e com seus semelhantes, buscando maior integração e harmonia. O mercado diferenciado, quando necessário, é uma consequência deste processo”. (palavras em maiúscula do autor)

Dessa motivação diferenciada decorre uma série de implicações, tanto as relativas ao impacto ambiental e social que têm as duas concepções, quanto aquelas relativas à ideia do que de fato seja conquistar uma maior integração e harmonia com a natureza.

Na perspectiva dos agentes da rede no Rio Grande do Sul, uma agricultura apenas “limpa” não evita consequências ambientais e sociais altamente indesejáveis, por não supor uma coerência ecológica com o ambiente em que está inserida. Um técnico atuante neste campo assim o explica:

“Vamos tomar o exemplo da caatinga no Nordeste, uma região que não tem disponibilidade de água adequada. Pode ter um produtor que faça abrigos e produza alface com irrigação três ou quatro vezes por dia, sem nenhum insumo químico, e é uma agricultura orgânica, mas completamente inadequada para o ecossistema da caatinga. É esse tipo de coisa é que nós tentamos evitar”. (Fonte: Trabalho de campo)

Pelo fato de não ser necessariamente adaptada ao ambiente em que está inserida, ela também não evita os impactos ambientais e sociais indesejáveis, continua argumentando o mesmo entrevistado:

“Se o produtor resolver no sertão do Ceará produzir alface, vai precisar irrigar três ou quatro vezes por dia e vai estar tirando uma quantidade de água do subsolo enorme, num ambiente que não é adequado. Vai ter que criar condições artificiais para produzir. Então ele vai estar esgotando um recurso que é precioso numa região semi-árida através de uma irrigação. Ele não vai estar usando adubo nem veneno, mas é uma prática que é depredadora. (...) A agricultura orgânica, ou a biológica como a chamam em alguns países, no nosso entender é uma agricultura que não usa insumos químicos, mas que não necessariamente é adaptada ao ambiente em que ela está. E não necessariamente ela vê as questões sociais embutidas nela. Na nossa concepção (...), quando a gente fala em agricultura ecológica, nós estamos falando nas questões de ambiente e sociais juntas, não só não usar adubos químicos”. (Fonte: Trabalho de campo).

Essa visão normativa de adequação ambiental e social se traduz em uma concepção tecnológica, que por sua vez decorre de um conceito de natureza. Essa concepção tecnológica é a de que as intervenções humanas devem sempre imitar ou reproduzir processos que espontaneamente ocorrem na natureza. Esses processos, por serem produto da adaptação dos agentes naturais, são, por definição, os mais adequados para a manutenção e reprodução de tal ambiente natural. Nessa concepção, a atividade humana deveria, sempre que possível, ajustar-se aos processos naturais e aproveitá-los na busca da utilidade produtiva do ecossistema. Um entrevistado expõe claramente esta perspectiva quando esclarece que

“Na nossa concepção, quanto mais próximo for com o funcionamento da natureza, mais fácil fica para produzir, mais entra na dinâmica natural, digamos assim. Nós trabalhamos muito com pulverizações foliares. Produtos que os agricultores fazem a baixo custo para pulverizar. E alguém nos disse uma vez: ‘mas isso na natureza não existe!’, e na realidade se nós fomos ver a estrutura de várias camadas de vegetação, vamos achar uma árvore com arbustos, com vegetação mais rasteira. O que acontece quando chove? A planta está permanentemente perdendo pelas folhas, pelos galhos, pelos troncos minerais e substâncias orgânicas que vão pingando para baixo. Isso é uma coisa que faz parte da natureza. Ou então de aquele estrato de aves que ficam na copa mais alta e que têm esterco e que são nutrições folhares. Então na realidade isso aí existe na natureza e é um recurso que a natureza tem. E a gente tem visto que quanto mais a gente consegue aproximar do que era o ambiente original, mais eficaz é, porque o ambiente original que se desenvolveu ali é a melhor forma que a natureza teve para aproveitar a energia do sistema que está ali, então quanto mais próximo a gente conseguir chegar disso, melhor. Tem alguns agricultores que entendem isso de uma forma muito interessante. Que percebem que é isso mesmo e que mudam completamente a forma de produzir. Tem outros que não, que gostam da agricultura que a gente brinca, ‘militarizada’, tudo em fila, bem ordenado, limpinho, bem ajeitado. E tem outros que não, que a gente entra numa plantação e a gente não sabe se é mato, se é horta, se é um bosque, que realmente a gente percebe uma concepção diferente. Mas isso é assim, quanto mais próximo do ecossistema original, mais eficiente em termos de produção agrícola”. (Fonte: Trabalho de campo)

Nesse contexto em que se considera que a semelhança com os processos naturais implica em maior eficiência agrícola, as atividades imanentes à natureza passam a ser valorizadas como trabalho, que, não realizado, multiplicaria o esforço humano necessário. Com efeito, a idéia de que a natureza trabalha para o ser humano e de que o importante é trabalhar “junto à natureza” e não contra ela constitui outro elemento-chave da concepção de natureza que faz parte da perspectiva dominante na rede no Rio Grande do Sul. Como depõe um agricultor ecológico de Antônio Prado, “Que manejo faço deste solo? Eu praticamente faço pouco. Quem faz muito é as plantas por mim”. (Fonte: RTA, 1995).

Assim, o apelo de um técnico de Ipê é muito claro quando se refere à “ajuda” que a natureza dá ao ser humano, se ele souber lidar com ela. Como ressalta,

“Nós não lavramos o solo, fizemos cova, fizemos adubação na cova e usamos a palha da própria área para fazer um coroamento ao redor da muda. (...) Depois do plantio desse pomar, nunca mais se mexeu no solo. Trabalhamos sempre com plantas sobre o solo. Mas essas plantas que temos aqui, elas nos ajudam, em muitos sentidos. Primeiro ela não permite que haja erosão do solo. (...) Em vez de termos erosão, desgaste do solo, nós produzimos solo, quer dizer, o solo aumenta. (...) Não podemos esquecer também da grande valia, da grande utilidade do trabalho que a raiz exerce em cima do solo. As raízes dessas plantas afofam o solo. E esses adubos formados com o apodrecimento dessas plantas, eles não desequilibram minha planta. Com um solo assim, o inseto não pode comer aqui e nem os fungos. (...) Nós aprendemos na química que tudo deve ser morto. Agora nós aprendemos que toda vida deve ser preservada. Por exemplo, nós aprendemos na química que nós não deveríamos deixar plantas com quarenta centímetros de altura aqui, pois serviriam de ponte para que o ácaro subisse e causasse dano a minha planta. Mas aqui nós encontramos duas espécies de ácaro, por exemplo, que prejudicam minha planta e encontramos sete que ajudam a minha planta. Então há um antagonismo perfeito. É extremamente importante respeitar as vidas, respeitar os insetos. Absolutamente, nós nunca pensamos em matar algum inseto. (...) Então, aqui tendo isso em cima do solo, aqui é o ambiente propício para se produzir joaninhas, louva-a-deus, vaquinhas, fungos, etc. Então há um controle, batalhões de exércitos que lutam um contra o outro. Quer dizer, trabalham de graça para o homem”. (Fonte: RTA, 1995)

Assim, a natureza é vista como uma aliada do agricultor e de sua família. Enquanto na agricultura convencional a relação que se estabelece é vista como sendo dos agricultores contra a natureza, na agricultura ecológica esta relação é percebida como os agricultores e a natureza “trabalhando juntos”. Em outras palavras, a natureza é invocada como uma entidade capaz de trabalhar em aliança com os agricultores e suas famílias para produzir um alimento ecológico. Enquanto ela oferece “de graça” boa parte dos insumos que de outra forma teriam resultam de custo elevado para o pequeno agricultor, as pragas se regulam, e as culturas devidamente associadas se provêm mutuamente dos nutrientes para o seu próprio crescimento.

6.2.2 Argentina

6.2.2.1 Perfil e motivações dos produtores e das organizações na Argentina

Na Argentina a agricultura orgânica iniciou-se na década de 1970, a partir da ação de grupos de agricultores que começaram a praticá-la e difundi-la, impulsionados por uma motivação filosófica e política. Alguns desses eram produtores experientes, que realizaram nas técnicas orgânicas as experiências pioneiras. Outros pertenciam a uma corrente de “volta à terra” que revalorizava o estilo de vida ligado ao mundo rural, como contrapartida à vida urbana. De um modo geral, tratava-se de um movimento enraizado nas concepções

contraculturais (pacifismo, ecologismo, naturalismo) daqueles anos. Combinava-se com essa vertente uma dose de posição crítica frente às ideologias que derivaram em métodos violentos de luta social, os quais suscitaram uma repressão sistemática orquestrada pelo Estado durante a ditadura militar, e que deixou traços traumáticos na sociedade argentina.

A visão desses pioneiros aliava o desenvolvimento de técnicas de produção à tentativa de articulação de uma rede de difusão e comercialização, sem perder de vista o componente filosófico de uma “visão orgânica do mundo” (Schnittman e Lernud, 1992). Este último elemento, sinteticamente, consiste em tentar incorporar o método de se produzir de forma ecologicamente correta em uma perspectiva de como viver (produzir e se alimentar) em harmonia com a natureza. Uma idéia norteadora muito importante nessa perspectiva é a de uma “dieta ética”. Esta constitui-se em uma idéia que vai além das motivações convencionais de naturalismo ou da alimentação saudável, tratando-se de uma concepção ética que julga a alimentação segundo critérios que contemplam as conseqüências para todos os envolvidos, não só no consumo dos alimentos, mas também na sua produção, no processamento, assim como também englobam as conseqüências ambientais dos sistemas nos quais se intervém para sua produção. Nessa perspectiva enfatizava-se, por exemplo, dietas adequadas a cada biorregião, contradizendo a tendência de dietas industrializadas, homogêneas para todas as regiões (Lang, 1992).

Esses agricultores orgânicos pioneiros formaram as primeiras organizações, sendo estas essencialmente auto-financiadas pelos seus membros, sem qualquer apoio do Estado nem de organizações internacionais. Como afirma um dos líderes dessas organizações,

“Na Argentina, o desenvolvimento [das organizações dedicadas à agricultura orgânica] é basicamente auto-financiado. Um cara que colocou a grana do seu pai, outro que trabalhava em qualquer outra coisa ... É assim que se dedicaram a produzir isto, arriscando sua grana e agüentando o que vier, sem apóio do governo e sem apóio de ONGs, porque si você pede grana aos holandeses, eles te dizem ‘Para que? Se a Argentina é um país rico!’”. (Fonte: Trabalho de campo).

Até a metade da década de 1980 o movimento de agricultura orgânica na Argentina esteve impulsionado, principalmente, por pessoas que procuravam um modo de vida alternativo, valorizando a volta da produção familiar de alimentos. Localidades como El Bolsón, San Marcos Sierra e Merlo, localizadas em diversas regiões serranas ou montanhosas, receberam significativos contingentes de pessoas com essas características, mas também pessoas já ligadas à produção agropecuária na Província de Buenos Aires começaram a desenvolver experiências e pesquisas individuais.

No início da mesma década, formaram-se em Buenos Aires experiências de cooperativas de consumo auto-organizadas que chegaram a reunir aproximadamente 200 famílias agregadas em mais de uma dezena de grupos cooperativos. Embora esses grupos tenham se dispersado em pouco tempo, muitas das pessoas que participaram dessas experiências foram as que, posteriormente, engajaram-se ativamente na formação dos primeiros grupos dedicados especificamente a trabalhar na questão da agricultura orgânica.

O primeiro deles foi o CENECOS (Centro de Estudios de Cultivos Orgánicos), criado em 1985. Paralelamente à formação do CENECOS, começa a ser seriamente considerada a questão da profissionalização das pessoas interessadas nessa atividade. Sendo assim, nesse ano também se inicia o trabalho de uma das primeiras fazendas orgânicas com fins comerciais da Argentina, a “La Anunciación”, e começam a se organizar as primeiras empresas de distribuição domiciliar de alimentos orgânicos.

Em 1990 o CENECOS converte-se em Ecoagro, já conformado como entidade dedicada à experimentação e difusão da agricultura orgânica e da agroecologia, e por sua vez integrado à IFOAM e com uma perspectiva clara de influenciar no desenvolvimento do setor na Argentina, visando conciliar as oportunidades comerciais com as idéias filosóficas que nortearam as atividades desses agentes desde o início. Outras entidades atuantes na época eram a APROBA (Agroproductores Orgánicos de la Provincia de Buenos Aires), o Cetaar (Centro de Estudios de Tecnologías Apropriadas de la Argentina), a Pro-Tierra, a Reconciliarnos con la Tierra, e outras organizações menores.

Portanto o início da década de 1990 marca tanto o processo de consolidação institucional do campo na Argentina quanto o que os próprios agentes chamam de momento da “explosão do mercado”. Essa dinamização no caso argentino foi simultânea ao ocorrido no mercado externo. Com efeito, 1991 e 1992 são os anos em que se estabelecem o *standard* de qualidade dos produtos orgânicos e as normas de certificação, primeiramente na Comunidade Européia, e logo em seguida na Argentina. Dessa forma, a institucionalização do campo em moldes voltados à exportação foi consolidada em 1992, com a aprovação nacional das normas e dos regulamentos do “Sistema Nacional de Controle de Produtos Orgânicos”, cujo objetivo principal era regular a atividade no país, de modo a atender às exigências do mercado externo.

Nesse contexto, o campo da agricultura orgânica na Argentina passou a experimentar uma crescente tensão de motivações. Por um lado, a agricultura orgânica surgia impulsionada por uma corrente de agricultores com um forte conteúdo ideológico, cuja proposta questionava a agricultura convencional e o modelo de desenvolvimento a ela associado. Por

outro, a rede estruturou-se de modo tal que a adoção dessa agricultura pode se transformar em uma mera conversão tecnológica orientada por finalidades estritamente comerciais. Assim, as duas visões contrapostas permeavam o desenvolvimento do campo, segundo os termos utilizados anteriormente, isto é, a da visão orgânica do mundo *versus* a da agroexportação orgânica.

Um dos líderes que participaram de todo esse processo expressa a visível dualidade de motivações e suas contradições, destacando que

“O que nós queríamos conseguir quando começamos com tudo isto está longe. Mas o mercado respondeu e, afinal, todo esse pessoal esteve sacrificando sua vida... (...) De repente, no mundo inteiro [o mercado] explodiu. Na Europa em 91 e 92 também se desenvolveram os standard de orgânico da Comunidade Européia. Explodiu tudo! [...] De uma hora para outra o mercado começou a tomar forma. E isso o que fez? – Profissionalizar o pessoal. Um cara como G.S. que trabalhou dez anos numa fazenda familiar, investindo sua grana, repentinamente montou E.P., uma empresa muito bacana que junta produtores de distinto tipo para vender carne orgânica a Europa.[...] Todas essas possibilidades começaram a existir a partir do 92, antes o mercado não existia [...] Em E.P. todos eram pequenos produtores para os Pampas Úmidos. Caras que tinham 500 hectares de gado juntaram-se e tinham uma capacidade de venda como para entrar nesse mercado. Então, hoje você vê a G.S. que de uma hora para outra teve a possibilidade de montar uma empresa... Que além de mais tem o gosto de montar uma coisa que funciona... Mas também você descobre que o cara fica completamente focado no mercado. Este é um processo que tem acontecido com todos os produtores orgânicos que estão no mercado que, mesmo que ideologicamente tenham um monte de coisas, entram no mercado e têm que aprender. Passam três ou quatro anos aprendendo o que é estar no mercado, que têm que negociar com o supermercadista, que é um filho da puta, ou [aprender] o que é exportar, sei lá, e assim todo o que é ideológico fica um poço de lado, porque agora estou aprendendo isto. Que, de passagem, é também uma aventura nova, não é?” (Fonte: Trabalho de campo)

Pelo exposto, o que ocorre é que a estrutura e tradição rural e comercial da Argentina, com seus interesses e suas instituições tradicionais, influenciaram a estruturação do campo da produção orgânica de alimentos no país. A agricultura orgânica foi, em certo sentido, absorvida pelos arranjos institucionais pré-existentes, bem articulados ao Estado e no geral tradicionais na Argentina. Continua a mesma liderança,

“A Argentina, obviamente, é um país agro exportador, o sabemos desde crianças. É um país dependente que exporta matéria prima e no orgânico não é uma exceção. Exporta soja, milho, sei lá, e os outros fazem com isso um produto terminado. Exporta carne, para que os belgas ou os italianos façam alimento para bebê com carne argentina. Isso é um karma que temos que tirar-nos, que já conhecemos.” (Fonte: Trabalho de campo).

Contudo, seria um engano pensar que, no obstante a ênfase comercial do setor, os atores pioneiros tivessem perdido suas motivações iniciais. De fato, a principal organização ligada à produção orgânica, ainda hoje, o MAPO (Movimiento Argentino de Productores Orgânicos), como veremos adiante, reúne uma diversidade de agentes e interesses e

desenvolve diversas atividades e projetos que tentam preencher alguns dos aspectos “sociais” ainda não implementados.

A título de ilustração, sabe-se que na Província de Misiones existe uma expressiva quantidade de pequenos produtores orgânicos não certificados, que vendem seus produtos em feiras de comercialização direta, e o MAPO tentando implementar o mesmo na cidade de Buenos Aires. Outro projeto é o denominado “certificação para todos”, o qual busca a certificação dos produtos para os pequenos produtores por um custo que equivale a menos de 20% do valor normal. Assim, explica uma das lideranças esta preocupação com cobrir o “lado social” na Argentina:

“Então agora o que está acontecendo no movimento é que está-se começando a equilibrar a coisa. Até agora foi uma explosão do mercado. Por exemplo, nós por uma proposta minha na IFOAM queremos que sejam revisados todos os regimentos para ver se não dificultam as coisas para os pequenos produtores. Para ver, como se diz em inglês, se não têm *biases*, se não têm tendência a favorecer os grandes produtores, pelo custo da certificação, os transportes, os fretes, etc. E ver também qual a solução que pode haver para facilitar que todos os pequenos produtores possam obter sua certificação. Mas só agora a IFOAM está amadurecendo isto. (...) Imagina, aos brasileiros [de Rio Grande do Sul] ideologicamente eu os amo. E vou te dizer uma coisa, e isto é uma declaração para a imprensa - eu acho que eles têm razão. Ou seja, nós temos crescido como nos foi possível, mas nos falta a parte social, claramente, na Argentina”.
(Fonte: Trabalho de campo)

De acordo com o exposto, fica claro que o aspecto mais sólido do setor na Argentina é a exportação. O crescimento da área dedicada à produção orgânica tem sido vertiginoso, devido à crescente demanda do mercado externo. A explicação dada pelos atores para esse dinamismo é a diferença de preços que o produtor pode obter, se comparado com os que o mercado interno está disposto a pagar. Em outras palavras, comercialmente, a atração exercida pela exportação é muito forte, uma vez que *commodities* como o trigo, a soja e o milho são exportadas com preço 100% ou 200% mais altos do que um produto convencional exportado.

Esta tendência é reforçada pela pressão “para baixo” que os supermercados exercem sobre os preços dos produtos convencionais através das promoções. Em consequência, a distância de preços entre um produto convencional e um orgânico pode ficar muito grande na percepção do consumidor comum, como afirma um dirigente de uma organização de produtores orgânicos da Argentina: “Tem se verificado que o público não está disposto a pagar mais de vinte ou trinta por cento a mais do que por um produto convencional. Por isso a distância aumenta muito com as promoções que fazem os supermercados” (Fonte: Trabalho de campo).

A exportação, que ode atingir a 80% ou 90% da produção de produtos orgânicos comercializada, tem como destino principal a União Européia e os Estados Unidos, seguindo-se outros mercados como o Japão e Uruguai, embora ainda sem muita expressão. As tabelas a seguir mostram os volumes de produção destinados à exportação e ao mercado interno, especificando os produtos de origem vegetal (Tabela 5) e os de origem animal (Tabela 6).

Tabela 5 – Argentina, exportação de produtos orgânicos (origem vegetal) em 1999

Produto	Exportação (Kg)	Consumo interno (Kg)
Cereais e oleaginosas	13.310.128	1.540.534
Frutas	7.975.709	181.220
Hortaliças e Legumes	2.601.987	620.563
Aromáticas	9.269	47.436
Produtos industrializados *	1.221.644	182.539
Outros	181.734	4.282
Total	25.282.471	2.576.574

Fonte: Elaborado com base em dados do SENASA (2000).

(*) Azeite de oliva, sucos, molho de tomate, vinhos, azeitonas, uva-passa, erva-mate, entre outros.

Tabela 6 – Argentina, exportação de produtos orgânicos (origem animal) em 1999

Produto	Exportação (Kg)	Consumo interno (Kg)
Carne bovina	452.628	92.786
Mel	108.486	996
Carne de aves		146.125
Aves *		120.000
Total	561.114	359.907

Fonte: Elaborado com base em dados do SENASA (2000).

(*) Valor estimado com base no dado de 74.958 unidades de aves.

Face às diferenças observadas, percebe-se que é a exportação, claramente, o destino principal da produção orgânica argentina. No entanto, a diversidade de grupos de produtos representados pode mostrar uma disposição dos produtores em não se prender apenas aos nichos de mercado externo. Isso coincide com um aspecto que esses agentes geralmente fazem questão de ressaltar, ou seja, não se pode afirmar que o único interesse dos produtores argentinos é a exportação. Se assim fosse, insistem, não haveria explicação para a grande diversidade de produtos não exportáveis, que, embora numa escala relativamente pequena, são produzidos na Argentina.

Quais seriam as características mais salientes dos produtores orgânicos argentinos? Contrariando o esperado, há um número expressivo de produtores orgânicos fora da típica região exportadora, os Pampas Úmidos, muitos dos quais são produtores familiares, as vezes

integrados a cooperativas. Foi o que demonstrou uma pesquisa que abarcou feita sobre 95% dos produtores orgânicos certificados do país, num total de pouco menos de mil (Foguelman e Montenegro, 1999). Por um lado, a pesquisa revelou a existência de uma grande quantidade de produtores orgânicos familiares, mas retratou também uma alta concentração da área certificada, principalmente nas empresas familiares com mais de quatro empregados permanentes, e nas chamadas sociedades por administração. Cabe ressaltar que a grande maioria de empresas familiares que não contratam mão-de-obra situam-se na Província de Misiones e corresponde, em particular, a produtores de açúcar, muitos deles cooperativizados para o processamento e a comercialização da cana.

Tabela 7 – Proporções de produtores orgânicos certificados na Argentina, segundo a utilização de força de trabalho assalariada, e proporção da área certificada⁴⁷

	Empresas %	Área certificada %
1. Empresa familiar sem mão-de-obra alheia fixa	72	5
2. Empresa familiar com até 4 permanentes	21	50
3. Empresa familiar com 4 a 8 permanentes	4	22
4. Sociedades por administração	3	23
Total	100	100

Fonte: Foguelman e Montenegro (1999).

As autoras desse estudo previam um agravamento do índice de concentração da área orgânica certificada, à medida que forem sendo conhecidas e avaliadas as vantagens econômicas dessa atividade, pois as grandes e medianas propriedades tenderão a incorporar ou reciclar espaços pouco utilizados, que rapidamente poderão ser inseridos no regime de certificação, por não terem estado recentemente em contato com agroquímicos não permitidos (Foguelman e Montenegro, 1999).

Essa tendência prevista pelas autoras realmente se confirmou. Conjugando-se os dados da pesquisa mencionada com dados oficiais atuais, percebe-se que o extraordinário aumento da área orgânica certificada não corresponde à mesma proporção no número de produtores (Tabela 8).

⁴⁷ Essa tipologia foi feita a partir da variável de utilização de força de trabalho assalariada. Em virtude disso, as autoras advertem que existe um viés de difícil avaliação decorrente do fato de algumas empresas terem áreas tanto destinadas à produção orgânica certificada quanto a produções convencionais, caracterizando-se como mistas. Nessas empresas, o pessoal contratado freqüentemente trabalha nos dois setores.

Tabela 8 – Argentina. Evolução da área orgânica e da quantidade de produtores orgânicos

Ano	Área orgânica (ha)	Produtores (Nº)
1993	10.532	---
1997	287.000	955
2001	3.200.000	1.664

Fonte: Elaborado em base nos dados de Foguelman e Montenegro (1999) e Pupi e Ramírez (2002).

6.2.2.2 A estrutura e as posições do campo

A conformação do campo social da agricultura orgânica na Argentina é o resultado de três vetores de forças claramente identificáveis: o movimento pioneiro de agricultores orgânicos referido no início desta seção, os agentes alinhados aos interesses agroexportadores e, finalmente, as agências e políticas do Estado, que intervêm com o intuito de estimular as novas “vantagens comparativas” decorrentes da emergência do mercado mundial de alimentos orgânicos.

Essa intervenção do Estado ocorreu a partir de 1992, através da formulação de uma nova regulamentação dedicada à produção de todos os produtos que fossem comercializados sob identificações de “orgânicos, biológicos ou ecológicos” (termos que, na lei, são tomados como sinônimos). Essas normas, que hoje já têm peso de Lei Nacional, respondem à decisão da então Comunidade Econômica Européia que, em 1991, colocou em vigor a regulamentação específica para os países terceiros extra-comunitários que quisessem exportador de produtos orgânicos para os países membros.

Dessa forma, foi estabelecido um sistema obrigatório de certificação para os produtos orgânicos, através de empresas e organizações privadas, especialmente autorizadas e registradas para outorgar essa certificação. A Argentina foi um dos primeiros países extra-comunitários autorizados a exportar produtos orgânicos para a União Européia. Nessa iniciativa participaram ativamente boa parte dos atores engajados na produção orgânica (alguns deles com posições críticas), principalmente aqueles que exerciam suas atividades em Buenos Aires.

Com tais iniciativas, ao mesmo tempo em que consolidava a sua “vocaçãõ” exportadora, este campo firmou-se institucionalmente na Argentina. Paralelamente, afirmava-se também a principal ONG que atua no setor, o MAPO (Movimiento Argentino de Productores Orgânicos). Esta entidade surgiu diretamente vinculada a esse processo, na medida em que decorre do Comitê de Assessoramento convocado e formado pelo Estado para

a discussão e implantação da norma anteriormente mencionada. Desse comitê faziam parte membros das organizações antes existentes, produtores orgânicos independentes, empresas certificadoras credenciadas, pesquisadores, entidades de consumidores, empresas de comercialização e outras entidades públicas.

Ao ser constituído, o MAPO passou a reunir uma grande diversidade de atores, como produtores, professores pesquisadores, certificadores e empresários. Segundo as palavras de um dos seus fundadores, o MAPO engloba tanto pessoas com “consciência social” quanto pessoas que nitidamente provêm do *establishment* agrícola.

Em 1998, foi fundada a CAPOC (Cámara Argentina de Productores Orgânicos Certificados), formada por alguns empresários que faziam parte do MAPO. A organização surgiu claramente como uma entidade de interesse de classe, conformada por grandes empresários que têm realizado investimentos importantes no setor, visando produzir produtos com alto valor agregado destinados à exportação e ao desenvolvimento de um mercado interno diferenciado em supermercados.

A Figura 4 relaciona os atores principais do campo e as suas principais inter-relações e funções dentro do processo de produção, certificação e comercialização.

Por outro lado, as estreitas relações que alguns desses atores estabelecem com a IFOAM é um traço característico do setor na Argentina. O MAPO mantém representação institucional influente na IFOAM, a qual considera o caso argentino como um exemplo de experiência bem sucedida, por dois motivos principais: o caso argentino demonstra a potencialidade do mercado orgânico para os países em desenvolvimento e, também, trata-se de um país onde o *standard* de qualidade foi estabelecido pelo Estado, com considerável participação do movimento de produtores orgânicos.

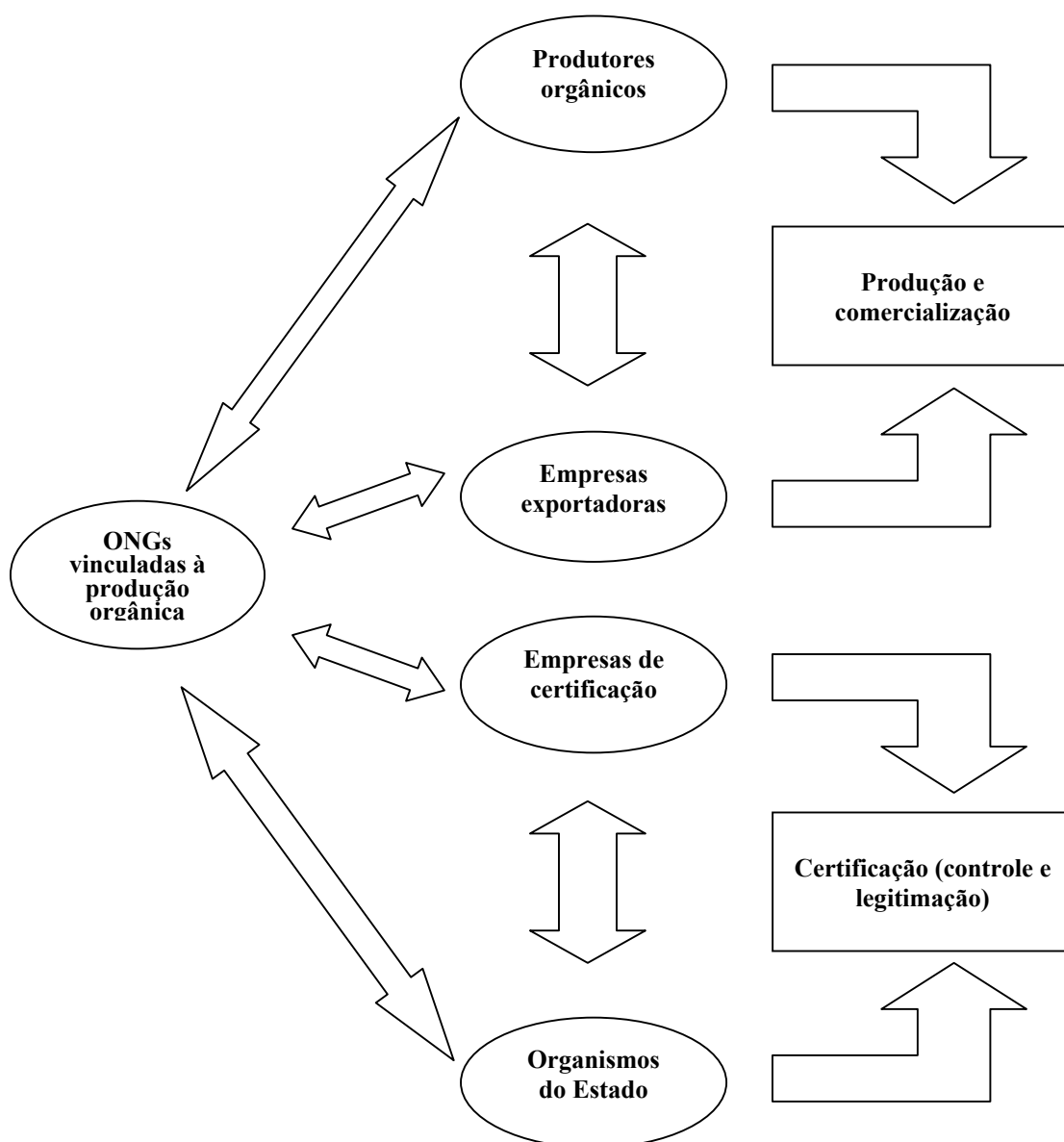


Figura 4 - Principais atores no campo social da agricultura alternativa na Argentina

Contudo, a relação com a IFOAM não deve ser analisada como um laço preocupado exclusivamente com a viabilidade comercial da produção orgânica argentina. Pelo contrário, sob ponto de vista dos atores mais preocupados com os conteúdos ideológicos da atividade orgânica, a IFOAM é um apoio institucional decisivo, na medida em que prega outros valores, além dos comerciais, vistos como inextricavelmente ligados à produção orgânica. Vale a pena aqui recuperar uma das definições de agricultura orgânica difundida pela IFOAM:

“A agricultura orgânica inclui todos os sistemas agrícolas que promovem uma produção de alimentos e fibras que seja benéfica tanto ambientalmente quanto social e economicamente. Estes sistemas consideram a fertilidade do solo local como chave para uma produção bem sucedida. Através de respeitar a capacidade natural das plantas, os animais e as paisagens, a mesma busca otimizar a qualidade em todos os aspectos da agricultura e do ambiente. A não

utilização de fertilizantes de síntese química, pesticidas e produtos farmacêuticos faz com que a agricultura orgânica reduza radicalmente os insumos externos. No lugar desses produtos, serve-se das poderosas leis da natureza para melhorar tanto os solos agricultáveis quanto à resistência às doenças. A agricultura orgânica apóia os princípios globalmente aceitos, os que são implementados dentro dos requerimentos socioeconômicos, geo-climáticos e culturais locais. Como consequência lógica, IFOAM se ocupa e apóia o desenvolvimento de sistemas auto-sustentados nos níveis local e regional”. (Foguelman e Lockeretz, 1998, contracapa).

Nesse sentido, a IFOAM oferece a alguns produtores orgânicos argentinos um fórum que permite igualmente debater, com ampla legitimidade mundial, as questões sociais, políticas e culturais que surgem juntamente com os temas estritamente técnicos e comerciais. Na manifestação de encerramento da 12^o Conferência Científica Internacional da IFOAM, sediada em Mar del Plata, Argentina, em 1998, Pipo Lernoud, coordenador geral do evento e membro do MAPO, utilizou estas palavras que exemplificam o apelo político no fórum da IFOAM:

“[Esta conferência] me deu uma nova perspectiva daquilo que de fato trata o trabalho de IFOAM: pessoas muito diferentes entre si, de uma impressionante diversidade de paisagens, tipos de solo, bagagens culturais, possibilidades tecnológicas e necessidades econômicas que consideram a agricultura orgânica como sua ferramenta para unir suas comunidades e produzir seu alimento. Elas se conectam à IFOAM como a uma rede onde cada um pode encontrar apoio, informação e a visão de um futuro possível para o planeta que compartilhamos. Esta unidade na diversidade é um exemplo ecológico em si mesmo e está baseado na experiência prática, refletindo a diversidade que nós vemos todos os dias nas nossas terras. (...) É por isso que hoje na Argentina, onde o cinquenta por cento da soja sendo colhida é geneticamente modificada, os agricultores precisam se unir e tomar uma posição firme contra essa loucura que esta invadindo as terras de nosso planeta. Se nossos agricultores não podem semear as sementes que colhem porque os advogados das multinacionais estão prontos para persegui-los, agora que quatro ou cinco corporações estão se tornando os donos da evolução, nós devemos nos colocar juntos para nos opor a esta besta que é a engenharia genética. É por isso que nós temos realizado a ‘Declaração de Mar del Plata’. Nós queremos dizer muito enfaticamente: ‘Eles não passarão, eles não conseguirão!’ Deve haver uma única voz, de movimento orgânico de todo o mundo, pedindo pela imediata proibição dos organismos geneticamente modificados. (Lernoud, Pipo, *In* Foguelman e Lockeretz, 1998, p. 259-260).

6.2.2.3 Certificação

O modo como se desenvolve a certificação da produção orgânica na Argentina decorre da trajetória institucional que foi descrita até aqui. No sistema argentino, para um produto ser comercializado como *orgânico*, *ecológico* ou *biológico*, o processo produtivo deve ter sido objeto de seguimento por parte de uma empresa certificadora. Essas entidades, por sua vez, devem estar habilitadas para exercer tal atividade pelo SENASA (Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria), que é o órgão nacional que monitora todo o sistema.

O resultado desse seguimento é a obtenção da certidão respectiva. O SENASA conta com uma série de normas de cumprimento obrigatório, e as certificadoras têm suas próprias normas de produção, as quais necessariamente devem se enquadrar nas normas oficiais. O produtor deve primeiramente conhecer as normas oficiais, para depois assinar um convênio com alguma das certificadoras inscritas no registro oficial. Nesse ato, o produtor se compromete a seguir tanto as normas oficiais quanto as da empresa. A partir desse momento, o produtor receberá visitas de inspeção, realizadas por profissionais da entidade certificadora, para verificar o cumprimento dos protocolos estabelecidos. A informação é analisada pelo Comitê de Certificação da certificadora, que é o órgão que verifica a observância das normas, e decide sobre o caráter orgânico do sistema de produção e, portanto, do produto, conseqüentemente emitindo a certidão de orgânico.

A peça principal da norma oficial que rege o sistema regulamenta a produção e elaboração de alimentos orgânicos e define, entre outras coisas, o conceito de “produto orgânico”, as normas de produção propriamente ditas (incluindo as normas de transição de um sistema convencional ao orgânico, normas de empacotamento, etc.) e estabelece em um conjunto de anexos uma relação de adubos, fertilizantes e produtos para controle de pragas que são os insumos permitidos.

Neste arcabouço, entende-se por sistema de produção orgânico,

“Entende-se por ‘orgânico, ecológico’ ou ‘biológico’, de aqui adiante ‘orgânico’, todo sistema de produção sustentável no tempo, que mediante o manejo racional dos recursos naturais, sem a utilização de produtos de síntese química, ofereça alimentos saudáveis e abundantes, preserve e incremente a fertilidade do solo e a diversidade biológica e que do mesmo modo, permita a identificação clara por parte dos consumidores, das características referidas através de um sistema de certificação que as garanta” (Resolução SAGyP n. 423 de 1992, art. 2).

Assim, o que é considerado um produto orgânico se define, na prática, segundo um critério negativo, ou seja, pela exclusão de certos insumos proibidos e pela possibilidade de ser identificado de acordo com o sistema de certificação. Em outras palavras, há um mínimo de apelo à coerência ecológica e ao papel da natureza nessa produção de alimentos considerados pelos consumidores como sendo mais naturais, de acordo com critérios do senso comum.

Esse apelo foi reforçado na retórica legal em 1999 quando foi aprovada a Lei Nacional Nº 25.127 que englobou o marco jurídico de todas as normas anteriores. A lei, a parágrafos muito similares àqueles da resolução anterior, acrescenta: “proporcionando aos sistemas naturais, cultivos vegetais e a gado condições tais que lhes permitam expressar as

características básicas de seu comportamento inato, cobrindo as necessidades fisiológicas e ecológicas” (Lei Nacional n. 25.127 de 1999, art. 1).

6.2.2.4 *Alimento orgânico e visão de natureza*

A definição negativa de agricultura orgânica baseia-se na exclusão do uso de insumos de síntese química e, portanto, artificiais. A “naturalidade” estaria dada, então, pela não utilização de insumos artificiais, substâncias que não existem na natureza, mas que são produto da manipulação humana. Trata-se, na verdade, de uma definição minimalista, pragmática e longínqua dos princípios filosóficos e políticos dos pioneiros da produção orgânica na Argentina. Mas é uma definição instrumentalmente eficaz e comercialmente muito fértil.

Qual é, então, a natureza concreta à qual se apela no caso argentino? A lógica da estruturação do campo social, enfatizando as oportunidades de comércio exterior sinaliza a resposta a essa questão. É a natureza herdada do passado, a natureza que se tem, quase poderia se dizer, “por natureza”. A natureza que sempre, historicamente, foi a fonte de riqueza primordial – a riqueza natural dos Pampas.

A Argentina é um país de forte experiência agroexportadora que sempre se valeu de suas “vantagens comparativas” no mercado mundial, decorrentes da grande fertilidade de seus solos. A emergência de um novo mercado fez com que a condição relativamente “limpa” dos seus recursos naturais pudesse ser agora considerada como uma nova vantagem comparativa.

Dois dos agricultores orgânicos “pioneiros”, ativos partícipes também do processo de institucionalização do setor que se apóia nessa mesma riqueza natural dos Pampas, assim percebiam essas potencialidades:

“A agricultura orgânica tem, na Argentina, possibilidades ilimitadas. Este é um país com amplos territórios sem contaminar e essa é uma riqueza que cada vez terá maior valor. É o único lugar no mundo que pode nos oferecer milhões de hectares férteis que não tenham sido sobre exploradas pela monocultura permanente, nem intoxicadas por agro-químicos até envenenar os lençóis de água subterrânea. A terra argentina não tem chegado ainda a esse colapso. Quer dizer que a possibilidade esta aí” (Schittman e Lernoud, 1992, p. 7).

Não é que se pense que as únicas riquezas naturais do país são os Pampas Úmidos, mas encontram-se nesta região os agroecossistemas considerados capazes de sustentar, de maneira viável, um setor exportador competitivo e diferenciado das outras terras agricultáveis do mundo. Em outras palavras, nessa visão são os Pampas, devido à sua riqueza e abundância

natural (ainda não completamente poluída nem degradada), que oferecem a oportunidade de produzir boa parte dos alimentos naturais que o mundo precisa.

Não se deve estranhar a rapidez com que o setor se desenvolveu com base nessa perspectiva. Afinal, os Pampas têm sido um aliado histórico do setor agroexportador, viabilizando o setor produtivo argentino que sempre produziu as maiores taxas de acumulação de capital.

Mas, tem alguma coisa de natural nessa “riqueza natural”? Pesquisadores da história ecológica dos Pampas parecem sugerir que não. Eles mostram como essas riquezas “naturais” foram, de fato, produzidas através da transformação dos ecossistemas decorrente da ocupação e apropriação humana das paisagens autóctones, num processo de ocupação e uso que, evidentemente, está relacionado tanto à base dos ecossistemas selvagens quanto às relações sociais que permearam a ocupação dos mesmos.

Pampa é um termo indígena que significa algo assim como terrenos planos. Atualmente, a sua vegetação natural é predominantemente de gramíneas, mas, dois séculos atrás, era de altos matagais cuja densidade era tão grande que árvores eram muito pouco freqüentes. Apenas duas espécies de árvores conhecidas como o *ombu* e o *chañar* eram as únicas que conseguiam viver além das margens dos rios. Em virtude disso, entre a fauna selvagem não existiam grandes herbívoros, e a sua introdução e reprodução maciça produziram grandes alterações na vegetação pampeana. Essa reprodução aconteceu como consequência da introdução do gado que, antes mesmo da apropriação das terras, reproduziu-se de maneira livre dando origem ao chamado gado *cimarrón*. A expansão desse gado semi-selvagem produziu uma verdadeira transformação da paisagem, favorecendo bastante a produção agropecuária. Na sua viagem de 1825 pela região, Darwin registrou o seguinte depoimento:

“Tenho ficado supresso com a acentuada mudança de aspecto do campo depois de cruzar o Rio Salado. De uma erva grossa passamos a um tapete verde de pasto fino. Primeiramente acreditei dever atribuir essa mudança a uma modificação na natureza do solo, mas os habitantes me asseguram que é preciso atribuir essa mudança à presença dos quadrúpedes. Exatamente o mesmo fato tem se observado em campos da América do Norte, onde ervas comuns e rudes, de cinco a seis pés de altura, transformam-se em grama assim que se introduzem lá animais em número suficiente”. (Darwin, Charles *apud* Brailosvky e Foguelman, 1991, p. 113-114).

Portanto, a introdução do gado significou um rápido enriquecimento do solo pampeano. Depois de longo período marcado pela ausência de animais de grande porte, a introdução do gado com seu ciclo de reprodução e morte, reativou a reciclagem do nitrogênio,

provocando um grande desequilíbrio ecológico. A cada vez mais rápida reciclagem do nitrogênio (pois o rebanho cresceu exponencialmente) provocou um fenômeno conhecido como rejuvenescimento do ecossistema, em que se aumentaram as possibilidades de crescimento das plantas anuais e de pastagens mais verdes e brandas e de crescimento mais rápido (*Ibid*, 1991).

É esse ecossistema transformado pelas conseqüências não planejadas de ações humanas que se constituiu no emblema da “riqueza natural” do solo argentino. A exploração desse solo, apropriado diligentemente pelas elites locais, permitiu o desenvolvimento de um modelo de acumulação baseado na exportação de bens primários, o que deu origem à conhecida tradição agroexportadora da Argentina. É tem sido justamente na exploração desse mesmo solo, produto inesperado de ações humanas, que se estrutura o ambicioso projeto da agricultura orgânica, disposto a prover alimentos naturais ao mundo. Contraditoriamente, este projeto demanda o retorno ao estado “natural” dos Pampas, embora este último, como ressaltado, fosse resultado da ação humana no passado.

6.3 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 6

Na análise das duas experiências sócio-históricas, pode-se perceber dois modos de construção social das condições consideradas “naturais” de produzir alimentos. Observa-se, na análise, como esse processo ocorre condicionado por fatores sociais, tanto objetivos quanto subjetivos, tais como a configuração de interesses apoiados numa estrutura rural específica e os discursos e posicionamentos mais ou menos conjunturais dos atores envolvidos.

O Quadro 3 sintetiza alguns dos elementos principais de ambas as experiências.

Quadro 3 - Principais elementos dos casos analisados

Rio Grande do Sul	Argentina
Politização dos modelos tecnológicos Lei de Agrotóxicos (1982)	Segundo país no mundo conforme área orgânica certificada
Agricultura Familiar – colonização	Tradição agroexportadora associada à apropriação concentrada da terra
90% de comercialização direta. Redes de produtores/consumidores (feiras ecológicas)	90% de exportação. Primeiro país a exportar alimentos orgânicos para a Comunidade Européia
Crítica do modelo de desenvolvimento (modernização conservadora)	Riqueza “natural” dos Pampas como vantagem comparativa
Rede de Geração de Credibilidade (sociedade civil)	Norma de certificação de acordo com as exigências internacionais do mercado, legitimadas pelo Estado

Do ponto de vista da percepção do risco como elemento contribuinte à valorização do natural, devem ser feitas considerações para cada caso em particular. No caso argentino, pode-se perceber que não houve um processo endógeno especialmente forte de geração de desconfiança que construísse a percepção do risco associada aos alimentos convencionais. A estruturação do setor de produção de alimentos orgânicos, de fato, aconteceu pelo encontro de um seleto grupo “pioneiro” que vinha experimentando novas formas produtivas apoiadas numa visão de mundo animada pela *volta à natureza*, com os atores motivados pela emergência de um contexto de desconfiança nos alimentos convencionais que se expandia rapidamente, não tanto na Argentina, mas principalmente nos mercados para os quais a Argentina era um tradicional exportador de alimentos. A estruturação do campo em moldes voltados à exportação consolida-se em 1992, com a aprovação de normas e regulamentos do Sistema Nacional de Controle de Produtos Orgânicos.

Já no caso do Rio Grande do Sul ocorre mais ou menos o contrário. A rede se estrutura a partir de um processo endógeno de geração de desconfiança e denúncia dos riscos a que estão expostos produtores e consumidores dos alimentos convencionais, e a aprovação da Lei de Agrotóxicos em 1982 é um marco de inegável importância nesse processo. Foi como resposta a esse processo endógeno que a rede iria se estruturar, conjugando os ideais da alimentação natural e preservação da natureza junto a posicionamentos políticos bem

definidos. A expansão da rede decorre do diagnóstico que tendia a associar a degradação da natureza e a produção de alimentos perigosos aos interesses dos grupos dominantes interessados na modernização rural (esta última, posteriormente, definida como uma *modernização conservadora*), aliados mais ou menos explicitamente às empresas fornecedoras de insumos, e articulados à estratégia de desenvolvimento tecnológico impulsionada pelo regime militar.

Com esse pano de fundo, o pequeno produtor familiar passa a ser percebido como a verdadeira “encarnação” do interesse na preservação ambiental e na produção saudável. Pelo fato de estar sendo excluído (ou, no mínimo, prejudicado) pelo modelo contestado, era com esse produtor que a sociedade deveria se aliar, já que ele tinha também o interesse em produzir sob formas mais saudáveis para si próprio e para sua família, evitando os altos custos dos insumos industriais, valorizando seu papel social como agricultor e deixando de ser apenas um elo de uma cadeia que o explorava economicamente.

Para extrair alguns elementos a mais da comparação de ambos os casos, far-se-á uso da “Teoria das Convenções”, uma ferramenta teórica valorizada em estudos da área, destinada a captar o status que é atribuído à natureza no contexto do sistema agroalimentar. Essa teoria é considerada por analistas da área como um adequado modo através do qual se apreende com precisão as virtudes mais exaltadas de um produto no contexto do sistema agroalimentar (Murdoch, Marsden e Banks, 2000), trazendo à tona as diferentes “misturas sócio-naturais” que são subjacentes às relações entre produtores e consumidores no setor alimentar (Murdoch e Miele, 1999).

A Teoria das Convenções considera as atividades produtivas como formas de ação coletiva cuja coordenação se apóia em convenções inter-subjetivamente aceitas pelos atores que participam do sistema (rede, cadeia, etc.). Essas convenções são definidas como as práticas, rotinas e acordos (e suas formas institucionais ou informais correspondentes) que permitem o encontro de interesses diversos e expectativas recíprocas entre os atores envolvidos, e que se expressam através de *standard* de qualidade exigido dos produtos.

Genericamente, a institucionalização dessas convenções ocorre de duas formas. De um lado, através de regras e normas que impõem convenções padronizadas em diferentes contextos. De outro lado, as convenções emergem do conjunto peculiar de relações locais. No entanto, dentro dessas duas vias de institucionalização existe uma diversidade de tipos de convenções que pode ser verificada.

Boltanski e Thevenot (1991, *apud* Marsden, 2000 p. 114) distinguem cinco categorias de convenções: convenções comerciais, domésticas, industriais, públicas e cívicas. As convenções comerciais dizem respeito à ponderação por preço e pela qualidade comercial dos bens; as domésticas geralmente são baseadas em confiança interpessoal e envolvem produtos ligados a modalidades de produção associadas a locais e tradições específicas; nas industriais, os bens são avaliados de acordo com o *standard* de eficiência e de fiabilidade do produto; as convenções públicas se referem ao reconhecimento de marcas comerciais, selos e embalagens por parte dos consumidores e, finalmente, as convenções cívicas se referem à valoração de certos produtos em termos dos benefícios sociais gerais que eles trazem.

Tal categorização das convenções de qualidade dos produtos é de interesse para a análise dos produtos orgânicos e ecológicos argentinos e gaúchos. Relacionando essa categorização aos termos em que são colocadas as vantagens de se associar à natureza em cada um dos campos sociais de produção de alimentos naturais, novas distinções surgem entre as duas experiências.

No caso argentino, a ênfase na otimização da exploração da “produtividade natural” dos Pampas denota uma estruturação do campo apoiada basicamente em convenções de tipo comercial e industrial. Com efeito, dadas as condições agroecológicas e a utilização prévia dessas condições sem grande uso de agrotóxicos, o conceito de *vantagens comparativas* emerge como o traço diferencial do setor na Argentina, valorizando a possibilidade de se oferecer *commodities* orgânicas com preços competitivos no mercado internacional.

No caso gaúcho, a motivação principal do campo refere-se à possibilidade de favorecer um estilo de desenvolvimento alternativo que se diferencie claramente daquele da modernização conservadora, que acarretou grandes impactos sociais e ambientais sem potencializar as vocações principais dos agricultores familiares. Dessa forma, são as convenções de tipo cívico e doméstico que viabilizam a estruturação do campo de um modo claramente diferente. Trata-se de um campo cuja perspectiva coloca em primeiro lugar o argumento de ser benéfico à sociedade de um modo muito direto, evitando o uso de agrotóxicos e viabilizando um estilo de desenvolvimento socialmente mais justo. Para isso, enfatiza-se o estreitamento das relações de confiança face a face entre produtores e consumidores, o que materializa principalmente a experiência das feiras.

Os termos em que foram definidos os mecanismos de certificação em ambos os casos também podem ser mais bem entendidos se associados aos principais tipos de convenções que fazem parte da estruturação dos campos. No caso gaúcho, a idéia de uma rede de geração de

credibilidade como fundamento para um sistema de certificação alternativo exprime as propriedades de convenções cívicas e domésticas, pois se baseia na reafirmação do interconhecimento nas relações locais e na representatividade das organizações da sociedade civil.

Já no caso argentino as convenções comerciais e industriais constituem o fundamento dos mecanismos de certificação dos produtos orgânicos, pois se baseiam no ajustamento a um *standard* comercial homogêneo que possa ser aceito além do contexto local e que constitua uma garantia de qualidade, mesmo em transações com relações não baseadas em interconhecimento.

As definições dos produtos também se ajustam aos mesmos princípios. Os alimentos ecológicos do Rio Grande do Sul se definem de modo positivo, a partir de características que resultam de condições ecológicas e relações sociais localizadas. As mesmas, ao enfatizar o aspecto da coerência ecológica e a equidade na distribuição comercial dos produtos, buscam evitar que haja apropriação de renda por parte de agentes de mercado não ajustados aos princípios ideológicos defendidos.

Na Argentina, por seu turno, os critérios de demarcação do produto orgânico e de produto não orgânico resultam numa definição negativa, na medida em que se enfatiza a não utilização de certos insumos (basicamente químicos e geneticamente modificados).

As caracterizações feitas até aqui, associadas às convenções respectivas, são sintetizadas no Quadro 4, que finaliza este capítulo.

Quadro 4 - Síntese dos elementos principais nos campos sociais da agricultura alternativa no Rio Grande do Sul e na Argentina

Campo social da agricultura alternativa	Discurso estruturador do campo	Visão da natureza	Critério de demarcação a respeito dos alimentos convencionais	Mecanismos de certificação e legitimação	Convenções predominantes
Argentina Setor de produção de alimentos orgânicos	Explorar a produtividade “natural” dos Pampas	A natureza como uma fonte de riquezas “dadas”	Agricultura livre de agroquímicos e livre de transgênicos	Normas de certificação ajustadas às demandas comerciais internacionais e legitimadas pelo Estado	Convenções comerciais Qualificação do produto pelo preço
					Convenções industriais <i>Standard</i> de eficiência e garantias do produto (confiabilidade)
Rio Grande do Sul Rede de produção e comercialização de alimentos ecológicos	Construir um modelo de desenvolvimento oposto ao da <i>modernização conservadora</i>	A natureza como parceira da agricultura familiar	Coerência ecológica e comercialização justa visando a equidade social	Rede de Geração de Credibilidade, legitimada por organizações da sociedade civil	Convenções domésticas Associadas a relações locais e a vínculos com a tradição
					Convenções cívicas Referidas ao valor de certos produtos em função de seus benefícios sociais

7 Conclusões

Galileu teve a visão de Natureza como um texto em linguagem matemática que bastava ser decifrado e lido. Esta visão, que atravessou os séculos, revelou-se de uma eficácia tremenda. No entanto, hoje sabemos que a situação é muito mais complexa. A Natureza se mostra a nós antes como um pré-texto: o livro da Natureza não deve ser portanto lido, mas escrito.
Basarab Nicolescu⁴⁸

Este trabalho analisou e desenvolveu subsídios para uma interpretação sociológica do fenômeno contemporâneo de revalorização da natureza, o qual tem sido denominado aqui de *reinvenção social do natural*.

Demonstrou-se que o fato de essa reinvenção acontecer sob específicas condições sociais, tanto cognitivas quanto materiais, permite avaliar essa tentativa como sendo a busca para desvendar a arbitrariedade sociológica acerca do natural. Aparentemente, a expressão representaria uma contradição em seus próprios termos. Não o é, contudo, se levarmos em conta que aquilo que é tido como “natural” é, efetivamente, o produto de uma construção social, decorrente do arbítrio humano. O termo *arbitrariedade* tenta expressar que tal construção social não obedece a propriamente a uma “necessidade”, à qual habitualmente se associa os elementos da natureza. Pelo contrário, esse “natural”, por ser socialmente construído, pode ser notavelmente distinto em diferentes contextos, se os fatores históricos, as estruturas sociais e até as vontades dos agentes fossem distintos.

Isso significa que a “natureza”, socialmente construída, é de fato contingente. Com efeito, a teoria sociológica contemporânea nos informa que, embora os processos sociais sejam em boa medida inteligíveis, eles são eminentemente contingentes, visto que não são uma mera expressão de leis da história, nem de evoluções lineares, nem estão sobredeterminados por estruturas objetivas.

O fato de a natureza socialmente construída ser realmente contingente aponta instigantes perguntas para a análise social. O “natural”, aquilo que estaria supostamente livre da intervenção humana ou que ainda não teria sido influenciado por ela, nem sempre foi percebido com as mesmas propriedades que hoje lhe são atribuídas.

⁴⁸ Nicolescu, 1999 p. 65.

Essa atribuição de propriedades tem sofrido transformações, em consonância com as mudanças da sociedade humana e suas instituições. O contexto social geral em que ocorre o processo analisado neste estudo é o da extrema radicalidade da intervenção humana na natureza, que trouxe, inerentemente embutido, a exacerbação dos riscos. Por isso, nesse contexto, a valorização da natureza é, basicamente, uma resposta a esse processo, na busca de um refúgio minimizador desses riscos. Trata-se de uma resposta à manipulação da natureza que é feita não em termos de re-sacralização da natureza, nem na busca de uma Nova Arcádia, como alguns autores têm sugerido. Trata-se de uma reinvenção, no sentido que a sociedade humana possa contar ainda com a natureza como referência normativa, seja ela sagrada ou não, mas que sugira autonomia em relação à vontade dos humanos.

Mas a natureza concreta, realmente existente, não mais oferece base suficiente para estabelecer critérios de ação que neutralizem definitivamente os riscos decorrentes de ações anteriores. A natureza já está irremediavelmente modificada, maculada, pela civilização. Assim, as reservas, os recantos, certas áreas de agricultura e também certos procedimentos produtivos, de saúde, ou outros, apesar de serem definidos por seres humanos, passam, mesmo assim, a ser considerados como detentores de atributos “naturais”.

Essa definição do que pode ser considerado natural acontece, simultaneamente, tanto na subjetividade dos sujeitos quanto na dimensão objetiva da vida social. Do lado subjetivo, a definição ocorre através dos significados atribuídos subjetivamente a certos objetos que alicerçam a segurança ontológica dos indivíduos. Pelo lado objetivo, através de ações coletivas, movimentos sociais, instituições, que lutam por estabelecer critérios que sejam socialmente aceitos e que permitam definir aquilo que seria digno de ser preservado ou aceito por ser natural ou por ser considerado como de acordo com a natureza.

A construção social da natureza pelos movimentos de agricultura alternativa é um exemplo dos processos institucionalizados que objetivam a necessidade de se definir esses critérios. Esses processos institucionalizados se constituem através de alianças, lutas e interesses não apenas entre agentes sociais, mas também com a própria natureza, que é definida como aliada de certos interesses e suposta base objetiva de certos discursos.

É por isso que os debates atuais em torno da produção e legitimação de alimentos orgânicos ou ecológicos podem ser considerados como um processo de construção social do natural. Embora a natureza seja a “fiadora” da confiabilidade de certos alimentos, não se confia em uma indefinível Natureza, mas naquilo que grupos sociais chamam de “natureza”.

Aquilo chamado de “natureza” por esses grupos sociais é um produto da história humana e de condições materiais e cognitivas, e está, portanto, permeado de relações sociais.

Nos casos estudados empiricamente, embora a natureza seja sempre apresentada como a “fiadora” que afastará os riscos inerentes à agricultura convencional, aquilo que a natureza de fato é, e o modo com que ela contribui para esse propósito, são completamente diferentes. No caso argentino, essa natureza “fiadora” é assumida como algo “dado”, como se ela mesma (no caso, o solo dos Pampas Úmidos) não fosse também produto de atividades humanas. No caso do Rio Grande do Sul, a natureza “fiadora” é a que “trabalha” junto ao agricultor familiar, permitindo a ele e a si mesma a emancipação do jugo e da exploração da modernização conservadora da agricultura.

A tentativa de fazer uma Sociologia do Natural não nega a existência objetiva da natureza, mas reconhece que ela é também simbolicamente construída. Dessa forma, a atribuição da condição de ser natural é parte dessa construção simbólica. Trata-se de um problema que exige que se trilhem caminhos que estão além do dualismo entre realidade objetiva e realidade subjetiva.

Por um lado, não podemos negar a existência de uma natureza e de um mundo não-humano independente das ações e cognições humanas. No entanto, a definição e qualificação desses objetos não são separadas do mundo humano. De algum modo, a natureza e o mundo não-humano são inerentemente interdependentes com o mundo humano. A imbricação entre natureza e sociedade está muito além dos meros fluxos e realimentações de elementos biofísicos.

Por outro lado, no decorrer do trabalho, evidenciou-se que o modo como a natureza é reinventada diz respeito às expectativas que os sujeitos têm em relação ao mundo, com o modo em que é vislumbrado um mundo digno de ser vivido. Nesse sentido, a reinvenção social do natural tem um caráter eminentemente político. Ela está atrelada a projetos ou estratégias dos agentes envolvidos, como mostram os casos estudados.

Não se pode dizer que o fenômeno de valorização da natureza seja apenas uma estratégia “cosmética”, vinculada a um *marketing* verde ou a alguma racionalidade instrumental qualquer. Pelo contrário, os agentes estudados empiricamente evidenciam que não são cínicos nem ingênuos, sendo, isso sim, informados tanto científica quanto politicamente.

Contudo, nos exemplos investigados, relacionados à produção de alimentos “naturais”, produzidos sob modalidades de agricultura alternativas à agricultura moderna convencional, percebe-se que as características desses alimentos está mais associada com os condicionantes sociais e os projetos dos agentes envolvidos do que com a natureza em si.

Isso não quer dizer, no entanto, que esses alimentos não tenham relação com saúde, menos poluição ou proteção dos recursos. Mas a suposição de que saúde, limpeza e preservação estão necessariamente ligadas com a natureza provêm de uma idéia moralizada de natureza.

Finalmente, espera-se que este trabalho não abone interpretações capciosas que tentem driblar os imperativos éticos fundamentais ao lidar com a natureza. Em outras palavras, nada do que foi dito aqui nega os bons motivos para se preservar a vida, seja ela natural ou não.

A preservação da vida contribui com um mundo mais propenso a possibilitar que os seres que nele vivem (humanos e não-humanos) tenham experiências agradáveis e de felicidade. A desnaturalização do processo de reinvenção social do natural pretende ser um caminho através do qual se expõem a arbitrariedade e a insubstancialidade de certos fenômenos da vida social contemporânea, mas não questiona a valoração intrínseca da vida de todo e qualquer ser. No plano ético, o fato da vida ser ou não natural é totalmente irrelevante.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Jalcione. (1996), “Tecnologias agrícolas “alternativas”: nascimento de um novo paradigma?”. Texto apresentado nas *Jornadas Regionales: Agriculturas Latinoamericanas y las Transformaciones Sociales*, La Plata.
- _____. (1999), *A construção social de uma nova agricultura*. Editora da UFRGS. Porto Alegre.
- ALTIERI, Miguel. (1998), *Agroecologia. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Editora da UFRGS, Porto Alegre.
- AUBERT, Claude. (1974), *Agriculture biologique*. Le Courrier du Livre, Paris.
- BACHELARD, Gaston. (1996), *A formação do espírito científico*. (1º edição francesa 1938). Contraponto, Rio de Janeiro.
- BECK, Ulrich (1992), *Risk Society. Towards a New Modernity*. Londres, SAGE.
- BENSON, John. (2000), *Environmental Ethics, An Introduction with Readings*. Routledge, London e New York.
- BONILLA, José A. (1992), *Fundamentos da agricultura ecológica*. Nobel, São Paulo.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), *O poder simbólico*. Difel, Lisboa.
- _____. (1993), *Cosas Dichas*. Gedisa, Barcelona.
- BRAILOVSKY, Antonio e Foguelman, Dina. (1991), *Memoria Verde, Historia Ecológica de la Argentina*. Sudamericana, Buenos Aires.
- BROWN, Lester et al. (2001), *State of the World 2001*. A Worldwatch Institute Report on Progress Toward a Sustainable Society. Earthscan, London.
- BURNINGHAM, Kate e Cooper, Geoff (1999). "Being constructive: social constructionism and the environment". *Sociology*, Vol.33 N° 2.
- BUTTEL, Federick. (1996), “Environmental and resource sociology: Theoretical issues and opportunities for synthesis”. *Rural Sociology* N° 61 (I), pp 56-76.
- _____. (1992), “Sociologia e meio ambiente: um caminho tortuoso rumo à ecologia humana”. *Perspectivas*, v. 15, UNESP.
- CALLON, M. (1986), “Some elements of a sociology of translation domestication os the scallops and the fishermen os St Brieux Bay” in Law, J. (ed.), *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge?*, Sociological Review Monograph, Keele.
- CATTON, William. (1972), “Sociology in an Age of Fifth Wheels”. *Social Forces* 50 (June), pp 436-447.
- CARSON, Rachel. (1968), *Primavera Silenciosa*. Melhoramentos, São Paulo.
- CHABOUSSOU, Francis. (1987), *Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos – a teoria da trofobiose*. LP&M, Porto Alegre.
- COLLINGWOOD, R.G. (1986), *Ciência e Filosofia. A idéia de natureza*. Lisboa, Presença.

COSTA, Carlos Fernando. (1992), *Ecologia, agricultura e pequena produção: concepções e práticas de uma experiência gaúcha*. Dissertação de mestrado, UFRGS/PPGS.

DAROLT, Moacir. (2000), *A evolução da agricultura orgânica no contexto brasileiro*. In www.planetaorganico.com.br.

DIEGUES, Antonio Carlos. (1994), *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, NAUPAUB.

DOUGLAS, Mary and Wildavsky, Aaron. (1982). *Risk and Culture. An Essay on the Selection of Technical and Environmental Dangers*. University of California Press, Berkeley, Los Angeles, London.

DOUGLAS, Mary. (1966), *Purity and Danger, An Analysis of Concepts of Pollution and Taboo*. Routledge, London e New York.

DOUGLAS, Mary. (1980), "Environment at Risk" in J. Dowie and P. Lefrere (eds), *Risk and Chance*, Open University Press.

DUNLAP, Riley E. (1997), "The evolution of Environmental Sociology: A Brief History and Assesment of the American Experience", in Redclift e Woodgate (ed), *The International Handbook of Environmental Sociology*, pp. 21-39, Edward Elgar, Cheltenham (UK) e Northampton (USA).

EDER, Klaus (1996), *The Social Construction of Nature: A Sociology of Ecological Enlightenment*. Sage, London.

EHELERS, Eduardo. (1996), *Agricultura sustentável. Origem e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo, Livros da Terra.

ELIADE, Mircea. (1995), *O sagrado e o profano*. Martins Fontes, São Paulo.

EVERNDEN, Neil. (1992), *The Social Creation of Nature*. The Johns Hopkins University Press, Baltimore and London.

FLORIT, Luciano e Olivieri, Alejandro. (1995), "Ambientalismos Latinamericanos". *Ecología Política*, Nº 10, Barcelona, Icaria.

FLORIT, Luciano (1998), "Teoria social e a relação sociedade/natureza a partir da obra de Anthony Giddens". *Cadernos de Sociologia*, v. 10, pp. 61-86, Porto Alegre, PPGS/UFRGS.

FOGUELMAN, Dina e Lockeretz, Willie (editors). (1998), *Organic Agriculture. The Credible Solution for the XXI^o Century*. Anais da 12^o Conferência Científica Internacional da IFOAM. Mar del Plata, Argentina.

FOGUELMAN, Dina e Montenegro, Laura. (1999), "Producción y productores agropecuarios orgánicos", *Realidad Económica* Nº 160/161, pp. 110-118, Buenos Aires.

FOSTER, John Bellamy. (2000), *Marx's Ecology. Materialism and Nature*. Monthly Review Press, Nova Iorque.

FUKUOKA, Masanobu. (1975), *Revolución de um Rastrojo*. Gea, Maldonado, Uruguay.

FREUDEMBURG, William e Gramlin, Robert (1989), "The emergence of Environmental Sociology: Contributions of Riley Dunlap and William R. Catton, Jr.". *Sociological Inquiry*, Vol. 59 Nº.4, University of Texas.

GIDDENS, Anthony (1996), *Más allá de la izquierda y la derecha. El futuro de las políticas radicales*. Madrid, Cátedra. (1^o edição inglesa 1994).

_____. (1989), *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes. (1ª edição inglesa 1984).

_____. (1991), *Modernity and self-identity. Self and society in the late modern age*. Stanford, Stanford University Press.

_____. (1993), *Consecuencias de la modernidad*. Madrid, Alianza. (1ª edição inglesa 1990).

_____. (1995a), *La transformación de la intimidad. Sexualidad, amor y erotismo en las sociedades modernas*. Madrid, Cátedra.

_____. (1996), *Más allá de la izquierda y la derecha. El futuro de las políticas radicales*. Madrid, Cátedra. (1ª edição inglesa 1994).

GIDDENS, Anthony; Beck, Ulrich e Lash, Scott. (1995b), *Modernização reflexiva. Política tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo, UNESP. (1ª edição em inglês 1995).

GLIESSMAN, Stephen R. (2000), *Agroecologia. Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável*. Editora da UFRGS, Porto Alegre.

GOLDBLAT, David. (1998), *Teoria Social e Ambiente*. Instituto Piaget, Lisboa.

GUIVANT, Julia (1997), "Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável", *Cadernos de Ciência e Tecnologia* v.14, n.3, set./dec., EMBRAPA, Brasília.

_____. (1986), "A redifinição da Sociologia através de novas sínteses. Algumas comparações entre Giddens e Touraine", *Boletim de Ciências Sociais*, Nº42, UFSC, Florianópolis.

_____. (1998), "A Trajetórias das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social", *BIB* Nº46, pp.3-38, Rio de Janeiro.

GRAZIANO da Silva, José. (1996), *A nova dinâmica da agricultura Brasileira*.

GRAZIANO NETO, Francisco. (1986), *Questão agrária e ecologia, crítica da moderna agricultura*. Brasiliense, São Paulo.

GYATSO, Tensin S.S. (2000), *Uma ética para o novo milênio*. Sextante. Rio de Janeiro.

HANNINGAN, J. (1995), *Environmental sociology. A social constructionist perspective*. Londres, Routledge.

HAGER, R. e M. Balbi. (2000), *Argentina: Organic Food Report*. GAIN Report AR0005. USDA.

HEIDI (1999). "The weakest go to the wall". In *Ecology and Farming*, autumn.

HINCHLIFFE, Steve e Woodward, Kath (editors). (2000), *The Natural and the Social: Uncertainty, Risk, Change*. The Open University e Routledge, London e New York.

HOBBS, Thomas. (1999), "O Leviatã", Cap. XIII, in *Hobbes*, Coleção Os Pensadores, Nova Cultural, São Paulo.

IRWIN, Alan. (1997), "Risk, the Environment and Environmental Knowledge", in Redclift e Woodgate (ed), *The International Handbook of Environmental Sociology*, pp. 218-226, Edward Elgar, Cheltenham (UK) e Northampton (USA).

JOHREI Center. (2002), http://www.messianica.org.br/Agricultura_Natural/agrinata.asp

KOEPF, H.H., Pettersson, B.D. e Schaumann, W. (1982), *Agricultura Biodinâmica*. Nobel, São Paulo.

- KOESTLER, A. (1964), *The Sleepwalkers: a history of man's changing vision of the universe*. Penguin, Harmondsworth.
- KUHN, Thomas. (1989), *A estrutura das revoluções científicas*. Perspectiva, São Paulo.
- LACLAU, Ernesto. (1990), *New Reflections on the Revolution of our Time*, Londres.
- LALANDE, André. (1953), *Vocabulário Técnico y Crítico de la Filosofía*, tomo II. Buenos Aires, El Ateneo.
- LANG, Fraser. (1992), “Comiéndose el mundo. La búsqueda de una dieta ética”, in Schnitman, Guillermo e Lernoud, Pipo (compiladores) *Agricultura orgánica. Experiencias de cultivo ecológico en la Argentina*, Buenos Aires, Planeta Tierra.
- LATOUR, Bruno. (1988), *The Pasteurization of France*, Harvard University Press.
- _____. (1994), *Jamais fomos modernos*. São Paulo, Editora 34.
- _____. (1999), *Pandora's Hope. Essays on the Reality of Science Studies*, Harvard University Press.
- _____. (2000), “When things strike back: a possible contribution of ‘science studies’ to the social sciences”. *British Journal of Sociology* Vol. N°. 51 Issue N°.1 pp.107-123. London School of Economics.
- LEWIS, C.S. (1964), *The Discarded Image: an introduction to medieval and renaissance literature*. Cambridge University Press, Cambridge.
- LERNOUD, Pipo. (1998), “Closig Speech”, in Foguelman, Dina e Lockeretz, Willie (editors). (1998), *Organic Agriculture. The Credible Solution for the XXI^o Century (pp259-260)*. Anais da 12^o Conferência Científica Internacional da IFOAM. Mar del Plata, Argentina.
- LOWE, Philip. (1983), “Values and Institutions in the History of the British Nature Conservation” in Warren, Andrew e Goldsmith, F.B., *Conservation in Perspective*. Willey, Londres.
- LUTZEMBERGER, José A. (1980), *Fim do futuro? Manifesto ecológico brasileiro*. Movimento, Porto Alegre.
- MACNAGHTEN, Phil e Urry, John. (1998), *Contested Natures*. Sage, Londres.
- MARTINEZ Alier, Joan. (1995), *De la economía ecológica al ecologismo popular*. Montevideu, Nordan/Icaria.
- MATTEDI, Marcos. (1999), *Notas sobre as visões de natureza em Blumenau: mais um capítulo da trágica história do sucesso humano*. Mimeo. (18 pp.)
- _____. (2001), “A abordagem sociológica da problemática ambiental: Considerações epistemológicas, metodológicas e normativas sobre a guinada ambiental na Sociologia”. Paper apresentado no Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Mimeo.
- Mc. CORMICK, John. (1992), *Rumo ao paraíso. A história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- Mc KIBBEN, Bill. (1989), *The end of nature*. Random House, New York.
- MERRIL, Margareth C. (1983), “Eco-agriculture: a review of his history and philosophy”, in *Biological Agriculture and Horticulture*, v.1, pp. 181-201.
- MILL, John Stuart. (1874), “Nature” in *Three Essays on Religion*. Longman, Londres.

- MURDOCH, Jonathan e Miele, Mara. (1999), 'Back to Nature': Changing 'Worlds of Production' in the Food Sector. *Sociologia Ruralis* Volume 39, No. 1.
- MURDOCH, Jonathan, Marsden, Terry e Banks, Jo. (2000), "Quality, Nature and Embeddedness: Some Theoretical Considerations in the Context of the Food Sector", in *Economic Geography*, vol. 76, Nº 2, pp-107-125.
- NAESS, Arne. (1989), *Ecology, Community and Lifestyle*. Cambridge University Press, Cambridge.
- NOCOLESCU, Basarab. (1999), *O Manifesto da transdisciplinaridade*. Triom, São Paulo.
- OLIVEIRA NOAL, Fernando. (1998), *O movimento ecologista em Rio Grande do Sul. Uma abordagem histórico-social de sua trajetória no período 1970-1995*. Dissertação de mestrado, Universidade de Santa Cruz, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.
- PACHOAL, Adilson. (1979), *Pragas, praguicidas e a crise ambiental: problemas e soluções*. FGV, Rio de Janeiro.
- PAULILO, Maria Ignez. (1996), *Terra à vista ... e ao longe*. Editora da UFSC, Florianópolis.
- PACHECO Ormond, José Geraldo; Lima de Paula, Sergio Roberto; Faveret Filho, Paulo e Thibau M. da Rocha, Luciana. (2002), *Agricultura orgânica: Quando o passado é futuro*. BNDES Setorial, Nº 15, p. 3-34, Rio de Janeiro.
- PARROT, Nicholas e Marsden, Terry. (2002), *The Real Green Revolution. Organic and agroecological farming in the South*. Department of City and Regional Planning, Cardiff University e Greenpeace Environmental Trust.
- PFEIFFER, E. (1992), "La responsabilidad humana del agricultor". In Revista *El Puente*, novembro de 1992, pp7-11, Buenos Aires.
- PINHEIRO Machado, L. C. (1981), "Curso de Agricultura Biológica", in *Anais do 1º Curso de Agricultura Biológica*. SARGS, Porto Alegre.
- PUPI, Nora e Ramírez, Juan C. (2002), Situación de la Producción Orgánica en la Argentina durante el año 2001, SENASA, Buenos Aires.
- RABINOWITCH, E. (1972), "Living dangerously in the age of science". *Bulletin of the Atomic Scientist*, 28.
- RAIJ, Bernardo, van. (2002), Meio Ambiente e Agricultura, Jaguariúna, Avo VI, No. 24.
- REDE DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS e Rede Pixurum de Comunicação. (1995?), *Agroecologia, novos caminhos na roça*. Fita de vídeo.
- REED, Matthew. (2001), Fight the Future! How the contemporary Campaigns of the UK Organic Movement Have Arisen from their Composting of the Past. In *Sociologia Ruralis*, Vol. 41, Number 1.
- RICHTER, Martin. (1992), "La agricultura biológico-dinámica - 68 años después". In Revista *El Puente*, novembro de 1992, pp3-6, Buenos Aires.
- ROSE, S. (1997), *Lifelines: Biology, Freedom, Determinism*. Penguin, Harmondsworth.
- SCIALABBA N. (2000), Factors influencing organic agriculture policies, with a focus on developing countries. *Proceedings of the IFOAM 2000 Scientific Conference*, (Basle, Switzerland) Tholey-Theley (Germany) IFOAM.
- SCHNITMAN, Guillermo e LERNOUD, Pipo (comp.).(1992), *Agricultura orgânica. Experiencias de cultivo ecológico en la Argentina*. Buenos Aires, Planeta Tierra.

- SIMBERLOFF, Daniel (1980), “A Succession of Paradigms in Ecology: Essentialism to Materialism and Probabilism”, *Synthese* 43, pp.30.
- SINGER, Peter. (1975), *Animal Liberation*, Nova Iorque.
- _____. (1994), *Ética Prática*. Martins Fontes, São Paulo
- _____. (2001), *Philosophy Now*, Issue 31, Entrevista de Jeremy Iggers, London
- SOPER, Kate. (1995), *What is Nature?* Blackwell, Oxford e Cambridge.
- _____. (1996), “Nature/’nature’ ”, in Robertson, George; Mash, Melinda; Tickner, Lisa; Bird, Jon; Curtis, Barry and Putnam, Tim (editors). *Future Natural: nature, science, culture*. (pp. 21-34). Routledge, London and New York.
- SOLO Sagrado de Guarapiranga (2002), <http://www.agriculturanatural.hpg.ig.com.br/02b.htm>
- SUMA, N. (2001). *Different Standards in Organic Certification*. Mimeo.
- THE CAMBRIDGE DICTIONARY OF PHILOSOPHY (1999). Cambridge University Press.
- THOMAS, Keith. (1988), *O homem e o mundo natural*. São Paulo, Companhia das Letras.
- TOLEDO, VíctorManuel et.al. (1993): *Ecología y autosuficiencia alimentaria*, Siglo XXI, México.
- TORNQUIST, Carmen Susana (1992), O Planeta e o Quintal: O movimento Ecológico frente à Administração Popular em Porto Alegre. Dissertação de Mestrado, PPGSP/UFSC.
- URRY, John. (1982). “Duality of Structure: Some critical issues”, in *Theory, Culture and Society*, vol.1, nº2.
- VAN RAIJ, Bernardo. (2002), Meio Ambiente e Agricultura, Jaguariúna, Avo VI, No. 24.
- WILLIAM, Raymond. (1972), “Ideas of Nature” in Benthall, J. (ed.) *Ecology: the shaping enquiry*. Longman, Londres.
- WILSON, Alex. (1992), *The Culture of Nature: North American Landscape from Disney to the Exxon Valdez*, Blackwell, Oxford.
- YUSSEFI, Minou e Willer, Helga. (2002), *Organic Agriculture Worldwide 2002, Statistics and Future Prospects*, IFOAM/Bio FACH/ SOEL.